



PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E A LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR NO SEMIÁRIDO LATINO-AMERICANO: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (BRASIL) E NO DEPARTAMENTO DE FIGUEROA (ARGENTINA).

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt

SILMARA OLIVEIRA MOREIRA BITENCOURT

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E A LUTA PELA SOBERANIA ALIMENTAR
NO SEMIÁRIDO LATINO-AMERICANO: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS
AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO TERRITÓRIO DO
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO (BRASIL) E NO DEPARTAMENTO DE
FIGUEROA (ARGENTINA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT Unesp, campus de Presidente Prudente como requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientação: Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes

Coorientação: Prof. Dr. Cristián Emanuel Jara

Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Territorial.

B624p

Bitencourt, Silmara Oliveira Moreira

Produção do espaço agrário e a luta pela soberania alimentar no semiárido latino-americano : Uma análise comparada das ações dos movimentos socioterritoriais no Território do Sertão do São Francisco (Brasil) e no Departamento de Figueroa (Argentina) / Silmara Oliveira Moreira Bitencourt. -- Presidente Prudente, 2025

365 p. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente

Orientador: Bernardo Mançano Fernandes

Coorientador: Cristián Emanuel Jara

1. Geografia. 2. Geografia Rural. 3. Paradigmas. 4. Regiões Semiáridas. 5. Segurança alimentar. I. Título.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: “Produção do espaço agrário e a luta pela soberania alimentar no semiárido latino-americano: uma análise comparada das ações dos movimentos socioterritoriais no território do Sertão do São Francisco (Brasil) e no departamento de Figueroa (Argentina)”

AUTORA: SILMARA OLIVEIRA MOREIRA BITENCOURT

ORIENTADOR: BERNARDO MANÇANO FERNANDES

COORIENTADOR: CRISTIAN EMANUEL JARA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Geografia, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **BERNARDO MANCANO FERNANDES**
Data: 03/06/2025 16:43:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

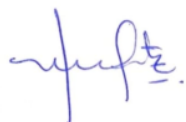
Prof. Dr. BERNARDO MANÇANO FERNANDES (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente - FCT/Unesp

Documento assinado digitalmente
 **ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA**
Data: 03/06/2025 16:46:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA (Participação Virtual)
Instituto de Ciências da Natureza (ICN) - Geografia / Universidade Federal de Alfenas

Documento assinado digitalmente
 **JOANA TEREZA VAZ DE MOURA**
Data: 03/06/2025 17:14:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. JOANA TEREZA VAZ DE MOURA (Participação Virtual)
Instituto de Políticas Públicas / UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Profa. Dra. MARTA ELENA GUTIÉRREZ (Participação Virtual)
Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales y de la Salud (FHCSyS), Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE)



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente



Documento assinado digitalmente

LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA

Data: 03/06/2025 19:20:40-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. LARISSA ARAUJO COUTINHO DE PAULA (Participação Virtual)

Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais / Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Presidente Prudente, 02 de junho de 2025

APOIO



FINANCIAMENTO



Esta pesquisa teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Processo 88887.602817/2021-00



Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº (2021/01632-7) (Bolsa Regular –Doutorado). As opiniões, hipóteses e conclusões expressas nesta tese são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

DEDICO ESTE TRABALHO

À memória do meu avô *JANUÁRIO PEREIRA DE OLIVEIRA*, homem simples do Sertão, que me ensinou desde muito pequena a amar os estudos, valorizar a educação e lutar pelos meus sonhos, que plantou em mim o desejo de ser Doutora. *Padim*, este trabalho é também um tributo à sua existência.

À minha família, especialmente à minha mãe *LAUDELINA BITENCOURT DE OLIVEIRA*, a Mulher que nunca mediu esforços para cuidar de mim e para que eu pudesse estudar. *MÃE*, Este trabalho é, fruto da sua luta e do seu carinho diário.

Às *MULHERES* que trilham o caminho da pós-graduação com seus filhos nos braços e a esperança nos olhos. Que a ciência também saiba acolher as que cuidam, gestam e ensinam com o exemplo.

À minha filha *MARIA FLOR BITENCOURT MOREIRA*, que caminhou comigo por entre livros, reuniões, trabalhos de campo, entrevistas, aulas e silêncios. Você foi e é minha maior inspiração. Que você cresça acreditando que é possível sonhar, lutar e conquistar.

Ao meu companheiro de vida e de lutas, *WASHINGTON MOREIRA DOS SANTOS*, que esteve comigo em cada etapa, do projeto à tese, do planejamento ao campo, da escuta ao cuidado. Sua presença é apoio, força, parceria e amor sincero. Cada passo desta jornada foi atravessado contigo.

Às professoras e professores que me ensinaram sobre o poder transformador da educação, dos tempos da escola até a vida acadêmica. *CRISTIANE BARBOSA, SANDRA SOARES, SIMONE DOS SANTOS, VANDIQUE MEIRA e JANIO SANTOS*, foram os ensinamentos de vocês que me proporcionara trilhar esse caminho.

AGRADECIMENTOS

O processo vivido até a conclusão de um doutoramento é constituído por muitos anos de formação, de lutas, experiências que atravessam a nossa existência, que nos forma e transforma durante a caminhada. Por isso, agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida e que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Meus agradecimentos ao meu avô Januário (em memória), homem do Sertão, que mesmo sem ter tido a possibilidade de estudar, acreditava na educação e me ensinou a amar os estudos. Foi ele que, antes mesmo de eu ingressasse na escola, aos seis anos, me falou da importância deste lugar, do seu potencial transformador, da possibilidade de construir um futuro diferente, e que se eu quisesse, um dia seria doutora. Em extensão, agradeço aos meus ancestrais por me conduzirem até aqui.

Agradeço a minha família: meu pai Osmar, meu irmão Zenildo (Nildo), meu sobrinho João Otávio, minha cunhada Elha, minha mãe Laudelina e minha tia Izabel. Cada um de vocês viveu comigo essa trajetória e construímos juntos essa jornada. Em especial, agradeço à minha mãe Laudelina por tudo o que tem dedicado do seu tempo, do seu carinho e amor. Lutou com todas as forças para que eu pudesse ter acesso à educação, para entrar na universidade, para que eu seguisse meus sonhos. Em todos os momentos difíceis e felizes está ao meu lado. Muitas vezes me disse que não entendia o que representava um doutorado, mas sempre acreditou no significado e na importância que tinha para mim. Isso foi e é o suficiente para me apoiar e confiar nas minhas escolhas. À tia Bel, agradeço pelo cuidado e zelo, por ser muitas vezes também uma mãe para mim. Ao meu pai, agradeço, porque na sua simplicidade e coragem, saiu para o mundo para trabalhar e lutar pela nossa existência, ficou raízes no Sertão e me ensina a cada dia sobre saberes e conhecimentos que não se aprendem nos livros. Nildo, único irmão, o primeiro a frequentar a escola, me ensinou a contar, a compreender as primeiras letras do alfabeto, numa época que a educação formal ainda não me alcançava. Elha, mulher inspiradora, seus questionamentos, os debates de cada encontro sempre me colocam a (re)pensar a pesquisa, a vida e os caminhos que quero trilhar. João Otávio representa o hoje e o amanhã, o presente e o futuro. Obrigada pelos gestos simples, que acalmam o coração. Que este trabalho também possa ser uma pequena semente de inspiração para o seu caminho.

Um agradecimento especial à família do meu companheiro: ao Sr. Carlos, Carla e Florence (Ernesto), pelo acolhimento carinhoso, pelo apoio em tantos momentos e por fazerem parte, de forma sensível e generosa, deste percurso. De modo muito especial agradeço à Maria Nilza (Dona Nilza), vovó de nossa Flor, grande amiga, que nestes quatro anos foi essencial na

partilha dos cuidados durante as viagens, nos momentos de escrita, nos apertos do dia a dia. Sua presença generosa, seu carinho e sua disponibilidade foram fundamentais para que eu pudesse seguir com serenidade e confiança neste percurso. Dona Nilza não cuidou apenas da nossa filha, mas também cuidou de mim, ao me ajudar a respirar, estudar e persistir. Minha eterna gratidão por tanto afeto, responsabilidade e dedicação.

Agradeço a Washington, o meu companheiro de vida e de lutas, que esteve ao meu lado desde os primeiros passos na graduação, entre leituras, debates, sonhos e trabalhos de campo. No doutorado, foi uma das primeiras pessoas a me provocar a pensar a pesquisa com ainda mais coragem e quem me ajudou a concretizá-la, dividindo comigo as alegrias e os desafios do dia a dia, exercendo a paternidade e trilhando os caminhos pelos territórios. Obrigada por compartilhar comigo não apenas o percurso da carreira acadêmica, mas a vida regada com um amor real com toda a sua beleza, desafios e intensidade.

À minha filha, a pequena Maria Flor, que nasceu em 2020, o ano que elaboramos o projeto desta pesquisa e vivemos o início da Pandemia de Covid-19. Obrigada filha, por me ensinar a ser a cada dia uma pessoa melhor, por cuidar de mim, mesmo tão pequena, por me inspirar, por me permitir viver a maternidade de forma tão pura e complexa, por me acompanhar na escrita, nos trabalhos de campo, nas reuniões, nas aulas, nas pequenas realizações de cada dia desses últimos anos. Obrigada por ser luz no meu caminho e brisa leve no meu dia a dia.

Agradeço à Rízia Mendes Mares, essa Amiga que a Geografia me apresentou. Você entrou na minha vida na graduação, no início da vida acadêmica e seguimos juntas, desde então. A nossa amizade transcende a dimensão do concreto, ela habita o invisível, o gesto silencioso, a escuta generosa e a presença que se faz sentir mesmo na distância. É feita de confiança, partilha e afeto tecido com cuidado ao longo do tempo. É nessa força invisível, mas tão real, que encontrei apoio, abrigo e inspiração durante toda esta caminhada. Obrigada por acreditar em mim, quando eu já não acreditava, pela objetividade e afeto nas palavras, pelos debates que tanto me ajudaram a pensar e desenvolver essa pesquisa. Agradeço também a atenção e carinho da sua família: Neide, Eurico, Thaís, Yuri e Hiago.

Obrigada, Tatiane Amorim, amiga de infância, com quem compartilhei, ainda nos tempos da adolescência, o sonho de trilhar os caminhos da vida acadêmica. Seguimos juntas, mesmo quando os rumos da vida nos levaram por estradas diferentes. Sua presença constante, em meio às transformações do tempo e da rotina, é testemunho de uma amizade rara, daquelas que resistem, florescem e se fortalecem com o passar dos anos. Uma amizade sustentada pelo afeto sincero, pelo respeito mútuo e pela partilha generosa de sonhos.

À Lara Buscioli, agradeço pela amizade que construímos nestes últimos quatro anos. Nossas trajetórias de mães e pesquisadoras nos uniram durante o doutorado e, aos poucos, fomos dedicando muito afeto, compreensão, trocando ideias, conhecimentos e experiências e isso reverberou na amizade bonita e sólida que temos hoje. Obrigada por me acolher na chegada na UNESP, por compartilhar a sua família, a sua casa, os conhecimentos, a vida. Gratidão por caminhar junto comigo nos diferentes espaços da vida acadêmica, pelos debates ferrenhos a respeito desta pesquisa que tanto contribuíram para que eu pudesse traduzir as minhas ideias em texto. Estendo os agradecimentos à sua família que foi meu lar em Presidente Prudente: Regina, Hamilton, Karen, Lucas, Roberson, Isis, Sara, Maria e Luiz.

Minha gratidão ao Professor Dr. Janio Santos, Mestre, amigo, que me ensinou os primeiros passos da pesquisa científica e que teve um papel fundamental na minha formação acadêmica, pessoal e profissional. Suas orientações e ensinamentos seguem comigo por onde eu for. Obrigada por me ensinar a fazer ciência, trilhar meu próprio caminho na Geografia, a acreditar em dias melhores. Sigo aprendendo a cada dia com o seu exemplo. Também, agradeço aos demais colegas do Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, espaço de construção do conhecimento, de formação e pesquisa que integro desde a graduação, em especial a Alexandre, Milton, Camila, Luana e Rízia.

À Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Estar neste Programa, nesta Instituição, permitiu-me acessar outros espaços e professores, com destacada influência no desenvolvimento da pesquisa científica na América Latina, fazer intercâmbios de conhecimentos de grande relevância para minha formação e de maneira específica para o desenvolvimento dessa pesquisa. Destarte, agradeço aos professores/as: Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano (Cacá) da UNESP/Presidente Prudente, pelos debates tão profícuos sobre os Movimentos Socioterritoriais na América Latina, que me ajudaram a pensar a problemática desta pesquisa. À Prof. Dra. Andréa Herrera (UNSE/Santiago del Estero) e à Prof. Dra. Julia Colla (Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral) pela contextualização e aprofundamentos da Questão Agrária na Argentina; Ao Prof. Dr. Leonardo Díaz (Universidad Nacional de Cuyo) pelos ensinamentos durante o Programa de Mobilidade Virtual para estudantes de Pós-graduação.

Agradeço ao orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes, que desde o início se mostrou muito empolgado com a possibilidade de acompanhar esta investigação. Muito obrigada pelos ensinamentos, por me colocar em contato com pessoas de diferentes lugares do mundo que debatem a atuação dos movimentos socioterritoriais, por confiar no meu trabalho, nesta pesquisa, em meu percurso como pesquisadora e por respeitar

minhas decisões. Seu compromisso, sua experiência e sua generosidade intelectual foram fundamentais para a construção deste trabalho. Destaco, especialmente, a possibilidade de articulação que ampliou os horizontes da pesquisa ao possibilitar conexões valiosas com pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições e territórios.

Minha profunda gratidão ao Prof. Dr. Cristian Emanuel Jara, coorientador deste trabalho. Sua experiência, sabedoria e humanidade me acompanharam durante todo esse percurso. Obrigada pela sua disponibilidade, pelos apontamentos necessários, os questionamentos, os debates, o acompanhamento durante os trabalhos de campo, que tanto contribuíram para esta pesquisa. Sua forma sensível e comprometida de orientar foi essencial não apenas para o amadurecimento deste trabalho, mas também para meu crescimento intelectual e humano ao longo dessa trajetória.

Meus agradecimentos aos colegas Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos da Reforma Agrária (NERA), e à Rede DATALUTA, espaço onde pude participar de debates, aprofundar os conhecimentos entorno da temática desta pesquisa, onde foi possível estar em contato com pesquisadores/as de outros grupos de pesquisa do Brasil e de outros países, construir diálogos e nos aproximar, também, de outros territórios semiáridos na América Latina, dentre eles, os que estudamos nesta tese. Aos colegas do NERA, com os quais estive mais próxima no dia a dia da universidade: Wuelington, Gerson, Fernando, Roberta, Maria Eduarda, Michelly. Aos pesquisadores/as os quais tive a possibilidade de dialogar neste período e que de alguma forma contribuíram com essa pesquisa: Eraldo Ramos, José Sobreiro Filho, Lorena Pereira, Aline Albuquerque, Ângela Machado, Janaina Vinha, Etevan Coca, Joana Vaz, Lara Buscioli.

À todas as companheiras do Coletivo de Mulheres da Rede Dataluta, esse espaço de acolhimento, de partilha, no qual tive a oportunidade de trabalhar em conjunto com Mulheres de diferentes lugares e compartilhar inquietações sobre as lutas do que é ser Mulher e Mãe na Universidade. De maneira muito especial, agradeço à Janaina Vinha, Lara Buscioli, Márcia Arteaga, Larissa Coutinho, Aline Albuquerque, Ângela Machado e Michelly Ariadne pela parceria e afeto.

Agradecimento especial aos colegas que compuseram o Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada na equipe da Argentina, a qual estive trabalhando junto em todo o período do Doutorado: Raul, Cristian, Lisbet, Lara, Jessi, Julieta, Marta, Andrea, Julia, Victoria, Lorena, Ani, Lucas. Todos esses anos de trabalho junto a vocês foram de suma importância para a minha formação.

Meus agradecimentos aos pesquisadores/as do Instituto de Estudios para el Desarrollo Social (INDES) da Universidad Nacional de Santiago del Estero com quem tive a honra de

conviver durante o doutorado e, também, de participar de algumas atividades durante a minha estadia em Santiago del Estero. Agradeço de maneira particular ao Prof. Dr. Raul Paz, com quem tive a oportunidade de dialogar sobre esta pesquisa ainda no início, compartilhar minhas inquietações e que contribuiu com leituras e debates.

À todas e todos companheiros/as do INDES que me acolheram com generosidade ao longo deste caminho, pelos diálogos partilhados entre as idas a campo, pelas conversas cheias de sentido, pelos risos fáceis, pelas ricas empanadas que aqueceram os dias. Estendo um agradecimento especial à família de Victoria, que me recebeu com carinho em sua casa, a Cristian e Franco, cuja acolhida afetuosa, presença e disponibilidade constante tornaram minha permanência ainda mais leve. A hospitalidade vivida nesses encontros se inscreve com delicadeza entre as muitas aprendizagens que este caminho me ofereceu.

Para a realização dos trabalhos de campo, tanto no Brasil quanto na Argentina, contamos com a valiosa contribuição de muitas pessoas que se mobilizaram generosamente para tornar possível cada etapa desta caminhada. Desde o apoio logístico até a mediação com lideranças, passando pela orientação dos caminhos, pela escuta atenta e pela acolhida em suas casas, cada gesto foi essencial. Agradeço, com profundo respeito, a todas as representações dos movimentos que compõem esta tese: Articulação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR), Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), Asociación Civil Unión Progreso y Futuro Km 12, Asociación de Mujeres de Jumial Grande, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Pastoral da Pesca (CPP), Delegados Unidos de Figueroa Norte Once Comunidades (DUFINOC), Federación Rural para la producción y el arraigo, Hermanas Esclavas del Sagrado Corazón de Jesus, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Monte en Red, Movimiento Campesino de Figueroa (MOCAFI), Movimiento Campesino de Santiago del Estero MOCASE - Via Campesina, Movimento de Comunidades Remanescentes Quilombola, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Ninashpa, Pueblo Tonocoté Llutke Yaku Muchuna, Rede Mulher do Sertão do São Francisco (RMSSF), Juntas Triunfaremos, Rede de Educação Contextualizada do Semiárido Brasileiro (RESAB), Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT). Ainda que não seja possível nomear individualmente todas as pessoas, por serem muitas as mãos e os corações envolvidos, cada presença foi fundamental. Vocês compartilharam experiências, territórios e vidas, dando sentido e densidade a este trabalho.

Além das representações diretas dos movimentos, outras pessoas também foram fundamentais para que pudéssemos estar nestes territórios. Minha Gratidão à Amiga e Pesquisadora Lorena Linda Paola Sánchez, que me ajudou o planejamento, durante a realização dos trabalhos de campo em Figueroa e me acolheu de maneira muito afetuosa em sua casa juntamente com a sua querida mãe, Marty. Agradeço à Victoria Escobar e sua família: Paola, Franco, Leonardo e o pequeno Genaro, pela articulação com camponeses, por me receber de maneira tão carinhosa em Santiago del Estero. Ainda na organização e realização dos trabalhos de campo na Argentina, agradeço à Lisbet Julca, Julieta Saettone e Lucas Pinto, pesquisadores/as, pessoas amigas muito queridas que conheci durante o doutorado e que me ajudaram a chegar a representações importantes no território argentino e santiaguenho. No Sertão do São Francisco, agradeço especialmente à Socorro, Jaciara e Moacyr, pessoas que foram fundamentais na articulação desta pesquisa no território, contribuíram na organização dos trabalhos de campo, na articulação com os movimentos, na viabilização dos contatos, me ajudaram a chegar em diferentes municípios, com orientações e companhia para os deslocamentos necessários para a realização desta pesquisa.

Pelo carinho, presença, risadas, cafés e encontros, agradeço aos colegas da Pós-graduação com os quais convivi de maneira mais próxima e que me ajudaram a tornar essa jornada menos solitária: Roberta, Gerson, Fernando, Amanda. De maneira muito especial, agradeço à Aline e Ângela, colegas de orientação e amigas queridas, que foram tão acolhedoras na minha chegada à UNESP, com as quais compartilhei muitos momentos de angústias, trabalhos acadêmicos, pesquisas, muitas risadas, alegrias e conquistas. A nossa amizade ultrapassou os muros da universidade e se fortaleceu na partilha cotidiana, na escuta generosa e no apoio mútuo. Sou profundamente grata por cada presença, cada palavra e cada gesto de afeto ao longo dessa caminhada.

Agradeço aos colegas da Revista Geografia em Atos: Mateus Fachin, Mateus Fernandes, Fredi, Karina, Gabriel, Lidiana, Roberta, Wanderson, Yudi, Rízia, Alexandre, Magno, Augusto, Emanuela, Eda, Bogo, João Vitor, Tom e Beatriz.

Rita e Antonella Gregório, aprendo tanto com vocês a cada dia. Compartilhamos vivências intensas e significativas ao longo desses anos de doutorado, experiências que ultrapassam os muros da universidade e se enraízam na amizade, na escuta, no apoio e muitas vezes no silêncio, diante da construção coletiva do saber e da vida. Obrigada por estarem comigo nessa travessia.

Aos amigos e amigas espalhados por este país afora, que são fonte constante de inspiração, afeto e alegria. Cada um, à sua maneira, foi e é suporte, razão para fazer a vida mais

leve e significativa. Larissa, Régis, Camila, Valquíria, Marta, Telminha, Eliane, Tárliison, Climério, Marília, Naila, Rose, Luciano e Moisés: obrigada por caminharem comigo, com palavras, gestos e presenças que aquecem o coração.

Ainda no âmbito dos vínculos de amizade que me sustentam, agradeço aos colegas e amigos/as do Crossvilson: Carina, Gisele, Daiane, Nayara Sena, Fábio, Marina, Maiane, Abraão, Valéria, Yasmin, Vilson Paulinha, com os quais diariamente compartilhei novos aprendizados e boas risadas. Também agradeço ao CETA Capoeira e todos os colegas que integram essa escola. A convivência nesses espaços vai muito além da prática da atividade física, tem sido, também um tempo de cuidado, de desenvolvimento de novas habilidades, que influenciaram diretamente na escrita.

A minha trajetória de militância na vida adulta iniciou-se com o Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia, o CEDASB e a Articulação Semiárido Brasileiro, a ASA. Foi neste lugar, rodeada de gente do Sertão, com pertença, compromisso e dedicação que resgatei minha identidade como Mulher do Semiárido. No convívio cotidiano, com os diferentes povos do Semiárido, aprendi o que era conviver com o Semiárido. A partir da atuação no CEDASB e na ASA passei a me interessar academicamente pelo debate da soberania alimentar, dos movimentos socioterritoriais. Agradeço a cada companheiro e companheira que fez e faz parte da minha trajetória, que me ajudou a construir conhecimentos, que me inspirou a pensar essa pesquisa e que também, contribuíram para o seu desenvolvimento, a partir da conexão com outros movimentos, proporcionando a minha participação em espaços, coletivos e eventos.

Minha gratidão ao CONSEA/BA, este conselho que faço parte a quase uma década, representando inicialmente a ASA e, mais recentemente o CEDASB, que tem me formado e transformado. Agradeço em especial à nossa Presidenta Débora, a Naidson, Caê, Socorro, Regina, Moacyr, Jainei, Célia, Leila, Edileuza, Ioná, Valdivino e Márcia. As trocas, os debates e os encontros nesse espaço plural alimentam não apenas minha pesquisa, mas também minha esperança em processos coletivos e na sua potência para contribuir para a transformação social.

Meus agradecimentos aos membros da banca examinadora que aceitaram avaliar o meu trabalho, pessoas pelas quais tenho profunda admiração, tanto na banca de Defesa da Tese, quanto no Exame Geral de Qualificação: à Prof. Dra. Joana Tereza Vaz Moura e o Prof. Dr. Estevan Leopoldo de Freitas Coca. Na banca de Defesa da Tese: à Prof. Dra. Marta Elena Gutierrez e à Prof. Dra. Larissa Araújo de Paula Coutinho.

A elaboração de alguns materiais nesta tese passou pelas mãos de pessoas que, além de serem especialistas, são também, militantes em movimentos, pessoas que conheci neste

percurso da pós-graduação, pelas quais tenho muita admiração e agradeço pelo trabalho desenvolvido, por contribuírem com essa pesquisa. Obrigada, Julieta Saettone pela elaboração de alguns mapas e Cleto Campos, pela capa desta tese.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº (2021/01632-7), pela bolsa de Doutorado vigente de dezembro de 2022 à fevereiro de 2025, pelo financiamento à essa pesquisa, que foi de grande relevância para a realização de trabalhos de campo, participações em eventos e publicações científicas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, processo 88887.602817/2021-00, através da Bolsa de Doutorado vigente no período de março de 2021 à novembro de 2022. Agradeço pelo apoio.

Minha gratidão, à Jade do Val, psicóloga, profissional dedicada que me acompanhou durante os últimos três anos do doutorado, semanalmente. Nos momentos mais difíceis, em que os ventos do Sertão sopravam mais secos, as vozes ecoavam e a mente estremecia, me ajudou a reencontrar o equilíbrio, a reorganizar os pensamentos, retomar a escrita, enfrentar os obstáculos e a seguir em frente com mais leveza e consciência. Sua atuação foi essencial para que eu pudesse atravessar este percurso com saúde mental e integridade emocional. Estendo meus agradecimentos ao Núcleo Técnico de Atenção Psicossocial (NTAPS) da UNESP, em especial a Isabele Domingos Antoniassi, psicóloga que me acolheu e foi tão importante no início do doutorado. Minha profunda gratidão.

Às divindades e às forças ancestrais que me acompanham, desde as raízes fincadas no chão seco e fértil do Sertão, muito obrigada. É na memória ancestral do Sertão, em seus ritmos e silêncios, que se renova minha coragem para trilhar caminhos de luta, de vida e de esperança. Nos ventos que sopram sabedoria, nas águas escassas que ensinam resistência e fluidez, no sol forte que ilumina, na terra que guarda os passos dos meus ancestrais e das mulheres que vieram antes, encontro a certeza de que não ando só.

Chegou a hora de defender / Nosso pedaço de chão
A terra é nossa isso por direito / Respeite nossa tradição
A nossa luta é por terra e água / Do litoral ao sertão
Lutamos por igualdade / com liberdade garantir o pão

*Vem companheiro / Chega de indecisão
Vem engrossa a fileira / Desfralda a bandeira da libertação
Vem companheira / Esse é o nosso momento
Venha de todos os lados / E de braços dados entrar no movimento*

Vamos juntos engrandecer / Nosso jeito de viver
Com território preservado / Nosso pescado é pra valer
Agora resta se organizar / Para impedir a degradação
Queremos é liberdade / Justiça, garra, determinação

*Vem companheiro / Chega de indecisão
Vem engrossa a fileira / Desfralda a bandeira da libertação
Vem companheira / Esse é o nosso momento
Venha de todos os lados / E de braços dados entrar no movimento*

Da pesca artesanal / Ecoa um grito no ar
Por território pesqueiro / Para viver e trabalhar
De norte a sul Ô que coisa linda / Ver a classe organizada
Juntando homens e mulheres / Seguindo a marcha em caminhada

*Vem companheiro / Chega de indecisão
Vem engrossa a fileira / Desfralda a bandeira da libertação
Vem companheira / Esse é o nosso momento
Venha de todos os lados / E de braços dados entrar no movimento*

Venha de todos os lados / E de braços dados entrar no movimento!

***Hino da Campanha por Território Pesqueiro
Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)***
Letra e Música: Das Neves (PE), Teba (BA), Manuel Roberto (PA), Gilmar (BA)

RESUMO

A atuação dos movimentos socioterritoriais é central para compreender a produção do espaço agrário na América Latina. Nos territórios semiáridos, marcados historicamente por condições edafoclimáticas específicas, desigualdade social, concentração fundiária e ausência do Estado, a soberania alimentar se impõe como um dos principais desafios enfrentados pelas populações, tornando-se também bandeira de luta desses movimentos. Nesta tese, partimos da hipótese de que, diante do histórico da espacialização da fome, os povos dos semiáridos no Brasil e na Argentina constroem estratégias e conformam redes de resistência multiescalares. Temos como objetivo principal a análise da atuação dos movimentos socioterritoriais na produção do espaço agrário latino-americano, a partir da luta pela soberania alimentar no século XXI, tomando como referência os territórios do Sertão do São Francisco (Brasil) e de Figueroa (Argentina). A metodologia adotada é qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético e orientada por uma abordagem de pesquisa militante, com base em trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, diário de campo, registros visuais, pesquisa bibliográfica e documental, além da análise de dados estatísticos. A estratégia comparativa sustenta a análise das ações dos movimentos, considerando suas semelhanças, diferenças e singularidades. Os resultados demonstram que os movimentos socioterritoriais desenvolvem ações que compõem a multidimensionalidade da soberania alimentar, abrangendo dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, tendo os processos formativos como eixo estruturante. Nossa tese confirma a construção do Paradigma da Convivência com o Semiárido (PCSA) como materialização da luta dos povos pela soberania alimentar, em contraposição ao Paradigma do Combate à Seca (PCS), vinculado ao modelo do capitalismo agrário. A partir da análise da atuação dos movimentos aprofundamos o debate sobre os elementos que compõem o PCSA. Essa tese contribui para visibilizar as práticas e resistências, reconhecendo os saberes, estratégias e formas de organização dos povos do semiárido, reafirmando seu protagonismo na construção de um projeto político e territorial próprio, fundamentado nos princípios do PCSA. Concluimos que os movimentos socioterritoriais, por meio de suas práticas e articulações, constroem redes de resistência multiescalares que materializam um projeto político, social e ideológico ancorado na multidimensionalidade da soberania alimentar.

Palavras-chave: Paradigma da Convivência com o Semiárido, Paradigma do Combate à Seca, Pesquisa Militante, Soberania Alimentar, Movimentos Socioterritoriais.

**PRODUCCIÓN DEL ESPACIO AGRARIO Y LA LUCHA POR LA SOBERANÍA
ALIMENTARIA EN EL SEMIÁRIDO LATINOAMERICANO: UN ANÁLISIS
COMPARATIVO DE LAS ACCIONES DE LOS MOVIMIENTOS
SOCIOTERRITORIALES EN EL TERRITORIO DEL SERTÃO DO SÃO
FRANCISCO (BRASIL) Y EN EL DEPARTAMENTO DE FIGUEROA
(ARGENTINA)**

RESUMEN

La actuación de los movimientos socioterritoriales es central para comprender la producción del espacio agrario en América Latina. En los territorios semiáridos, históricamente marcados por condiciones edafoclimáticas específicas, desigualdad social, concentración de la tierra y ausencia del Estado, la soberanía alimentaria se impone como uno de los principales desafíos enfrentados por las poblaciones, convirtiéndose también en bandera de lucha de estos movimientos. En esta tesis partimos de la hipótesis de que, ante el historial de espacialización del hambre, los pueblos de los semiáridos de Brasil y Argentina construyen estrategias y conforman redes de resistencia multiescalares. Nuestro objetivo principal es analizar la actuación de los movimientos socioterritoriales en la producción del espacio agrario latinoamericano a partir de la lucha por la soberanía alimentaria en el siglo XXI, tomando como referencia los territorios del Sertão do São Francisco (Brasil) y de Figueroa (Argentina). La metodología adoptada es cualitativa, basada en el materialismo histórico-dialéctico y orientada por un enfoque de investigación militante, sustentada en trabajo de campo, entrevistas semiestructuradas, diario de campo, registros visuales, investigación bibliográfica y documental, además del análisis de datos estadísticos. La estrategia comparativa sostiene el análisis de las acciones de los movimientos, considerando sus semejanzas, diferencias y singularidades. Los resultados demuestran que los movimientos socioterritoriales desarrollan acciones que componen la multidimensionalidad de la soberanía alimentaria, abarcando dimensiones sociales, políticas, económicas, culturales y ambientales, teniendo los procesos formativos como eje estructurante. Nuestra tesis confirma la construcción del Paradigma de la Convivencia con el Semiárido (PCSA) como materialización de la lucha de los pueblos por la soberanía alimentaria, en contraposición al Paradigma del Combate a la Sequía (PCS), vinculado al modelo del capitalismo agrario. A partir del análisis de la actuación de los movimientos profundizamos el debate sobre los elementos que componen el PCSA. Esta tesis contribuye a visibilizar las prácticas y resistencias, reconociendo los saberes, estrategias y formas de organización de los pueblos del semiárido, reafirmando su protagonismo en la construcción de un proyecto político y territorial propio, basado en los principios del PCSA. Concluimos que los movimientos socioterritoriales, a través de sus prácticas y articulaciones, construyen redes de resistencia multiescalares que materializan un proyecto político, social e ideológico anclado en la multidimensionalidad de la soberanía alimentaria.

Palabras clave: Paradigma de la Convivencia con el Semiárido, Paradigma del Combate a la Sequía, Investigación Militante, Soberanía Alimentaria, Movimientos Socioterritoriales.

**PRODUCTION OF AGRARIAN SPACE AND THE STRUGGLE FOR FOOD
SOVEREIGNTY IN THE LATIN AMERICAN SEMI-ARID REGION: A
COMPARATIVE ANALYSIS OF THE ACTIONS OF SOCIO-TERRITORIAL
MOVEMENTS IN THE TERRITORY OF THE SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
(BRAZIL) AND THE DEPARTMENT OF FIGUEROA (ARGENTINA)**

ABSTRACT

The actions of socioterritorial movements are central to understanding the production of agrarian space in Latin America. In semi-arid territories, historically marked by specific edaphoclimatic conditions, social inequality, land concentration, and state absence, food sovereignty emerges as one of the main challenges faced by local populations, becoming also a rallying banner of these movements. In this thesis, we start from the hypothesis that, given the historical spatialization of hunger, the peoples of the semi-arid regions in Brazil and Argentina build strategies and form multiscalar networks of resistance. Our main objective is to analyze the actions of socioterritorial movements in the production of Latin American agrarian space through the struggle for food sovereignty in the 21st century, taking as reference the territories of Sertão do São Francisco (Brazil) and Figueroa (Argentina). The methodology adopted is qualitative, based on historical-dialectical materialism and guided by a militant research approach, grounded in fieldwork, semi-structured interviews, field diaries, visual records, bibliographic and documentary research, as well as statistical data analysis. The comparative strategy supports the analysis of the movements' actions, considering their similarities, differences, and specificities. The results demonstrate that socioterritorial movements develop actions that make up the multidimensionality of food sovereignty, covering social, political, economic, cultural, and environmental dimensions, with educational processes as their structuring axis. Our thesis confirms the construction of the Paradigm of Living with the Semi-Arid (PCSA) as the materialization of the peoples' struggle for food sovereignty, in contrast to the Paradigm of Combating Drought (PCS), linked to the agrarian capitalist model. By analyzing the actions of the movements, we deepen the debate on the elements that constitute the PCSA. This thesis contributes to making practices and resistances visible, recognizing the knowledge, strategies, and forms of organization of the semi-arid peoples, reaffirming their protagonism in building their own political and territorial project, based on the principles of the PCSA. We conclude that socioterritorial movements, through their practices and articulations, build multiscalar networks of resistance that materialize a political, social, and ideological project anchored in the multidimensionality of food sovereignty.

Keywords: Paradigm of Living with the Semi-Arid, Paradigm of Combating Drought, Militant Research, Food Sovereignty, Socioterritorial Movements.

LISTA DE SIGLAS	
AABA	Articulação Baiana de Agroecologia
ACBANTU	Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu
AFCI	Agricultura Familiar Campesina Indígena
AL	Alagoas
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANM	Agência Nacional de Mineração
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APPR	Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso
ASA	Articulação Semiárido Brasileiro
ASOMA	Programa de Apoio Solidário a Mayores
ATER	Assessoria Técnica e Extensão Rural
AUH	Programa Asignación Universal por Hijo
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAQ	Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CEDASB	Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia
CETEP	Centro Territorial de Educação Profissional
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CNA	Censo Nacional Agropecuário da Argentina
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA/BA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado da Bahia
COVID -19	Coronavirus Disease 2019 (Doença do Coronavírus 2019)
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUPAF	Comisiones Unidas de Productores Agropecuarios de Forestales
CUSEC	Comisiones Unidas del Sud Este de Figueroa
DATALUTA	Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DUFINOC	Delegados Unidos de Figueroa Norte Once Comunidades
EAP	Explotaciones Agropecuárias

EAPcld	Explotaciones Agropecuárias con límites definidos
EAPsld	Explotaciones Agropecuárias sin límites definidos
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
EnconASA	Encontro Nacional da ASA
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCONA	Encuentro de Organizaciones Campesinas e Indígenas representa a 120 organizaciones de la agricultura familiar en 8 provincias del Norte Argentino
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPESP	Federação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FPC	Feria del Productor al Consumidor
FEBAF	Fórum Baiano da Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IFOCS	Instituto Federal de Obras Contra a Seca
INAN	Institui Nacional de Alimentação e nutrição
INCRA	Instituto Nacional da Reforma Agrária
INCUPA	Instituto de Cultura Popular
INDEC	Instituto Nacional de Estadística Y Censos de la República Argentina
INDES	Instituto de Estudios para el Desarrollo Social
INSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
INTA	Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria de Argentina
IOCS	Instituto de Obras Contra as Secas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPLAN	Instituto de Planejamento Econômico e Social
IRPAA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MOCAFI	Movimiento Campesino de Figueroa
MOCASE	Movimiento Campesino de Santiago del Estero
MOCASE/VC	Movimiento Campesino de Santiago del Estero Vía Campesina
MPP	Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA	Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos da Reforma Agrária
NOA	Noroeste Argentino

ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ODS	Observatorio de la Deuda Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organizações das Nações Unidas
Oscip	Organização da sociedade civil de interesse público
P1+2	Programa Uma Terra e Duas Águas
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PAN	Programa Alimentario Nacional
PCA	Paradigma do Capitalismo Agrário
PCS	Paradigma do Combate à Seca
PCSA	Paradigma da Convivência com o Semiárido
PEA	Programa de Emergencia Alimentar
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PERT	Programa de Estudios Regionales y Territoriales
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNADc	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua
PNAE	Programa Nacional da Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSA	Plan Nacional de Seguridad Alimentaria
PNSN	Pesquisa Nacional sobre Saúde e nutrição
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPGEO	Programa de Pós-graduação em Geografia
PQA	Paradigma da Questão Agrária
PROCAFI	Productores Campesinos de Figueroa
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PROHUERTA	Proyecto Integrado Promoción de la Auto producción de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PROSOCO	Programa de Políticas Sociales Comunitarias
PROSONU	Programa de Promoción Social Nutricional
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
REDAF	Red Agroforestal Chaco Argentina
Rede DATA LUTA	Rede Brasileira de pesquisa da Luta por Espaços e Territórios
RedLAC	Red Latinoamericana y del Caribe de Mujeres Rurales
REDE PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
RENAF	Registro Nacional de la Agricultura Familiar

RESAB	Rede de Educação Contextualizada do Semiárido Brasileiro
RMSSF	Rede Mulher do Sertão do São Francisco
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SARS-CoV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2
SASOP	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SE	Sergipe
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISVAN	Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional
SUDENE	Superintendência do Nordeste
SUNAB	Superintendência Nacional de Abastecimento
TAF	Trabajadores Agrarios de Figueroa
UBA	Universidad de Buenos Aires
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAM SURI	Universidad Campesina - Sistemas Rurales Indocampesinos
UNSE	Universidad Nacional de Santiago del Estero
UPEPROF	Unión de Pequeños Productores de Figueroa
USP	Universidade do Estado de São Paulo
UTT	Unión de Trabajadores de la Tierra
VIGISAN	Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional

LISTA DE FOTOGRAFIAS	
Fotografia 1: Moradores de Areia Grande em atividade de celebração da conquista judicial, setembro de 2023	149
Fotografia 2: Carro-pipa às margens da Barragem de Sobradinho, Remanso, Sertão do São Francisco (Brasil)	152
Fotografia 3: Instalações do complexo solar Futura em Juazeiro, Sertão do São Francisco (Brasil)	158
Fotografia 4: Fechamento de estrada contra mineração em Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)	217
Fotografia 5: Caminhada pelo Dia Internacional das Mulheres, Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)	220
Fotografia 6: Cisterna de Placas, Comunidade Remanescente Quilombola e Fundo de Pasto Lagoinha, Casa Nova, Sertão do São Francisco (Brasil)	231
Fotografia 7: Assembleia Rede Mulher do Sertão do São Francisco, em Juazeiro, Sertão do São Francisco (Brasil)	241
Fotografia 8: Plenária do CONSEA/BA, Salvador (Brasil)	241
Fotografia 9: Certificado de Produção Agroecológica exposto juntamente com Cesta de Frutas, Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)	296
Fotografia 10: “Contracercamento” comunidade de San Francisco, Figueroa (Argentina)	311

LISTA DE PAINÉIS FOTOGRÁFICOS	
Painel fotográfico 1: Registros de trabalho de campo no Sertão do São Francisco (Brasil)	51
Painel fotográfico 2: Atividades realizadas durante trabalho de campo em La Plata e Buenos Aires, Argentina	53
Painel Fotográfico 3: Atividades realizadas durante trabalho de campo em Santiago del Estero, Argentina	56
Painel Fotográfico 4: Participação na 6ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Sertão do São Francisco	57
Painel Fotográfico 5: Registros durante trabalho de campo no Sertão do São Francisco (Brasil)	58
Painel Fotográfico 6: Trabalho de campo em Figueroa (Argentina)	60
Painel Fotográfico 7: Dique Figueroa e Canais de distribuição de água, Figueroa, Santiago del Estero (Argentina)	138
Painel Fotográfico 8: Grito dos Excluídos em Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)	219
Painel Fotográfico 9: Momento formativo realizado pela UTT durante Feira de Flores, Altamisque, Santiago del Estero (Argentina)	224
Painel Fotográfico 10: Feira de Saberes e Sabores, X ENCONASA, Canindé do São Francisco, Alagoas (Brasil)	225
Painel Fotográfico 11: Alimentos produzidos pela comunidade de San Francisco, Figueroa, Santiago del Estero, Argentina	226
Painel fotográfico 12: Produção de Farinha, Comunidade Remanescente Quilombola e Fundo de Pasto, Lagoinha, Casa Nova, Sertão do São Francisco (Brasil)	227
Painel Fotográfico 13: Produção agroecológica em Invernada Sur e Machajuay Huanchina, Figueroa (Argentina)	228
Painel fotográfico 14: Produção agroecológica, Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)	229
Painel fotográfico 15: Diversidade de Sementes Crioulas vegetais e animais no Sertão do São Francisco (Brasil) e Figueroa (Argentina)	230
Painel Fotográfico 16: Cisternas de Placas nas comunidades de San Felipe e Remansito, Figueroa (Argentina)	232
Painel Fotográfico 17: Alimentos comercializados na Feira Agroecológica de Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)	233
Painel fotográfico 18: Armazém da UTT, Santiago del Estero (Argentina)	235
Painel Fotográfico 19: Registros da história de alguns movimentos do Sertão do São Francisco (Brasil) e de Figueroa (Argentina)	236
Painel fotográfico 20: Peças Artesanais produzidas pelas Mulheres do coletivo Ninashpa	237
Painel fotográfico 21: Peças Artesanais produzidas por Monte en Red e o Pueblo Yaku Muchuna	238
Painel fotográfico 22: Produtos artesanais do Mont en Red, Figueroa, Santiago del Estero (Argentina)	239
Painel Fotográfico 23: Imagens de Processos Formativos e Materiais Didáticos Produzidos pelos Movimentos do Sertão do São Francisco	290
Painel fotográfico 24: Tecnologias de Convivência com o Semiárido, Sertão do São Francisco (Brasil)	293
Painel fotográfico 25: Cartazes de Divulgação de Feriazo e Verdurazo da UTT, Santiago del Estero (Argentina)	313

Painel Fotográfico 26: Elementos representativos das Promoção de Práticas Integrativas de Saúde no Sertão do São Francisco e em Figueroa (Argentina)	318
--	-----

LISTA DE RELATOS SOCIOTERRITORIAIS	
Relato Socioterritorial 1: Reflexão sobre a Dimensão Educativa e a Formação nos Movimentos Socioterritoriais	223
Relato Socioterritorial 2: Conquista de escola e curso técnico	286
Relato Socioterritorial 3: Formação de multiplicadores da convivência com o semiárido	287
Relato Socioterritorial 4: Estudos sobre impactos dos empreendimentos e mapeamentos de comunidades tradicionais.	289
Relato Socioterritorial 5: Formação: espinha dorsal da convivência com o semiárido	291
Relato Socioterritorial 6: Caderneta Agroecológica e a visibilização do trabalho das mulheres	297
Relato Socioterritorial 7: A Escola de Agroecologia	305
Relato Socioterritorial 8: A Escola de Comunicação Popular	306
Relato Socioterritorial 9: A Comunicação Popular como ferramenta de transformação na vida das Mulheres	308

LISTA DE MAPAS	
Mapa 1: Trabalhos de Campo realizados Brasil e Argentina	49
Mapa 2: Locais visitados nos trabalhos de campo realizados no Sertão do São Francisco (Brasil)	50
Mapa 3: Locais visitados nos trabalhos de campo realizados no em Figueroa (Argentina)	55
Mapa 4: Localização da área de Estudo	91
Mapa 5: Localização do Gran Chaco Sul-americano e do Chaco Argentino	160
Mapa 6: Escala de atuação do Movimentos Socioterritoriais, Figueroa (Argentina)	200

LISTA DE ORGANOGRAMAS	
Organograma 1: Ações dos Movimentos Socioterritoriais no Sertão do São Francisco (Brasil) e em Figueroa (Argentina)	216
Organograma 2: Síntese dos Elementos da Convivência com o Semiárido	275
Organograma 3: Paradigmas do Semiárido	280
Organograma 4: Ações particulares do Sertão do São Francisco (Brasil)	284
Organograma 5: Ações particulares de Figueroa (Argentina)	302
Organograma 6: Paradigma da Convivência com o Semiárido (PCSA): Contribuições a partir da análise dos territórios do Sertão do São Francisco (Brasil) e de Figueroa (Argentina)	316
Organograma 7: Multiescalaridade da atuação do Movimentos Socioterritoriais do Sertão do São Francisco (Brasil) e Figueroa (Argentina)	323

LISTA DE QUADROS	
Quadro 1: Entrevistas realizadas entre 2022 e 2024	63
Quadro 2: Categorização das ações identificadas para cada Movimento Socioterritorial	73
Quadro 3: Categorização das Ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais do Sertão do São Francisco e Figueroa	75
Quadro 4: Movimentos Socioterritoriais estudados no Sertão do São Francisco (Brasil) e em Figueroa (Argentina)	189
Quadro 5: Ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais no Sertão do São Francisco (Brasil) e Figueroa (Argentina)	211
Quadro 6: Ações Particulares do Sertão do São Francisco (Brasil)	283
Quadro 7: Ações Particulares de Figueroa (Argentina)	301

LISTA DE GRÁFICOS	
Gráfico 1: Áreas destinadas aos plantios de soja, feijão, arroz e mandioca no Brasil no Período entre setembro 2006 a fevereiro de 2025	127
Gráfico 2: Estimativa das áreas destinadas aos plantios de soja, trigo e arroz na Argentina no Período entre 1969/70 a 2023/24	128
Gráfico 3: Tamanhos dos estabelecimentos agropecuários no Semiárido Brasileiro	141
Gráfico 4: Número de famílias assentadas no Semiárido Brasileiro no período entre 1995 e 2023	144
Gráfico 5: Número assentamentos criados no Semiárido Brasileiro no período entre 2000 e 2023	144
Gráfico 6: Número assentamentos criados no Sertão do São Francisco no período entre 2000 e 2023	150
Gráfico 7: Número de Empreendimentos de Energia eólica no Sertão do São Francisco	156
Gráfico 8: Número de Empreendimentos de Energia Solar no Sertão do São Francisco	157
Gráfico 9: Argentina, número de Explotaciones Agropecuárias por província	162
Gráfico 10: Quantidade de EAPs sem limites definidos por departamento e província de Santiago del Estero, Argentina.	169
Gráfico 11: Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar no Brasil no período de 2004 a 2023	261
Gráfico 12: População em situação de Insegurança Alimentar e Insegurança Alimentar Severa na Argentina no período entre 2004 e 2024	264

LISTA DE TABELAS	
Tabela 1: Semiáridos na América Latina: Superfície e População	90
Tabela 2: Censo Agropecuário: Semiárido Brasileiro, Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia e grupos de área total 2017-2021	143
Tabela 3: Estrutura Fundiária da Bahia em 2020	147
Tabela 4: Explotaciones Agropecuarias com limites definidos e mistas por escala de extensão Santiago del Estero, Argentina	165

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	26
CAPÍTULO 1: PESQUISA MILITANTE: O PERCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DA TESE	33
1.1. Da perspectiva da escassez: trajetória de vida e pesquisa da autora	35
1.2. Metodologia de pesquisa qualitativa em Geografia: a pesquisa militante na produção de territórios (i)materiais	40
1.2.1. Percursos metodológicos, instrumentos de pesquisa e experiências em campo	45
1.2.1.1. Fontes primárias: a realização dos trabalhos de campo no contexto da pesquisa militante	47
1.2.1.2. Fontes primárias: entrevista semiestruturada, diário de campo e registro visual	61
1.2.1.3. Fontes secundárias: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, dados quantitativos	69
1.2.2. Tratamento da informação	71
1.2.2.1 - Tratamento dos dados obtidos em trabalho de campo: transcrição de entrevistas, categorização, comparação, elaboração dos produtos imagéticos (mapas/organogramas construção de gráficos/tabelas/quadros)	71
1.2.3. Análise dos dados	80
1.3. Contribuições para o debate sobre metodologias de pesquisa em Geografia: A pesquisa qualitativa pautada em uma pesquisa militante, dialógica e emancipadora.	81
CAPÍTULO 2: METAMORFOSES TERRITORIAIS E DINÂMICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO LATINO-AMERICANO	87
2.1. Dinâmicas pretéritas e formação territorial da América Latina	88
2.2. Transformações territoriais e processos atuais na produção do espaço agrário latino-americano	114
2.3. A questão agrária nos territórios do Sertão Do São Francisco e de Figueroa: elementos para pensar o Paradigma do Combate à Seca	130
2.3.1. Caracterização da estrutura agrária do Semiárido Brasileiro	140
2.3.2. Caracterização da estrutura agrária do Semiárido Santiaguenho	159
CAPÍTULO 3: A MULTIESCALARIDADE E A MULTIDIMENSIONALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO SEMIÁRIDO LATINO-AMERICANO	173
3.1. Espaço, território e territorialidade: elementos para o debate da questão agrária latino-americana	174
3.2. Movimentos socioterritoriais do Sertão do São Francisco e Figueroa: uma caracterização a partir das suas multidimensionalidades e multiescalaridades	185

3.3. Movimentos socioterritoriais na luta pela soberania alimentar: ações e experiências no Sertão do São Francisco (Brasil) e em Figueroa (Argentina)	209
--	-----

CAPÍTULO 4: O PARADIGMA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E AS REDES DE RESISTÊNCIA PELA SOBERANIA ALIMENTAR NO SEMIÁRIDO LATINOAMERICANO	243
---	-----

4.1. Conceitos, fundamentos e trajetórias da segurança alimentar e da soberania alimentar no Brasil e na Argentina	246
--	-----

4.2. Do território à teoria: o Paradigma da Convivência com o Semiárido nas práticas dos movimentos socioterritoriais	270
---	-----

4.3. Sertão do São Francisco (Brasil): o Paradigma da Convivência com o Semiárido como materialização das lutas por soberania alimentar	282
---	-----

4.4. Figueroa (Argentina): práticas e resistências na construção do Paradigma da Convivência com o Semiárido	301
--	-----

4.5. O Paradigma da Convivência com o Semiárido e as redes de resistência pela soberania alimentar no Semiárido Latino-americano	314
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	330
-----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	336
--------------------	-----

APÊNDICE 1: Descrição da arte da capa	360
--	-----

APÊNDICE 2: Breve histórico das pessoas citadas nas entrevistas como pseudônimos	361
---	-----

INTRODUÇÃO

A produção do espaço agrário no contexto latino-americano tem sido marcada historicamente pela conflitualidade que envolve relações complexas nos diferentes territórios, expressas, frequentemente, por meio de conflitos socioterritoriais, disputas que envolvem a posse e uso da terra, diferentes modelos de desenvolvimento e a resistência dos movimentos socioterritoriais que, a partir de suas ações lutam pelo território e suas territorialidades. Nos territórios semiáridos, especificamente, essas dinâmicas se tornam ainda mais intensas devido às particularidades ambientais, climáticas e socioeconômicas, o que coloca em relevo desafios relacionados ao acesso à água, e a produção de alimentos. Nesse cenário, o tema da soberania alimentar ganha centralidade enquanto perspectiva de resistência, de diferentes povos, fundamentando ações coletivas e práticas de convivência com o semiárido.

Conforme aponta Rubio (2015), na atual fase de acumulação e ampla expansão do capital e de recorrentes crises alimentares, as grandes corporações têm lucrado exponencialmente com o controle da produção. Enquanto isso, as populações vivenciam contextos de pobreza e privações de acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficientes para manter as suas necessidades nutricionais e de existência.

O tema da fome também está em evidência na escala mundial e integra uma agenda de ações globais, envolvendo diversos países e organismos internacionais a exemplo das Organizações das Nações Unidas (ONU). Essa agenda estava expressa nos 8 objetivos do milênio e, mais recentemente, em 2015 passaram a compor as diretrizes da Agenda 2030 da ONU, que consiste nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas centradas em articular o desenvolvimento econômico com uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (ONU, 2015). Após a Pandemia de Doença do Coronavírus 2019 (COVID-19), houve um crescimento vertiginoso do número de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo. Em 2023, o relatório da ONU divulgou que 735 milhões de pessoas passavam fome no mundo. Já em 2024, a organização apontou que mais de 864 milhões chegaram a ficar sem alimentos por um dia inteiro ou mais (FAO, 2024).

Os territórios semiáridos do Brasil e da Argentina são marcados historicamente pela fome que está atrelada à insuficiente atuação do Estado, às investidas do Capital nestes territórios e ao discurso que perdura ao longo dos séculos no qual há uma perpetuação da ideia de que esses territórios são inviáveis. Ademais, há uma intencionalidade na invisibilização dos povos e das resistências travadas em detrimento da privação dos seus direitos.

Diante disso, especificamente no Território do Sertão do São Francisco, no Brasil, e no Departamento de Figueroa, na Argentina, observamos um protagonismo crescente dos movimentos socioterritoriais que, por meio de suas ações, buscam redefinir as relações entre produção agrária, território e alimentação, contestando os modelos hegemônicos de desenvolvimento e propondo alternativas de produção, distribuição e consumo baseadas na autonomia das comunidades locais.

São diversos os movimentos socioterritoriais compostos por camponeses, indígenas, camponeses-indígenas, povos tradicionais de fundo de pasto, povos de terreiro, ribeirinhos, pescadores, quilombolas e movimentos de mulheres, que atuam como resistência nesses territórios. Esses grupos enfrentam cotidianamente o modelo hegemônico de desenvolvimento, cujas práticas frequentemente resultam em conflitos, impulsionando-os a se mobilizar na defesa de seus modos de vida e da permanência em seus territórios.

A nossa trajetória de vida no Semiárido Baiano que perpassa as últimas décadas do século XX e início do século XXI nos permite ver e experienciar empiricamente através da nossa história e dos nossos antepassados, contextos de fome, pobreza, miséria, abandono por parte do Estado e conflitos, ao mesmo tempo em que se concretiza muita luta e solidariedade entre os diferentes povos.

Tal problemática, trouxe inquietações e a necessidade de aprofundar nestes contextos para compreendê-los cientificamente, o que nos impeliu a lutar para a sua transformação, inicialmente, pela busca do conhecimento formal através do ingresso na ciência geográfica. A partir da entrada na vida acadêmica nos dedicamos a estudar territórios do Semiárido. Começamos as nossas análises centradas na compreensão das relações campo-cidade e da mobilidade do trabalho, temas que, historicamente, atravessam a vida das pessoas que vivem no Semiárido Brasileiro e que implicam diretamente na transformação desses territórios.

Em pesquisa realizada anteriormente para o mestrado, identificamos uma relação direta entre a saída de pessoas do campo e contextos de fome. Nas motivações apresentadas pelos camponeses naquele momento, destacava-se também a necessidade de manter a própria reprodução da vida, pois para muitas famílias, a produção que tinham em suas propriedades adicionada à renda obtida com a venda da sua força de trabalho no campo não era suficiente para manutenção da família. Em contrapartida, observávamos nos depoimentos que, naqueles territórios onde havia a atuação de movimentos, associações, sindicatos, cooperativas, havia aí também uma mudança na realidade das famílias que passavam a permanecer maior tempo na comunidade e, também, a melhorar a renda com a produção de alimentos e comercialização, o que nos levou a inferir que as ações desempenhadas pelos coletivos contribuíam de alguma

maneira para uma melhoria na vida dessas famílias (Moreira, 2018). Essas constatações e questionamentos foram importantes e provocaram as primeiras perguntas que se desdobraram nas problemáticas para o desenvolvimento dessa tese.

Nos perguntávamos, de maneira mais ampla, como se dá a produção do espaço agrário no semiárido latino-americano a partir do contexto de luta dos movimentos socioterritoriais contra a fome, na busca pela soberania alimentar em seus territórios. Ao mesmo tempo nos inquietavam as preocupações a respeito do avanço das transformações provocadas pelo modelo de desenvolvimento do agronegócio sobre o espaço agrário, em detrimento das ações do Estado para legitimar o espraio dos grandes empreendimentos sobre territórios semiáridos. Também nos perguntávamos quais os paradigmas em voga e expressos nas conflitualidades, na materialidade e na imaterialidade dos territórios.

Essas questões partiram de um entendimento de que o território agrário latino-americano passa neste início do século XXI por uma reestruturação que tem como principal responsável o modelo econômico e o sistema agrícola baseado no modelo de desenvolvimento do agronegócio em vigência, pautado exclusivamente no lucro. Nessa direção, nas regiões semiáridas, os diferentes povos que vivem nesses territórios são afetados pela política econômica que, atrelada aos longos períodos de estiagem e/ou inundações provocam a perda de colheitas inteiras, descapitalização de pequenas economias familiares, empobrecimento e desterritorialização.

Nesse sentido, estudar questões como a fome, a soberania alimentar e a atuação dos movimentos socioterritoriais nos territórios semiáridos torna-se essencial, especialmente diante das realidades observadas em pesquisas anteriores. A relevância desse estudo fundamenta-se no contexto histórico, econômico e social que marca os territórios semiáridos, onde povos travam continuamente batalhas coletivas para assegurar suas condições de vida e garantir a permanência em seus territórios.

Enquanto sujeitas que fazem parte do povo do Semiárido, integrante de movimento socioterritorial, que se propõe a compreender a realidade em que está imbuída na sua atuação política cotidiana, optamos por realizar uma pesquisa militante, desenvolvida em um espaço de construção do conhecimento formal. Uma proposta de investigação que nasceu da nossa trajetória acadêmica, dos resultados obtidos em pesquisas anteriores, e, sobretudo, pelo fato de fazermos parte do povo do semiárido baiano que atua juntamente com os movimentos na luta pela soberania alimentar neste território. Dessas múltiplas experiências e inquietações que entrelaçam o fazer científico com a militância no semiárido, é que surgiu a proposta de realizar este estudo.

Diante desse contexto, a presente tese propõe uma análise comparada dessas experiências territoriais, buscando compreender como os movimentos socioterritoriais, em suas ações e resistências cotidianas, contribuem para a construção de espaços agrários pautados pela luta em defesa da soberania alimentar e da convivência com o semiárido.

Nos propomos a analisar a produção do espaço agrário latino-americano, através da atuação dos movimentos socioterritoriais no século XXI e sua luta pela soberania alimentar tendo como recorte específico o Território do Sertão do São Francisco na Bahia, Brasil e o Departamento de Figueroa em Santiago del Estero, Argentina.

Dessa proposta geral considerando para a análise a atuação do Capital, do Estado, dos Movimentos Socioterritoriais, dos diferentes povos do semiárido derivam os seguintes objetivos específicos:

1. Caracterizar os territórios do Sertão do São Francisco e de Figueroa a partir da apropriação da água, da terra e dos modelos de desenvolvimento, indicando as semelhanças, particularidades e diferenças do processo de espacialização da fome no semiárido latino-americano na constituição desses territórios, a partir do avanço do Capital, do discurso da fome e da produção de alimentos;
2. Comparar a aplicação das políticas de segurança alimentar no Brasil e na Argentina para analisar os discursos e conflitualidades no processo histórico de formação socioeconômica e socioespacial de cada um desses territórios;
3. Identificar as estratégias governamentais do Estado e as estratégias dos povos do semiárido para o enfrentamento à fome nos territórios do Sertão do São Francisco e de Figueroa, buscando compreender os seus principais elementos de luta;
4. Analisar as ações dos movimentos socioterritoriais no Sertão do São Francisco e em Figueroa na construção de projetos de Soberania Alimentar a partir dos territórios, como elemento de resistência destes sujeitos à questão da fome e os processos estruturantes que (re)criam este processo;
5. Compreender as conflitualidades existentes entre as diferentes instituições e os movimentos socioterritoriais na disputa territorial e como esses movimentos se articulam para construir redes de resistência em busca da soberania alimentar no semiárido latino-americano.

Nossa hipótese inicial, confirmada ao longo da pesquisa, é que os povos do semiárido no Brasil e na Argentina, frente à histórica espacialização da fome, têm construído estratégias territoriais e redes multiescalares de resistência para enfrentar os conflitos, a pobreza e a fome, possibilitando práticas de convivência com o semiárido e promovendo um projeto político, social e ideológico de soberania alimentar.

Temos como foco a leitura da realidade numa perspectiva multidimensional e multiescalar a partir da atuação dos movimentos. Essa é uma tarefa desafiadora porque exige analisar realidades complexas, que envolvem diversos níveis de atuação: local, territorial, regional, nacional, global, e diferentes dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Ao mesmo tempo, é inovadora por romper com abordagens tradicionais, que tendem a considerar fenômenos socioterritoriais de forma isolada ou fragmentada. Assim, adotar uma perspectiva multidimensional e multiescalar a partir da atuação dos movimentos permite revelar conexões menos evidentes, reconhecer diferentes escalas de resistência e compreender como ações locais se articulam e influenciam dinâmicas mais amplas.

Conforme constatado na revisão bibliográfica realizada em bases como Scielo e Google Scholar, há poucas pesquisas que articulem de modo integrado a temática da atuação de movimentos socioterritoriais e a luta contra a fome especificamente para os territórios semiáridos latino-americanos estudados. As pesquisas identificadas abordam esses elementos de forma separada ou restrita a experiências nacionais, ou locais isoladas. Nesta pesquisa trabalhamos os temas de maneira integrados e de maneira comparada. Além disso, apresentamos os conteúdos das lutas através das ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais.

Ressaltamos que essa pesquisa é de cunho qualitativo e nos pormos a trabalhar o materialismo histórico e dialético enquanto “método de interpretação e de transformação da realidade” com a utilização de diferentes “métodos de investigação”. Nesse sentido, com a finalidade de cumprir os objetivos estabelecidos, o trabalho está estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo que tem como título “Pesquisa Militante: O Percurso para a Construção Da Tese” apresentamos a trajetória percorrida durante a construção desta tese, tendo em vista que se trata de uma pesquisa militante, de cunho qualitativo. Abordamos a nossa trajetória de vida e acadêmica evidenciando como nos inserimos no contexto da luta dos movimentos socioterritoriais e da pesquisa científica. Discorremos sobre as experiências obtidas através do uso de diferentes instrumentos de pesquisa para a obtenção de dados referentes aos territórios investigados, bem como, durante o tratamento da informação e na análise dos dados. Também, apresentamos contribuições a partir desta pesquisa para pensar metodologias de pesquisa na Ciência Geográfica que estejam pautadas na pesquisa militante.

No segundo capítulo intitulado “Metamorfoses Territoriais e Dinâmicas da Produção do Espaço Agrário Latino-Americano” pautamos nossa análise nos processos históricos que conformaram ao longo tempo a produção do espaço agrário latino-americano e nas dinâmicas

atuais que neste início do século XXI reconfiguram o território. Analisamos de maneira específica os territórios semiáridos no Brasil e na Argentina, as lógicas impostas pelo modelo de desenvolvimento do capitalismo via Paradigma do combate à Seca e apresentamos uma caracterização da Estrutura Agrária dos territórios estudados.

O terceiro capítulo tem como título “A Multiescalaridade e a Multidimensionalidade dos Movimentos Socioterritoriais do Semiárido Latino-Americano”. Nele debatemos sobre os conceitos de espaço, território e territorialidade enquanto elementos importantes para pensar a Questão Agrária Latino-Americana e a atuação dos Movimentos Socioterritoriais do Sertão do São Francisco e Figueroa. Apresentamos uma caracterização dos movimentos que atuam nestes territórios, levando em consideração as suas multidimensionalidades e multiescalaridades. Também analisamos as ações comuns dos movimentos na Luta pela Soberania Alimentar procurando demonstrar que mesmo nas ações que são comuns a esses dois territórios, há singularidades inerentes a cada território, ação e movimento socioterritorial.

Seguindo o processo de análise das ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais, no quarto capítulo com o título “O Paradigma da Convivência com o Semiárido como Materialização das Lutas dos Movimentos Socioterritoriais na Construção de Redes de Resistência pela Soberania Alimentar no Semiárido Latino-Americano”, debatemos o conceito de Paradigmas e de Paradigma da Convivência com o Semiárido, uma construção que emerge a partir das ações dos movimentos socioterritoriais do semiárido na luta pela soberania alimentar.

Para isso, debatemos sobre conceitos, fundamentos e trajetórias da Segurança Alimentar e da Soberania Alimentar no Brasil e na Argentina, buscando demonstrar os diferentes sujeitos na construção de políticas e propostas no enfrentamento à fome e evidenciando quais foram as contribuições do Estado e dos movimentos socioterritoriais para a construção desta trajetória. Apresentamos as bases teóricas e as análises dos territórios investigados que corroboram para a construção do Paradigma da Convivência com o Semiárido a partir das práticas dos Movimentos Socioterritoriais. Neste capítulo, analisamos também as ações particulares do Sertão do São Francisco e de Figueroa enquanto contribuições para pensar o Paradigma da Convivência com o Semiárido e defendemos a construção de Redes de Resistência pela Soberania Alimentar no Semiárido Latino-americano que se materializam a partir das Lutas dos Movimentos Socioterritoriais via Paradigma da Convivência com o Semiárido.

De modo geral, os resultados desta pesquisa apontam que os movimentos socioterritoriais que atuam nos semiáridos do Brasil e da Argentina constroem, de forma

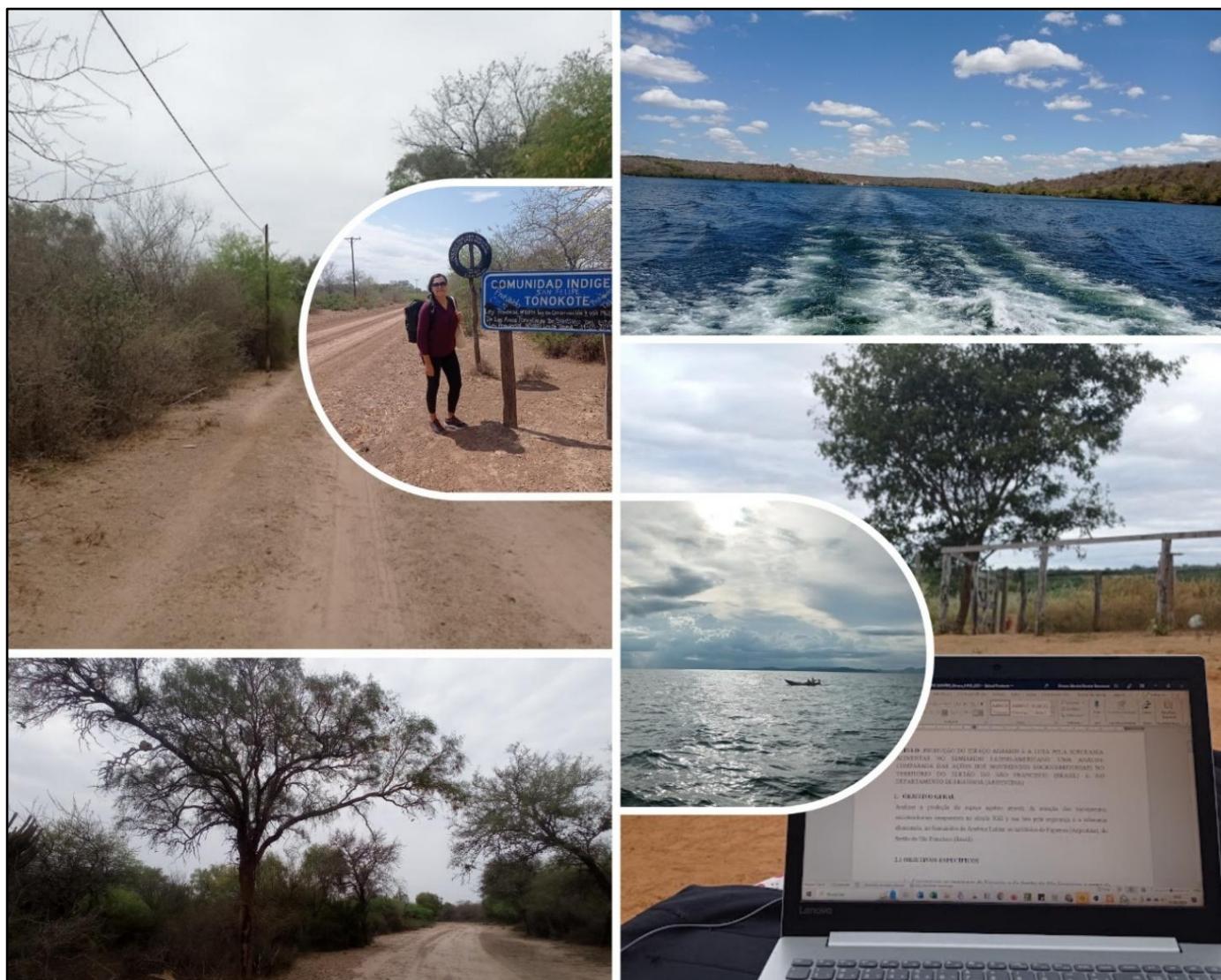
articulada, estratégias multiescalares de resistência que integram a produção de alimentos, a defesa dos territórios, das territorialidades e a promoção da soberania alimentar. As ações analisadas demonstram a multidimensionalidade dessas práticas, bem como a multiescalaridade da atuação dos movimentos.

Tendo como base a pesquisa militante, este trabalho também reafirma o papel dos povos do semiárido como sujeitos ativos na construção de um projeto político e territorial próprio, enraizado no Paradigma da Convivência com os Semiáridos (PCSA), ao qual esta tese busca contribuir com novos elementos. Essas conclusões apontam não apenas para a complexidade das dinâmicas socioterritoriais em curso, mas também para a potência transformadora dos movimentos socioterritoriais frente à lógica do Capital.

CAPÍTULO 1: PESQUISA MILITANTE: O PERCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DA TESE

“Então! A gente tem toda essa movimentação que antes não tinha. Essa disputa pelo conceito de Semiárido, de criar ciência para o semiárido, a partir do Semiárido, com pessoas do semiárido”

(Fala de representante do IRPAA durante entrevista, 2023)



CAPÍTULO 1: PESQUISA MILITANTE: O PERCURSO PARA A CONSTRUÇÃO DA TESE

A construção de uma tese, apesar de se concretizar no período proposto pela estrutura normativa que rege a pós-graduação a que se vincula, inicia-se bem antes, no próprio processo formativo da pesquisadora/pesquisador. Tal processo depende das bases epistemológicas, das vivências, das construções que reverberam na elaboração de um problema de pesquisa, de uma pergunta a ser respondida e que nos instiga a buscar possíveis respostas.

No contexto desta investigação, que se insere na pesquisa militante, a problemática, os questionamentos que nos inquietaram e nos levaram a buscar respostas sobre a produção do espaço agrário e a atuação de movimentos socioterritoriais do Semiárido Latino-americano partem da nossa trajetória de vida, de militância e pesquisa, tendo em vista que em todas essas esferas o tema da fome e da luta pela soberania alimentar sempre estiveram presentes.

Neste capítulo, apresentamos elementos da nossa trajetória de vida, militância e pesquisa, demonstramos como tais fatores foram fundamentais para a construção e efetivação desta investigação. Abordamos o percurso metodológico trilhado, incluindo a escolha do método e o delineamento dos procedimentos adotados ao longo do processo. Detalhamos as experiências vivenciadas durante os trabalhos de campo, situados no contexto da pesquisa militante, dialógica e territorialmente comprometida, evidenciando as implicações dessa postura na relação com os diferentes povos e no tratamento das informações. Também explicitamos as diferentes fontes de dados e informações acessadas, destacando sua relevância para a construção analítica.

No processo de tratamento das informações, detalhamos os procedimentos adotados para a categorização e comparação dos dados. Explicamos também como se deu a construção analítica, marcada por um movimento gradual e contínuo de interpretação, no qual as categorias emergiram em diálogo com os objetivos da pesquisa, com o referencial teórico e com o material empírico. Ressaltamos que a análise foi conduzida de forma processual, articulando o retorno constante aos dados, informações e às experiências de campo, até a consolidação das reflexões que sustentam esta tese.

Apresentamos também, contribuições para o debate sobre metodologias de pesquisa qualitativa em Geografia, tendo em vista que o nosso estudo é pautado em uma investigação militante, dialógica e emancipadora, na qual nos propomos, a partir do fazer científico, a construir conhecimento em diálogo com os diferentes povos dos territórios pesquisados,

reconhecendo seus saberes e experiências enquanto subsídios para a pensar a ciência geográfica a partir do seu compromisso com a transformação social.

1.1. Da perspectiva da escassez: trajetória de vida e pesquisa da autora

A escassez materializada pela pobreza e a fome são temáticas que perpassam a nossa trajetória de vida e militância e que convergiu para pensar o desenvolvimento dessa pesquisa. Enquanto mulher, filha de camponeses posseiros, que não frequentaram a escola, nascida na área rural do sertão da Bahia na década de 1980, demarca a nossa história a realidade que era experimentada cotidianamente por inúmeras famílias do semiárido.

Durante boa parte do ano na comunidade onde vivíamos muitas famílias não conseguiam garantir minimamente três refeições diárias para seus filhos, ou não tinham a certeza se no dia/semana seguinte teria comida na mesa. Ao mesmo tempo, nossas famílias não tinham sequer acesso à água de qualidade para beber, ficavam à mercê das ações eleitoreiras dos políticos locais, das doações que chegavam de outras regiões do país e experimentavam o completo abandono do Estado.

Mediante a isso, demarca, também, a nossa história e dos nossos antepassados os processos migratórios justificados pelas secas prolongadas. A migração sazonal era recorrente e realizada principalmente pelos homens da comunidade, que no período da estiagem iam para a região Sudeste para trabalhar na construção civil no estado de São Paulo. Também, era recorrente a saída de famílias inteiras para trabalhar na colheita do café em outros municípios vizinhos, como Barra do Choça e Vitória da Conquista, processo analisado por Lebrão (2016).

Foi esse contexto da fome e da escassez que nos fez ir para a cidade na infância e, posteriormente, na adolescência em busca de uma vida melhor, do acesso à educação e na esperança de que poderíamos transformar a realidade em que vivíamos. Entretanto, essa escassez também nos acompanhou no espaço urbano em diferentes dimensões da vida.

Passamos a conviver com as dimensões da fome no espaço urbano, enquanto mantínhamos nossos vínculos com o campo e dele também tirávamos parte do sustento da nossa família, como ocorre em muitos pequenos municípios baianos. Nós mulheres nos dedicávamos desde muito novas ainda na pré-adolescência, por volta dos onze anos, a trabalhar como empregada doméstica em casas de famílias mais abastadas no período oposto ao que frequentávamos a escola. Outras, embora estivessem morando na cidade seguiam trabalhando em fazendas, roças de café nos municípios vizinhos, ou em casas de farinha perto da área urbana do município. Os homens trabalhavam também no campo e continuavam seu trajeto sazonal de

idas e vindas para São Paulo. Na “época das águas” período chuvoso, os adultos desciam para a roça para preparar a terra e o plantio, enquanto permanecíamos na cidade. A garantia da permanência na escola era a forma que a família conseguia vislumbrar um futuro melhor para seus filhos. A vida na cidade se fundia com a vida no campo e, diariamente, lutávamos para superar a fome.

Durante a adolescência, a nossa territorialidade, a nossa identidade camponesa foi sendo abafada, escondida, silenciada. A cada ano que passávamos vivendo na cidade éramos impelidas nos ambientes formais de educação, no próprio convívio em sociedade a acreditar que o lugar de onde viemos, o Sertão, a roça, era feia, só tinha sol, terra rachada, pobreza, miséria. Nos distanciamos das nossas origens, procuramos nos adaptar a esse mundo urbano, moderno, “bonito”. Nesse mesmo período, buscávamos incansavelmente nos estudos uma saída da escassez que permanecia. Foi por meio da educação, do incentivo de alguns educadores incansáveis, comprometidos com a transformação da realidade, e diríamos também militantes, que enxergamos na formação, no processo educativo uma maneira de enfrentar a fome que nos assolava desde sempre. Foi o compromisso desses educadores, a maneira como ensinavam sobre lutar para transformar a realidade e contra as diferentes dimensões da fome, dentre eles, professores de Geografia, que conseguimos entrar na universidade na juventude.

O ingresso na Ciência Geográfica nos levou a compreender de maneira teórica e aprofundada processos sociais, históricos, políticos e econômicas que coadunaram na escassez vivida de maneira empírica desde tenra idade. Essa descoberta dos contextos que levaram diferentes povos do semiárido a enfrentar a pobreza, a fome e a miséria durante séculos, nos impeliram a buscar desvelar os conteúdos imbricados nessa realidade por meio do fazer científico. Por isso, desde o início da trajetória de pesquisa com a iniciação científica no grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa Urbanização e Produção de Cidades na Bahia, procuramos estudar temáticas relacionadas com esses contextos, os quais estávamos envoltas.

Nosso primeiro estudo produzido, ainda no processo inicial de formação na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia foi a Monografia produzida enquanto trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Geografia, na qual procuramos compreender o processo de urbanização no município de Belo Campo, um pequeno município do Semiárido Baiano, onde vivemos boa parte da nossa infância e juventude. Motivados pela nossa própria trajetória de migração, analisamos nessa oportunidade as condições históricas que influenciaram a mobilidade dos camponeses do campo para a cidade.

Prosseguimos nesta linha de pesquisa nos anos seguintes da nossa formação na mesma universidade com o Curso de Especialização em Análise do Espaço Geográfico. Na nossa

dissertação de Mestrado em Geografia intitulada: “Mobilidade e plasticidade do trabalho: a reprodução da vida dos trabalhadores no município de Belo Campo/BA”, também, orientada pelo Professor Doutor Janio Santos, analisamos a mobilidade e a plasticidade do trabalho, envolvendo comunidades camponesas e moradores da área urbana, ainda no município de Belo Campo.

Embora não fosse objetivo específico da pesquisa realizada naquele momento, constatamos uma intrínseca relação entre a fome em seus diferentes níveis enfrentada pelas comunidades rurais de Marimbondo e Sussuarana no município de Belo Campo e a necessidade de deslocamentos dos camponeses para trabalhar em outros municípios e estados com a finalidade de garantir seu sustento e de seus familiares.

Em todos esses estudos realizados desde a iniciação científica buscamos compreender processos, realidades de escassez experienciadas na nossa trajetória de vida e militância que estão ligados às dimensões da fome. A nossa trajetória de militância, começou antes de ingressar na vida acadêmica, quando iniciamos, ainda na adolescência, a atuação em pastorais religiosas e sociais como a Pastoral da Criança, da Igreja Católica. Mas, foi após a conclusão do curso de Geografia, a partir do ingresso no Centro de Convivência e Desenvolvimento Agroecológico do Sudoeste da Bahia (CEDASB) e na Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), que passamos a exercer a nossa militância de maneira mais efetiva e próxima aos diferentes povos do Semiárido.

Neste momento, retornamos ao campo, não somente como uma mulher que vive no semiárido, mas também enquanto uma militante que se aproximava das histórias, das lutas e dos anseios de diversos territórios do semiárido. Atuamos de maneira direta com camponeses, assentados da reforma agrária, diversas comunidades e povos tradicionais. Esse aprofundamento nos contextos vividos pelos povos em seus territórios também nos fez reaproximar e aprofundar no entendimento da nossa própria territorialidade.

Aquela identidade camponesa silenciada foi desvelada a partir dos processos formativos que participamos no CEDASB e na ASA. Passamos então a reconhecer as riquezas existentes nas nossas origens, a olhar o Sertão com um outro olhar. Continuamos enxergando, a fome, a pobreza. Mas, passamos a ver que ao mesmo tempo em que a escassez assola os povos do semiárido, há muita luta, muita resistência, conhecimento sendo produzido, muita gente construindo possibilidades para se viver bem no Semiárido.

Nossa atuação foi se desdobrando na medida em que íamos aprofundando os conhecimentos e estabelecendo a relação entre a nossa *práxis* e a compreensão da importância da atuação junto a fóruns, movimentos socioterritoriais, redes, conselhos, dentre outras formas

de organização coletiva, para buscar transformação das condições sociais, econômicas, políticas que levavam à escassez no Semiárido Brasileiro. Dentre esses espaços de luta destacamos a atuação no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Vitória da Conquista e, também, no Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) do Estado da Bahia, sendo que neste último fazemos parte até os dias atuais. Nosso ingresso nestes espaços se deu via CEDASB/ASA e, mediante o anseio que trazemos da nossa trajetória de lutar contra a fome, bem como, a necessidade de estabelecer uma outra maneira de pensar e construir realidades outras para os povos dos Semiárido.

As constatações obtidas nas pesquisas anteriores, os conhecimentos trazidos da trajetória de vida juntamente com a militância, as inquietações das realidades observadas foram nos ajudando a formular perguntas e hipóteses para pensar a pesquisa que nos propomos a desenvolver no doutoramento. Portanto, o mesmo contexto da escassez que nos fez sair do campo, nos reaproximou das nossas origens através da luta política nos movimentos e na trajetória acadêmica que se desdobra na produção desta tese.

Com o ingresso no Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (PPGEO-UNESP) passamos a fazer parte do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA). Esse foi um momento significativo no nosso caminho enquanto pesquisadora, porque implicou em diferentes ganhos epistemológicos que nos levaram a amadurecer a nossa proposta de pesquisa, uma vez que nos colocou em contato com diferentes pesquisadores e pesquisadoras tanto no Brasil, quanto em outros países de diferentes continentes que se debruçam sobre os temas e os territórios que pretendíamos estudar.

Integrar o NERA e a Rede DATALUTA contribuiu significativamente para a consolidação do nosso posicionamento epistemológico crítico, que compreende o território como espaço de disputa, material, simbólica e política; e a ciência como um território imaterial igualmente atravessado por conflitos, escolhas, intencionalidades e tomadas de posição. Por isso, assumimos a produção do conhecimento como parte ativa dos processos de luta e transformação da sociedade que fazemos parte.

Logo no primeiro semestre do doutorado passamos a desenvolver atividades junto ao Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada¹ que tinha em seus objetivos

¹ Convênio Capes-Print-Unesp - Redes de Pesquisa Internacionais (MSTPC-RPI), pelo Programa de Pós graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente; Convênio Capes-Print-Unesp - Propg 02/2020 – Alianças Globais de Pesquisa (MSTPCAG), pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente e pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), campus de São Paulo.

a análise das tipologias de movimentos socioterritoriais e das ações dos movimentos vinculadas a diferentes temáticas que perpassavam pela nossa investigação, dentre elas, o tema da fome. Além disso, o projeto analisava movimentos de outros países e contava com a parceria de instituições e pesquisadores de países como: Brasil, Argentina, Uruguai, Holanda, Reino Unido, México, Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia.

Foi a partir desse momento, no âmbito do projeto citado, que surgiu o nosso vínculo direto com o Semiárido Santiaguense através do trabalho com a equipe de pesquisadores do Grupo de Pesquisa *Ruralidades y Territorio* do Instituto de Estudios para el Desarrollo Social (INDES), da Universidad Nacional de Santiago del Estero (UNSE). Também, nesta equipe de trabalho estavam integrantes do Programa de Estudios Regionales y Territoriales (PERT) da Universidad de Buenos Aires (UBA).

Neste momento pudemos através de reuniões, conversas, debates e estudos coletivos, conhecer melhor as pesquisas que já vinham sendo desenvolvidas e perceber que, muitas das preocupações teórico-metodológicas que tínhamos, faziam parte das inquietações dos pesquisadores de Santiago del Estero que já tinham uma trajetória nas investigações sobre a questão agrária do território santiaguense e a respeito da atuação dos movimentos socioterritoriais.

O trabalho que desenvolvemos no contexto do projeto supracitado foi um espaço de intercambio de grande relevância para a nossa construção enquanto pesquisadora e, também, para construção das bases teóricas, metodológicas dessa tese, bem como, para nos aproximar do contexto do território estudado na Argentina e das temáticas que analisamos. Também, foi um espaço onde pudemos difundir dados das pesquisas, materializadas em publicações editoriais, participação em eventos e artigos em revistas acadêmicas.

Nesse sentido, ressaltamos que a nossa construção intelectual tem se dado de maneira dialética, reconhecendo que, assim como os coletivos que estamos estudando, também estamos em constante movimento e transformação através da interação e das contradições que são inerentes ao próprio movimento da realidade. Desse modo, nos inserimos no processo da pesquisa, não enquanto individua, mas enquanto sujeita coletiva, colaboradora ativa, pesquisadora situada, posicionada e identificada.

Em consonância com essa prerrogativa assumimos nesta tese a escrita em primeira pessoa do plural, entendendo que o fato de estarmos no ambiente acadêmico refere-se à ocupação de um território imaterial de valorização do conhecimento dos diferentes povos do semiárido que fazem parte dessa pesquisa, que a constroem. Ratificamos que a personalidade assumida é coletiva e contesta a pseudoneutralidade da produção acadêmica, por meio de uma

produção coletiva do conhecimento produzida no processo dialógico e educativo com os movimentos estudados nessa tese.

Essa construção que se origina do contexto da escassez e perpassa a nossa trajetória de vida e militância, se materializa enquanto contexto metodológico para pensar a pesquisa militante com base na qual nos propomos, a partir da Geografia Agrária, produzir conhecimento *a partir, com e para* os movimentos, tendo como principal embasamento a produção científica comprometida com a transformação política ideológica e social dos territórios semiáridos.

1.2. Metodologia de pesquisa qualitativa em Geografia: a pesquisa militante na produção de territórios (i)materiais

Como mencionamos na seção 1.1, assumimos nesta tese a abordagem metodológica da pesquisa militante, uma proposta que sugere a integração entre a produção de conhecimento acadêmico e o engajamento político com os processos sociais, buscando romper com a separação entre pesquisador e objeto de estudo.

Compreendemos a militância a partir do que propõe Fernandes (2001), Bringel e Versiani (2016), como um compromisso ético e político voltado para a transformação social, o que exige tanto posicionamentos quanto ações proativas em diferentes esferas da vida, incluindo a atuação profissional e acadêmica. Esse engajamento envolve a participação em espaços coletivos de debate, articulação e mobilização, com o propósito de fortalecer e impulsionar lutas políticas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nos ancoramos em Fernandes (2001), quando argumenta que “para entender melhor a relação pesquisa/militância, é necessário superar a falsa ideia em que a imparcialidade, como condição para a neutralidade científica, é defendida como totalidade de uma suposta postura apolítica e, conseqüentemente, sem compromisso do pesquisador frente ao objeto” (Fernandes, 2001, p. 7). O autor enfatiza que a ciência não é neutra, pois os cientistas sempre estão inseridos em um contexto social e contribuem para a construção do conhecimento a partir de determinadas perspectivas. Segundo o autor, a defesa da neutralidade científica pode ser resultado de ingenuidade ou má-fé, uma vez que a ciência não está acima da realidade, mas sim integrada a ela e influenciada por diferentes fatores sociais e políticos Fernandes (2001). Corroboramos com as afirmações do autor:

O que torna um pesquisador militante é seu compromisso e/ou identificação com determinadas organizações, com definidas visões de mundo. Essa condição aproxima ainda mais a universidade da sociedade, dos seus inúmeros problemas. Para o pesquisador-militante, a ciência tem como significado a perspectiva da transformação das realidades estudadas, bem como, da sociedade. Desse modo, há um intenso compromisso com as pessoas que são os sujeitos de seu objeto de pesquisa, o que também contribui -e muito- com o desenvolvimento da ciência (Fernandes, 2001, p. 7).

Na pesquisa militante colocamos a produção do conhecimento a serviço das lutas sociais, a partir de um compromisso com as pautas que estudamos. Esse foi e é um dos nossos objetivos com a proposição dessa pesquisa desde o processo de elaboração do projeto inicial, que tem como resultado a construção dessa tese. Assim, nos alicerçamos na compreensão de que para analisar a atuação dos movimentos socioterritoriais dos territórios semiáridos estudados, seria necessária a construção de uma pesquisa militante capaz de estudar essas realidades entendendo as contradições imbricadas na produção e reprodução desses espaços.

Nos remetemos a Coca et al (2021) quando escreve sobre a pesquisa militante e argumenta que o contexto atual da questão agrária brasileira é marcado pelos confrontos que ocorrem também nas pesquisas desenvolvidas em benefício do modelo do agronegócio ou para a agricultura camponesa. Tal confronto, no nosso entendimento, ocorre via debate paradigmático na batalha das ideias com a criação de territórios imateriais.

Conforme argumenta Fernandes (2008a; 2009), a produção dos territórios na sua materialidade ocorre por meio de uma relação direta com o plano das ideias. Nesse sentido, “O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material” (Fernandes, 2009, p. 211). Ou seja, o território material cria territórios imateriais e vice versa, no próprio movimento dialético da realidade. Desse modo, “O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc.” (Fernandes, 2009, p. 210).

Ao tratar da metodologia Turra Neto (2012) escreve o seguinte: “No campo da Filosofia da Ciência, metodologia é o exame do processo mesmo de produção de conhecimento científico. Avalia e reflete sobre a relação entre teoria e empiria e entre sujeito e objeto no processo. Reflete sobre os procedimentos operacionais da pesquisa, suas potencialidades e limites” (Turra Neto, 2012, p. 2). Com base no que o autor argumenta, a metodologia envolve uma reflexão profunda a respeito de como o conhecimento científico é produzido. Diz respeito à maneira como o pesquisador se posiciona em relação a determinado fenômeno a ser estudado,

os instrumentos que utiliza, a maneira como as ideias e os dados interagem entre si no processo científico. Essa é uma reflexão que nos ajudou a pensar e estruturar essa pesquisa.

Nesse sentido, escolhemos trabalhar com a concepção de método a partir de dois aspectos importantes apontados por Moraes e Costa (1987). O primeiro diz respeito ao “método de interpretação”, a maneira que o sujeito interpreta o mundo, a realidade que o cerca; e o segundo é o “método de investigação”, ou seja, os instrumentos metodológicos a serem utilizados para a realização da investigação, compreendendo esse conjunto como uma forma possível de análise.

Sposito (2016), argumenta que “O método é, assim, o arcabouço estrutural que orienta o pesquisador na condução da pesquisa, como uma ponte entre a teoria na qual ele se sustenta e as formas que são necessárias para colocar esta teoria em ação” (Sposito, 2016, p. 40). O método, portanto, é a base onde se sustenta o pesquisador mediante as teorias-metodologias já construídas e este, ao mesmo tempo, ao elaborar e executar sua investigação contribui para a atualização ou aprimoramento dessas teorias. Esse processo está em constante transformação, assim como a própria realidade investigada.

Fernandes (2013a) escreve que o método é o pensamento pensante, enquanto que a teoria é o pensamento pensado. Nessa perspectiva, é a partir do exercício intelectual entre o método, a teoria e a realidade que se torna possível desenvolver conceitos. O autor argumenta como base as ideias propostas por Fleck (2010) que a construção do conhecimento é sempre coletiva, tendo em vista que “É feita pelos coletivos de pensamento em que cada pensador tem seu papel essencial” (Fernandes, 2013a, p.16). Portanto, essa tese se vincula a um coletivo de pensamento, o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e à Rede DATALUTA. Ao mesmo tempo que tem como base pesquisas que veem sendo desenvolvidas por esse coletivo, avança e contribui para a construção do conhecimento.

Assim, trabalhamos a partir do método geográfico, com base no entendimento das contradições existentes e historicamente constituídas. Para isso, realizamos uma análise crítica apoiada no materialismo histórico dialético porque compreendemos como a maneira mais significativa para interpretarmos a realidade desses semiáridos latino-americanos estudados, para entender as contradições existentes e como elas se materializam nos territórios no decorrer do tempo.

O materialismo histórico e dialético tem como base o entendimento da realidade a partir da luta de classes sociais que ocorre em um dado contexto social e histórico por meio de contínuas contradições e transformações (Marx, 2013, [1867]). Conforme escreve Severino (2007), esse método é baseado na explicação da realidade a partir da ação humana (a práxis)

orientada pela intencionalidade e voltada para a transformação das condições de existência da sociedade. Em uma perspectiva crítica, os estudos da Geografia Agrária que trabalham o materialismo histórico e dialético, enquanto método de interpretação e de transformação da realidade, se debruçam no entendimento sobre as modificações no espaço, no território, a partir da análise dos contextos históricos, das classes sociais envolvidas e das contradições postas em realidades como a concentração de terras, os conflitos fundiários, a territorialização do Capital, a atuação dos movimentos no campo, dentre outras temáticas.

Essa pesquisa se fundamenta na análise das contradições presentes na produção do espaço agrário do semiárido latino-americano e na sobreposição de desigualdades relacionadas à luta de classes, raça, etnia, gênero, região geográfica, entre outras. Compreendemos, portanto, que tais desigualdades não se manifestam de forma isolada ou independente, mas estão interligadas e se acumulam, produzindo múltiplas camadas de vulnerabilidade e exclusão social nos territórios analisados.

Nosso entendimento é de que o campo latino-americano passa neste início do século XXI por uma reestruturação que tem como principal responsável o modelo econômico e o sistema agrícola em vigência, baseados exclusivamente no lucro. Nas regiões semiáridas, diferentes povos são afetados pela política econômica que, atrelada aos longos períodos de estiagem e/ou inundações provocam a perda de colheitas inteiras, descapitalização de pequenas economias familiares, empobrecimento e migração para grandes aglomerados urbanos.

Na atual fase de acumulação e ampla expansão do Capital e de recorrentes crises alimentares, conforme aponta Rubio (2015), as grandes corporações têm lucrado exponencialmente com o controle da produção. Enquanto isso, as populações vivenciam contextos de pobreza e fome. Por isso, estudar os temas da soberania alimentar e da atuação dos movimentos socioterritoriais nos Semiáridos se faz necessário mediante o histórico econômico e social que permeia a realidade e a luta coletiva que vem sendo travada pelos povos dessas regiões para viver e permanecer em seus territórios.

O tema da segurança alimentar, além de ser de grande relevância para entender a realidade desses territórios, está em evidência e integra uma agenda de ações globais, envolvendo diversos países e organismos internacionais a exemplo das Organizações das Nações Unidas (ONU). Essa agenda estava expressa nos 8 objetivos do milênio e, mais recentemente, em 2015 passaram a compor as diretrizes da Agenda 2030 da ONU, que consiste nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas centradas em articular o desenvolvimento econômico com uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (ONU, 2015). Após a Pandemia de COVID-19 houve um crescimento vertiginoso

do número de pessoas em situação de fome. Em 2023, o relatório da ONU divulgou que 735 milhões de pessoas passavam fome no mundo.

A realidade dos territórios semiáridos tanto da Argentina quanto do Brasil é marcada historicamente pelo alto índice de fome que está atrelada à insuficiente atuação do Estado e ao discurso que perdura ao longo dos séculos no qual há uma perpetuação da ideia de que os territórios semiáridos são regiões inviáveis.

Nesse contexto, diversos movimentos socioterritoriais compostos pelos diferentes povos desses territórios: camponeses, camponeses-indígenas, indígenas, povos tradicionais de fundo de pasto, povos de terreiro, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, movimentos de mulheres, dentre outros, estão em luta na Argentina e no Brasil e enfrentam o modelo hegemônico de desenvolvimento, que gera conflitos e a necessidade de resistir em seus territórios, na busca por políticas públicas para a produção de alimentos. Esses movimentos resistem construindo estratégias de enfrentamento à fome e de luta pela soberania alimentar.

Nossa hipótese inicial confirmada ao longo do desenvolvimento do trabalho, compreende que, diante do histórico da espacialização da fome, os diversos povos do semiárido no Brasil e na Argentina têm construído estratégias em seus territórios e formado redes de resistência multiescalares para o enfrentamento à realidade de conflitos, à pobreza e à fome. Tais estratégias lhes permitem práticas de convivência com o semiárido com vistas a um projeto político, social e ideológico de Soberania Alimentar.

Trabalhamos com a leitura da realidade numa perspectiva multidimensional a partir da atuação dos movimentos socioterritoriais, uma tarefa difícil e desafiadora, porém inovadora, uma vez que são incipientes pesquisas que reúnam a temática da atuação dos movimentos, sobretudo, envolvendo o enfrentamento à fome nos recortes empíricos dos territórios semiáridos, os quais nos debruçamos nesta tese.

Nessa direção, as questões que orientaram essa pesquisa buscam explicar como se dá a produção do espaço agrário nos territórios do semiárido latino-americano a partir do contexto da luta dos movimentos socioterritoriais pela soberania alimentar no século XXI. Dessa forma, procuramos responder especificamente as seguintes perguntas:

- Como os processos pretéritos da formação territorial, as transformações históricas e os processos atuais configuraram a produção do espaço agrário latino-americano?
- Qual a relação entre os sistemas agroalimentares e a disponibilidade de alimentos nos territórios semiáridos latino-americanos?

- Quais os paradigmas, modelos de desenvolvimento envolvem a questão agrária nos territórios semiáridos investigados? Como esses paradigmas se expressam de maneira concreta nos territórios estudados?
- Há de fato uma luta pela soberania alimentar nos territórios investigados? Quais os movimentos socioterritoriais estão envolvidos nesta luta? Quais as ações que estes movimentos vêm desenvolvendo neste início do século XXI?
- Como os movimentos socioterritoriais se articulam a partir dos seus territórios? Quais as parcerias estabelecidas? Qual a escala de atuação e de articulação desses movimentos?
- Quais os avanços no contexto de cada território estudado com relação à busca pela soberania alimentar? Existem políticas públicas e/ou de governo que visam garantir o acesso ao alimento nos territórios estudados? Quais? Em que medida essas políticas garantem a segurança alimentar e/ou promove a soberania alimentar?

Desse modo, elegemos diferentes instrumentos metodológicos que nos ajudaram a analisar os territórios estudados buscando responder as questões apresentadas. No subtópico seguinte, apresentamos estes instrumentos e detalhamos a sua utilização.

1.2.1. Percursos metodológicos, instrumentos de pesquisa e experiências em campo

Enquanto “método de interpretação e de transformação da realidade”, o materialismo histórico e dialético nos ajudou a formular e responder as questões elaboradas com base na análise da realidade investigada, levando em consideração a interrelação entre sujeito e objeto. Tendo em vista o caráter de uma pesquisa militante de cunho qualitativa trabalhamos com diferentes “métodos de investigação”, ou seja, instrumentos metodológicos que nos ajudaram a acessar informações, construir e analisar dados que possibilitassem responder às nossas perguntas.

Nesse sentido, a realização dos trabalhos de campo foi uma das etapas que mais contribuíram para a pesquisa, tendo em vista que é uma ferramenta essencial na prática do/a Geógrafo/a, pois é a partir da visita, do conhecimento material da realidade estudada que temos a oportunidade de nos acercar dos fatos e analisar as relações estabelecidas.

Suertegaray (2009, p.2) afirma que “No método dialético, o campo como realidade não é externo ao sujeito, o campo é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto”. A autora argumenta que a partir dessa compreensão da dialética nasce a práxis enquanto o movimento de pensar o mundo para transformá-lo. Desse modo,

como um processo de explicação e transformação, o trabalho de campo é concebido com o propósito de promover mudanças. Nesse contexto, a Geografia desempenha um papel ativo na representação e interpretação do território, contribuindo para a construção de novas territorialidades em conjunto com diferentes segmentos sociais (Suertegaray, 2009).

O trabalho de campo proporciona assim, uma visão mais aprofundada dos processos geográficos, possibilitando análises críticas sobre o território, o que o torna essencial também na pesquisa qualitativa, pois é a partir da imersão na realidade estudada que se torna possível a construção dos dados a partir do contato, do conhecimento empírico. Ao tratar do tema do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, Minayo (2001) ressalta o seguinte:

O trabalho de campo, em síntese, é fruto de um momento relacional e prático: as inquietações que nos levam ao desenvolvimento de uma pesquisa nascem no universo do cotidiano. O que atrai na produção do conhecimento é a existência do desconhecido, é o sentido da novidade e o confronto com o que nos é estranho. Essa produção, por sua vez, requer sucessivas aproximações em direção ao que se quer conhecer. E o pesquisador, ao se empenhar em gerar conhecimentos, não pode reduzir a pesquisa à denúncia, nem substituir os grupos estudados em suas tarefas político-sociais (Minayo, 2001, p. 64).

O trabalho de campo proporciona a aproximação de realidades desconhecidas e outras já conhecidas, mas vistas a partir de um novo olhar, de novas perspectivas sob as quais é possível construir novos conhecimentos. Esse foi o exercício que realizamos nesta pesquisa militante que demandou momentos de imersão, de profundo envolvimento, e outros de distanciamento para que através desse movimento dialético entre sujeito e objeto, fosse possível compreender a realidade posta e analisa-la sem perder de vista o engajamento com os territórios investigados e a análise científica.

Conforme argumenta Turra Neto (2012), nas pesquisas qualitativas o eixo central das informações são aquelas de natureza qualitativa. Especificamente na Geografia, essas pesquisas são voltadas para as práticas espaciais, formas de apropriação do espaço, territorialização e geograficidade de indivíduos e grupos sociais, ou seja, têm, em sua essência, um enfoque nos sujeitos sociais. Desse modo, embora seja possível que investigações direcionadas a esses sujeitos utilizem metodologias quantitativas, aquelas que adotam abordagens qualitativas como eixo estruturador necessariamente privilegiam a compreensão dos sujeitos e suas experiências no espaço (Turra Neto, 2012).

Corroborando com as proposições do autor, advertimos que os dados quantitativos que utilizamos nesta pesquisa são instrumentos que nos ajudaram a fundamentar as análises, pois compreendemos que mesmo se tratando de uma pesquisa qualitativa, ainda que não seja o nosso

enforque principal, os dados quantitativos, que detalharemos mais adiante, são importantes na análise da questão agrária no semiárido latino-americano.

Ressaltamos que uma das leis da dialética é justamente o par Qualidade-Quantidade. Nesse sentido, nas pesquisas sociais, geográficas e no caso específico da nossa pesquisa que é qualitativa, a quantidade, necessária à sua descrição e formulação, se transforma em qualidade no processo analítico.

Desse modo, o conhecimento geográfico, sob a perspectiva da pesquisa qualitativa, deve ser entendido como um conhecimento dialógico. Isso significa reconhecer que toda interpretação da realidade é parcial e influenciada por interações subjetivas e situacionais. O pesquisador deve, portanto, aceitar essa condição e participar ativamente do processo de compreensão e decifração da realidade, em vez de buscar uma verdade absoluta ou objetiva (Turra Neto, 2012).

Especificamente na Geografia Agrária, o trabalho de campo nos ajuda a compreender empiricamente dentre outros, os processos de territorialização, os conflitos por terra, a relação entre campesinato, agronegócio, as políticas públicas e o próprio estudo dos movimentos, como demonstra Fernandes (1999b) que ao estudar a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil percorreu diversos assentamentos e acampamentos em diversas regiões do país. Corroborando com tal posicionamento, discorreremos na seção 1.2.1.1 sobre essa importante etapa da nossa pesquisa.

1.2.1.1. Fontes primárias: a realização dos trabalhos de campo no contexto da pesquisa militante

A experiência de ir à campo, participar da vida cotidiana dos sujeitos investigados, imergir no cotidiano, é uma etapa do fazer científico que se constitui de diversos desafios, muitos dos quais nos deparamos na realização desta pesquisa. O primeiro deles diz respeito ao fato de que nosso estudo envolveu dois países diferentes. Esse aspecto por si só já é representativo no que concerne ao acesso aos territórios estudados, no tempo previsto para a realização da pesquisa e na própria viabilidade logística e financeira. Nesse sentido, foram necessários ajustes, mudanças de estratégias e um planejamento bem detalhado das idas a esses territórios visando uma boa exequibilidade, o que envolveu diversas reuniões, debates e adequações do cronograma proposto no projeto inicial.

O contato prévio com representações dos movimentos, conversas por telefone, organização de roteiros em reuniões via *google meet* foi importante para apresentar os objetivos

da pesquisa, a nossa trajetória de militância nos movimentos e a importância dessa pesquisa acadêmica para a realidade concreta estudada. Muitas das representações dos movimentos do Sertão do São Francisco já conhecíamos pela nossa militância e atuação no Semiárido Baiano, outras nos foram apresentadas por pessoas integrantes da Rede ASA no território, que viabilizaram a aproximação com diversos sujeitos. Já em Figueroa, no Semiárido Argentino, inicialmente contamos com a parceria de pesquisadores do *INDES* e da Rede *DATALUTA* que nos apresentaram a integrantes de movimentos, proporcionando um primeiro contato de aproximação para que pudéssemos, posteriormente, a partir da construção de um diálogo com representações locais obter a oportunidade de vivência no território.

Outro desafio que enfrentamos foi o domínio do espanhol, língua falada no território argentino, que superamos, a partir do estudo do idioma e das experiências cotidianas na Rede *DATALUTA* juntamente com pesquisadores latino-americanos. Assim, foi possível compreender os processos estudados, bem como, aplicar os instrumentos metodológicos escolhidos, tendo em vista que ao adentrarmos no território de Figueroa, participamos das vivências e dialogamos diretamente com as pessoas.

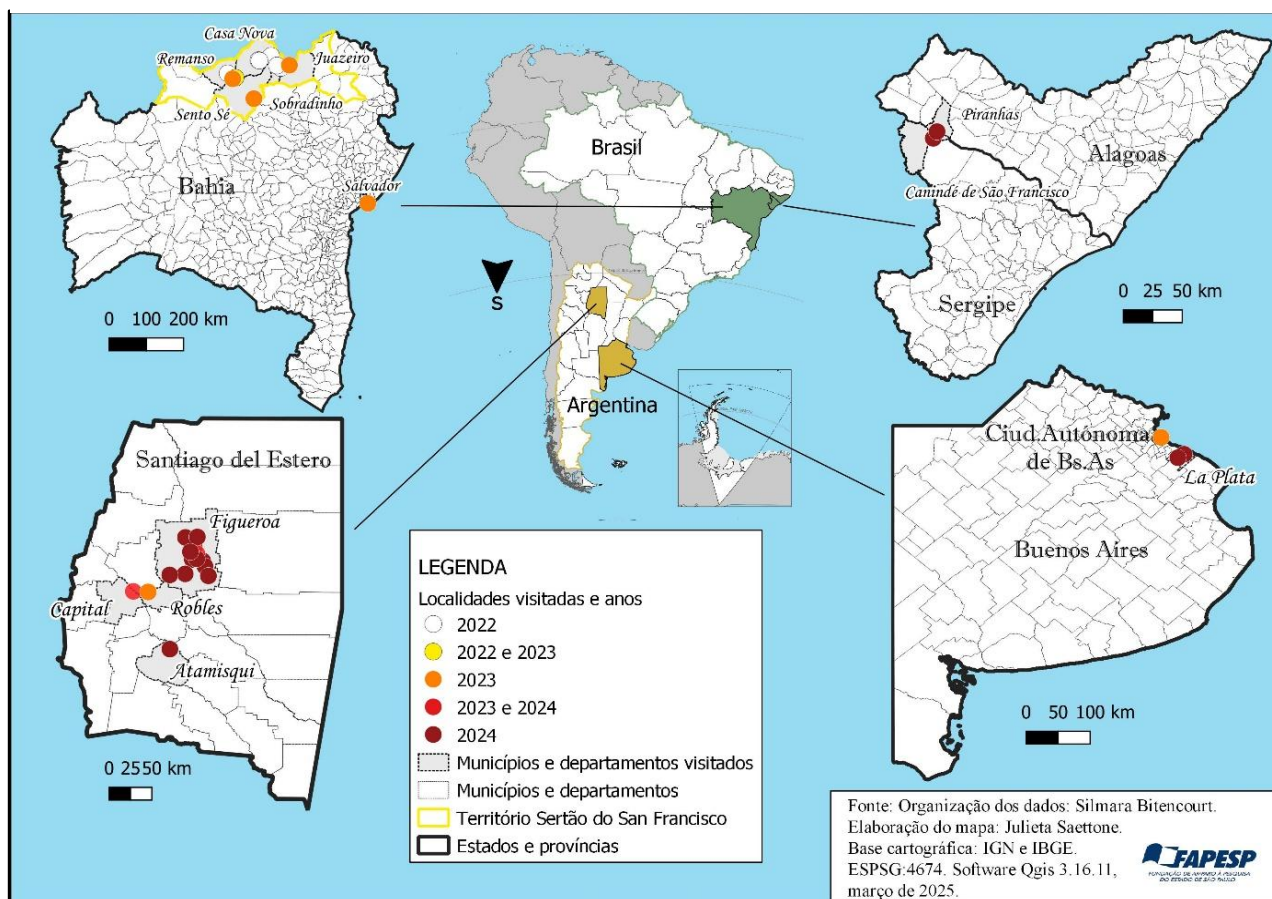
Objetivamente, estivemos entre os anos de 2022 e 2024 em 35 localidades dos dois países investigados (Mapa 1). Nossos trabalhos de campo foram realizados diretamente nos recortes empíricos da nossa pesquisa, ou seja, no Sertão do São Francisco e em Figueroa e, também em outras localidades tanto da Argentina, quanto do Brasil, onde pudemos trabalhar a partir dos nossos instrumentos metodológicos, conhecer melhor a realidade agrária, os movimentos, sua multidimensionalidade e multiescalaridade de atuação.

Entretanto, as nossas atividades se iniciaram ainda no primeiro ano da pesquisa. Em 2021, devido à Pandemia de COVID-19 começamos nossa participação de maneira online em Plenárias do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia (CONSEA/BA), com a finalidade de entender como ocorre a atuação dos movimentos socioterritoriais que atuam no Território do Sertão do São Francisco dentro deste conselho na defesa das suas pautas e demandas relacionadas com os temas de nossa pesquisa.

Em 2022, com o retorno das atividades presenciais, estivemos no Território do Sertão do São Francisco (Mapa 2) no qual visitamos representantes de movimentos socioterritoriais dos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Remanso, Sento Sé com a finalidade de realizar entrevistas e conhecer de maneira mais aprofundada os territórios e os movimentos que aí atuam. Percorremos mais 400 quilômetros (por terra) e 17 km (por água) no período de uma semana, nos quais pudemos nos adentrar a diversidade dos povos que compõem esse território, conhecer de maneira mais próxima as distintas maneiras que o Capital tem utilizado para

conseguir se territorializar nesses municípios do semiárido e escutar as lutas e embates que têm sido travadas pelos diversos movimentos para resistir em seus territórios.

Mapa 1: Trabalhos de Campo realizados Brasil e Argentina



Nesta oportunidade, visitamos diferentes movimentos no território (Painel Fotográfico 1). No município de Casa Nova estivemos na Comunidade Remanescente Quilombola de Lagoinha e na Comunidade de Fundo de Pasto de Melancia, ambas pertencentes ao Território de Areia Grande, que reúne diversas comunidades de Fundo de Pasto; já no município de Remanso conhecemos a Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR), o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e a Rede Mulher do Sertão do São Francisco; em Sento Sé dialogamos representantes da Rede Mulher do Sertão do São Francisco, visitamos a Feira Agroecológica do município, onde conhecemos diversas mulheres que comercializam nesta feira; e no município de Juazeiro visitamos o Assentamento São Francisco do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Feira Agroecológica na sede do município.

Mapa 2: Locais visitados nos trabalhos de campo realizados no Sertão do São Francisco (Brasil)



Nesta oportunidade participamos também de um Seminário realizado pela Rede Sertão Forte no município de Casa Nova em novembro de 2022 com o tema: “Políticas Públicas Agricultura Familiar e Sustentabilidade”, reunindo diversas representações de movimentos, dentre eles: Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, Rede Mulher do Sertão do São Francisco, MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associações de diversas comunidades rurais e representantes da Secretaria de Educação do município de Casa Nova. Durante o evento foram debatidos assuntos como a comercialização de alimentos, políticas públicas, feiras agroecológicas, bem como, as redes de comercialização, que atuam no território e as principais políticas públicas acessadas pelas comunidades que estavam presentes. Na oportunidade realizamos entrevista com representante da CPT.

Painel fotográfico 1: Registros de trabalho de campo no Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Trabalho de campo, 2022

Também neste trabalho de campo conhecemos empreendimentos, como o Lago de Sobradinho, a usina Hidrelétrica da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), empresas de mineração instaladas no território, os parques eólicos, de energia solar e o polo fruticultor irrigado do São Francisco.

A partir da obtenção da Bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) aprovada em dezembro de 2022, e do aporte financeiro que a bolsa possibilitou para desenvolvimento da pesquisa, em 2023 pudemos avançar e qualificar os trabalhos de campo, tanto no Brasil, quanto na Argentina com a aplicação das metodologias propostas.

Em março de 2023 iniciamos os trabalhos de campo com a participação na plenária do CONSEA/BA, realizada em Salvador em março. A participação nesse espaço foi importante para obter informações a respeito da política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) do estado da Bahia, bem como, para dialogar e promover maior aproximação dos diversos movimentos atuantes nesse território e que possuem representação no CONSEA/BA, dentre eles, o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), a ASA, a Articulação Estadual das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, o MST, dentre outros. Além da aproximação com representantes dos movimentos, o momento foi importante para dialogar com representantes do Estado, pois o CONSEA/BA conta a participação de diferentes secretarias do governo estadual. Aproveitamos a participação na plenária para a realização de entrevistas.

Posteriormente, no mês de abril, realizamos nosso primeiro trabalho de campo na Argentina. Nossa visita inicial foi na província de Buenos Aires (Painel Fotográfico 2), mais especificamente em La Plata para conhecer as experiências relacionadas com a produção e comercialização de alimentos da “*Federación Rural para la producción y el arraigo*”.

Nesta visita objetivamos conhecer aspectos gerais da questão agrária na Argentina relacionadas com as múltiplas dimensões da luta pela soberania alimentar, dentre elas o acesso e a propriedade da terra, à água, a produção e comercialização de alimentos e, de maneira mais ampla, a atuação dos movimentos, neste caso, a “*Federación Rural*”. Na oportunidade conhecemos uma “quinta” (termo utilizado para se referir a pequena propriedade) produtora de hortaliças e verduras a partir de práticas agroecológicas, com o uso de bio defensivos, biofertilizantes naturais produzidos pela própria família e comercializadas através da “Cooperativa Pueblo a Pueblo”.

Painel fotográfico 2: Atividades realizadas durante trabalho de campo em La Plata e Buenos Aires, Argentina



Fonte: Trabalho de Campo, 2023

Conhecemos também, a sede da *Federación Rural* em La Plata onde, realizamos entrevista com um dos seus fundadores que nos mostrou os diversos espaços de trabalho que o movimento vem construindo para acesso e melhoria tanto nas condições de produção, como na comercialização e beneficiamento dos alimentos e nos contou sobre a história do movimento. Realizamos ainda entrevista com pesquisador da *Universidad de Buenos Aires (UBA)* e integrante da *Federación Rural*.

Ainda em La Plata, conhecemos o módulo do Armazém *Pueblo a Pueblo*, localizado no centro da cidade. A comercialização dos produtos que vem de diversas províncias do país ocorre tanto de maneira presencial com o atendimento de consumidores no Armazém, como com a entrega de cestas de produtos vendidos de forma *online* pelas redes sociais e pelo *website* da cooperativa.

Na cidade de Buenos Aires visitamos o módulo do Armazém *Pueblo a Pueblo* no bairro *Constitución* que também realiza entregas de cestas agroecológicas e venda presencial. Outro espaço importante de comercialização visitado foi o estande na “*Feria del Productor al Consumidor (FPC)*” realizada mensalmente na Faculdade de Agronomia da UBA. A feira acontece uma vez ao mês e é um coletivo de mais de 290 famílias de agricultores, profissionais da gastronomia e artesãos que aderem aos princípios da economia social, familiar e solidária. Conhecemos também em Buenos Aires o restaurante “*Naturaleza sabia*” para o qual a cooperativa fornece produtos agroecológicos para a venda direta ao consumidor.

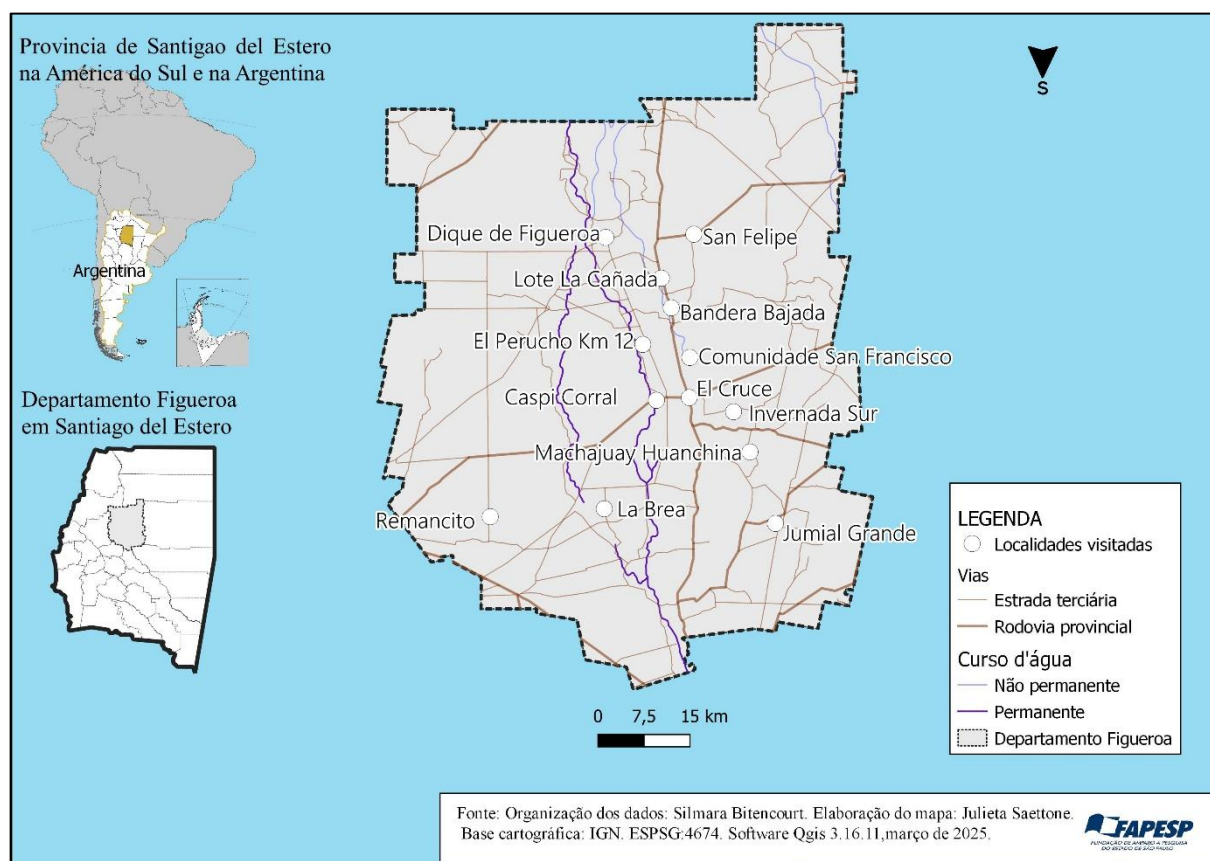
Neste trabalho de campo realizamos entrevistas com camponeses, feirantes, dirigentes e representantes da *Federación Rural para la producción y el arraigo* e da cooperativa *Pueblo a Pueblo*. Isso nos permitiu conhecer melhor a dinâmica de atuação do movimento, sua história, a dinâmica organizativa, os objetivos da sua atuação, bem como, as ações que vem desenvolvendo de maneira articulada com outros movimentos e sujeitos na Argentina, inclusive na Província de Santiago del Estero.

Advertimos que a realidade observada durante este trabalho de campo é muito diferente daquela encontrada no Semiárido Santiaguenho, onde se encontra o recorte empírico da pesquisa e sua importância está principalmente na contribuição para fundamentar as nossas análises, porque nos ajudou a compreender, empiricamente, as desigualdades e a diversidade das problemáticas que envolvem territórios camponeses em diferentes regiões do país e também a ter uma visão mais aprofundada sobre a questão agrária nacional.

Na Província de Santiago del Estero (Mapa 3) pudemos conhecer diversos aspectos da realidade deste território como: a experiência da *Colônia Jaime* no *Departamento de Robles*, o processo de comercialização por parte das camponesas na Feira Agroecológica da *Universidad*

Nacional de Santiago del Estero (UNSE) e no Departamento de Figueroa, a comunidade de San Francisco, território abrangido pela nossa pesquisa (Painel Fotográfico 3).

Mapa 3: Locais visitados nos trabalhos de campo realizados em Figueroa (Argentina)



Na Capital da província realizamos diversas atividades de troca e diálogos na UNSE com pesquisadores do *INDES* que possuem experiência em estudos da questão agrária da Argentina, particularmente da Província de Santiago del Estero. Ainda na capital, conhecemos a Feira Agroecológica da UNSE que reúne mulheres camponesas de *La Banda* que utilizam o espaço da feira para comercializar os diversos alimentos oriundos da produção agroecológica e, também do seu beneficiamento gerando renda para estas mulheres e para a suas famílias.

Na comunidade de San Francisco em Figueroa, em reunião com membros da comunidade foi possível conhecer o processo organizacional que se caracteriza tanto pela associação local formada por moradores da comunidade, quanto pela articulação com outras comunidades, por meio do coletivo *Monte en Red*.

Painel Fotográfico 3: Atividades realizadas durante trabalho de campo em Santiago del Estero, Argentina



Fonte: Trabalho de Campo, abril de 2023

No mês de maio participamos novamente da plenária do CONSEA/BA, desta vez, realizada de maneira virtual na qual foram debatidos o lema, os objetivos e demais encaminhamentos para as conferências territoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como, a Conferência Estadual que ocorreu no segundo semestre de 2023.

A participação nessa plenária foi importante para a nossa pesquisa pois, nos ajudou a compreender como os movimentos socioterritoriais e o Estado estão propondo a partir de instancias consultivas como as conferências, pensar os caminhos para o enfrentamento da fome e da fome na Bahia, bem como, entender como estava proposta a escuta da população baiana e, mais especificamente da população camponesa do Território do São Francisco.

No mês de agosto de 2023, participamos da 6ª Conferência Territorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Sertão do São Francisco na cidade de Juazeiro/BA, que contou com a participação de representantes do poder público municipal, da sociedade civil dos dez municípios do território, representantes do governo do estado e do CONSEA/BA (Painel Fotográfico 4). Na conferência estiveram presentes diversos públicos como: agricultores

familiares camponeses, povos e comunidades tradicionais, pescadores, Comunidades de Fundo de Pasto, Povos de Terreiro, indígenas, quilombolas, comunitários, agentes pastorais da criança, catadores de materiais recicláveis, profissionais das áreas de educação, agricultura, assistência social, saúde, gastronomia, ambiental, nutrição e cultura.

Objetivamos nesta atividade observar o processo de escuta realizado pelo estado da Bahia através da conferência, dialogar com diferentes representações que atuam no território como: movimentos socioterritoriais e representações do poder público e aplicar entrevistas a representantes de movimentos. A conferência Territorial, enquanto componente do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), foi um momento importante e necessário para a nossa pesquisa, pois a partir do seu conteúdo, agregamos elementos para analisar as ações e propostas apresentadas pelos movimentos que atuam no território visando a superação dos diversos desafios envolvendo a fome. Na ocasião realizamos também entrevistas com representantes da CPT em Juazeiro.

Painel Fotográfico 4: Participação na 6ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional do Sertão do São Francisco



Fonte: Trabalho de Campo, 2023

Outra parte desse nosso trabalho de campo no Sertão do São Francisco em 2023 consistiu na visita de campo e aplicação de entrevistas a representantes de movimentos no município de Sento Sé. Na oportunidade entrevistamos representantes da coordenação Territorial da Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco, conhecemos unidades camponesas

de produção e beneficiamento de alimentos e retornamos na Feira Agroecológica do município. Visitamos, também, em Sento Sé comunidades de fundo de pasto, nas quais realizamos entrevistas com mulheres que produzem e comercializam na Feira Agroecológica do município (Painel Fotográfico 5).

Uma das últimas atividades de campo realizadas, no ano de 2023, foi a participação na etapa estadual da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia, realizada na cidade de Salvador, Bahia. Nosso objetivo foi acompanhar o processo de elaboração de propostas a serem enviadas para a conferência Nacional que foi realizada no mês de dezembro e observar quais propostas que foram elencadas pelos movimentos que atuam no Território do Sertão do São Francisco foram escolhidas para serem encaminhadas ao governo federal, bem como, entender melhor a participação e articulação desses movimentos em escala estadual na defesa das suas demandas através das propostas.

Painel Fotográfico 5: Registros durante trabalho de campo no Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Trabalho de Campo, 2023

Em 2024, continuamos com a participação nas plenárias do CONSEA/BA, como uma forma de acompanhar as demandas e ações em torno do tema da segurança alimentar no estado. No primeiro semestre realizamos entrevistas *online* com algumas representações importantes no avanço da nossa pesquisa. No Brasil entrevistamos representação da ACBANTU e da Articulação Semiárido Brasileiro, que atuam no Território do Sertão do São Francisco. Na Argentina realizamos entrevista com um representante do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)* e pesquisador que atua com investigações sobre desenvolvimento de áreas áridas e semiáridas.

No segundo semestre realizamos uma última etapa do trabalho de campo na Argentina no mês de setembro no período de 22 dias. Esse trabalho de campo foi de suma

importância para a construção dessa tese, pois neste período que estivemos na província de Santiago del Estero aprofundamos o nosso conhecimento de maneira empírica a respeito de Figueroa e das dinâmicas sociais, econômica, políticas e culturais dos povos que vivem neste território. Percorremos diferentes departamentos da província, participamos de atividades de movimentos em Villa Altamisque e em Santiago del Estero capital, conhecemos de perto como os movimentos atuam e se articulam na província. Em Figueroa, estivemos nas localidades de: Caspi Corral, El Cruce, El Perucho, Invernada Sur, San Francisco, Bandera Bajada, Machajuy Huanchina, Jumial, San Felipe, Lote La Cañada, La Brea y El Remansito e a Reserva Provincial Bañados de Figueroa (Painel Fotográfico 6).

Nesta oportunidade realizamos entrevistas com representantes de diversos movimentos que compõem esta pesquisa como: Asociación Civil Unión Progreso y Futuro Km 12, Asociación de Mujeres de Jumial Grande, Delegados Unidos de Figueroa Norte Once Comunidades (DUFINOC), Federación Rural para la producción y el arraigo, Hermanas Esclavas del Sagrado Corazón de Jesus, Monte en Red, Movimiento Campesino de Figueroa (MOCAFI) – (Movimiento Campesino de Santiago del Estero MOCASE - Via Campesina²)- Ninashpa, Pueblo Tonocoté Llutke Yaku Muchuna, Juntas Triunfaremos e a Unión de los Trabajadores de la Tierra (UTT). Além disso, também conhecemos a Agencia de Desarrollo Regional Figueroa pertencente ao Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), onde também aplicamos entrevista.

No mês de novembro, realizamos nosso último trabalho de campo no Brasil com a participação no X Encontro Nacional da ASA (EnconASA) que aconteceu nos municípios de Piranhas (AL) e Canindé do São Francisco (SE) e teve como tema “Semiárido Vivo: Por justiça socioambiental e democracia participativa”. O evento contou com a participação de 500 delegados e delegadas vindos de diferentes territórios semiáridos do Brasil e também de outros países, como os povos das regiões semiáridas da América Latina e da África representados por camponeses da Argentina, Bolívia, Burkina Faso, El Salvador, Guatemala, Honduras e México.

² O MOCASE surgiu em meados dos anos 1980, sendo formalmente constituído em 4 de agosto de 1990. Posteriormente, em 2001, ocorreu uma divisão que resultou em duas vertentes: MOCASE e MOCASE VC. As causas dessa separação são complexas e possuem diversas interpretações, entre elas questões ideológicas, divergências nas estratégias de relacionamento com o Estado e conflitos internos relacionados às lideranças. Para maior aprofundamento sugerimos a leitura de De Dios (2003).

Explicamos que, o alcance desta pesquisa se refere às ações do MOCASE-VC, ainda que haja atuação tanto do MOCASE, quanto do MOCASE – VC no Departamento de Figueroa.

Painel Fotográfico 6: Trabalho de campo em Figueroa (Argentina)



Fonte: Trabalho de Campo, 2024

Durante o X EnconASA pudemos conhecer diferentes experiencias que vem sendo desenvolvidas pelos povos do semiárido, participamos de debates, palestras, intercâmbios de experiencias, conhecemos diversas tecnologias de convivência com o semiárido que vem sendo desenvolvidas pelas instituições que fazem parte da articulação, acompanhamos a participação de organizações do Sertão do São Francisco que estavam presentes, como o IRPAA e o SASOP. Também, dialogamos com movimentos e articulações atuantes em Santiago del Estero que estavam presentes no encontro, como o Encuentro de Organizaciones Campesinas e Indígenas representa a 120 organizaciones de la agricultura familiar en 8 provincias del Norte Argentino (ENCONA) e o Movimiento Campesino Santiago del Estero (MOCASE). Além disso, tivemos a oportunidade de realizar entrevista a um representante do governo do estado da Bahia que estava participando do evento.

1.2.1.2. Fontes primárias: entrevista semiestruturada, diário de campo e registro visual

A Entrevista Semiestruturada foi um dos principais instrumentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Para utilização desse instrumento nos ancoramos na abordagem apresentada por Colognese e Melo (1998) que define a entrevista semiestruturada como instrumento que: “Trata-se do momento de produção de um conhecimento novo, através da explicação e compreensão da problemática enfocada na respectiva pesquisa” (Colognese e Melo, 1998, p. 156). Esse instrumento proporcionou um contato direto e próximo com os nossos interlocutores a partir da formulação prévia de perguntas e, também, da adequação, inserção de novas perguntas durante o processo de aplicação. Isso contribuiu para maior entendimento a respeito das realidades encontradas em cada território. Dessa forma, realizamos entrevistas de maneira presencial durante os trabalhos de campo nos territórios estudados e, também, por videoconferência, para aqueles casos os quais não foi possível realizar presencialmente.

As entrevistas presenciais foram aplicadas tanto de maneira individual, quanto com pequenos grupos, uma vez que alguns movimentos se disponibilizaram a nos receber em suas sedes e sugeriram que o momento da entrevista pudesse ser compartilhado com alguns integrantes. Assim, pudemos trabalhar a metodologia de maneira coletiva, o que foi importante porque proporcionou maior engajamento, contato com os povos nos territórios e tivemos a oportunidade de obter informações mais aprofundadas sobre os contextos analisados.

Dessa forma, iniciamos a aplicação desse instrumento metodológico em 2022 e prosseguimos nos anos seguintes de 2023 e 2024. A duração média das entrevistas foi entre 1 e 2 horas, a depender das pessoas entrevistadas e da disponibilidade de tempo que tinham para

dialogar sobre as perguntas. O nosso roteiro de entrevistas foi organizado conforme três grandes eixos em consonância com os objetivos da pesquisa:

- a) Ações do Estado - direcionado a entender as ações do Estado referente à promoção da segurança alimentar e nutricional como: implementação e execução de políticas públicas e projetos nos territórios semiáridos estudados;
- b) Ações dos movimentos – direcionado à compreensão: das ações dos movimentos socioterritoriais em diversas escalas para promover a soberania alimentar; sobre a construção de tecnologias sociais nos territórios; e o que diz respeito à multiescalaridade das articulações dos diversos movimentos socioterritoriais;
- c) Conflitos – orientado a compreender a existência e a natureza de conflitos que envolvem os territórios e a sua relação com a apropriação da terra, da água, à chegada de grandes empreendimentos, etc.

A definição do número de participantes, ou seja, de entrevistas aplicadas foi feita por meio da saturação, conforme se opera em uma pesquisa de cunho qualitativo, na qual o número total é definido quando as informações obtidas através das entrevistas não trouxeram mais elementos novos, tornando-se repetitivas, isso demonstra que as entrevistas realizadas são suficientes, conforme argumenta Minayo (2001; 2017). Por se tratar de uma pesquisa em que analisamos dois territórios em países diferentes, buscamos realizar um número próximo de entrevistas em cada território estudado, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Entrevistas realizadas entre 2022 e 2024

Entrevistado(s)	Formato	Local	País	Ano
Representante da Articulação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia	Presencial	Comunidade de Fundo de Pasto de Melancia Município de Casa Nova	Brasil	2022
Representante da Comunidades de Fundo de Pasto Melancia no Território de Areia Grande e integrante da Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco (RMSSF) no município de Casa Nova.	Presencial	Comunidade de Fundo de Pasto de Melancia Município de Casa Nova, BA.	Brasil	2022
Representantes da Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR)	Presencial	Sede da APPR no município de Remanso, BA.	Brasil	2022
Representantes da Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU)	Online	Via <i>Google meet</i>	Brasil	2024
Representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Presencial	Respectivamente, na cidade de Casa Nova e na Sede da CPT em Juazeiro, BA.	Brasil	2022 2023
Representantes do Conselho Pastoral da Pesca (CPP)	Presencial	Município de Sento Sé, BA.	Brasil	2023
Representante da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) e da Coordenação Estadual da ASA na Bahia	Online	Via <i>Google meet</i>	Brasil	2024
Representante do Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)	Presencial	Salvador, BA.	Brasil	2023
Representante do Movimento de Comunidades Remanescentes Quilombola	Online	Via <i>Google meet</i>	Brasil	2022

Representante da Comunidade Remanescente Quilombola de Lagoinha	Presencial	Comunidade Remanescente Quilombola de Lagoinha, Casa Nova, BA.	Brasil	2022
Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Presencial	Assentamento São Francisco, Juazeiro, BA.	Brasil	2022
Representantes da Coordenação Territorial da Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco (RMSSF)	Presencial	Cidade de Sento Sé, BA.	Brasil	2022
Representante da Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura	Presencial	Comunidade de Fundo de Pasto de Fartura, Sento Sé, BA.	Brasil	2022
Representante da Rede Mulher do Sertão do São Francisco (RMSSF) no município de Remanso	Presencial	Cidade de Remanso, BA.	Brasil	2022
Representantes da Rede Mulher do Sertão do São Francisco (RMSSF) e de comunidades de Fundo de Pasto em Sento Sé.	Presencial	Cidade de Sento Sé, BA.	Brasil	2022
Representante do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)	Presencial	Sede do SASOP, Remanso, BA.	Brasil	2022
Representante do Governo do estado da Bahia	Presencial	Piranhas, Alagoas	Brasil	2024
Representante da <i>Federación Rural para la producción y el arraigo</i> e pesquisador da <i>Universidad de Buenos Aires (UBA)</i>	Presencial	Sede da <i>Federación Rural para la producción y el arraigo</i> em La Plata.	Argentina	2023
Representantes da <i>Federación Rural para la producción y el arraigo</i> de Figueroa	Presencial	Figueroa, Santiago del Estero	Argentina	2024

Representantes da Comunidade de <i>San Francisco</i> em Figueroa	Presencial	Comunidade de <i>San Francisco</i> em Figueroa, Santiago del Estero.	Argentina	2023
Representantes da <i>Unión de los Trabajadores de la Tierra</i> (UTT)	Presencial	Sede da UTT em Santiago del Estero, capital.	Argentina	2024
Representantes dos <i>Povos Indígenas Tonocoté Llutke Yaku Muchuna de Figueroa e integrantes da Unión de los Trabajadores de la Tierra (UTT)</i>	Presencial	Comunidade San Felipe (Yaku Muchuna), em Figueroa, Santiago del Estero.	Argentina	2024
Representante do Instituto <i>Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)</i> e pesquisador sobre desenvolvimento de áreas áridas e semiáridas	Online	Via <i>Google meet</i>	Argentina	2024
Representante da <i>Agencia de Desarrollo Regional Figueroa</i> pertencente ao <i>Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)</i>	Presencial	<i>Agencia de Desarrollo Regional Figueroa</i> , Santiago del Estero	Argentina	2024
Representante do Ninashpa	Presencial	El Cruce, Figueroa, Santiago del Estero.	Argentina	2024
Representante do coletivo Juntas Triunfaremos	Presencial	Invernada Sur, Figueroa, Santiago del Estero.	Argentina	2024
Representantes do <i>Monte en Red</i>	Presencial	Comunidades de <i>San Felipe</i> em Cardón Esquina, Invernada Sur e Machajuay Huanchina, Figueroa, Santiago del Estero.	Argentina	2024

Representantes da Associação Delegados Unidos de Figueroa Norte Once Comunidades (DUFINOC)	Presencial	Sede da DUFINOC em Bandera Bajada, <i>Figueroa</i> , Santiago <i>del Estero</i> .	Argentina	2024
Representantes da Asociación de Mujeres de Jumial Grande	Presencial	Sede da Associação em Jumial Grande <i>Figueroa</i> , Santiago <i>del Estero</i> .	Argentina	2024
Representante das Hermanas Esclavas del Sagrado Corazón de Jesus	Presencial	El Cruce, <i>Figueroa</i> , Santiago <i>del Estero</i> .	Argentina	2024
Representantes do Movimiento Campesino de Figueroa (MOCAFI) e Movimiento Campesino de Santiago del Estero MOCASE - Via Campesina	Presencial	Sede do MOCAFI/MOCASE em Caspi Corral e comunidade de Remansito em <i>Figueroa</i> , Santiago <i>del Estero</i> .	Argentina	2024
Representantes da Asociación Civil Unión Progreso y Futuro Km 12	Presencial	Sede da Associação Km 12, em <i>Figueroa</i> , Santiago <i>del Estero</i> .	Argentina	2024

Fonte e Elaboração: Bitencourt, 2024

Durante a realização das entrevistas procuramos nos posicionar enquanto pesquisadora que zela pelo fazer científico, objetivando a partir da interação social e de um desenho metodológico, obter as informações necessárias para a nossa pesquisa, como propõe Colognese e Melo (1998). Porém, não nos afastamos do nosso posicionamento enquanto sujeita pertencente e engajada no contexto das lutas dos povos do semiárido, aspecto importante da proposta que buscamos desenvolver nesta tese a partir da construção de uma ciência militante.

No que diz respeito aos perfis dos grupos entrevistados, bem como, o que buscamos de informações com as entrevistas, nos guiamos da seguinte maneira:

- Representantes de movimentos socioterritoriais - conhecer as ações dos movimentos no enfrentamento à fome; entender como os povos do semiárido em suas diferentes identidades se articulam para a construção da soberania alimentar; e como constroem as redes de resistência nas diversas escalas regional, nacional e internacional; entender os aspectos relacionados ao processo histórico de formação de seus territórios, como se dá o acesso à água, terra e alimentos; sobre o posicionamento desses sujeitos com relação às ações do Estado no tocante à promoção da soberania alimentar; a existência e efetividade de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional direcionadas a seus territórios; e identificar os conflitos territoriais existentes nos territórios;
- Representantes do Estado - compreender a complexidade das políticas públicas e os posicionamentos governamentais na execução de ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional nos territórios dos semiáridos investigados.

Ao todo foram 32 entrevistas realizadas, sendo 15 na Argentina e 17 no Brasil. Como mencionamos anteriormente, algumas dessas entrevistas foram individuais e outras foram coletivas, em pequenos grupos, representando uma diversidade, étnica, de raça, cor e gênero. Assim, tivemos a presença de homens e uma quantidade majoritária de mulheres com faixa etária entre 27 e 65 anos. Dentre a diversidade dos povos que compõem os territórios semiáridos, observamos a presença de indígenas, afrodescendentes, pessoas negras, brancas e pardas.

Tendo em vista o compromisso com a responsabilidade ética, as entrevistas realizadas nesta pesquisa seguiram os princípios estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata de pesquisas com seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais. Desse modo, todas as pessoas entrevistadas foram informadas sobre os objetivos da pesquisa, o uso acadêmico dos dados coletados, o uso de imagens e sobre o direito de não participação ou de retirada a qualquer momento. Após as devidas explicações, foi obtido o consentimento

livre e esclarecido, de forma oral e/ou escrita, respeitando as condições socioculturais das pessoas envolvidas.

Para garantir o anonimato e a segurança das pessoas entrevistadas, a identidade é mantida em sigilo. Portanto, não utilizamos seus nomes reais. No corpo do texto, os relatos foram organizados a partir de nomes fictícios (pseudônimos), com a indicação, quando pertinente, de características gerais, como ocupação, pertencimento territorial, ou papel coletivo (ex.: camponesa assentada, liderança comunitária, jovem integrante de movimento social). Como pseudônimos, utilizamos nomes de pessoas que participaram, contribuíram para a luta dos movimentos estudados, ou para a luta pela soberania alimentar nos territórios estudados, a maioria, pessoas já falecidas. Desse modo, apresentamos nos Apêndices (Apêndice 2) uma breve descrição da história dessas pessoas, conforme relatos obtidos através das pessoas entrevistadas e pesquisas realizadas.

Compreendemos que a linguagem carrega não apenas palavras, mas também aspectos culturais, nuances e expressões particulares, muitas vezes intraduzíveis ou difíceis de capturar completamente numa tradução. Por isso, com o objetivo de preservar integralmente os sentidos, significados e contextos expressos pelas pessoas entrevistadas, mantivemos os trechos de entrevistas citados no corpo do texto no idioma original. Através do idioma também será possível identificar a que recorte empírico se refere o depoimento. Os trechos em português são de pessoas entrevistadas no Brasil e os trechos em espanhol referem-se às entrevistas realizadas com pessoas na Argentina.

Além da entrevista semiestruturada, o Diário de Campo foi uma ferramenta importante durante os trabalhos de campo, pois nos auxiliou desde o início da pesquisa até a finalização na organização dos dados coletados e, posteriormente, na construção da nossa análise. Trabalhamos com o Diário de Campo não apenas enquanto uma transcrição de fatos observados, mas uma interpretação contextualizada dos eventos. Para a utilização desse instrumento tomamos como referência Minayo (2001) que argumenta o seguinte:

Como o próprio nome já diz, esse diário é um instrumento ao qual recorremos em qualquer momento da rotina do trabalho que estamos realizando. Ele, na verdade, é um "amigo silencioso" que não pode ser subestimado quanto à sua importância. Nele diariamente podemos colocar nossas percepções, angústias, questionamentos e informações que não são obtidas através da utilização de outras técnicas (Minayo, 2001, p. 63).

Registramos no Diário de Campo os acontecimentos, as análises que fomos construindo no decorrer e logo após a realização das entrevistas; as experiências obtidas durante os dias que estivemos nos territórios estudados convivendo e compartilhando com os diferentes

povos; nas atividades dos movimentos que participamos ativamente como: seminários, feiras, reuniões, encontros, plenárias, atividades culturais, espaços de comercialização e produção de alimentos, espaços de articulação, dentre outras.

Utilizamos juntamente com o Diário de Campo o Registro Visual com as fotografias e filmagens. A partir desses recursos foi possível criar registros de diversos momentos observados durante o trabalho de campo que aproveitamos para construir a nossa análise, apresentada em diversos trechos dos capítulos seguintes. Também, pudemos através das imagens revisitar acontecimentos, e analisar fatos. Nesse sentido o registro visual funcionou também como parte integrante do Diário de campo.

1.2.1.3. Fontes secundárias: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, dados quantitativos

A pesquisa bibliográfica contribuiu para ampliar o debate teórico-conceitual e metodológico acerca da temática da nossa tese. Inicialmente, nos dedicamos a busca, seleção e organização desses referenciais com a leitura de livros, teses, dissertações, artigos científicos, jornais, e periódicos para construir um marco teórico-metodológico das publicações para estruturar nossa tese.

A partir dos temas e conceitos e categorias eleitas, trabalhamos como foco analítico, neste procedimento, os principais periódicos das ciências humanas, na busca de um diálogo com autores de diversas áreas. A participação em eventos científicos, mesas, debates, palestras envolvendo a temática também contribuíram através do contato com outras bibliografias e referências. Trabalhamos com a consulta em bases eletrônicas como o *Scientific Electronic Library Online (Scielo)*, Periódicos CAPES, *Google Scholar (Google Acadêmico)*, publicações do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), Banco de Teses e Dissertações da CAPES, além de repositórios de revistas da Geografia e de áreas afins. Para as buscas nestas bases utilizamos palavras-chaves da nossa pesquisa como: movimentos socioterritoriais, soberania alimentar, questão agrária na Argentina, questão agrária no Brasil, segurança alimentar, convivência com o semiárido, combate à seca, paradigmas da questão agrária, fome, dentre outras.

Na pesquisa documental realizamos a busca por informações e dados em diversos formatos, como os materiais impressos, digitais, audiovisuais e fotográficos. Os principais materiais impressos e digitais dizem respeito a: relatórios anuais divulgados pela FAO referentes à situação da insegurança alimentar na América Latina e no mundo; relatórios da equipe de Vigilância em Segurança Alimentar e Nutricional da Rede de Pesquisa em Segurança

e Soberania Alimentar (Rede PENSSAN/VIGISAN) sobre a situação de insegurança alimentar no Brasil; relatórios da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a obesidade; relatórios da *Red Agroflorestral del Chaco* na Argentina (REDAF) que apresentam um monitoramento do desmatamento em florestas nativas na região do Chaco, na Argentina; diversas leis brasileiras e argentinas envolvendo os temas estudados; documentos de organizações não governamentais que atuam no Semiárido Argentino e Brasileiro, como cartilhas com sistematização de experiências, boletins informativos, panfletos, manuais, livros, etc.; documentos da Comissão Pastoral da terra (CPT) como Caderno de conflitos no campo, mapeamentos de territórios tradicionais, etc.

Analizamos, também, documentos audiovisuais que têm sido de grande relevância para o nosso estudo como: documentários, vídeos, produzidos pelos movimentos socioterritoriais e pelo Estado. Além disso, acessamos arquivos fotográficos dos movimentos socioterritoriais e instituições nos quais estão registradas diversas ações, suas histórias e contribuiu sobremaneira para compreensão da atuação desses movimentos e sua caracterização.

Outra fonte documental de grande relevância foram as notícias em jornais (impressos e *online*), reportagens em *websites* dos movimentos e instituições, dos governos, bem como de outros veículos de comunicação da mídia local que têm nos proporcionado acompanhar ações e acontecimentos envolvendo os sujeitos estudados. Também acessamos páginas dos movimentos em redes sociais como *Instagram* e *Facebook*. Ressaltamos que as fontes dos documentos consultados estão indicadas com as devidas referências, conforme sua utilização no decorrer da tese e descritas na lista final de referências.

Como mencionamos anteriormente, trabalhamos também com **Dados Quantitativos**. Nesse sentido, consultamos informações estatísticas em bancos de dados governamentais, de Organizações Não Governamentais (ONGs) e demais instituições oficiais de reconhecida credibilidade na produção desses dados dos países envolvidos na pesquisa para obter informações referentes à pobreza, regularização fundiária, expansão do agronegócio, acesso à água, produção de alimentos. Os principais bancos de dados secundários utilizados foram: o *Instituto Nacional de Estadística Y Censos de la República Argentina (INDEC)*, o *Registro Nacional de la Agricultura Familiar (RENAF)*, o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), o Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL), a *Dirección Nacional Registro de Tierras Rurales da Argentina*, o *Observatorio de Tierras y Medioambiente de la Red Agroforestal Chaco Argentina* e a *Dirección Nacional de Agricultura da Argentina*.

Outra importante fonte foi o Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios que contém informações sobre as ações dos movimentos do campo brasileiro desde os anos 2000, com publicações anuais no Relatório DATALUTA. Desde 2020 a Rede vem pesquisando sobre os Movimentos socioterritoriais em diversos países, dentre eles Brasil e Argentina, através do Projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada e dispõe de informações como: ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, estrangeirização de terras e estrutura fundiária.

Ressaltamos que participamos ativamente desde 2021 desta construção metodológica e teórica juntamente com as equipes do projeto Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada na Argentina e no Brasil e essa atuação contribuiu com esta pesquisa, através do processo contínuo ao longo do projeto na análise, organização e compilação de dados e informações; construção de tipologias de ações e movimentos socioterritoriais; elaboração de manuais e dos relatórios anuais; aproximação com os sujeitos envolvidos na pesquisa; e na construção teórico-metodológica da nossa tese mediante a experiência adquirida nas reuniões, debates e publicações conjuntas para divulgação dos resultados obtidos com o projeto.

1.2.2. Tratamento da informação

O tratamento da informação iniciou-se logo após a realização dos trabalhos de campo com a organização dos materiais obtidos como as fotografias, vídeos, depoimentos, materiais impressos e *online* recebidos dos movimentos visitados, organização das entrevistas e do diário de campo. Esses materiais foram devidamente arquivados no formato digital em uma pasta *online* do *OneDrive* específica para esta pesquisa visando evitar quaisquer perdas.

Enfatizamos que o tratamento da informação ocorreu em períodos simultâneos a outras etapas da pesquisa; e, conforme propõe Gibbs (2009), esse processo de estruturação, organização e categorização compõe parte inicial de suma importância e já se trata de um processo de análise dos dados.

1.2.2.1 - Tratamento dos dados obtidos em trabalho de campo: transcrição de entrevistas, categorização, comparação, elaboração dos produtos imagéticos (mapas/ organogramas construção de gráficos/tabelas/quadros)

As entrevistas aplicadas com os representantes dos movimentos socioterritoriais estudados, gravadas em áudio, mediante autorização prévia das pessoas/grupos, passaram pelo

processo de identificação e posterior transcrição literal nos idiomas dos sujeitos entrevistados: o português e o espanhol, com correção de texto sem perder as particularidades da oralidade. Para a realização dessa etapa trabalhamos com a transcrição manual a qual foi submetida à correção, verificação e análise afim de evitar possíveis erros que pudessem comprometer a fidedignidade na fala das pessoas.

A partir das entrevistas semiestruturadas, e da busca complementar de informações nos sites e documentos institucionais dos movimentos estudados, trabalhamos com a produção de relatórios que foram utilizados como base para a construção de um quadro geral com todas as ações desenvolvidas e que estão relacionadas com a luta pela soberania alimentar na sua multidimensionalidade nos territórios que compõem o nosso recorte analítico. Neste quadro geral especificamos: o Território, o Nome do Movimento Socioterritorial e as ações identificadas, como pode ser observado no Quadro 2 onde apresentamos um exemplo dessa especificação³.

Também identificamos nas entrevistas os principais conflitos enfrentados pelos movimentos e as parcerias, articulações que possuem, bem como, a sua multiescalaridade de atuação, visando responder aos objetivos específicos desta tese. Para isso, construímos um quadro para os conflitos e outro para as parcerias, seguindo a mesma estrutura apresentada no Quadro 2.

Ressaltamos que o levantamento de tais dados nos ajudou a ter uma visão mais aprofundada sobre quais aspectos, dimensões são trabalhadas pelos movimentos estudados como componentes importantes na luta pela soberania alimentar considerando as características das ações do ponto de vista qualitativo.

De acordo com a metodologia proposta por Gibbs (2009), agrupamos tais ações em eixos, uma forma de construir uma análise mais abrangente, tendo em vista que muitas delas apareceram de maneira recorrente nas ações de diferentes movimentos. Enfatizamos que tais ações, na maioria das vezes, contemplam mais de um eixo e esse é um aspecto que nos ajuda a entender a multidimensionalidade da atuação dos movimentos.

³ No capítulo 3, seção 3.3 apresentamos o quadro completo com a categorização de cada ação por eixo e por movimento socioterritorial.

Quadro 2: Categorização das ações identificadas para cada Movimento Socioterritorial

Nº	Território	Nome do Movimento	Ações Identificadas
1	Sertão do São Francisco	Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)	• Implantação de tecnologias sociais: cisternas de placas, tecnologias para produção de alimentos bancos de sementes, quintais produtivos, silagem, fenação, sistemas de reuso da água, dentre outros. • Mobilização social; • Promoção de campanhas • Capacitação de agricultores; • Estímulo à produção local; • Valorização cultural. • Formação de agricultores sobre seus direitos e papel político; • Participação em conselhos, fóruns • Proposição de Políticas Públicas • Reuniões • Assembleias • Encontros • Programas de Radio • Produção de materiais educativos • Protestos • intercâmbios de experiencias
Fonte: Trabalhos de Campo: 2022, 2023 e 2024			

Dessa maneira, construímos 10 eixos aglutinadores, levando em consideração o volume de informações e a densidade de ações, sendo eles: Resistência à desterritorialização, Promoção da agroecologia, Comercialização, Valorização da cultura e tradições, Elaboração e implementação de tecnologias de convivência com o semiárido, Processos Formativos, Preservação ambiental, Assessorias e Apoio social, Organização interna e Articulação e participação em espaços de decisão dos governos.

Do ponto de vista teórico-metodológico essa categorização possibilitou organizar e sistematizar conceitos-chave da nossa pesquisa e de maneira particular o estudo da atuação dos movimentos socioterritoriais, como: território, territorialidade, desterritorialização, identidade cultural e convivência com o semiárido. Também evidenciou a inter-relação entre as práticas concretas dos movimentos socioterritoriais e as dinâmicas territoriais, ressaltando como as ações influenciam diretamente nos territórios e geram novas territorialidades.

Elaboramos uma definição para cada eixo de análise considerando as características das ações que os constituem, tendo como base as informações mencionadas nos depoimentos. Essas ações são aprofundadas nas nossas análises dos capítulos 3 e 4, nos quais especificamos detalhadamente o que constitui cada uma, como os movimentos as desenvolvem e a dimensão que se vincula à luta pela soberania alimentar. Apresentamos a seguir a definição de cada um desses eixos:

- Eixo 1: *Resistência à desterritorialização* envolve ações desenvolvidas pelos movimentos que tem como finalidade principal a garantia da permanência, a defesa e a luta pelo território;
- Eixo 2: *Promoção da Agroecologia* agrupa as ações vinculadas diretamente com o tema da agroecologia, tanto do ponto de vista da produção de alimentos quanto do movimento e das práticas.
- Eixo 3: *Comercialização* formado pelas ações que visam a venda de diversos tipos de produção;
- Eixo 4: *Valorização da cultura e tradições* são ações desenvolvidas pelos movimentos com o intuito de valorizar a cultura dos povos do semiárido, bem como, preservar as tradições locais;
- Eixo 5: *Elaboração e implementação de tecnologias de convivência com o semiárido* dizem respeito àquelas ações relacionadas ao desenvolvimento, experimentação e replicação de tecnologias específicas para os territórios semiáridos;
- Eixo 6: *Processos Formativos* é um eixo estruturante na luta pela soberania alimentar que envolve ações da dimensão educativa dos movimentos;
- Eixo 7: *Preservação ambiental* reúne ações que visam cuidar, proteger, preservar os ecossistemas dos territórios semiáridos;
- Eixo 8: *Assessorias e Apoio social* envolve todo tipo de assessoria oferecido pelo movimento, bem como, as ações de apoio para solucionar demandas locais de maneira mais urgente e que não são atendidas pelo Estado.
- Eixo 9: *Organização interna* diz respeito às ações que visam a auto-organização dos movimentos;
- Eixo 10: *Articulação e participação em espaços de decisão dos governos* são ações em que os movimentos se articulam em diversas escalas, nacionais, regionais, estaduais, municipais, com outros movimentos/instituições, ou em espaços de decisão política.

A partir da construção desses eixos, foi possível compreender melhor as estratégias adotadas pelos movimentos e, ao mesmo tempo, identificar quais ações eram semelhantes e particulares em cada um dos dois territórios estudados. Esse conjunto de informações nos ajudou a construir um quadro comparativo (Quadro 3) no qual tais ações.

Quadro 3: Categorização das Ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais do Sertão do São Francisco e Figueroa			
Eixos	Ações Semelhantes	Ações Particulares de Figueroa	Ações Particulares do Sertão do São Francisco
Eixo 1 Resistência à desterritorialização	Apoio e Assessoria jurídica	Implementação de cercas comunitárias	Não se aplica
	Formação das comunidades sobre direitos		
	Denúncias		
	Caminhadas		
	Passeatas		
	Fechamentos de estradas		
	Protestos		
Eixo 2 Promoção da agroecologia	Mobilização e Combate à invasão e grilagem de terras	Verdurazo/Feriazó	Certificação Agroecológica participativa incentivo e orientação quanto à criação de animais adaptados ao território semiárido incentivo e criação de bancos de sementes animal e vegetal Uso de ferramentas como a caderneta agroecológica
	Produção de alimentos sem veneno		
	Preservação de raças nativas		
	Preservação de sementes crioulas		
	Beneficiamento da produção local		
	Produção de bioinsumos.		
	Produção de ervas medicinais;		
	Coleta e beneficiamento de alimentos nativos;		
Eixo 3 Comercialização	Criação de abelhas;	Não se aplica	Execução de programas de venda institucionais (PAA e PNAE)
	Apoio e incentivo e realização de feiras agroecológicas		
	Venda da produção em outros municípios, estados/províncias ou países		

	Fortalecimento de cooperativas		
	Venda e entrega de cestas agroecológicas		
	Vendas <i>online</i>		
Eixo 4 Valorização da cultura e tradições	Resgate de tradições culturais	Preservação do idioma (quíchua)	Não se aplica
	Fortalecimento da identidade cultural de cada povo		
	Valorização e registro documental da memória		
	Resgate do artesanato local		
Eixo 5 Elaboração e implementação de tecnologias de convivência com o semiárido	Construção cisternas	Não se aplica	Implementação de Bancos de sementes crioulas comunitários
	Aproveitamento de água de reuso		Desenvolvimento de tecnologias específicas para o semiárido
	Melhorias em sistemas de irrigação		Implementação de Quintais produtivos
Eixo 6 Processos Formativos	Formação sobre diversos temas, como: Direitos dos povos, gênero, saúde, comunicação popular, Segurança e soberania alimentar, direitos das mulheres, agroecologia, dentre outros	Criação da Universidade Camponesa	Adaptação de currículos em escolas rurais
	Produção e distribuição de cartilhas educativas, livros e diversos materiais de didáticos	Criação de uma Escola de Agroecologia	Formação de multiplicadores de convivência com o semiárido
	Uso da pedagogia freiriana nos processos formativos	Oficinas com foco na saúde preventiva	Estudos a partir da Cartografia Social
	Criação e veiculação de Programas de rádio		Conquista de escolas e cursos técnicos em assentamento
	Utilização de redes sociais para publicação de vídeos, fotografias, textos, dentre outros materiais audiovisuais		Mapeamento de comunidades Tradicionais
	Sistematização de experiências dos diferentes povos		Estudos sobre impactos dos empreendimentos nos territórios
	Intercâmbio de Experiências		
Eixo 7	Reflorestamento com espécies nativas		Não se aplica

Preservação ambiental	Criação e preservação de áreas de reserva	Implementação de cercas de proteção contra invasões	
	Recuperação de áreas degradadas		
Eixo 8 Assessorias e Apoio social	Assessoria Técnica e Extensão Rural	Assistência social e psicológica	Enfrentamento ao Racismo
		Apoio Escolar de crianças em situação de vulnerabilidade social	Distribuição de cestas básicas
	Fornecimento de refeições	Assistência a crianças com deficiência	doação de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social
	Combate à Violência doméstica	Busca de parcerias para acesso médico em áreas remotas	
	Apoio a mulheres em situação de violência	Execução de projetos habitacionais	
	Atividades recreativas para crianças		
Eixo 9 Organização interna	Reuniões	Não se aplica	Não se aplica
	Assembleias		
	Oficinas com foco na organização interna		
	Encontros		
Eixo 10 Articulação e participação em espaços de decisão dos governos	Participação em fóruns, mesas de diálogo, articulações, em diferentes escalas	Não se aplica	Participação em Conselhos em diferentes escalas: municipais, estaduais e nacionais
	Diálogo com órgãos públicos para garantia de direitos		Proposição de políticas públicas

Fonte: Pesquisa de Campo: 2022, 2023 e 2024

Essa estruturação metodológica baseada na categorização em eixos aglutinadores, seguida da elaboração de um quadro comparativo das ações semelhantes e particulares nos territórios estudados contribuiu significativamente para a análise das ações dos movimentos socioterritoriais, porque nos ajudou a realizar uma leitura analítica capaz de captar, simultaneamente, a complexidade, particularidade e generalidade das estratégias adotadas pelos movimentos.

A partir da comparação construímos uma análise que nos permitiu entender os movimentos socioterritoriais como fenômenos dialéticos, ao evidenciar as semelhanças e as

particularidades de suas ações. Também, nos ajudou a demonstrar como fatores estruturais comuns podem gerar estratégias diversas em contextos específicos.

Nossa estratégia metodológica evidencia o papel do território enquanto elemento ativo, relacional, pois permite entender como a dinâmica de cada território influência nas ações dos movimentos. Ao mesmo tempo nos fornece elementos para desenvolver pesquisas centradas na compreensão da diversidade territorial, considerando que os territórios possuem aspectos semelhantes que os unem e particularidades que contribuem para proposição de ações a partir da realidade concreta em que cada movimento socioterritorial está inserido.

Explicamos, portanto, que de acordo com Spósito (2016) a comparação é uma forma de construir o pensamento e de articular relações entre o real e o abstrato, sendo guiada por fundamentos teóricos e metodológicos. Nesse sentido, a comparação é um procedimento intelectual e não um método ou uma metodologia por si só.

Brandão (2012), ao escrever sobre a comparação na Geografia aponta a sua necessidade para a compreensão do avanço de agentes hegemônicos sobre heterogeneidades espaciais. O autor define a comparação como um procedimento metodológico, ou seja, uma etapa concreta dentro do processo de investigação científica que deve ser guiado por fundamentações teóricas e filosóficas.

Neste sentido, os estudos geográficos comparados servem, sobretudo, à tentativa de elucidar aspectos relativos à dialética das experiências induzidas ou diretamente capitaneadas por esses agentes hegemônicos em suas tentativas de promover a homogeneização dentro de heterogeneidades espaciais, bem como à análise dos posicionamentos opostos, resultantes, por sua vez, da ação de agentes locais (Brandão, 2012. P. 181).

Para o autor, a comparação é uma técnica que busca evidenciar semelhanças e diferenças entre os elementos de estudo, sendo aplicada sempre que houver termos com propriedades gerais ou características particulares em comum. Seu propósito é ampliar a compreensão dos fenômenos, identificar regularidades ou destacar aspectos singulares, sistematizando análises por meio de analogias ou contrastes.

A partir do que aponta Brandão (2012), entendemos que a comparação se mostra importante para entender processos que envolvem o avanço do capitalismo sobre diferentes espaços e, sobretudo, no caso específico de nossa pesquisa, sobre os territórios do semiárido latino-americano, porque ao analisar esses territórios de maneira comparada temos a oportunidade de lançar luzes sobre as diversas dimensões da luta dos movimentos socioterritoriais pela soberania alimentar.

A comparação nos permite, portanto, identificar semelhanças e diferenças, detectar predominâncias e tendências de processos globais como a expansão da mercantilização dos bens comuns, a desapropriação que esses processos geram nos territórios. Possibilita, também, entender as suas particularidades a nível local e como se tornam mais complexos à medida que se cruza com outros fatores, dimensões e escalas.

Dessa forma, nos ancoramos na comparação enquanto uma sustentação para a análise das ações dos movimentos nos territórios investigados a partir das suas semelhanças e particularidades e neste caso específico a comparação se insere diretamente no processo de tratamento dos dados e na construção das análises.

Nas ações categorizadas em cada território estudado, encontramos um conjunto composto por elementos que se assemelham e se diferenciam, são particulares e, também, identificamos singularidades. Ou seja, mesmo que uma ação seja semelhante nos dois territórios, ainda assim, a forma como ela ocorre em alguns casos, possui características distintas, singulares as quais aprofundamos no decorrer da análise de cada eixo.

Além dos processos de categorização mencionados, no tratamento dos dados construímos um conjunto imagético que inclui gráficos, tabelas, quadros, organogramas, mapas (temáticos, político-administrativos), organogramas, acervo fotográfico etc. que podem ser observados no decorrer das seções seguinte. Para isso, trabalhamos com parte destas informações através de *Softwares* gratuitos de Sistemas de Informação Geográfica como o *Q Gis (Versão 3.14.16)* para a realização de mapeamento, no qual obtivemos uma espacialização das ações dos movimentos nos territórios estudados, bem como a sua multiescalaridade no que concerne à articulação com outros movimentos e instituições.

Para fins analíticos, incorporamos ao longo do texto também elementos denominados “Relatos Socioterritoriais”. Esses espaços têm a função de destacar falas, reflexões e depoimentos de integrantes dos movimentos socioterritoriais, sujeitos coletivos que constroem cotidianamente práticas de resistência, luta pela soberania alimentar e convivência com o semiárido. Com a adoção desse recurso buscamos valorizar os saberes locais e as vozes coletivas, entendendo-os como dimensões essenciais para a análise acadêmica de processos relacionados à nossa temática de pesquisa. Esses relatos são frutos das entrevistas, rodas de conversa e observações realizadas durante o trabalho de campo, compondo uma tessitura narrativa que compõe a nossa análise conceitual.

Ao nomeá-los como “Relatos Socioterritoriais”, afirmamos que não se trata apenas de falas isoladas, mas de expressões inseridas em práticas, conflitos e projetos de transformação do território. Essa escolha dialoga com a abordagem qualitativa e militante que orienta a nossa

pesquisa, reforçando o compromisso ético-político de construir conhecimento com os sujeitos e territórios pesquisados, e não apenas sobre eles.

1.2.3. Análise dos dados

Buscamos divulgar as análises preliminares, ainda durante a realização desta pesquisa. Desse modo, discutimos sobre a atuação da Rede Mulher do Sertão do São Francisco relacionada com a produção e comercialização de alimentos agroecológicos no município de Sento Sé, em Bitencourt e Buscioli (2024) no qual apresentamos as ações desenvolvidas pelo movimento as experiências de comercialização agroecológica, sua historicidade, objetivos de luta e frentes de atuação, sinalizando a importância para o avanço no debate das questões agroalimentares e da permanência no território.

Em Moreira Bitencourt (2025), apresentamos uma análise inicial das ações dos movimentos no Sertão do São Francisco e sua articulação na promoção da perspectiva da convivência com o semiárido. Também apresentamos análises das temáticas dessa tese em publicações em conjunto com pesquisadores do NERA, da Rede DATALUTA, do INDES e do PERT, nos quais trabalhamos com debates teórico-metodológicos e análises de ações de movimentos tanto na Argentina quanto no Brasil (Albuquerque Jorge et al, 2022; Jorge et al 2022; Saettone et al 2023; Bitencourt, et al 2023; Buscioli et al 2023; Colla et al 2023; Colla et al 2024; Moura et al 2024).

A análise que apresentamos nos capítulos seguintes ocorreu mediante a junção entre os diversos procedimentos metodológicos aplicados e o tratamento dos dados obtidos durante a pesquisa, que coadunaram no processo de produção da informação, conforme detalhamos nas seções anteriores.

Munidos com todo o arcabouço teórico metodológico construído no percurso da investigação, iniciamos o processo analítico a partir da compreensão das estruturas que compõem o histórico das transformações ocorridas no espaço agrário dos territórios do semiárido latino-americano, dialogando com os aspectos da reprodução do capital nesses territórios. Ao mesmo tempo, caracterizamos os diversos movimentos socioterritoriais que integram a pesquisa e construímos uma argumentação sobre a multiescalaridade e a multidimensionalidade na atuação desses movimentos, tendo como base os dados obtidos nos trabalhos de campo.

Assim, optamos por analisar tais ações em diferentes etapas considerando o que é geral e particular para cada território. Destacamos a importância da utilização da comparação

enquanto uma ferramenta de análise que nos permitiu compreender similitudes entre fenômenos, bem como, as particularidades e singularidades das ações em cada território estudado tendo como base o método dialético.

Os quadros comparativos, bem como, mapas, gráficos, organogramas, fotografias, dentre outros materiais imagéticos desempenharam um papel crucial na análise e interpretação de resultados, pois nos ajudaram a sistematizar os dados, espacializar ações, além de facilitar a comunicação com o leitor/a a respeito dos resultados obtidos.

Destacamos ainda que o trabalho realizado durante o doutorado através da Rede DATALUTA com pesquisadores do NERA e do INDES, além de contribuir para o conhecimento mais denso sobre a realidade dos territórios estudados, também corroborou para construir análises mais sólida sobre a atuação dos movimentos.

Ressaltamos também a importância da participação em eventos, palestras, nas disciplinas cursadas tanto no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), quanto em outros programas de pós-graduação, onde pudemos realizar exposição da nossa pesquisa, dialogar e trocar conhecimentos com diversos pesquisadores da Geografia e das ciências humanas. Além disso, também foi de grande relevância para as análises finais a realização de processos avaliativos, como o Exame Geral de Qualificação, no qual passamos pela apreciação da banca avaliadora composta pela Doutora Joana Tereza Vaz de Moura o Doutor Estevan Leopoldo de Freitas Coca, do Doutor e Coorientador Cristian Emanuel Jara e o orientador Doutor Bernardo Mançano Fernandes que apontaram caminhos importantes para a conclusão desta tese.

1.3. Contribuições para o debate sobre metodologias de pesquisa em Geografia: a pesquisa qualitativa pautada em uma pesquisa militante, dialógica e emancipadora

Adentrar no Semiárido Santiaguinho levou-nos a conexão com diversos aspectos da escassez vividos na infância, alguns dos quais citados no início deste capítulo. Em diversos momentos tivemos a sensação de que o território onde estávamos pisando podia ser o mesmo Sertão que vivemos na década de 1990, tamanha era similaridade de tal território nos aspectos físicos, sociais, culturais e também no que se refere à escassez.

Tal semelhança se evidenciava nos tipos de animais criados, na forma como são tratados e cuidados pelas famílias ao redor da casa; nas pequenas hortas em baldes, bacias e qualquer recipiente que pudesse ficar abaixo de uma sombra perto da casa sendo regado com o reuso da água utilizada na higienização dos alimentos, para suportar o calor escaldante de mais

de 40°; na alegria estampada no rosto das pessoas com as gotas de chuva caindo no quintal após um dia de muito calor; nas estradas abertas a mão no meio da floresta, “o monte” para dar acesso às pessoas, aos carros-pipas que levam água para as famílias; na falta de água para necessidades básicas como beber e cozinhar; na solidariedade e alegria genuína das pessoas ao receberem em suas casas e espaços comunitários para compartilhar de suas vivências, histórias; na auto-organização das comunidades.

Também, no protagonismo forte das mulheres que ao ficarem em casa com a família enquanto os homens viajam para trabalhar em outros locais se organizam, lutam para garantir a comida na mesa, se juntam para pensar estratégias de enfrentamento à fome, levam a comunidade à diante; nas casas tipo “rancho” que abrigam famílias inteiras; nas comidas preparadas no fogão à lenha no quintal; na partilha da comida, do conhecimento, das suas vidas em comunidade; no conhecimento que os homens e mulheres possuem sobre cada árvore, cada arbusto do “monte”; nas necessidades dos povos esquecidas pelo Estado; realidades invisibilizadas, deixadas de lado, no empobrecimento do povo do semiárido.

Nos caminhos percorridos no Sertão do São Francisco, território que conhecíamos parcialmente de nossas caminhadas de militância, leituras e relatos de companheiras/os de movimentos, nos deparamos com um território esgarçado pelo Capital, por diferentes tipos de empreendimentos que juntos tem deixado sua marca no Sertão, provocando destruição, conflitos, deixando a população em um estado de luta constante. Apesar de saber da existência de diferentes investidas, desde meados do século XX em prol das políticas de desenvolvimento territorial capitalista, como a construção do Lago de Sobradinho que causou a desterritorialização de milhares de pessoas, alagamento de cidades inteiras, nada se compara a sentar à sombra de um umbuzeiro ou na sede de um movimento e escutar os depoimentos das pessoas que passaram por esse momento histórico, as lutas que tiveram que travar a partir disso para permanecer em seus territórios.

Na medida que íamos adentrando nos municípios, fomos conhecendo outras formas que o Capital tem utilizado para se apropriar do território e expropriar os povos, como a mineração, as energias renováveis, o agronegócio, a fruticultura irrigada, os empreendimentos imobiliários. Conhecemos também a resistência desses povos, a auto-organização, as estratégias de luta e de enfrentamento que atravessam gerações. Fomos observando aspectos que se entrelaçam e ao mesmo tempo, se distanciam da realidade dos Semiárido Santiguenho, como poderá ser observado nos capítulos seguintes.

Mas, a/o leitor/a deve estar se perguntando o que isso tem a ver com o debate metodológico sobre a pesquisa qualitativa em Geografia?

Nossa intenção com esse relato inicial é demonstrar que as constatações, análises apresentadas nessa tese foram possíveis porque nos propusemos a realizar uma pesquisa junto aos povos dos territórios investigados. Procuramos vivenciar o dia a dia dos movimentos, participar, contribuir com esses sujeitos coletivos. Isso foi possível primeiramente pelo fato de que a pesquisa aqui apresentada não é fruto do acaso, tampouco foi conduzida por uma pesquisadora alheia à realidade que a motivou. Ela tem origem nos anseios de uma mulher que já viveu, experimentou, viu e luta contra a fome no Semiárido Brasileiro.

Dessa maneira, contribuímos com a Ciência Geográfica do ponto de vista teórico-metodológico, principalmente, porque nossa pesquisa analisa um dado fenômeno social, a luta pela soberania alimentar e, conseqüentemente, contra a fome, por meio da pesquisa militante. Ou seja, não se trata apenas de uma pesquisa acadêmica, mas, também, de uma análise e reflexão das vivências, lutas e experiências reais contra a fome no Semiárido Brasileiro. Portanto, temos enquanto perspectiva própria o desafio de construir conhecimento para a transformação da sociedade, o que inclui provocar as narrativas dominantes e fazer ciência com o povo do semiárido para contribuir com mudanças nas políticas e nas práticas sociais.

Estamos construindo conhecimento a partir de um espaço formal de educação e formação que é a Universidade e, também, a partir de um espaço de formação não formal que são os movimentos socioterritoriais estudados, porque compreendemos que o conhecimento não é produzido apenas nos espaços institucionalizados, mas também em espaços informais ou não formais. Desse modo, os movimentos socioterritoriais estudados não são objeto de estudo e sim espaços ativos, legítimos e produtores de saberes, práticas e aprendizagens.

Entendemos que a estratégia metodológica que utilizamos para o tratamento das informações é uma contribuição importante, pois destaca, através da categorização das ações dos movimentos socioterritoriais, práticas de resistência, inovação e transformação social, aspectos centrais para uma Geografia crítica e comprometida socialmente.

O tratamento de informações obtidas através de entrevistas, normalmente, culmina em grande volume de dados qualitativos. Portanto, agrupar ações em eixos temáticos e sistematizá-las comparativamente, é um procedimento que facilita a organização e a análise dos dados qualitativos. Essa estratégia é uma possibilidade de tratamento da informação que pode ser replicada em outros estudos qualitativos que envolvam ou não a comparação.

O procedimento de categorização permitiu identificar categorias empíricas a partir da realidade pesquisada e formular novas categorias teórico-conceituais para estudos futuros. Além disso, trouxe ganhos epistemológicos ao ampliar o entendimento sobre conceitos existentes como resistência, territorialidade, convivência com o semiárido, dentre outros.

Ressaltamos que os eixos estabelecidos nesta pesquisa são abrangentes e integram aspectos ambientais, culturais, econômicos, políticos e sociais, o que abarca a multidimensionalidade dos territórios semiáridos e a temática da soberania alimentar e também favorece diálogos mais amplos com outras disciplinas como a Sociologia, Antropologia, Ciências Políticas, Economia, Agronomia, dentre outras, contribuindo para uma perspectiva interdisciplinar consistente.

Ademais, os eixos evidenciam como os movimentos socioterritoriais desenvolvem estratégias para o enfrentamento das problemáticas concretas nos territórios onde estão inseridos. Dessa forma, visibilizam esses movimentos de maneira contextualizada e as lutas que vem travando em diferentes escalas de atuação na busca pela soberania alimentar.

Destarte, o nosso posicionamento com a realização dessa pesquisa se insere no contexto da militância, no qual assumimos um posicionamento na luta pela construção de territórios imateriais nos quais possamos produzir conhecimento a partir do nosso território, o Semiárido, juntamente com os povos do Semiárido. Isso se faz necessário porque o enfrentamento ao sistema capitalista vigente, a luta por modelos de desenvolvimento, se faz, também, e a partir do conhecimento científico. Para isso, enfrentamos desafios.

Tendo total conhecimento do nosso envolvimento na pesquisa e do compromisso com o fazer científico nos colocamos todo o tempo em uma posição reflexiva, autocrítica, pois sabemos que, a nossa identidade, as experiências que trazemos da nossa trajetória, as visões de mundo que carregamos, também influenciam no processo de produção do conhecimento e na própria interpretação dos dados obtidos, assunto que aprofundamos na seção 1.2.

No percurso nos aproximamos das/os sujeitas/os investigadas/os procurando manter, ao mesmo tempo, a relação de proximidade que temos com a temática estudada e o distanciamento necessário para estabelecer uma análise crítica visando decifrar os textos e contextos não aparentes, como princípio importante do fazer científico. Percebemos a necessidade de equilibrar o envolvimento pessoal com um certo distanciamento das/os sujeitas/os investigadas/os com a finalidade de realizar uma análise crítica e reflexiva. Esse distanciamento não se refere, portanto, a uma desconexão fria ou desinteressada, mas a uma necessidade de questionar suposições, examinar contradições e considerar múltiplas interpretações que podem advir da realidade estudada.

É oportuno destacar que nossa atuação como pesquisadora está pautada no compromisso com os movimentos socioterritoriais, sendo a militância parte integrante da nossa prática acadêmica. Ao mesmo tempo, assumimos na Universidade o compromisso com o rigor científico, desenvolvendo uma pesquisa acadêmica fundamentada em métodos, categorias e

conceitos que caracterizam e diferenciam o saber científico dos conhecimentos não formais. Esse caminho escolhido reflete nossa opção por realizar, no espaço formal da universidade, uma pesquisa científica comprometida e militante.

Pela nossa militância, a relação com os grupos investigados, de certa maneira, criou um ambiente mais aberto e receptivo, no qual os participantes dos movimentos em diversos momentos demonstraram-se à vontade para contribuir com a investigação. Isso nos permitiu imergir completamente no ambiente estudado, o que facilitou, aprofundou e contextualizou a nossa compreensão da realidade investigada. Assim, tivemos a possibilidade de acessar a informações e aspectos que não estão disponíveis em documentos ou relatos escritos. Por um lado, isso enriqueceu os dados coletados, permitiu que fizéssemos uma análise mais completa e proporcionou, também, o confronto entre os dados das entrevistas, pesquisas documentais, bancos de dados e os relatos observados em reuniões, seminários, encontros, plenárias com participação ativa destes sujeitos. Por outro lado, implicou maior cuidado e zelo com as informações visando uma responsabilidade ética, o respeito pelas histórias de vida, informações e conhecimentos compartilhados.

Além da nossa atuação como militante e integrante do CEDASB e da ASA, outros fatores foram importantes para viabilizar a pesquisa. No caso do Brasil, o contato inicial com os movimentos ocorreu por indicação telefônica, feita por pessoas que já conheciam previamente nosso trabalho no Semiárido Baiano. Considerando também nossa condição de mulher, buscamos primeiramente aproximar-nos das mulheres integrantes dos movimentos para estabelecer uma comunicação mais próxima. Essa mesma estratégia foi utilizada nos trabalhos de campo realizados na Argentina, inclusive com apoio de integrantes dos movimentos brasileiros que facilitaram nosso contato com grupos em Santiago del Estero. Além disso, por se tratar de um território com o qual não tínhamos familiaridade aprofundada, foi de grande relevância fazermos parte da Rede DATALUTA e a parceria que construímos ao longo do doutoramento com o Grupo de Pesquisa *Ruralidades y Territorio*.

A experiência com a realização de um estudo qualitativo contribuiu para a reflexão das ações que temos desenvolvido enquanto pesquisadora, ao mesmo tempo que alimentou a nossa prática como militante. Esse movimento dialético contribuiu significativamente para o nosso desenvolvimento teórico e prático e colaborou para a melhoria da nossa capacidade de interpretar de maneira crítica os dados coletados e a realidade observada, enriquecendo a nossa experiência de militância, pessoal e profissional.

Para além dos suportes teórico-metodológicos já construídos e que utilizamos para estruturar e analisar a realidade estudada, outro aspecto que observamos como relevante para

pensar as pesquisas militantes é de que a Geografia se constrói a partir da vivência concreta dos espaços, fundamentando-se na observação direta e na experiência empírica no território. E, essa vivência foi possível a partir dos trabalhos de campo os quais percorremos no item 1.2 que proporcionaram a imersão em contextos até então desconhecidos empiricamente como o Semiárido Santiaguense e outros já conhecidos como o Semiárido Baiano, mas que revelaram aspectos, realidades, dimensões não exploradas antes no âmbito da pesquisa acadêmica e que se desdobraram durante a pesquisa com os relatos, dados e observações.

Por isso, reafirmamos a importância dessa ferramenta metodológica para a Ciência Geográfica e, principalmente, para a realização de pesquisas militantes de cunho qualitativo, pois, as imersões nas realidades investigadas nos proporcionaram pensar e repensar a pesquisa, aprofundar análises a partir das quais, pudemos mesmo com parte do caminho trilhado, recalcular algumas rotas a partir do confronto com a realidade, porque foi a partir dela que nos orientamos para pensar e construir essa tese.

CAPÍTULO 2: METAMORFOSES TERRITORIAIS E DINÂMICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO LATINO-AMERICANO



“Com o que a gente tem, a gente faz vários tipos de comida e consegue se alimentar, mas isso não é suficiente, porque estão tirando de nós a terra, a água e a possibilidade de viver. Nós lutamos pelo território porque só com terra, como você sabe, não se vive. Precisamos de um território porque precisamos de ar, de passe, de tudo que existe num território. Não é só com terra e água que a gente sobrevive. E falta!

(Fala da Representante do Conselho de Pescadores e Pescadoras, uma das fundadoras da Rede de Mulheres do Sertão do São Francisco durante entrevista)

CAPÍTULO 2: METAMORFOSES TERRITORIAIS E DINÂMICAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO LATINO-AMERICANO

Os países da América Latina passaram por significativas e profundas transformações territoriais ao longo do tempo. Nesse sentido, os territórios semiáridos estudados nesta tese, no Brasil e na Argentina, são resultantes, dentre outros fatores, das formas como o espaço rural latino-americano foi e é produzido, modificado e reorganizado historicamente, considerando as relações sociais, econômicas, políticas e ambientais desta região.

Desse modo, para compreender as dinâmicas que envolvem esse processo de produção do espaço e da formação territorial faz-se necessário analisar as relações sociais, conflitos, o estabelecimento da propriedade privada da terra, o uso de tecnologias, os modelos de desenvolvimento em voga, as estratégias econômicas que definem como o espaço agrário foi e é produzido, ocupado e modificado historicamente. Por isso, neste capítulo apresentamos essa análise das transformações territoriais e das dinâmicas que tem construído ao longo do tempo o espaço agrário latino-americano e em particular os territórios semiáridos estudados nesta tese.

Para tanto, partimos de uma abordagem multiescalar na qual apresentamos uma análise do contexto latino-americano. Em seguida tratamos da particularidade dos países onde estão localizados o nosso recorte empírico, sobre os quais demonstramos como foi se estruturando ao longo dos séculos os elementos que conformaram a questão agrária atual nesses países.

Por fim, adentramos à problemáticas que envolvem a questão agrária nos territórios semiáridos do Sertão do São Francisco e de Figueroa, os quais realizamos uma caracterização da questão agrária a partir da apropriação da terra, da água, das propostas de desenvolvimento pensadas a partir do Estado e do Capital para esses territórios e apresentamos elementos para pensar o Paradigma do Combate à Seca (PCS). A partir dessas análises indicamos ao longo deste capítulo aspectos semelhantes, particulares e diferentes do processo de constituição desses territórios.

2.1. Dinâmicas pretéritas e formação territorial da América Latina

Os territórios semiáridos, geralmente, são definidos pelas suas características físicas considerando alguns aspectos como: o regime de chuvas, normalmente, concentradas em alguns meses com variações em uma sucessão de anos; as altas temperaturas; e, a relação entre essas

duas variáveis utilizadas para medir o índice de aridez que costuma ser menor que 0,5⁴. Essa definição, entretanto, muda a depender da legislação vigente em cada país (Reboratti, 2017).

Com base nas características edafoclimáticas, encontramos alguns territórios que são considerados semiáridos na América Latina, como pode ser observado no Tabela 1. Há o *Corredor Seco Centroamericano* localizado na América Central que compreende uma extensa área de 1.600 km² e 100 a 400 quilômetros de largura paralela à costa do Pacífico de Chiapas, no México, ao oeste do Panamá, e abrange a Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e parte da Costa Rica; O *Semiárido Venezuelano* que ocupa 4,5% do território neste país, com 28.695 km², está presente nos estados de Lara, Falcón, Zulia, Sucre e Anzoategui; O *Chaco Semiárido*, onde se localiza um dos enfoques da nossa tese, que faz parte do Grande Chaco Americano ou Chaco Trinacional localizado na América do Sul com 1.066.000 km² ocupando territórios de 4 países: Argentina (62.19%), Paraguai (25.43%), Bolívia (11.61%) e Brasil (0.77%) (TNC et al., 2005); e o *Semiárido Brasileiro*, o qual também nos debruçamos nesta pesquisa, que tem expandido sua abrangência e, atualmente, abarca os 9 estados da região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo na região Sudeste, envolvendo um total de 1.427 municípios.

Como pode ser observado na Tabela 1 o semiárido latino-americano possui uma população de quase 53 milhões de pessoas e ocupa uma extensão territorial de 1.616.329 km² espacializados em 10 países. Esses territórios apresentam diversas similaridades nas suas dimensões físicas próprias de regiões semiáridas, como: pouca pluviosidade e/ou chuvas concentradas em alguns meses do ano, altas temperaturas, alto índice de evapotranspiração, o tipo de vegetação, de solo, que moldam a estrutura da paisagem.

Os territórios Semiáridos do continente latino-americano são marcados pelas desigualdades que moldam o histórico, frente ao extenso e violento período de colonização que promoveu largos processos de desterritorialização via conflitos territoriais.

Um dos nossos recortes para a pesquisa, o Território do Sertão do São Francisco⁵, está localizado no Semiárido Brasileiro que possui uma história marcada pela conflitualidade territorial que se evidenciou ao longo dos séculos na luta pela terra, pela água; nos conflitos

⁴ Apresentamos essas informações enquanto uma definição geral sobre os territórios considerados como semiárido. Para maior aprofundamento ver: Köppen, 1936 e Nóbrega, 2010.

⁵ Essa regionalização foi adotada pelo estado da Bahia para a definição de políticas públicas a partir da perspectiva de desenvolvimento regional (SEPLAN, 2008). Entretanto explicamos que em nossa pesquisa não propomos uma análise com base nessa perspectiva territorial sustentada pela divisão dos municípios em “Territórios de identidade”. Apenas utilizamos essa subdivisão como um recorte empírico para delimitar o nosso estudo.

com diferentes instituições, com o Estado, com as grandes corporações, face à crescente disputa territorial que ocorre tanto do ponto de vista do território material, quanto do território imaterial de maneira indissociável.

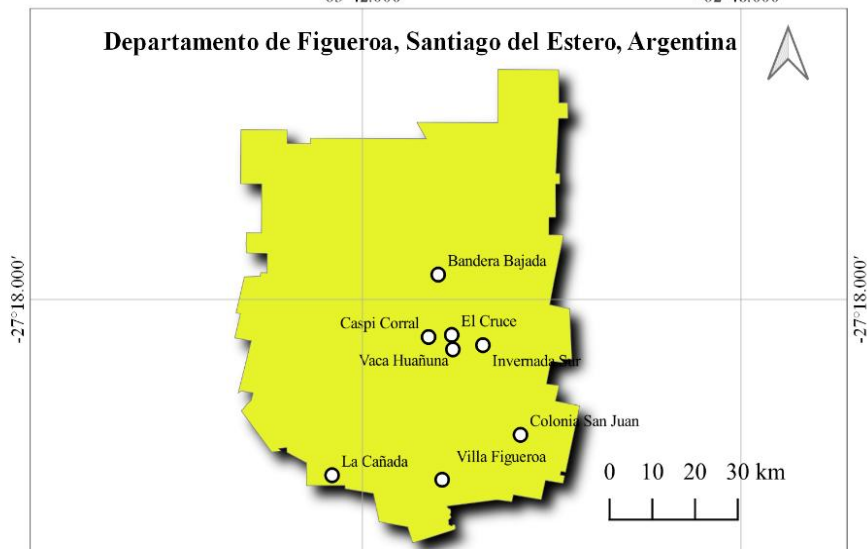
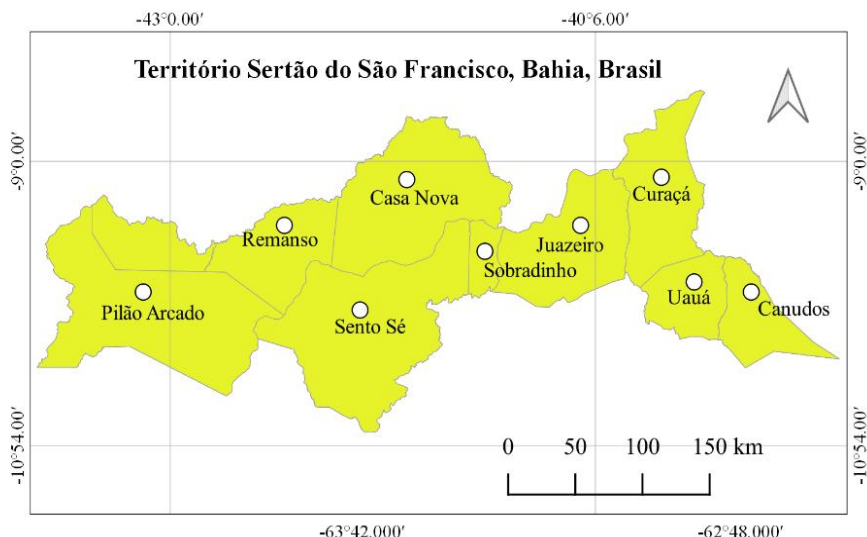
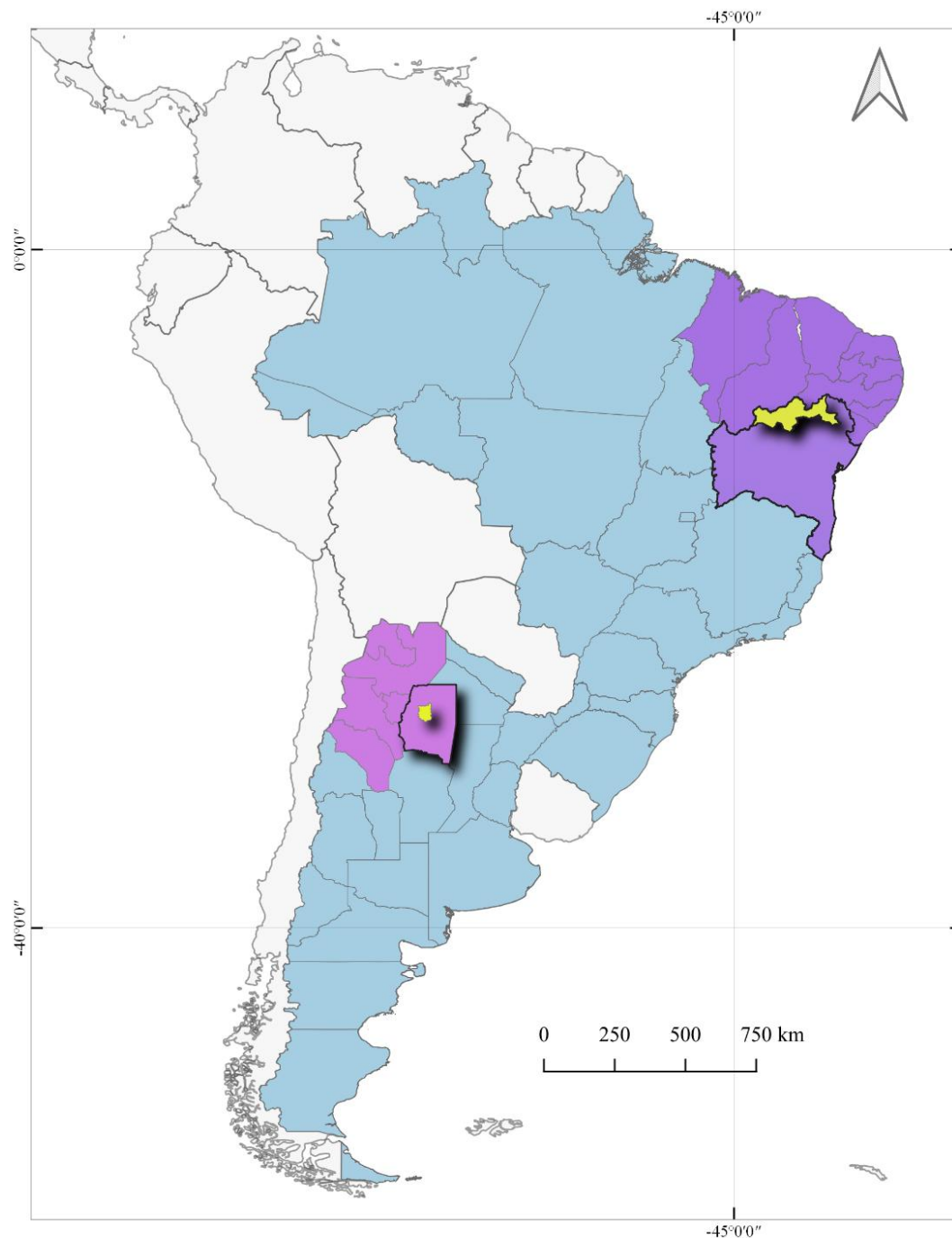
Tabela 1: Semiáridos na América Latina: Superfície e População

País/Região Semiárida	Superfície (em Km²)	População
Argentina	271.558	1.128.092
Bolívia	127.574	328.922
Paraguai	104.947	87.040
Gran Chaco	504.079	1.544.054
Brasil	908.131	22.598.318
Costa Rica	14.681	1.395.707
El Salvador	21.041	5.744.113
Guatemala	37.039	9.455.785
Honduras	55.134	6.005.741
Nicaragua	42.677	4.153.339
Panamá	7.852	265.278
Corredor Seco Centro-americano	178.424	27.021.963
Venezuela	28.695	1.784.504
Total Semiáridos	1.619.329	52.948.839

Fonte dos dados: Reboratti, 2017

Organização: Bitencourt, 2023.

Os dez municípios que fazem parte do território estudado no estado da Bahia, são: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá (Mapa 4). Ressaltamos que esses são territórios marcados pela intensa territorialização do modelo do agronegócio vinculado ao capitalismo agrário, representado por diversos setores como empresas agrícolas, de mineração, energias renováveis, dentre outras, que tem gerado neste início do século XXI diversos conflitos, promovendo a expropriação, expulsão e desterritorialização dos diferentes povos que vivem no campo.



Base Cartográfica: SEI (2015); GADM database.
 Fonte: SEI, 2015; FOREST-GIS; INDEC, 2015.
 Sistema de coordenadas: EPSG:4326 - WGS 84
 Projeção: Policônica
 Elaboração: Silmara Oliveira Moreira Bitencourt



Municípios/Localidades

- Região Nordeste do Brasil
- Região Noroeste da Argentina
- Santiago del Estero
- Bahia

Nosso enfoque de pesquisa no Semiárido Argentino está localizado no Chaco. Destacamos que as regiões áridas e semiáridas ocupam a maior parte do território argentino, cerca de 75% da superfície nacional, concentrada em áreas como a Puna, a Prepuna, o Chaco, o centro-oeste e a Patagônia (Moscuzza, 2003). De maneira específica, estudamos Figueroa um departamento que faz parte da Província de Santiago del Estero (Mapa 4), é composto por 8 comissões municipais:⁶ *Caspi Corral, El Cruce, Bandera Bajada, Invernada Sur, Vaca Huañuna, Villa Figueroa, Colonia San Juan e Villa Figueroa*; e *Cañada* que é denominada de cabeceira departamental.⁷ O fato da maioria desses municípios serem classificados como comissariados e não como municípios é um indicador de que esse é um dos territórios mais ruralizados do país e indica, também, a ocorrência de processos demográficos caracterizados por uma população migrante.

O modelo de produção extensiva que representa o avanço do agronegócio é responsável pela expulsão e pelos conflitos entre populações camponesas e povos nativos, bem como pela contaminação por agroquímicos e pela perda de biodiversidade, no território semiárido, como aponta Zarrilli (2020), o que, conseqüentemente, promove o desmatamento e a diminuição das florestas. Entretanto, em contraste com outros departamentos da província de Santiago del Estero, em Figueroa o alto nível de conflito por terra pode ser explicado mais por problemas de posse de terra do que pela expansão da fronteira agrícola e pelo avanço do agronegócio conforme aponta Mazur et al (2023).

O departamento de Figueroa, assim como o Sertão do São Francisco, possui uma estrutura agrária marcada pela forte concentração de terras e intensa atuação dos movimentos socioterritoriais e instituições de diversas naturezas que juntamente com os camponeses em suas diferentes identidades têm resistido às investidas do capital por meio do avanço da fronteira agrícola. A partir de suas realidades, diversos sujeitos constroem estratégias e resistem no Semiárido Santiaguense na luta pela soberania alimentar.

Para o desenvolvimento dessa tese entendemos que, apesar da necessidade de reconhecer a importância da dimensão física com toda a sua composicionalidade na análise

⁶ Em Santiago del Estero há três categorias de municípios: “de primera categoría, los municipios que cuenten con una población que supere los veinte mil habitantes; de segunda categoría, los que tengan más de diez mil habitantes y de tercera categoría, los que cuenten con más de dos mil habitantes” (Santiago del Estero, 2005, p.46) Assim, os municípios considerados mais ruralizados são denominados de “Comisiones Municipales”

⁷ “Cuidad de Cabecera” é a localidade onde se concentram as autoridades administrativas de uma região ou município.

dos territórios semiáridos, a similaridade das condições edafoclimáticas, por si só, não dá conta de explicar a realidade e os contextos que constituem estes diferentes territórios. Faz-se necessário, portanto, aprofundar em outras dimensões como a social, política, econômica, que foram/são basilares em diversos contextos históricos da formação das estruturas agrárias sob as quais se desenvolvem as ações de diferentes sujeitos nestes semiáridos.

Tais dimensões representam um conjunto de elementos que podem ser analisados na Ciência Geográfica tendo como foco, dentre outros, a questão agrária que nos propomos a desenvolver nesta pesquisa. Ademais, é um tema debatido e estudado por diversas áreas do conhecimento que procuram entender as engrenagens que constituem os problemas envolvendo o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Nesse sentido, os debates dos teóricos clássicos sobre a questão agrária têm como principal raiz a análise das categorias que Marx (1981; 2013) denominou como as bases de sustentação da sociedade capitalista, sendo elas: a divisão da sociedade em classes e a detenção dos meios de produção. O autor defendia que para o desenvolvimento pleno do capitalismo alguns processos são essenciais, dentre eles, ressaltava a importância da separação dos trabalhadores dos seus instrumentos de trabalho, os meios de produção, colocando-os na condição de “trabalhadores livres” obrigados a vender a única mercadoria que dispõem, a sua força de trabalho. Tendo como base os pressupostos apresentados pelo autor o desenvolvimento do capitalismo no campo e na agricultura perpassa pela destituição dos camponeses de seu principal meio de produção, a terra, levando-os a fazer parte da massa de proletários disponíveis para vender sua força de trabalho para a indústria alimentando assim a engrenagem do sistema capitalista.

A partir dessa base teórica, autores da questão agrária clássica como Kautsky (1986 [1899]) Lênin (1985) e Chayanov (1981 e 1974) buscaram nos seus estudos explicar a expansão das relações capitalistas no campo a partir de diferentes processos históricos de desenvolvimento da agricultura. Procuravam entender como se dava a apropriação da terra, como isso advém da estrutura da sociedade dividida em classes, as mudanças sociais, econômicas e políticas que ocorrem dentro das comunidades camponesas ao longo do tempo que impactavam na estrutura agrária e nas relações de poder.

Não é nosso intuito realizar neste momento um aprofundamento sobre tais obras, entretanto, enfatizamos com base em Fernandes (2001) a necessidade de retomar aos

clássicos enquanto referências que contribuem com a nossa leitura de mundo. Nesse sentido, ressaltamos que diversos conceitos construídos por esses autores permeiam as análises que nos propomos a desenvolver nesta tese e nos orientam no entendimento da realidade estudada, ainda que haja diferença entre tais autores.

Desse modo, procuramos estar em consonância com alguns conceitos como o conceito de “recriação do campesinato” levantado por Kautsky (1986), entendido como o processo de subordinação do campesinato ao Capital, que o leva à sua desintegração e recriação, fazendo com que no modo de produção capitalista não haja o desaparecimento do campesinato; o conceito de diferenciação do campesinato de Lênin (1985), bem como, o conceito de camponês de Chayanov (1981 e 1974), sua defesa pelo campesinato como uma forma de organização não capitalista que coexiste em diferentes modos de produção, dentre eles, o capitalismo, e a flexibilidade camponesa na luta pela garantia da sobrevivência dentro do sistema capitalista.

Cada um desses autores, ao seu tempo e em realidades específicas se dedicavam a entender o desenvolvimento do capitalismo no campo em escala nacional e a partir de análises da questão agrária no sistema capitalista que ainda estava no seu processo inicial de expansão. Nessa direção, Girardi (2008, s/p, grifo do autor) argumenta que “além da diferenciação social e econômica, deve ser levada em consideração a *diferenciação espacial do campesinato*, verificada nas diversas escalas”. Essa diferenciação é importante no processo de produção e reprodução do próprio campesinato.

Alicerçados no que propõe Felício (2011); Campos (2012); Fernandes (2013a) e Buscioli (2016) entendendo a diversidade de abordagens dessa temática e os diversos paradigmas que cada autor embasa suas leituras e análises, optamos por construir nossa argumentação via debate paradigmático. Assim, nos baseamos numa perspectiva crítica de apreensão da realidade que diz respeito ao questionamento sobre os problemas estruturais que emergiram da expansão do capitalismo no campo e no desenvolvimento da agricultura.

Enquanto método de análise do campo, o debate paradigmático não visa dicotomizar ou propor uma reflexão dual, mas se apresenta como uma das formas de pensar a questão agrária. Nesse sentido, dentro do debate paradigmático, que vem sendo construído por coletivos de pensamento da geografia agrária brasileira, coexistem dois paradigmas: o

Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) (Fernandes, 2013a; Felício 2011; Campos, 2012; Buscioli, 2016).

Os teóricos que se propõem a debater o campo a partir do PQA, dos clássicos aos contemporâneos, têm como principal preocupação o entendimento das desigualdades, assimetrias e contradições envolvendo as relações capitalistas no campo que se expressam, principalmente, através dos conflitos. Fernandes (2001), define a questão agrária da seguinte maneira:

a questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo (Fernandes, 2001, p. 23).

Na visão do autor, a questão agrária é intrínseca ao sistema capitalista e, portanto, para que seja solucionada, é necessário que haja uma superação deste modo de produção. No capitalismo, a conflitualidade é um elemento essencial da questão agrária, porque é inseparável do sistema e componente importante na luta do campesinato para a sua resistência e sobrevivência, que se expressa nas ações de luta pela terra e pelo território (Fernandes, 2001).

O PQA procura entender a realidade camponesa a partir da problemática travada pela luta de classes, reconhecer os limites do capitalismo e demarcar uma posição de enfrentamento, resistência, luta e superação desse modelo excludente (Fernandes, 2005, 2013a; Felício, 2011; Campos, 2012; Vinha e Fernandes, 2023; Buscioli, 2016). Assim, “O PQA analisa o campo a partir da teoria marxista e o eixo central de discussão é a renda da terra, o processo de diferenciação e de recriação do campesinato, o conflito e as consequências negativas ao campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo” (Girardi, 2008, s/p).

Para Fernandes (2013b), a questão agrária, embora esteja relacionada com a problemática que envolve a propriedade da terra, não deve ser analisada apenas por esse aspecto, pois é vasta a sua abrangência e as dimensões que a contempla. Nas palavras do autor:

A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo, que revelam sua complexidade. A contradição está na estrutura do sistema capitalista e o paradoxo no movimento da questão agrária. E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta conflitualidade e desenvolvimento através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente (Fernandes, 2013b, p. 6).

Nesse sentido, a questão agrária e a conflitualidade que a envolve são resultado do desenvolvimento da agricultura e da pecuária dentro do processo de acumulação capitalista. É, portanto, intrínseca ao modo de produção capitalista e faz parte do seu processo de desenvolvimento a partir da recriação das desigualdades e contradições do próprio sistema, que, mediante a resistência do campesinato gera diversos conflitos territoriais (Fernandes, 2021). É a partir dessa visão, da busca pela análise das contradições inerentes ao modo de produção vigente que desenvolvemos as nossas análises.

Elucidamos, portanto, que o tema da questão agrária é entendido de diferentes maneiras na sociedade e nas ciências humanas, inclusive por estudiosos que não partem do ponto de vista de que há uma questão agrária a ser debatida e investigada no contexto estrutural. Neste grupo se encontram pesquisadores e teóricos que fazem parte do PCA que é uma leitura caracterizada pela falta de reflexão sobre a centralidade da questão agrária, ou da conflitualidade, que faz uma defesa dos interesses do agronegócio e de uma proposta de resolução dos problemas dentro do próprio sistema capitalista integrando o camponês ao sistema produtivo e transformando-o em mero produtor de mercadorias (Fernandes, 2005; Campos 2012; Vinha e Fernandes, 2023; Felício, 2011, Buscioli, 2016).

Internamente, esse paradigma possui uma divisão das tendências sendo a primeira a “da agricultura familiar, que acredita na integração das famílias ao Capital, e a do agronegócio, que não acredita na agricultura familiar, entendendo-a como categoria que deve ser eliminada para que o campo alcance patamares maiores de crescimento econômico e social” (Vinha, 2021, p. 77).

O PCA tem como principal expoente da sua construção teórica no Brasil Abramovay (1992) que desconsidera as análises de autores clássicos como Kautsky e Lênin, não considera a capacidade de transformação e recriação do camponês e defende a ideia do

desaparecimento do campesinato no modo capitalista de produção em contraposição ao surgimento de um novo trabalhador rural, o “agricultor familiar” (Girardi, 2008, s/p). Para Fernandes (2001):

Nesse paradigma defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês (Fernandes, 2001, p. 29).

O autor argumenta ainda que no PCA não há a preocupação com o debate sobre os conflitos políticos, tão pouco com a total subordinação do campesinato aos ditames de organismos internacionais que controlam as políticas econômicas.

Partindo de uma análise centrada no PQA, concordamos com Transpadini (2018) quando escreve que entender a questão agrária na América Latina perpassa por três pontos fundamentais: considerar que há um verdadeiro desconhecimento histórico de todo o processo sofrido neste continente após a invasão dos colonizadores no século XVI e de tudo o que havia antes da chegada dos invasores; pautar as histórias de resistências, importantes para compreensão do que é o território na visão dos povos originários e dos diferentes povos trazidos para o continente e submetidos à condições de desumanidade; e juntamente à isso, “Entender a centralidade da terra para a acumulação capitalista, dado que se transformou na forma-conteúdo dominante mundial a partir do século XIX” (Transpadini, 2018, p.1.697).

Em consonância com o que diz Fernandes (2001), conforme argumentamos anteriormente, compreendemos que a questão agrária não deve ser analisada, exclusivamente, a partir do debate sobre a posse da terra, diante da sua multidimensionalidade. Entretanto, no contexto latino-americano, sob o qual nos debruçamos nesta tese, não podemos desconsiderar essa problemática central, uma vez que a terra assume centralidade no processo de acumulação no modo de produção capitalista.

Em seguida apresentamos apontamentos sobre o processo de apropriação da terra na América Latina e nos países investigados desde o processo de colonização até a primeira metade do século XX. Advertimos que não é nosso intuito fazer um aprofundamento em tal temática, uma vez que é vasta a produção acadêmica sobre esse tema, e sim assinalar aspectos

históricos que consideramos importantes para entender a questão agrária na atualidade no contexto do semiárido latino-americano e, especificamente, nos territórios investigados.

Sobre essa temática, Transpadini (2018) escreve que, a partir do período da invasão colonial, a questão agrária na América Latina passou a ser demarcada por um processo histórico de exploração e violência, caracterizado pelo saqueio, roubo, pilhagem, torturas, genocídios e etnocídios, todos vinculados à lógica da acumulação de Capital. A terra, que dentro da cosmovisão dos povos originários era uma parte da natureza a qual eles também faziam parte, ou seja, era parte da sua própria existência, passou a ser usada pelos colonizadores como mero objeto de geração de riqueza.

A autora argumenta ainda que [...] “a terra, a partir da centralidade que tem na dinâmica de produção de vida cotidiana dos sujeitos, se relaciona a diversas expressões de materialização do poder no território: seja comunal, seja mercantil, ou outra natureza” (Transpadini, 2018, p. 1701). Assim, os povos originários que viviam no continente denominado pelos invasores como América “eram povos que dominavam conhecimento, produziam cultura, e demarcavam concepções de mundo, portanto, havia nele uma questão agrária” (Transpadini, 2018, p. 1701). Entretanto, os colonizadores negaram a existência de qualquer outro tipo de sociabilidade, ou de uma questão agrária própria destes povos e, para isso estabeleceram uma relação de expropriação, de extermínio, de exploração tanto das pessoas, quanto da terra e do território.

A partir do processo violento de expropriação, de desterritorialização e do genocídio dos povos indígenas, durante os séculos XVI, XVII e XVIII o colonialismo Europeu preponderou em todo o território latino-americano sob a lógica do extrativismo a partir da exploração da matéria-prima como madeira, minérios e, também, através do estabelecimento de uma agricultura de exportação que visava corresponder à demanda das metrópoles europeias dedicadas ao amplo e intenso desenvolvimento do sistema capitalista.

A parte do território latino-americano colonizada pelos espanhóis nos primeiros séculos teve como principal atividade econômica a exploração mineral, enquanto que a porção dominada pelos portugueses dedicou-se à extração do pau-brasil e logo depois a produção agrícola. Nesse sentido, Furtado (2019, p.145) ratifica que, “Tanto nas economias cujo ponto de partida foi a agricultura, como naquelas que se organizaram em torno da produção mineira, a grande propriedade tendeu a constituir-se em elemento básico da

organização social”. Sobreiro Filho (2016, p.122) afirma que “historicamente ocorreram em ambos os países o processo de desterritorialização da população indígena para a territorialização das diferentes faces da exploração”.

No Brasil, foi estabelecido logo após a chegada dos portugueses, em 1534, a ocupação do território por meio das capitanias hereditárias que tinham a finalidade de consolidar o domínio dos colonizadores e promover a administração do território por meio de donatários particulares. Germani (2006) escreve que o litoral do país foi subdividido em grandes faixas de terras doadas a nobres e pessoas de confiança da coroa para que pudessem administrar, governar, cada capitania. “Competia a ele nomear as autoridades administrativas, juízes, receber taxas dos impostos e distribuir terras” (Germani, 2006, p.121).

O regime de doação de terras se consolidou via sistema de Sesmarias sob o qual os donatários repassavam grandes extensões de terras no interior das capitanias. Enquanto instrumento legal que estabeleciam as regras para doação de terras, as Sesmarias consolidaram a estrutura fundiária naquele momento e criou bases que ajudam a compreender o histórico do acesso à terra no Brasil, conforme aponta Welch (2012):

Dessa forma, a sesmaria atribuída a determinado nobre no Brasil tornar-se-ia permanente, como uma grande área particular. É ela a base de um sistema de latifúndio pouco produtivo, que contribuiu para a problemática da formação social do país. Como dificilmente as sesmarias coloniais eram devolvidas ao rei, o significado de “terras devolutas” também diferiu no Brasil, referindo-se essencialmente às terras ainda não doadas ou desenvolvidas – isto é, a grande maioria daquilo que viria a ser o Brasil independente a partir de 1822 (Welch, 2012, p.143).

Inicialmente, a legislação não estabelecia um tamanho para cada Sesmaria. Entretanto, “[...] tinham em geral grandes extensões, tanto pela abundância das terras, como pelas exigências do cultivo da cana de açúcar, e ainda deviam servir de atrativo ao futuro sesmeiro” (Germani, 2006, p.123). Dessa forma, o modelo do regime de Sesmarias adotado no Brasil se diferenciou daquele utilizado por Portugal relativo à limitação do tempo de concessão a terra. [...] “desde o início as sesmarias no Brasil foram concedidas a título perpétuo. A posse da terra se dava sob o regime da propriedade alodial e plena” (Germani, 2006, p. 123).

Com o passar do tempo, diante da mudança no sistema de capitanias hereditárias, o domínio central na distribuição das terras passou a ser do Governo Geral que estabeleceu recomendações diversas originando conflitos na própria legislação sobre concessões de terras. “Assim, não obstante, a legislação que limitava as dimensões da sesmaria, desde o princípio instalou-se a grande propriedade de terras. A filosofia da colonização era a de plena ocupação do solo com vistas à produção para o mercado” (Germani, 2006, p.123).

Ao mesmo tempo, as relações de trabalho estabelecidas pelos colonizadores se pautavam na exploração da força de trabalho escravizada dos povos indígenas em um primeiro momento e, posteriormente, do povo negro africano trazido para ser escravizado no “Novo Mundo”, prática essa que perdurou, formalmente, até 1888, sendo o Brasil o último país latino-americano a abolir legalmente a escravidão através da Lei Áurea⁸. Tal contexto histórico é central na análise da questão agrária latino-americana, porque implicou em transformações na organização do trabalho, na formação da estrutura fundiária e na desigualdade social estruturada ainda no período da escravidão.

Além das sesmarias, durante o período colonial, uma outra forma de adquirir terras e que também teve implicância na formação dos latifúndios no Brasil foram as posses, que de acordo com Germani (2006), eram caracterizadas pela “ocupação de terras desocupadas e, aparentemente, sem dono”, recorrentes desde a instauração do regime das Sesmarias. Desse modo, muitos colonos pobres, tropeiros e grandes proprietários acabavam estabelecendo-se em terras sem o devido título legal, apenas ocupando-as de fato. Germani (2006) escreve o seguinte:

Inicialmente, as posses eram realizadas em áreas de pequenas dimensões, mas com a abolição da concessão das sesmarias, a área ocupada foi aumentando até constituírem-se imensos latifúndios. Não havia providência adequada para disciplinar a ocupação das terras virgens. Intensificaram-se os litígios, entre sesmeiros e ocupantes – posseiros – confinantes, os embustes dos lavradores sem recursos pelos senhores dos latifúndios (Germani, 2006, p.132).

Como não havia um controle permanente da Coroa no período colonial devido à grande extensão territorial, a posse se tornou comum a partir da ocupação contínua, da presença prolongada e construção de benfeitorias, fazendo com que grande parte das terras

⁸ Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888.

fossem ocupadas na prática pela via da posse, isto é, pela mera ocupação de fato, sem o título legal outorgado pela Coroa. “Entre o fim do regime sesmarial e a instituição da Lei de Terras, houve o período de quase 30 anos, chamado de “império de posses” ou “fase áurea do posseiro”. Sem normatização e regulamentação, a posse tornou-se a única forma de aquisição de terras” (Castro, 2021, p. 85-86).

Welch (2012) argumenta que o período colonial no Brasil, teria gerado uma tendência de permitir que grupos poderosos controlassem extensas áreas de terra, perpetuando suas vantagens ao longo do tempo. Já o segmento português menos influente mantinha a posse de modo precário, atuando como arrendatário, meeiro ou posseiro, enquanto indígenas e africanos eram submetidos à escravidão. Esse legado histórico resultou em uma estrutura fundiária de caráter dualista, marcada pela existência de latifúndios subutilizados e minifúndios superexplorados, além de uma formação social profundamente estratificada.

Nos países colonizados pela Espanha, dentre eles a Argentina, os grandes latifúndios tiveram sua origem inicial no regime de doação de terras instituídos entre os séculos XV e XVI, denominados de *Mercedes reales* que tinham como objetivo central a dominação dos povos originários, conforme escreve Hocsman:

Desde un punto de vista institucional esta dominación adoptó diversas formas jurídicas, siendo las principales la “encomienda” y “merced” de tierras. Por la primera, la corona española hacía una “concesión” de los derechos de trabajo sobre un grupo de indígenas (para catequizarlos), lo cual no implicaba posesión de tierras; y que degeneró en control del trabajo indígena y extracción de renta por tributos. La merced, en cambio, era una cesión de territorio para su explotación por parte de un español (Hocsman, 2011, p. 47).

Silva e Secreto (1999) ressaltam que, inicialmente, tais terras eram concedidas a colonizadores influentes ou que prestavam serviços à Coroa, constituindo, ao longo de todo o período colonial, a forma mais recorrente de concessão de terras. Nesse sentido, “Consistiam na transferência, em nome do monarca, de terras “vagas”, implicando a obrigação de povoá-las e de trabalhá-las. Com frequência se acrescentava às *mercedes encomiendas* dos índios que habitavam as terras cedidas” (Silva; Secreto, 1999, p. 114).

Ao escrever sobre as *encomendas*, Furtado (2019, p. 68) argumenta que “Na América, encomendava-se, ou confiava-se a um conquistador um núcleo de população indígena,

cabendo-lhe a responsabilidade de cristianiza-la e o direito de utiliza-la como força de trabalho”. Desse modo, além da posse da terra, que lhe era concedida pela Coroa, o colonizador também dispunha da exploração da força de trabalho indígena, seja pela extração do excedente da mão-de-obra, ou pela escravização.

Através do regime das Sesmarias e das *Mercedes Reales*, Portugal e Espanha implantaram nas terras colonizadas um modelo agroexportador no qual eram produzidos bens primários como açúcar, tabaco, ouro, prata, café, cacau, para atender ao mercado europeu, consolidando uma estrutura produtiva voltada para atender o exterior. E foi através desses regimes, principalmente, que se formou a estrutura agrária no período colonial.

Silva e Secreto (1999), afirmam que de maneira geral, a doação condicional constituía a principal forma jurídica de apropriação territorial tanto nas regiões espanholas quanto nas portuguesas e foi esse caráter da condicionalidade que desdobrou na formação de grandes latifúndios improdutivos.

Tanto nas colônias espanholas, quanto na colônia portuguesa, as doações de terras, eram direcionadas a grupos específicos escolhidos pela Coroa conforme citamos anteriormente. Tais grupos considerados “capazes” de administrar e tornar essas terras produtivas para geração de riqueza para a metrópole não contemplavam a população indígena (os reais donos do território), muito menos ao povo negro que não era ao menos considerado gente, conforme adverte Germani (2006) ao tratar da escravidão no Brasil:

O escravo africano foi a força de trabalho de todo o sistema implantado na colônia: primeiro nos engenhos, depois nas minas de ouro e mais tarde nas fazendas de algodão e café. Tudo o que se produzia neste período teve a marca do suor e do sangue do negro, obtido através do trabalho escravo. A existência do negro africano nas fazendas e engenhos se contabilizava como capital fixo, como uma máquina, não como uma pessoa (Germani, 2006, p. 128).

Foi a partir desse contexto histórico do processo de apropriação da terra pelas elites coloniais tendo como precedente primaz a força de trabalho escrava de indígenas e negros que se iniciou no século XIX o processo das independências na América Latina. Tal momento histórico deu continuidade na manutenção das elites agrárias e na criação de um arcabouço jurídico institucional que amparou o processo da concentração fundiária. Transpadine (2018) adverte:

A questão agrária no período das (in)dependências da América Latina e o Caribe, demarca a nova fase de acumulação de capital, centrada no trabalho livre, em parte assalariado, no continente, sem com isso deixa de tratar com centralidade a acumulação primitiva na forma de apropriação de pedaços de terras cada vez maiores pelos donos do capital. A terra, mercadoria, os trabalhadores e trabalhadoras sem terras como futuros operários, consolidavam a nova matriz de desenvolvimento que despontaria em meio à crise de 1929 (Transpadini, 2018, p. 1705).

A Lei de Terras foi um importante marco na história do Brasil que mudou profundamente a questão agrária do século XIX. Promulgada em 18 de setembro de 1850, a nova legislação agrária passou a determinar o acesso à terra somente pela compra das terras públicas, denominadas de terras devolutas, conforme dispõe no seu Art. 1º “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (Brasil, Lei nº 601, 1850, art. 1º). Assim, tornou obrigatório registro das terras, com a finalidade de controlar e legalizar as posses existentes.

Tal legislação atingiu diretamente as pessoas das camadas mais pobres da população como os arrendatários, meeiros, posseiros, impossibilitando o acesso à terra, pois nem todos tinham recursos para a compra. Advertimos ainda que a Lei de Terras, assim como o regime das Sesmarias, como citamos anteriormente, não incluía em seu escopo os povos originários. Pelo contrário, a legislação não reconheceu oficialmente as formas tradicionais de ocupação e uso do território pelos indígenas, fazendo com que essas áreas fossem vistas como vagas, passíveis de comercialização, sem donos legalmente reconhecidos pelo Estado.

Outro grupo diretamente atingido foi o povo negro. Silva (2018) escreve que “Era uma estratégia elaborada para preservar o monopólio sobre a terra, sobre a grande propriedade, excluindo a população negra livre naquele momento (1850) e, a partir de 1888, os futuros libertos” (Silva, 2018, p. 18-19). O autor defende a ideia de que a Lei de Terras conseguiu cumprir dois papéis: o de legitimação do latifúndio e de impedimento de que os segmentos menos favorecidos da sociedade acessassem a terra.

Advertimos ainda com base em Silva (2018) o fato de que a promulgação da Lei de Terras ocorreu duas semanas após a aprovação da Lei Eusébio de Queirós⁹ que previa o fim do tráfico atlântico de escravizados. Nessa direção, estamos de acordo com Germani (2006,

⁹ Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850.

p. 135) quando argumenta que “isto não pode entender-se como uma casualidade, senão como algo contextualizado no processo que anunciava a iminência da abolição da escravidão e da implantação do trabalho livre”. Nessa mesma perspectiva, a Lei Áurea que previa a extinção da escravidão no Brasil ocorreu em 1888, pouco mais de trinta anos depois. Destacamos ainda que, ao povo negro, pessoas escravizadas, libertos, não foi direcionada nenhuma ação de reparação pelos séculos de escravidão. Nas palavras de Silva (2018):

A abolição sem reparação produziu uma sociedade extremamente desigual, onde um fosso passou a separar ex-escravizados e seus descendentes do restante da população, principalmente, os ex-senhores e seus descendentes. Por esse motivo, **o pós-abolição tem sido de luta e resistência para a população negra**, que tem na abolição o momento imediato no qual essa população, recém liberta, inicia sua luta pelo direito ao acesso à terra (Silva, 2018, p. 30, grifo nosso).

Tais acontecimentos, além de criar obstáculos para que a população negra tivesse sua própria terra, foi também um mecanismo utilizado para a manutenção dos trabalhadores então livres, dependentes dos grandes proprietários, garantindo-lhes mão de obra barata ou relações de trabalho precárias. É importante mencionar que, ao mesmo tempo em que a Lei de Terras transformava a terra em mercadoria e a tornava um bem de difícil acesso por parte das camadas empobrecidas da sociedade e, principalmente, para o povo negro recém liberto, o Estado brasileiro estabeleceu também através desta legislação uma política de migração centrada no incentivo à vinda de estrangeiros para o país para vender sua força de trabalho visando solucionar a crise que se estabelecia mediante a “falta de trabalhadores” devido ao fim da escravidão¹⁰. Silva (2018) descreve essa prática como a promoção do branqueamento da população brasileira que propunha o aumento da quantidade de pessoas brancas no país via incentivo da vinda de estrangeiros com a finalidade de “embranquecer” a população. Tal prática reforçou a hierarquização social e racial que reverbera estruturalmente na sociedade brasileira até os dias atuais com a prática do racismo que afeta diretamente as pessoas negras.

¹⁰ “O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem” (Brasil, Lei nº 601, 1850, art. 18º).

Outra realidade latente no país que contribuiu para conformar a estrutura agrária após a Lei de Terras e que perdura até os dias atuais foi o surgimento da prática da grilagem¹¹ de terras. Diante da exigência do Estado do título para confirmar a veracidade da posse da terra, “O grileiro falsificava documentos e os registrava oficialmente, corrompendo os oficiais dos cartórios que, muitas vezes, fizeram parte do processo de falsificação de títulos de propriedade” (Welch, 2012, p. 143).

Tais precedentes históricos apresentados até aqui que remontam desde o período colonial foram delineando e conformando a estrutura da concentração da terra no Brasil que no século XX culminou no estabelecimento do poder da oligarquia rural de diferentes formas em cada região do país. Nesse sentido, cabe mencionar alguns acontecimentos importantes do ponto de vista das leis estabelecidas na primeira metade do século XX que se relacionam diretamente com o acesso à terra no país. A primeira é com relação à função social da propriedade que, conforme escreve Strozake (2012) possui os seguintes marcos históricos no país:

[...] em que pese à maciça presença de latifundiários na Constituinte de 1932, foi na Constituição de 1934 que, pela primeira vez, a propriedade no Brasil ficou condicionada ao interesse social e coletivo (ver art. 113, inciso 17¹²). Os termos de seu acolhimento foram ampliados e redefinidos na Constituição de 1946, que instituiu a possibilidade de “justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos” (art. 147). Já o princípio da função social da propriedade foi originalmente incorporado à legislação brasileira na Constituição de 1967, inspirado no Estatuto da Terra (de 1964). Mas foi somente na Constituição Cidadã de 1988 que a função social da propriedade alcançou os contornos distintos que tem hoje (Strozake, 2012, p. 370).

Desse modo, o cumprimento da função social de uma propriedade rural tal qual prevê a Constituição Brasileira de 1988¹³ se realiza quando, de forma concomitante, são cumpridos

¹¹ Essa expressão "grilagem de terras" tem origem na prática de falsificação de documentos de terra na qual os documentos eram colocados em caixas com grilos por um determinado tempo para que os insetos os "envelhecessem" e assim não pudessem ser considerados falsos.

¹² “É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou colectivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indemnização. Em caso de perigo imminente, como guerra ou commoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem publico o exija, resalvado o direito a indemnização ulterior” (Brasil, 1934, art. 113)

¹³ A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização

os graus de exigência legais relativos ao uso racional e adequado da terra, à utilização apropriada dos recursos naturais e à preservação ambiental, ao respeito às normas que regem as relações de trabalho e à promoção do bem-estar tanto dos proprietários quanto dos trabalhadores. Entretanto, essas são exigências que até os dias atuais são dribladas do ponto de vista legal por latifundiários no país. Nessa direção, estamos em consonância com Germani (2006) quando escreve que:

[...] as condições históricas sociais que regularam a ocupação do espaço agrário brasileiro tornaram, pouco a pouco, as terras livres – onde se desfrutava de “paz e sossego” – em terras aprisionadas nas mãos de poucos onde se convive com manifestações constantes de violência sem igual. Uma história de ocupação que gerou e consolidou uma estrutura de propriedade das mais concentradas do mundo e, o pior, uma imensidão de terras sem uso algum (Germani, 2006, p. 142).

Enquanto isso, as camadas mais pobres da sociedade continuam à margem, sem acesso à terra, porque não é de interesse do Estado e muito menos das classes dominantes fazer uma distribuição das terras. Nesse sentido, Stédile (2012) adverte que, embora já tenham havido tentativas de estabelecer uma Reforma Agrária Clássica¹⁴ no Brasil durante o governo de João Goulart (1961-1964), “Com base na definição de Reforma Agrária e nas tipologias ocorridas nas experiências históricas dos povos, pode-se concluir que no Brasil nunca houve um processo de Reforma Agrária” (Stédile, 2012, p. 663).

Fernandes (2000; 2008b; 2009), aponta que embora existam políticas pontuais e ações estatais voltadas à distribuição de lotes, não houve uma reforma agrária efetiva no Brasil em termos de transformação estrutural do acesso e uso da terra, pois essas iniciativas não chegaram a configurar uma reforma agrária genuína, uma vez que não alteraram de modo significativo as estruturas de poder que marcam a propriedade fundiária no país.

Desse modo, uma reforma agrária real requereria mudanças mais profundas, o que envolve não apenas a questão do acesso à terra, mas também a organização produtiva e a autonomia dos trabalhadores rurais. “Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as

adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (Brasil, 1988, art. 186)

¹⁴ “Assim são considerados aqueles programas de governo para desapropriação e distribuição massiva de terras que ocorreram durante o processo de industrialização” (Stédile, 2012, p. 658).

dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o Capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato” (Fernandes, 2008b, p. 76). Assim a reforma agrária se insere no contexto da pauta dos movimentos de luta pela terra no país, considerando os elementos apontados pelo autor, mas que não é uma realidade na sua totalidade no que concerne ao Estado brasileiro.

No contexto argentino o regime de doação de terras estabelecido pela Coroa espanhola no período colonial, as *Mercedes Reales* sobre as quais discorremos anteriormente, resultou nas bases de uma estrutura agrária composta por grandes latifúndios sem limites devidamente definidos. De acordo com Paz e Jara (2022) essa estrutura persiste até os dias atuais e se soma à inadequação de títulos de propriedade conformando a estrutura fundiária no país.

No período pós-independência, a partir de 1810, considerado como um período de transição para a constituição do Estado Argentino, o país passou por um processo lento de lutas internas como a Guerra da independência (1810-1816), o período dos Diretórios (1814–1820), as guerras civis entre Unitários e Federalistas (1820–1852) e a consolidação de Juan Manuel de Rosas (1829–1852)¹⁵. Esses conflitos internos fruto de disputas políticas, regionais e econômicas moldaram a formação do Estado nacional argentino e implicaram na regulamentação do acesso à terra no país.

As terras que antes pertenciam à Coroa espanhola, com a independência, passaram para o Estado Argentino que já na primeira metade do século XIX elaborou “[...] uma política explícita de ocupação e distribuição de terras públicas” (Silva e Secreto, 1999, p.116). Desse modo, em 1826 durante o governo de Bernardino Rivadavia foi concebido um sistema de arrendamento das terras públicas conhecido como a *enfiteuse*, justificada pelo governo como uma maneira de incentivar a ocupação, a produção agropecuária e, ao mesmo tempo, gerar receita estatal para o pagamento de dívidas. A *enfiteuse* se configurava como uma forma de concessão de terras estabelecido pelo Estado mantendo a posse da propriedade pública, ao mesmo tempo que concedia a particulares o direito de uso por meio do arrendamento de longo prazo, mediante pagamento de um valor anual, conforme descrevem Silva e Secreto, (1999):

¹⁵ Para maior aprofundamento sobre tais conflitos recomendamos a consulta em algumas bibliografias como: Halperín (1972); Chiaramonte (1983); Lynch (1981); Romero (2013).

Do ponto de vista conceitual, a enfiteuse, forma típica da apropriação territorial no feudalismo europeu (derivada da enfiteuse romana), está a meio caminho entre o arrendamento e a propriedade plena e difere das sesmarias porque implica (sempre) o pagamento de um foro. A enfiteuse argentina distinguia-se do tipo feudal porque enquanto neste a concessão era perpétua e efetivada entre particulares, no caso argentino a terra era uma propriedade estatal e permanecia inalienável. O regime enfiteutico de Rivadavia tinha manifestamente três finalidades. Em primeiro lugar, perseguia fins econômicos – tornar disponível o solo para o agricultor, liberando os capitais para o investimento produtivo; em segundo, fins sociais – prender o homem à terra favorecendo o desenvolvimento da agricultura e da criação; e, finalmente, fins financeiros – baseado nos dois primeiros, tornar a terra uma garantia de empréstimos válida, já que os bancos não aceitariam terras improdutivas como garantia (Silva; Secreto, 1999, p. 118).

Na prática, o pagamento pelo uso das terras não obteve grande êxito, pois muitos deixavam de pagar ou conseguiam valores irrisórios, perpetuando o uso quase privado de extensas áreas. Em vez de democratizar o acesso à terra, o sistema da *enfiteuse* beneficiou, sobretudo, pessoas próximas ao poder como as elites políticas e militares, contribuindo para concentrar grandes extensões de terras nas mãos de poucos arrendatários. Isso levou ao surgimento de latifúndios e limitou o acesso das camadas mais pobres da sociedade à terra. Silva e Secreto (1999) escrevem que tais fatos colocaram em evidência a concepção do Estado sobre as terras públicas que se submetia a uma estratégia fiscal de curto prazo, negligenciando tanto as necessidades fundamentais de povoamento e seus impactos, sociais quanto os ganhos fiscais de longo prazo que uma política territorial mais democrática poderia oferecer. Nessa mesma direção, Espina (1991) argumenta que o governo pós-colonial da Argentina aprofundou a concentração da terra a partir de ações diretas do Estado.

Na segunda metade do século XIX, especialmente as últimas décadas, foram marcadas pela intensificação e expansão da fronteira agrícola no país orientada para a produção de matérias-primas para exportação, baseada sobretudo na produção de carne e cereais. A Inglaterra, pioneira na Revolução Industrial, com o desenvolvimento da indústria têxtil na Europa apresentava uma crescente demanda na importação de lã. Assim, acendeu na Argentina o interesse em aumentar a criação de ovinos, o que fez com que a terra se tornasse um recurso insuficiente dentro dos limites da fronteira “civilizada” levando à escassez de terras de pastoreio (Espina, 1991).

Vislumbrando a possibilidade de aumentar a produtividade, consolidar o país como grande fornecedor de produtos agrícolas para a Europa e responder aos anseios da elite econômica, o Estado promoveu uma política de expansão. Para isso, empreendeu a “*Conquista del Desierto*”, entre 1878 e 1885, uma ação militar sob o comando do *General Julio Argentino Roca*, com o propósito de incorporar e controlar extensas áreas da Patagônia e da Pampa que estavam sob ocupação de povos indígenas.

A operação foi legitimada por ideologias racistas e evolutivas, sob a justificativa de “civilizar” e “proteger” as regiões fronteiriças de supostas ameaças indígenas e resultou em intensos conflitos, morte, deslocamento e submissão de grupos. Entretanto, o discurso oficial apresentava a campanha como uma necessidade de “domesticar” os territórios e integrá-los ao mercado global. Briones e Delrio (2007) escrevem o seguinte:

Las décadas posteriores a la C-D¹⁶ aparecen como fundantes de relaciones sociales de explotación en las cuales el espacio social queda configurado por la territorialización estatal. La detención en campos de concentración, las deportaciones masivas, la tortura y la división de las familias preceden en las narrativas a las huidas y a los itinerarios de los abuelos para encontrar las tierras que se convertirían en “lugar” de las nuevas comunidades (Briones e Delrio, 2007, p. 29-30).

Conforme apontam os autores, a “*Conquista del Desierto*” conformou as bases das relações sociais de exploração através da territorialização do Estado que não se limitou ao período das campanhas, mas perdurou nos períodos posteriores porque “la política indigenista de la etapa distó de ser espasmódica o abstencionista. Apuntó, por el contrario, a desertificar de manera práctica “el desierto” (Briones e Delrio, 2007, p. 29-30).

Banzato e Rossi (2010) explicam que foi neste momento histórico que surgiu o “verdadero mercado de tierras con pocas restricciones y bastante activo” [...] “resultante de la expansión de la frontera, la transferencia de tierras públicas a manos de la frontera, la transferencia de tierras públicas a manos privadas y la construcción de la red de transportes que permitió explotar las tierras y colocar sus productos en los mercados” (Banzato e Rossi, 2010, p.11).

¹⁶ C-D, sigla utilizada pelos autores para “*Conquista del Desierto*”.

Influenciada por ideais liberais, a Constituição de 1853, outro marco importante no processo de apropriação da terra na Argentina, apresentou diretrizes que afetaram a posse e o uso do solo, uma vez que reconheceu e garantiu o direito de propriedade. Conforme escreve Etchichury (2019) a Constituição Argentina de 1853 trata do direito de propriedade em dois artigos específicos, o artigo 14 e o artigo 17, consagrando o direito de dispor sobre a propriedade e a garantia da sua inviolabilidade. Também, atribuía ao Congresso o poder de legislar sobre a administração, alienação ou arrendamento de terras públicas¹⁷. Por um lado, encorajava a imigração como estratégia de desenvolvimento nacional. Por outro lado, não estabeleceu um capítulo específico sobre reforma agrária ou distribuição de terras e nem sequer havia menções a qualquer tipo de reforma agrária ou repartição compulsória de grandes propriedades (Argentina, 1853).

O Código Civil sancionado pela Lei n. 340, de 1º de janeiro de 1871 estabeleceu, naquele momento, de acordo com o que previa a Constituição Nacional as regras para a propriedade privada no país consentindo que “cada província sancionasse normas locais, desde que não se contrapassem com a legislação nacional, para o estabelecimento da propriedade privada, o que permitia a compra de terras por estrangeiros no país sem qualquer restrição” (Pereira, 2018, p.10).

Ainda no século XIX, a lei Avellaneda, aprovada em 1876¹⁸, conhecida como a Lei de Imigração e Colonização foi mais um arcabouço jurídico institucional que contribuiu para reforçar a formação de latifúndios. Embora voltada oficialmente para o povoamento e o estímulo à formação de pequenas propriedades, a lei visava regular a entrada de imigrantes e promover a colonização agrícola no país. Silva e Secreto (1999), argumentam que a Lei *Avellaneda* serviu de certa maneira, como um alicerce legal para o modelo agroexportador, centrado na produção de carne e grãos, que teve forte impacto no desenvolvimento socioeconômico do país até meados do século XX.

O objetivo principal da lei era de promover a ocupação e o cultivo de terras na região central e no litoral, principalmente, nas províncias de Santa Fé, Entre Ríos, Córdoba e Buenos Aires. Devido às suas condições naturais, com solos férteis, clima favorável e acesso a vias de transporte fluvial ou ferroviário, essas áreas eram vistas pelo governo como áreas que

¹⁷ Especialmente no Artigo 67 na redação original.

¹⁸ Consultar Congresso Nacional da Argentina (1876) na lista de referências.

apresentavam um potencial maior para o desenvolvimento de colônias agrícolas bem-sucedidas (Silva e Secreto, 1999). De acordo com autor Lenz (2000, p. 125) “Surge a estância baseada no sistema de administração de uma grande propriedade e de trabalho assalariado”.

Entretanto, no que se refere às regiões mais distantes, como o Norte do país, certas porções da região Pampeana mais afastadas e, principalmente, as zonas semiáridas ou áridas que nos debruçamos nesta tese, por exemplo; parte de La Pampa, áreas do Chaco e boa parte da Patagônia, não receberam a mesma atenção, pois não havia planos estruturados de irrigação, estradas adequadas ou incentivos equivalentes para criar colônias. Isso, na prática, dificultava a fixação de imigrantes ou de agricultores, acentuou as desigualdades regionais e a concentração de terras se aprofundaram, persistindo grandes propriedades dedicadas à pecuária extensiva ou à exploração de outros recursos.

Os governantes da época viam na imigração maciça a solução para o provimento da mão-de-obra necessária para alavancar a economia agroexportadora que estava focada principalmente, na produção de carnes, couros e cereais. Espina (1991) escreve que “O estado Oligárquico promoveu a entrada massiva dos imigrantes só a partir do momento que a terra já estava juridicamente distribuída. Como o sistema de propriedade latifundiário já tinha sido desenvolvido pelo Estado, a estrutura produtiva teve que adaptar-se a essa situação” (Espina, 1991, p. 23). Desse modo, os proprietários preferiram reter as propriedades e arrendá-las aos imigrantes, fazendo com que muitos acabassem em relações de arrendamento ou trabalho assalariado, sem acesso direto à propriedade da terra, como descreve Ameghino (2016):

Hallándose pues adueñada la tierra en forma previa a su puesta en producción agrícola, la mayoría de los inmigrantes que dieron vida a las colonias del litoral y de los agricultores que comenzaron a ser recibidos en los campos bonaerenses sólo pudieron acceder a la tierra mediante el sistema del arrendamiento y la aparcería, debiendo tributar alquileres abusivos y someterse a todo tipo de imposiciones emanadas de la propiedad territorial, las cuales limitaban severamente el ejercicio por parte de los chacareros de las libertades capitalistas de comercio y empresa, obstruyendo sus posibilidades de capitalización y progreso (Ameghino 2016, p. 19).

Nas décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, a comercialização de carne congelada aumentou expressivamente com a introdução dos frigoríficos de carne que faziam o processo de refrigeração a seco. Em consequência, a pecuária bovina se difundiu

rapidamente nas planícies férteis do centro do país, enquanto a criação de ovinos, destinada à produção de lã, foi empurrada para a Patagônia já ocupada pelo latifúndio. Ao mesmo tempo, intensificou-se a expansão das relações capitalistas na região pampeana. “A partir de 1880, com o triunfo definitivo da oligarquia portenha, o "espaço pampeano" inseriu-se na divisão internacional do trabalho, possibilitando um fenômeno de expansão econômica, que colocou a Argentina, até 1930, entre os países de maior crescimento a nível mundial” (Espina, 1991, p.14).

Enquanto na parte central do país se constituía a hegemonia do modelo agroexportador, na região Norte, onde se encontra o recorte empírico desta pesquisa, se estabeleceu o ciclo do quebracho, caracterizado pela exploração do *quebracho colorado*¹⁹, produzindo “otro tipo de producción denominado el “obraje”, em que “El principal motivo de esta demanda fue la construcción de durmientes para los ferrocarriles diseñados para conectar las provincias periféricas con el puerto de Buenos Aires. Los obrajes implicaron un sistema de reclutamiento de muchos campesinos devenidos en hacheros” (Paz; Jara, 2020, p. 25).

Desse modo, o início do século XX na Argentina foi marcado pela consolidação de grandes latifúndios por meio da concentração fundiária herdada dos períodos anteriores. As elites rurais, de origem europeia ou dos descendentes diretos de grandes proprietários do século XIX, mantiveram o poder político e econômico, o que dificultou mudanças profundas na posse da terra. Enquanto isso, a rápida expansão da malha ferroviária e a crescente demanda externa de alimentos fomentaram a valorização das terras mais férteis e a concentração das riquezas.

Entretanto, a crise econômica que assolou o planeta em 1930 colocou em evidência as fraquezas do modelo agroexportador argentino e o governo procurou adotar políticas que fomentassem o processo de industrialização no país. Nesse sentido, o Estado criou mecanismos de transferência de recursos do setor agrícola para alavancar a industrialização. Porém, tais ações se agruparam no centro do país nos principais em cidades como Buenos Aires, Córdoba e Rosário.

¹⁹ Árvore encontrada no Chaco Argentino, dentre outros países da América Latina e que passou a ser explorada economicamente neste período. Nome científico: *Schinopsis balansae*

Destacamos que, durante o governo de *Juan Domingo Perón*, algumas medidas de proteção ao trabalhador rural foram tomadas, como a criação do *Estatuto del Peón* de 1944 que regulamentava o trabalho rural. Nesse sentido, existiram avanços na garantia de direitos mínimos a quem trabalhava na terra, mas não houve uma reforma agrária. O Estado atuou mais regulando preços e salários agrícolas do que redistribuindo terra. Políticas pontuais buscaram mecanizar a produção, expandir a fronteira agrícola e gerar maior produtividade, mas não houve, em geral, uma ruptura substancial na concentração fundiária.

Outro fato a ser observado é de que a Constituição Nacional sancionada na sua primeira versão em 1853, sofreu algumas alterações no decorrer do tempo e, em sua última versão, após Reforma Constitucional de 1994, apresenta algumas alterações importantes nas atribuições do congresso. Nos referimos ao Artigo 75, inciso 17 “*Reconocer la preexistencia étnica y cultural de los pueblos indígenas argentinos*” com o seguinte texto:

Garantizar el respeto a su identidad y el derecho a una educación bilingüe e intercultural; reconocer la personería Jurídica de sus comunidades, y **la posesión y propiedad comunitarias de las tierras que tradicionalmente ocupan**; y regular la entrega de otras aptas y suficientes para el desarrollo humano; ninguna de ellas será enajenable, transmisible ni susceptible de gravámenes o embargos. Asegurar su participación en la gestión referida a sus recursos naturales y a los demás intereses que los afecten. Las provincias pueden ejercer concurrentemente estas atribuciones (Argentina, 1994, Art.75, grifo nosso).

O trecho da Constituição assegura o direito dos povos originários às propriedades comunitárias, após séculos de extermínio dos indígenas de expropriação e desterritorialização, como demonstramos nesta seção. Entretanto, a consolidação desse direito, como veremos nas seções seguintes, ainda é algo que gera conflitos e disputas no espaço agrário do país.

Observamos neste panorama apresentado sobre o contexto histórico, político e social sobre os quais se assentam bases da formação territorial da América Latina e dos países investigados que, ainda que tenham sido colonizados por países diferentes, Brasil e Argentina carregam na sua história os mesmos precedentes enquanto países explorados ao máximo pelos colonizadores durante séculos, promovendo um amplo e violento processo de exploração, expropriação e expulsão dos povos de seus territórios. Conforme escreve Sobreiro Filho (2016),

Pode-se dizer que a história da ocupação territorial no Brasil e na Argentina é também a história de um processo de disputa e subordinação socioterritorial composta por diferentes elementos conflituosos que caracterizam a questão agrária latino-americana e, conseqüentemente, tem desdobramentos diretos na atualidade e luta dos movimentos socioterritoriais camponeses, indígenas, urbanos, etc. (Sobreiro Filho, 2016, p.122).

Ao remontarmos o processo de ocupação territorial identificamos que uma das principais formas de assegurar o domínio, a exploração e o desenvolvimento territorial, dos portugueses e espanhóis em ambos os países foi pela criação de leis e estratégias referentes à regulação terra e trabalho (Sobreiro Filho, 2016, p.122). Essa foi também a maneira como o modelo de desenvolvimento do agronegócio pautado o neoliberalismo econômico adentrou ao campo latino-americano no século XX, assunto que abordaremos de maneira mais direta a partir da próxima seção.

2.2. Transformações territoriais e processos atuais na produção do espaço agrário latino-americano

Tendo como base a leitura da realidade a partir do PQA, compreendemos que há problemas estruturantes da sociedade capitalista e preocupações latentes da realidade do campo latino-americano do século XXI, como as disputas pela propriedade da terra mediante a concentração fundiária, abordada na seção anterior, que se relaciona diretamente à desigualdade social e econômica dos países.

Tais assuntos têm sido objeto de debate e luta política e estão vinculados com outros aspectos da questão agrária, como: o acesso aos recursos naturais; às tecnologias, infraestrutura e políticas pertinentes à agricultura; os direitos dos trabalhadores rurais; dentre outras características ligadas ao campesinato. Debateremos nesta seção sobre as transformações territoriais e processos ocorridos a partir do século XX que reverberaram em problemáticas atuais na América Latina porque tais processos tornam ainda mais densa e problemática a conflitualidade nos territórios semiáridos que nos debruçamos nesta tese.

Desse modo, ratificamos que desde meados do século XIX até boa parte do século XX, as ideias do liberalismo econômico vigoravam no contexto do espaço agrário da

América Latina. Em linhas gerais, influenciaram a organização econômica e social a partir de proposições como a mínima intervenção do Estado na economia, o livre comércio e a garantia da propriedade privada. Também, se assentava sobre as estruturas herdadas do período colonial mantendo a concentração da terra, as grandes propriedades e pouca ou nenhuma ação do Estado para promover uma distribuição mais equitativa ou a reforma agrária.

A economia latino-americana se voltava para a exportação de produtos como o café, açúcar, cacau, trigo, etc. Enquanto isso, as oligarquias agrárias dominavam a política em muitos países, consolidavam modelos liberais em favor de grandes exportadores, que através de investimentos externos para a dotação de infraestrutura como ferrovias, portos, dentre outros, propiciava a ampliação de áreas agrícolas e a inserção dos países no mercado mundial (Furtado, 2019). As relações de trabalho se davam por meio da exploração da força de trabalho servil ou semiescrava, uma vez que as camadas mais pobres não tinham do acesso à terra, como debatemos anteriormente, conformando relações de dependência, sem direitos trabalhistas ou proteção ao trabalhador do campo.

McMichael (2016) faz uma leitura histórico-mundial e ancorado nos pressupostos teóricos de Harriet Friedman (1987), argumenta que “o conceito de regimes alimentares define uma ordem mundial capitalista regida pelas regras que estruturam a produção e o consumo de alimentos em escala mundial” (Friedmann, 1993, p.30-31 *apud* McMichael, 2016, p.22) no qual “o regime alimentar e a história do capital podem ser compreendidos como mutuamente condicionantes”. Partiremos desta compreensão utilizada pelo autor para analisar as transformações territoriais, bem como apontar processos importantes para compreender o campo latino-americano no contexto atual.

Desse modo, McMichael (2016) argumenta que entre 1870 e a década de 1930, vigorava na escala mundo o “regime alimentar imperial” impulsionado pela Grã-Bretanha, no qual, em meio ao avanço da industrialização, grandes quantidades de alimentos eram produzidas nas colônias e exportadas para as metrópoles, suprimindo assim as necessidades da crescente população urbana e industrializada. Esse primeiro regime foi caracterizado por uma acentuada desigualdade, pela exploração e pela concentração do comércio alimentar, beneficiando prioritariamente as elites coloniais.

Nessa direção, Fernandes (2021) escreve que na segunda metade do século XX, principalmente, a partir da década de 1960, o espaço rural latino-americano passou por transformações profundas impulsionadas por um modelo de desenvolvimento que simultaneamente promoveu mudanças e preservou estruturas anteriores. Uma dessas transformações foram as alterações setoriais, técnicas e tecnológicas decorrentes da industrialização agropecuária, sofridas pelo tradicional sistema latifundiário, por séculos determinantes na organização fundiária.

Tais alterações ancoravam-se, portanto, em um novo modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista mecanizada e pautada no desenvolvimento industrial que trazia consigo mudanças, tanto no âmbito da produção de alimentos, quanto nas relações econômicas a serem estabelecidas. Correspondiam assim, dentro da leitura dos regimes alimentares ao “regime alimentar intensivo” impulsionado pelos Estados Unidos da América no período pós-guerra, entre as décadas de 1950 e 1970, com o objetivo principal de elevar a produtividade agrícola, aumentar a eficiência no campo e expandir as exportações. Paralelamente, o governo norte-americano incentivou ativamente um modelo de agricultura industrial pautado em grandes propriedades e na prática de monoculturas (McMichael, 2016).

Nesse período, a Revolução Verde que já vinha sendo formulada a partir de experimentos científicos desde o século XIX, conforme aponta Pereira (2012), foi introduzida na América Latina com a promessa de aumentar a produção de alimentos. A autora compreende esse momento como um novo paradigma da agricultura, que tem como categoria chave a “chamada variedade de alto rendimento (VAR)” (Pereira, 2012, p. 686). Esse novo paradigma transformou os conhecimentos sobre a agricultura, a forma de produzir e a própria relação dos seres humanos com a natureza. Nas palavras da autora:

Foram modificações radicais e que transformaram a base da agricultura: o conhecimento milenar prático do próprio agricultor foi substituído pelo conhecimento científico; os ciclos ecológicos locais, pautados nos recursos endógenos, foram substituídos por insumos exógenos industriais; o trabalho que era realizado em convivência com a natureza foi fragmentado em partes – agricultura, pecuária, natureza, sociedade –, e cada esfera passou a ser considerada em separado, quebrando-se a unidade existente entre ser humano e natureza (Pereira, 2012, p. 686).

Os defensores do pacote tecnológico da Revolução Verde sustentavam a ideia de que o problema da fome no mundo seria decorrente da baixa produtividade física das lavouras, por isso a necessidade da utilização de novas técnicas de produção agrícola a partir do uso de sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização associados ao uso de novas variedades genéticas, fortemente dependentes de insumos químicos (Pereira, 2012). Dessa maneira, “[...] afirmavam que somente com a melhoria das técnicas de produção seria possível acabar com a escassez e a dependência de alimentos; consideravam-na, assim, como uma solução para a crise de alimentos” (Pereira, 2012, p. 685).

Ratificamos que esse processo, conforme argumenta McMichael (2016) não objetivava apenas garantir maior produtividade, mas, também, foi um mecanismo de controle político-ideológico no período da Guerra Fria no qual os financiadores e o governo norte-americano visavam melhorar a oferta de alimentos em nações consideradas estratégicas e criar dependência em relação aos insumos agrícolas industrializados como sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

Teubal, (2001) argumenta que após a adoção de diferentes mecanismos de ajuda alimentar que marcaram a política agrária dos países centrais no período imediatamente posterior à guerra, na década de 1970, os Estados Unidos e a Europa incorporaram as exportações de seus produtos agroindustriais à economia mundial, incluindo os países então considerados como países do Terceiro Mundo e substituíram, dessa forma, a assistência anterior por exportações efetivas.

Tal ação foi uma mudança estratégica, pois a “ajuda alimentar” enviada a outras regiões do mundo que antes chegava como doação ou subsídio passou a ser uma forma de inserir as mercadorias agroindustriais desses países centrais nos mercados de países periféricos. Tais subsídios abriram caminho para criar mercados de importação de alimentos em países do Terceiro Mundo, consolidando uma política econômica em que Estados Unidos e Europa passaram a lucrar exportando excedentes agrícolas, em vez de meramente “ajudar” na alimentação dessas regiões. Além disso, o aumento do acesso a alimentos importados moldou hábitos de consumo e políticas internas. Em vez de fortalecer a agricultura local para suprir a própria demanda, muitas economias passaram a adquirir de forma crescente esses

produtos do exterior que às vezes eram mais baratos devido aos subsídios nos países exportadores.

A introdução do pacote tecnológico deste período na América latina reforçou o poder das corporações internacionais com várias consequências, dentre elas, endividamento de camponeses, perda de variedade de espécies, degradação ambiental e consolidação de um modelo de produção agrícola que beneficiou grandes proprietários, enquanto aprofundou desigualdades sociais e econômicas no campo. Fernandes (2021) adverte que a expansão territorial das corporações norte-americanas e europeias intensificou seus domínios produtivos, aprofundaram a exploração vinculada ao modelo agroexportador e ampliaram a expropriação de camponeses e povos indígenas, o que resultou em pobreza e miséria. Ao analisar este período Rubio (2001) escreve:

Durante los años sesenta, a al par que declinaban los cultivos de exportación y con ellos la agroindustria, comandada por las empresas foráneas provenientes esencialmente de los Estados Unidos, quienes generaron una fuerte oleada de Inversiones extranjeras directas en la producción agroalimentaria de la región (Rubio, 2001, p. 43).

Embora tenha havido a diminuição da exportação de algumas culturas tradicionais, conforme aponta a autora, as grandes corporações internacionais passaram a injetar investimentos em outras frentes, adaptando-se às mudanças do período e diversificando as formas de atuação no setor agrícola. Uma dessas frentes foi a expansão do cultivo da soja. A partir dos anos 1960 e 1970 países como Brasil e Argentina começaram a receber investimentos voltados para o cultivo de soja, apoiados por empresas estrangeiras interessadas na produção de rações animais e óleo de soja para exportação (Rubio, 2001).

Neste contexto histórico os países latino-americanos passavam, também, pelo duplo processo de industrialização e urbanização com o maior êxodo da história da população rural. Singer (1973), pontua que a industrialização no âmbito agrícola levou os agricultores a reduzirem suas lavouras e privou os camponeses de seus instrumentos de trabalho, já que passaram a ser produzidos nas indústrias, possibilitando a ampliação das forças produtivas no campo. O Capital, em um primeiro momento, avançou expropriando os trabalhadores rurais e retirando-lhes os meios de produção, fazendo com que, além de não alcançarem uma produção suficiente para a venda, eles passassem a depender da grande indústria.

O referido autor argumenta ainda que essas transformações repercutiram na divisão técnica e social do trabalho entre cidade e campo, uma vez que a urbanização alterou significativamente a forma como o trabalho é organizado. Com o processo de mecanização do trabalho no campo, ocorreram grandes deslocamentos de trabalhadores rurais, que perderam seus meios de produção e se dirigiram às cidades, orientados pela lógica capitalista que necessitava de força de trabalho excedente nos centros urbanos, constituindo assim o “exército industrial de reserva”. Essa mesma dinâmica se repetia em diferentes partes de um mesmo país, pois, para o Capital, era estratégico mobilizar a força de trabalho disponível em direção às regiões onde as indústrias se instalariam. Realidade essa que redesenhou o campo latino-americano.

Convém destacar que em Moreira (2018) nos debruçamos a investigar aspectos dessa problemática no contexto brasileiro e sua implicação nas transformações relacionadas à mobilidade do trabalho nos pequenos municípios baianos, o que nos instigou a pensar na problemática apresentada para a construção desta tese.

A partir de 1980, houve uma crescente expansão das empresas transnacionais na produção, distribuição e comercialização de alimentos em escala mundial. Iniciava-se o “regime alimentar corporativo” (1980-2000...). Marcado pelo forte poder das grandes corporações sobre as políticas agrícolas e alimentares, esse regime, tem impulsionado sistemas alimentares voltados ao lucro, priorizando a produção de alimentos altamente industrializados e processados que resulta na padronização dos hábitos alimentares e, simultaneamente, na marginalização dos camponeses e dos sistemas agrícolas locais em todo o mundo, em favor de modelos intensivos e uniformizados. É a partir da instauração do regime alimentar corporativo que o mercado neoliberal ascende juntamente com a expansão das *commodities* e a ampliação do mercado de alimentos processados (McMichael, 2016).

Com o início deste novo regime alimentar a questão agrária também passou a ser permeada por uma significativa reorientação do seu debate diante da necessidade de entender processos que emergiram fazendo aprofundar as desigualdades, como o avanço das relações capitalistas, os processos de internacionalização, o neoliberalismo, a globalização e a liberalização da economia no âmbito dos sistemas agroalimentares. Surgiu, portanto, o desafio de pautar a análise da questão agrária de maneira multiescalar, considerando os diversos países e territórios envolvidos no processo de expansão do capitalismo no campo.

Rubio (2015) argumenta que o domínio atual das corporações transnacionais sobre a produção de alimentos foi estabelecido e aprofundado por estratégias de dominação dos Estados Unidos da América (EUA) durante diferentes estágios históricos, como os períodos do pós-guerra, nos quais os alimentos básicos foram o meio de criar e recuperar a posição do país como potência mundial, sem conseguir grande êxito.

A autora destaca que, apesar de atingir pouco resultado com seu objetivo inicial essa estratégia tem levado o país a conseguir efetivar o seu domínio alimentar sobre os países considerados dependentes que, por consequência, têm perdido a soberania alimentar. “[...] la crisis de hegemonia de Estados Unidos iniciada en los años noventa há generado la desestructuración de las unidades campesinas en el sur global” (Rubio, 2015, p. 248). Enfatiza ainda, que a exclusão dos camponeses dos processos produtivos e econômicos não está relacionada unicamente com tendências isoladas dentro do sistema capitalista, mas, principalmente, pelo controle do mercado agroalimentar exercido por parte dos EUA na tentativa de reestabelecer sua hegemonia no contexto mundial.

Diante do que abordamos até aqui queremos dar ênfase ao argumento de que, o que ocorre a partir do terceiro regime alimentar já no final do século XX e que avança as primeiras décadas do século XXI, trata-se de um cenário de completa transformação da agricultura em negócio, de disputa territorial entre modelos de produção de alimentos e a dominação das grandes corporações que, conforme escreve McMichael (2016), passaram a exercer o controle da produção e distribuição dos alimentos detendo a posse da terra, das fontes de energia, das tecnologias, dos insumos e das redes de transporte, configurando o controle do mercado de alimentos como uma importante ferramenta da consolidação da economia capitalista em escala mundial. Esse cenário se consolida a partir da agricultura capitalista baseada no Agronegócio que integra o PCA.

Desse modo, estamos em consonância com Jorge (2024, p.68), quando afirma que “na atualidade o agronegócio é a expressão máxima da agricultura capitalista”. Nessa mesma direção, Mitidiero e Goldfarb (2021, p.5) conceituam o agronegócio como “um modelo de produção e gestão resultante da associação do capital agroindustrial nacional e internacional com a grande propriedade fundiária”. Isto é, corresponde à fusão de interesses e recursos entre a grande propriedade rural e o capital agroindustrial, o que conforma um sistema de

produção agrícola em larga escala, organizado e gerido de forma empresarial, com foco em altos rendimentos econômicos.

Fernandes e Welch (2008) tratam do agronegócio enquanto um complexo de sistemas que envolve agricultura, indústria, mercado e finanças²⁰. “O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia (2008, p. 48). Os autores elaboram uma caracterização elucidativa sobre a diferença entre o sistema agrícola do agronegócio e o sistema agrícola camponês:

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências (Fernandes; Welch, 2008, p.49).

Há uma diferença muito grande entre os dois sistemas apresentados pelos autores e essa distinção se torna importante para demarcá-los enquanto modelos de desenvolvimento antagônicos, com objetivos, componentes e ferramentas diferentes, uma vez que estão em disputa. Lembramos que o modelo do desenvolvimento do agronegócio se constitui enquanto modelo hegemônico, enquanto que o modelo de desenvolvimento do campesinato se estabelece enquanto resistência contra hegemônica dentro do modo de produção capitalista. Neste momento nos dedicaremos em caracterizar melhor o primeiro e o segundo, respectivamente, trabalharemos de maneira mais aprofundada a partir do capítulo 3.

Destarte, advertimos que o modelo de desenvolvimento do agronegócio é pautado nos ideais do neoliberalismo que em linhas gerais se ancora na competição livre do mercado, na redução de normas e regulamentações estatais. Entretanto, conforme escrevem Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo surge como uma “Nova Razão”, uma racionalidade que adentra em todos os aspectos da vida social. Assim, podemos dizer que enquanto uma “Nova Razão”, o neoliberalismo reconfigura o Estado para servir aos princípios de competitividade e expansão do mercado agroexportador e, ao mesmo tempo, estimula o agronegócio com

²⁰ Os autores constroem esse conceito com base em Davis e Goldberg (1957)

isenções fiscais, subsídios, facilitação de crédito e infraestrutura. Nesse sentido, em vez de recuar, o Estado atua para estimular a competitividade.

Um exemplo dessa atuação do Estado, é o caso do Plano Safra 2024/2025 lançado pelo governo brasileiro no qual disponibilizou R\$ 400,59 bilhões para agricultura empresarial, enquanto que para a agricultura familiar, foram disponibilizados apenas R\$ 76 bilhões (MDA, 2024)²¹. Isso explica de maneira prática como o Estado age com subsídios para a manutenção do agronegócio, enquanto que esse aporte não é realizado na mesma proporção para o campesinato.

Dardot e Laval (2016) explicam que o neoliberalismo imprime a coerência do mercado em praticamente todas as dimensões sociais, enquanto razão governamental, definindo a sociedade por uma lógica de competição contínua, gestão de si e busca incessante por desempenho, o que deve moldar tanto a ação dos governos quanto a ação de cada indivíduo no dia a dia. Nesse sentido, para o modelo de desenvolvimento do agronegócio é interminável a busca por grandes escalas de produção com alta produtividade e inserção nos mercados globais, ajustando-se perfeitamente ao ideal de competição contínua propagado pelo neoliberalismo.

Com base na competitividade e a alta produtividade a terra e a produção de alimentos passaram a ser tratados como ativos financeiros, integrados a cadeias globais de investimento. Conforme observa Pereira (2018), a ampla variedade de modalidades de acesso à terra pelo Capital estrangeiro configura um fator relevante na América Latina. Essas modalidades incluem arrendamentos de longo prazo, concessões outorgadas pelo Estado, utilização de fundos de investimento, aquisição de ações de empresas e compra direta de terras. A autora afirma que “a compra de terra é a forma mais dramática, porque coloca em questão a soberania territorial e provoca a desterritorialização de sujeitos e culturas alimentares para a territorialização, na maioria das vezes, de *commodities* para a exportação (Pereira, 2018, p. 9).

Pereira (2018, p. 10) chama atenção para o fato de que “O capital precisa de terra e na maioria das vezes os seus ocupantes são desterritorializados para possibilitar a territorialização do Capital. Porém, há casos em que camponeses e demais comunidades tradicionais são incorporadas pelas empresas, não ocorrendo a desterritorialização, mas sim

²¹ Disponível em: www.gov.br/mda

a subordinação”. Essa investida do Capital que procura sujeitar os povos à sua lógica de domínio e de produção, não obstante é questionada e enfrentada a partir das resistências de diferentes movimentos e coletivos sociais. Tais resistências se dão a partir de ações concretas, como aquelas que são desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais que detalharemos nos capítulos 3 e 4 desta tese.

Fernandes (2021), escreve que os conflitos entre o modelo de desenvolvimento do agronegócio e o modelo de desenvolvimento do campesinato marcam a questão agrária na América Latina no século XXI. Tais conflitos estão relacionados com “[...] a estrutura fundiária intensamente concentrada e com os processos de expropriação e exclusão dos camponeses, nas diversas modalidades em que produzem suas condições de sobrevivência” (Fernandes, 2021 s/p).

Esses processos de expropriação e exclusão citados pelo referido autor ocorrem nos territórios investigados de diversas maneiras: pela perda das terras ou recursos naturais, seja por meio de ações diretas do Estado, como desapropriação, ou por meio de pressões econômicas exercidas por empresas do agronegócio; pelo não acesso à: políticas públicas essenciais para a sua reprodução no campo, tecnologias, financiamentos para a produção agrícola; falta de espaços e regulamentação adequada para a comercialização da produção. Soma-se a isso a atuação do Estado que promove e subsidia políticas de desenvolvimento favorecendo grandes empresas em detrimento dos camponeses e impulsiona o avanço do agronegócio, da produção de *commodities* que cerca as unidades produtivas camponesas, provoca processos de degradação dos solos, forçando-os a migrar e ceder lugar às monoculturas. Na próxima seção aprofundaremos nesses processos e na forma como ocorrem nos territórios estudados.

O Brasil e a Argentina envoltos nos processos correspondentes ao regime alimentar corporativo nessas primeiras décadas do século XXI tem participado ativamente do desenvolvimento do agronegócio, com suas devidas particularidades.

Ao tratarem do contexto brasileiro, Leite e Medeiros (2012, p. 81) escrevem que “No que diz respeito ao perfil do agronegócio hoje, o que se observa é, por um lado, sua tendência a controlar áreas cada vez mais extensas do país e, por outro, a concentração de empresas com controle internacional”. Esse controle se dá, principalmente, por meio da

estrangeirização das terras,²² processo descrito por Pereira (2019) como uma forma pelo qual estrangeiros, sejam eles empresas transnacionais, fundos de investimento, governos de outros países ou mesmo pessoas físicas adquirem ou passam a dominar o território. No caso brasileiro, ocorre através de diferentes dimensões como: produção agrícola e pecuária, imobiliária, controle do território para fins ambientais²³ e mineração.

As terras controladas com a finalidade da produção agrícola e pecuária, em grande parte, são estrangeirizadas a partir da compra, do arrendamento e por contratos de parceria, variando conforme o país que está realizando o investimento. Apesar da finalidade ser designada para a produção agrícola e pecuária, “não significa que é necessariamente para a produção de alimentos, embora este seja utilizado como justificativa” (Pereira, 2019, p.60). A autora ressalta ainda que a maioria dessas empresas se concentram no cultivo de *commodities* flexíveis, dificultando a identificação precisa do destino final da produção, seja ela direcionada à alimentação, à ração ou aos agrocombustíveis.

Tal realidade é explicativa na análise da expansão do agronegócio e coaduna com os dados sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro a partir da década de 1980 quando se inicia o regime alimentar corporativo, no que diz respeito às áreas plantadas. Segundo Porto-Gonçalves (2020):

Entre 1988 e 2018, o total das áreas plantadas com lavouras temporárias e permanentes aumentou no Brasil em 38,3%, segundo a FIBGE. No entanto, o cultivo com as três principais *commodities* – a cana, a soja e o milho - aumentou sua área em 118% nesse mesmo período! E, a área plantada com Arroz, Feijão e Mandioca diminuiu em 68,8%, nesse mesmo período, segundo a mesma FIBGE! Em outros termos, o cultivo com as três principais *comodities* passou de 49,8%, em 1988, para 78,3%, em 2018 da área total cultivada no país. Um aumento espetacular das monoculturas de *comodities*: enfim, **em 2018, mais de ¾ do total da área das lavouras temporárias e permanentes foram cultivadas por apenas três produtos** (Porto-Gonçalves, 2020, grifo nosso).

Os dados apresentados demonstram a crescente expansão das *commodities* e o objetivo da produção do agronegócio no Brasil, ou seja, produtos direcionados para a exportação. Apesar de utilizar o discurso da produção de alimentos para a justificar os monocultivos em larga escala, na verdade, essa produção é direcionada à exportação, uma

²² Para maior aprofundamento nesta temática consultar Buscioli (2016) e Pereira (2019).

²³ *Green Grabbing*.

vez que há uma grande diminuição na produção de alimentos que estão na base da cultura alimentar do povo brasileiro, como o arroz, o feijão e a mandioca. “O Brasil que, em 1988, ainda dedicava $\frac{1}{4}$ (24,7%) do total de sua área ao cultivo dos principais produtos da cesta básica, a saber, arroz, feijão e mandioca, em 2018 dedicava somente 7,7% de suas áreas cultivadas a esses alimentos!” (Porto-Gonçalves, 2020, s/p).

Isso acarreta em uma série de problemas que impactam diretamente o abastecimento da população, sobretudo, em cenários de crise ou de instabilidade nos mercados internacionais como tem ocorrido nos últimos anos. Ao dedicar menos terras aos alimentos básicos o país passa a depender de importações desses produtos, o que pode aumentar o preço, dificultando o acesso a esses alimentos, especialmente a população mais pobre.

O panorama do desenvolvimento do modelo do agronegócio na Argentina também tem como uma de suas principais características a ocupação cada vez maior das terras do país e do controle por meio de empresas transnacionais. Pereira (2018) aponta a estrangeirização da terra no país é processo antigo que acontece através de distintas iniciativas podendo ocorrer pela compra da terra, arrendamentos ou contratos de parceria. Nesse sentido, são diversas também as finalidades dessas terras como a produção agrícola, exploração da paisagem natural e a mineração. A autora adverte ainda: “Apesar de ser um processo secular, a estrangeirização da terra na Argentina ocorre com maior intensidade há cerca de vinte anos e apresenta um recente aumento não apenas como resultado da convergência de crises, mas também das políticas de governo” (Pereira, 2018, p. 13).

O período referido pela autora diz respeito também ao processo de “agriculturalização” que o país passou nas primeiras décadas do século XX, marcado pela intensificação e expansão das atividades agrícolas, sobretudo para a produção de *commodities* voltadas ao mercado externo, como a soja, o que significou a diminuição do uso das terras para a pecuária mudando sua dinâmica de “extensiva” para “intensiva”. Ou seja, os rebanhos passaram a ser criados confinados à base de ração, afim de que as terras fossem utilizadas para a expansão dos monocultivos, principalmente a soja. Nesse sentido, aumentou também a demanda por terras cultiváveis (Lapegna, 2018).

A partir da entrada de sementes transgênicas e da autorização para o uso massivo de agrotóxicos as empresas expandiram a fronteira agrícola em direção às regiões denominadas de “extrapampeanas”, como destaca Lapegna, (2018) ao tratar desse processo no início dos

anos 2000. “A principios de la década, cuando la disponibilidad y los precios en los ricos suelos de la Pampa hicieron difícil acceder a la tierra, el agro-negocio se expandió al norte de Argentina” (Lapegna, 2018, p.179).

Tais mudanças coadunaram na reorganização da economia agrária do país em torno de uma agricultura intensiva e orientada principalmente para o mercado externo, resultando em monoculturas e concentração de terras e capitais. Conforme escreve Jara et al (2019), fez com que houvesse um aumento na busca e, conseqüentemente, no valor das terras tanto na região Centro do país, quanto nas regiões extrapampeanas, sendo que essa não foi a única problemática desencadeada, “sino que también se incorporaron nuevas superficies a partir del desmonte, con los consiguientes conflictos que ello acarrea debido a la inseguridad en la tenencia, desalojos de familias y éxodo de población rural” (Jara et al, 2019, p 344).

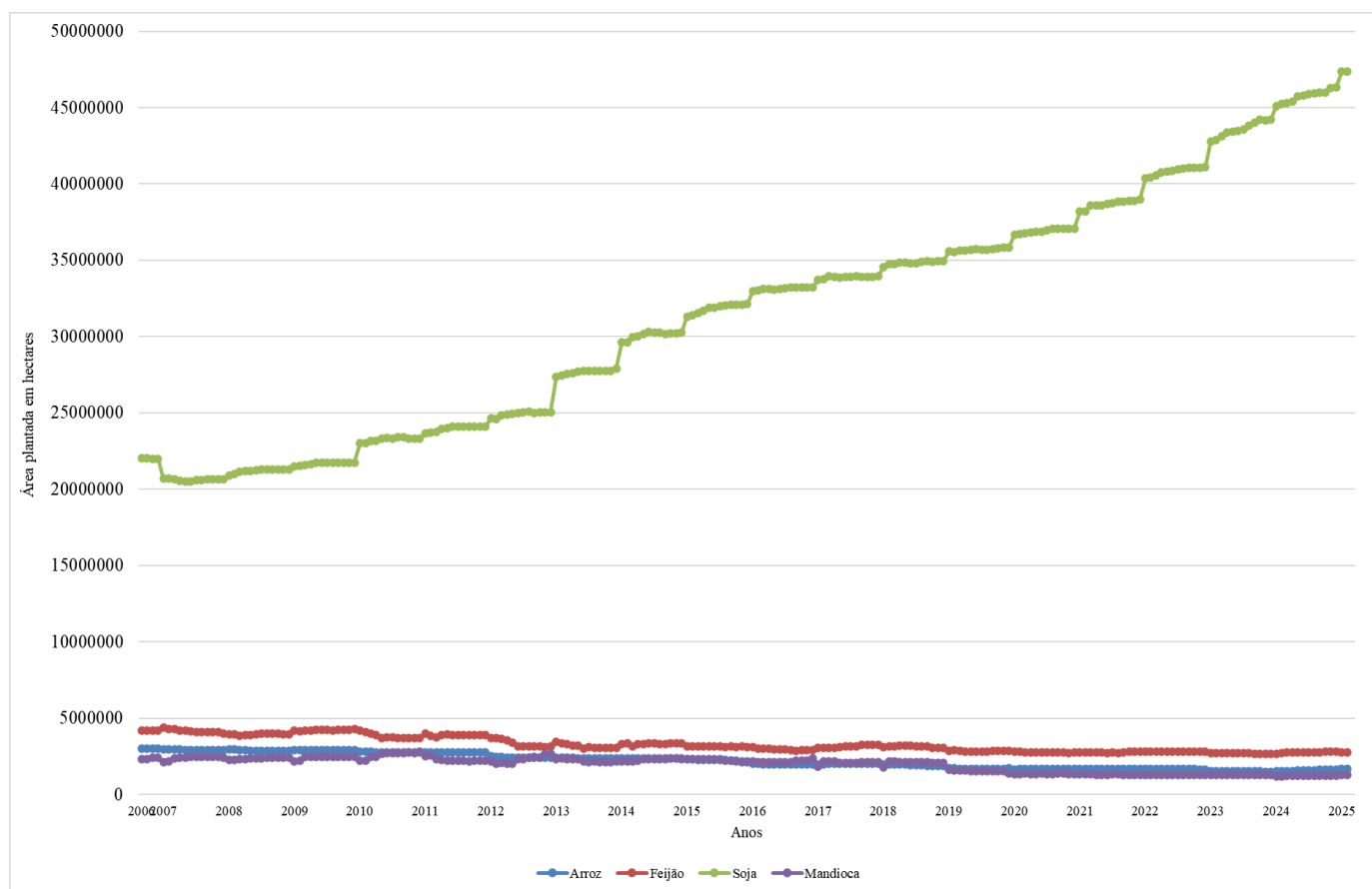
Os Gráficos 1 e 2 são ilustrativos no que diz respeito ao crescimento das áreas plantadas com foco na produção de *commodities* para a exportação tanto no Brasil, quanto na Argentina. Demonstramos através destes gráficos, a diminuição das áreas destinadas à plantação de culturas importantes para a alimentação da população e o aumento das áreas destinadas à plantação de soja, que é considerada uma das principais *commodities* produzidas tanto pelo Brasil, quanto pela Argentina. No caso do Brasil, utilizamos os dados referentes à área destinada ao plantio de feijão, arroz e mandioca entre setembro 2006 e fevereiro de 2025 (IBGE, 2025); e no caso da Argentina, trabalhamos com a estimativa das áreas destinadas ao plantio de trigo e arroz nas safras entre 1969/70 a 2023/24 (Argentina, 2025).

Essas duas séries apresentadas nos Gráficos 1 e 2 partem de momentos históricos diferentes. Uma da segunda metade do século XX e a outra, da primeira década do século XXI. Entretanto, demonstram o padrão que tem seguido os dois países no sentido do aumento da produção de *commodities*, o que é reflexo de escolhas político-econômicas.

No caso do Brasil (Gráfico 1), a cultura da soja apresenta um crescimento constante durante todo o período em análise. A área plantada passou de aproximadamente 22 milhões de hectares em 2006/07 para mais de 47 milhões de hectares em 2024/25. Este avanço reflete a priorização política do agronegócio exportador relacionada com forte demanda internacional, especialmente de países como a China. Soma-se a isso a expansão da fronteira agrícola, especialmente em direção ao Cerrado, e o uso intensivo de tecnologias como sementes transgênicas.

Já no caso do feijão, arroz e mandioca, alimentos que tem forte relevância na alimentação da população brasileira, além das áreas destinadas serem muito menores, apresentam diminuição. A área plantada do feijão, oscila em torno de 3 a 4 milhões de hectares, apresentando relativa estabilidade, mas com uma tendência decrescente. O arroz, teve uma queda constante, passou de cerca de 3 milhões para menos de 1,5 milhão de hectares. A mandioca, também, apresenta queda, saiu de cerca de 2,5 milhões de hectares para pouco mais de 1 milhão.

Gráfico 1: Áreas destinadas aos plantios de soja, feijão, arroz e mandioca no Brasil no Período entre setembro 2006 a fevereiro de 2025



Fonte: IBGE (2025)

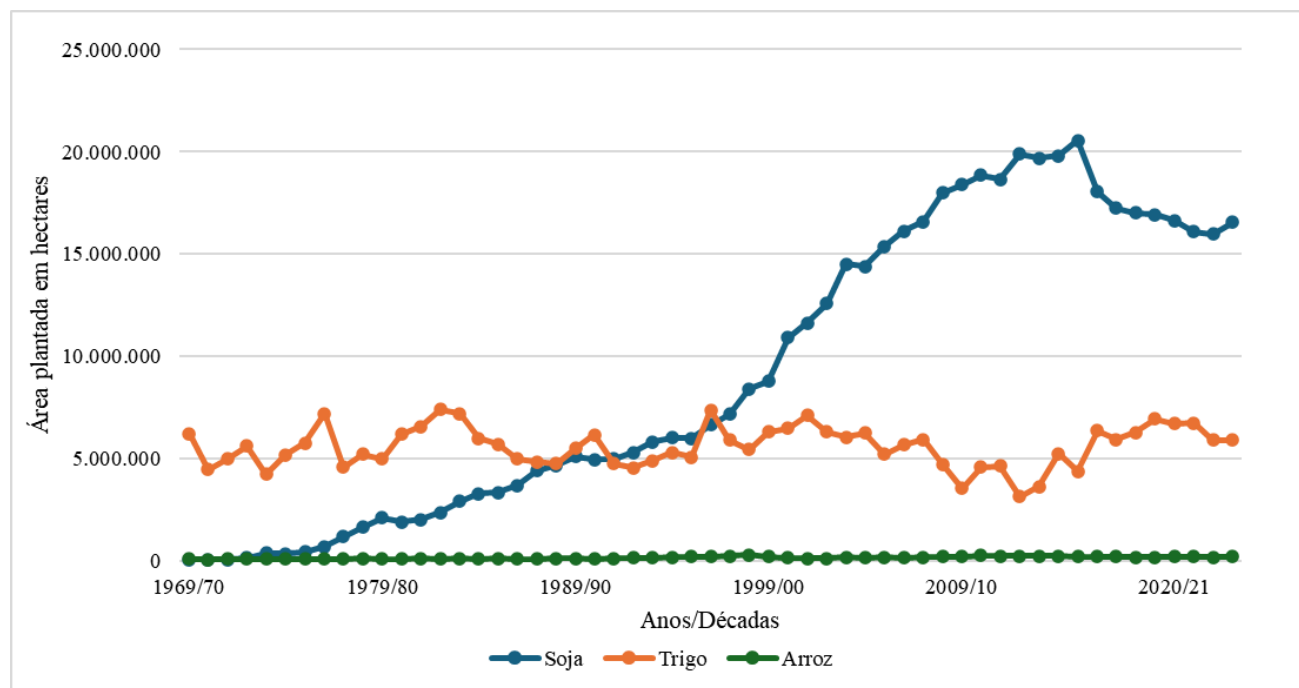
Organização dos dados e elaboração: Bitencourt, 2025

O Gráfico 1 demonstra a hegemonia da produção de *commodities no Brasil* e a substituição de culturas alimentares diversificadas por monoculturas de exportação. Esse

processo está inserido em uma dinâmica que envolve a concentração fundiária e desestruturação dos sistemas alimentares locais. A mandioca, por exemplo, é uma cultura tradicional, de base familiar, com forte presença em territórios de povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Nordeste e na Amazônia. Sua redução reflete a marginalização da agricultura de base familiar, a falta de apoio do Estado e o predomínio de uma lógica produtivista no campo brasileiro.

O Gráfico 2 com dados da Argentina, permite realizar algumas análises, dentre elas, referentes às transformações estruturais na agricultura do país nas últimas décadas, seus impactos territoriais, sociais e econômicos. A soja, apresentou um crescimento acelerado e sustentado a partir da década de 1970, com um salto significativo na década de 1990 e expansão ainda mais acentuada nos anos 2000. Essa cultura que ocupava menos de 1 milhão passou a ocupar mais de 20 milhões de hectares em seu pico.

Gráfico 2: Estimativa das áreas destinadas aos plantios de soja, trigo e arroz na Argentina no Período entre 1969/70 a 2023/24



Fonte: Argentina (2025)
Organização dos dados e elaboração: Bitencourt, 2025

A "sojização" no país representou uma profunda transformação nos usos do solo e nas dinâmicas agrárias, porque com expansão da monocultura de soja houve um

deslocamento de outras culturas alimentares, substituição de sistemas produtivos diversificados e aumento da concentração fundiária em regiões que antes não eram impactadas pelo monocultivo, como os territórios semiáridos, assunto que aprofundaremos na seção 2.3.2.

O avanço da produção da soja na Argentina se associa a alguns fatores similares ao caso brasileiro como: introdução de sementes transgênicas, a alta demanda internacional, sobretudo, da China por farelo e óleo de soja, e ações estatais que favoreceram o modelo agroexportador, como o financiamento.

O trigo é um cultivo tradicional da região pampeana que, historicamente, possui relevância tanto para a exportação, quanto no abastecimento interno, uma vez que é também um dos principais cereais na alimentação da população da Argentina. A cultura apresenta oscilações ao longo do tempo, mas sem crescimento expressivo e permanece na faixa de 4 a 7 milhões de hectares. Conforme debatemos em Saettone et al (2023), há constantes denúncias de movimentos que se opõem à autorização por parte do Estado argentino ao plantio do trigo transgênico no país. “Denuncian que la empresa Bioceres lo impone como una alternativa sustentable a la sequía, pero en realidad son monocultivos industriales que utilizan millones de litros de agrotóxicos perjudiciales para la salud de las personas y los ecosistemas, amenazando la soberanía alimentaria, ambiental y productiva” (Saettone et al, 2023, p. 127).

Ressaltamos que o trigo transgênico apresentado pela *Bioceres* como uma “solução” para equacionar problemas relacionados com a produtividade do trigo, não é apenas uma tecnologia agrícola, mas um instrumento de reestruturação territorial e política no campo, assim como foi e é a utilização de outros tipos de sementes transgênicas, dentre elas, a soja que simboliza um modelo de produção para a exportação e o lucro corporativo, ao mesmo tempo que impacta na vida, na biodiversidade local, na alimentação e na soberania dos povos.

O arroz, apesar de não ser um dos cereais mais consumidos, como o trigo e a batata²⁴, também é um alimento importante na alimentação do povo argentino que apresenta baixa

²⁴ A batata é um dos principais alimentos da população argentina. Os dados sobre a estimativa de produção disponíveis para consulta compreendem o período entre 1969/70 à 1997/98. Nesse período há uma variação: Em 1969/70 a área era de 194.147,00ha; na safra de 1989/90 atinge a menor área ocupada de 81.383,00ha e, em 1997/98 a última safra com dados disponibilizados foi semeada uma área de 119.165,00ha (Argentina, 2025).

expressividade ao longo de todo o período analisado, com menos de 1 milhão de hectares plantados. Sua produção está concentrada nas províncias de Corrientes, Entre Ríos e Santa Fé.

Tanto Brasil, quanto Argentina, assumem a função de países agroexportadores. Os dados apresentados sobre a produção de alguns dos itens que estão na base dos alimentos consumidos pela população em comparação com a produção da soja, são uma demonstração importante para compreender que a opção pelo modelo agroexportador implica dentre outras coisas, na diminuição da produção de alimentos, no aumento da dependência de importações e/ou encarecimento dos preços internos, o que afeta principalmente as populações mais pobres.

Os aspectos apontados até aqui sobre a expansão do modelo do agronegócio no contexto neoliberal no campo dos países onde se localizam o recorte empírico desta pesquisa, não se desvincula daqueles que encontramos nos demais países da América Latina que estão inseridos na lógica mundial de acumulação do Capital dentro do regime alimentar corporativo.

Desse modo, o modelo de desenvolvimento do agronegócio implica em diferentes impactos nesses países como: os conflitos em torno da posse da terra; impactos e conflitos ambientais de diferentes modalidades; expropriação de camponeses e demais povos tradicionais que levam à migração e esvaziamento do campo; adoecimento da população; contaminação da população e do ambiente por agrotóxicos, perda da capacidade produtiva das terras, dentre outros. Vários desses aspectos permeiam a realidade da questão agrária nos territórios investigados, assunto que aprofundaremos na próxima seção.

2.3. A questão agrária nos territórios do Sertão do São Francisco e de Figueroa: elementos para pensar o Paradigma do Combate à Seca

Todo esse processo de desenvolvimento do capitalismo no campo latino-americano, da Argentina e do Brasil, relacionado às dinâmicas pretéritas da formação territorial e aos processos mais recentes que debatemos nas seções anteriores, são intrínsecas ao espaço agrário dos territórios onde desenvolvemos a nossa pesquisa. Entendemos que no recorte específico dos semiáridos latino-americanos tais dinâmicas ocasionaram no processo atual

de aprofundamento das desigualdades sociais que atinge aos diferentes povos do campo, sendo este um componente essencial da análise da questão agrária destes territórios.

Como advertimos na seção 2.1 a questão agrária não deve ser analisada, exclusivamente, a partir do debate sobre a posse da terra, diante da sua multidimensionalidade. Entretanto, no contexto latino-americano, e nos territórios estudados, não podemos desconsiderar essa problemática fundamental, uma vez que a terra assume centralidade no processo de acumulação no modo de produção capitalista e a privação do acesso a ela por parte do campesinato em suas diferentes identidades e territorialidades, historicamente construída, reverbera no empobrecimento e em contextos de fome em suas diferentes escalas.

Apontamos, assim dois aspectos da Questão Agrária e que consideramos bases para a formação territorial do semiárido latino-americano e, especificamente, aqueles em que nos debruçamos nesta tese, sendo o primeiro aspecto relacionado às políticas de desenvolvimento que estão ligadas ao próprio processo de formação territorial, e o segundo, a apropriação da terra que entendemos estar diretamente ligada com a apropriação da água. Esses dois aspectos orientam as discussões que apresentamos nessa seção.

No contexto brasileiro, alguns autores como Malvezzi (2007), Silva (2006), Baptista e Campos (2013), ao escreverem sobre tal processo situam essa problemática dentro do Paradigma do Combate à Seca, pois durante muito tempo, a única forma de pensar e planejar as ações e políticas públicas para o Semiárido Brasileiro foi através de uma visão determinista e para favorecer as elites locais.

Dentro das ações promovidas pelo Estado no Sertão Nordestino²⁵ não existia uma intenção de democratizar o acesso à água, à terra, aos insumos para produção e acesso a alimentos, por exemplo. Ao contrário, essas ações sempre tiveram como objetivo mitigar minimamente os problemas oriundos da concentração da renda, da terra e da água, deixando a população cada vez mais dependente da elite política local. As políticas pautadas na construção de grandes obras de infraestrutura hídrica são exemplos do favorecimento das elites locais e, posteriormente, a chegada de grandes empresas, que não pautam a solução de problemas estruturais. “São políticas que estavam e estão voltadas para grandes obras, normalmente destinadas a assistir aos mais ricos e que vinham unidas a projetos

²⁵ O Semiárido Brasileiro também é conhecido como o Sertão Nordestino.

assistencialistas voltados para os mais pobres, como doações, esmolas, distribuição de víveres, carros-pipa e ações semelhantes (Baptista, Campos, 2013, p.58).

Ao mesmo tempo em que essas ações foram desenvolvidas, foi se criando no imaginário coletivo a ideia de que os problemas enfrentados pelos povos do Semiárido advêm exclusivamente das suas condições naturais. Nesse sentido Dantas (2020), situa esse processo no campo ideológico como a “a ideologia do combate à seca”. Nas palavras do autor, “A ideologia do combate à seca, portanto, perpetuou o poder da classe dominante através das ações estatais e conservou a estrutura social hierárquica característica do semiárido dos séculos passados” (Dantas, 2020, p. 165).

A inviabilidade do Semiárido, mediante a propagação dessa ideologia, passou então a permear o ideário social. “[...] as pessoas passaram a acreditar na incapacidade delas próprias e na inviabilidade da região, prevalecendo a imagem de um lugar inóspito por natureza e de seres inferiores como consequência, instaurando-se uma violência simbólica” (Baptista, Campos, 2013, p.75).

O Semiárido foi se constituindo, portanto, na dimensão imaterial e material enquanto um território marcado pela realidade de pobreza e extrema pobreza como produto das desigualdades históricas do sistema produtivo capitalista que, simultaneamente, promoveu e amparou ideologicamente ações de “combate à seca” na região utilizando o determinismo natural como justificativa (Dantas, 2020). Baptista e Campos (2013) apresentam os limites dessa proposta:

O projeto de desenvolvimento em execução no Semiárido ainda está fundado nos preceitos do positivismo e no ideário de progresso autossuficiente. Não considera as peculiaridades da região, tenta artificializar a natureza e parte do pressuposto de ser este um lugar onde não chove, de natureza morta, do castigo divino, do destino incerto, terra de ninguém e de vidas secas. Nessas condições, a perspectiva é acabar com o limite de semiaridez para salvar a região e, quem sabe, transformá-la em lugar de prosperidade (Baptista e Campos, 2013, p.58).

Essa proposta de desenvolvimento, conforme apontam os autores, é pautada no “Combate à seca”, que em sua essência desconsidera os atributos naturais do Semiárido e tenta impor, encaixar, um modelo de desenvolvimento padrão para o território.

Uma forma de pensar o território com base em práticas de clientelismo, caracterizada pela troca de favores entre lideranças locais e eleitores, onde benefícios

pessoais são oferecidos em troca de apoio político. Durante muito tempo essa dinâmica perpetuou e ainda persiste até os dias atuais, influenciando significativamente a estrutura social e política dos municípios do semiárido. Uma representante de movimento relatou o seguinte sobre essa prática: “Como que esse pessoal ganha a eleição? Esse povo ganha a eleição comprando voto com água de carro pipa. Por muito tempo foi o carro pipa que era da SUDENE, de não sei o que, que abria um pocinho aqui, um pocinho ali, um pocinho acolá” (Joana Margarida em entrevista à Bitencourt, 2022).

Nessa direção, Andrade (1988) defende que as estruturas agrárias do Nordeste Brasileiro, marcadas pela concentração de terra e poder, contribuíram para o desenvolvimento de práticas clientelistas na região, corroborando com relações de dependência nas quais os coronéis, ofereciam recursos ou favores em troca de lealdade política, mantendo uma relação suja qual os grandes proprietários exerciam controle sobre os trabalhadores e o território.

Essas práticas clientelistas foram importantes, portanto, para que as elites locais pudessem exercer o controle social através da distribuição de água, alimentos, durante o período das grandes secas no Semiárido que passaram a ser vistas como oportunidades para que as elites locais e políticos passassem a lucrar com a pobreza e o sofrimento das populações mais vulneráveis, como escreve Dantas (2020).

A Indústria da Seca se conformou também a partir dessa estrutura, na qual os recursos advindos do Estado visando o “combate à seca”, frequentemente eram desviados ou mal utilizados. Enquanto isso, a construção de grandes obras de infraestrutura, como açudes, barragens e represas beneficiava a latifundiários, enquanto os diferentes povos do semiárido e as populações vulneráveis ficavam à margem.

Dantas (2020) aponta que a questão agrária dessa região possui aspectos idênticos ao processo pelo qual passou o restante do país com a ocupação dos colonizadores, é marcada pela conflitualidade, sendo que o conflito que marca esse período, não ocorreu apenas como uma maneira de apropriar e dominar o território, mas como o estabelecimento de um modo de vida totalmente oposto àquele praticado pelos povos nativos.

Portanto, a conflitualidade na disputa territorial, seja no âmbito do território material, quanto do território imaterial marca a realidade do Semiárido Brasileiro, com a exploração e extração das suas riquezas que perdurou ao longo dos séculos formando uma estrutura

socioeconômica caracterizada por uma economia de base latifundiária e de exploração, responsável por produzir um território desigual e excludente, impactado ao longo do tempo pela fome, a pobreza, emigração e o estereotipo de região inóspita (Dantas, 2020; Andrade, 1988).

Ao longo do processo histórico, as políticas de desenvolvimento direcionadas ao semiárido foram (e ainda são em parte) aquelas ligadas ao Paradigma do Combate à Seca pautadas em uma visão determinista utilizando das dimensões físicas como o clima, a temperatura, os tipos de solo e, principalmente a irregularidade na frequência das chuvas, que são inerentes ao território, para justificar os problemas sociais, econômicos, a desigualdade e a pobreza das pessoas. A partir desse entendimento, criou-se no imaginário coletivo a ideia de que os problemas enfrentados pelos povos do Semiárido têm sua origem unicamente na determinação natural.

Durante muito tempo as ações estatais, objetivavam mitigar minimamente os problemas da falta da água, essencial para a produção agrícola e para a própria reprodução da vida, para justificar os problemas sociais e econômicos, não havendo nenhuma intenção de democratizar o acesso à água, à terra, à tecnologia, aos insumos para produção e resolver a concentração fundiária.

Por um lado, a utilização das características edafoclimáticas para justificar a inoperância do Estado frente aos problemas sociais foi uma opção política e estratégica que favorecia às elites e à política de desenvolvimento que interessava a esses sujeitos, conforme apontam Vale e Santos (2020), e por outro, escamoteava os problemas socioeconômicos existentes, alimentando no imaginário popular e no discurso dos agentes hegemônicos a seca como o grande problema do semiárido nordestino quando, na verdade, foi usada como “nuvem de fumaça” para esconder as formas dominantes de exploração econômica que produziram e reproduziram a concentração de riqueza e poder político, resultando em uma alargada condição de miséria e dependência da população nordestina, sobretudo, a do semiárido, assim como afirmou Castro (2001).

Ainda no século XX foram criados diversos órgãos estatais para atuar no semiárido com distintas políticas que visavam combater à seca como: o Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), criado em 1909; o Instituto Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS), em 1919; o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1946; A Companhia

Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) em 1946; O Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952; o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1959 e a Superintendência do Nordeste (SUDENE) em 1960. Esses órgãos são exemplos importantes da atuação do Estado no território mediante a perspectiva do combate à seca, pois suas ações partiam da propagação da ideia de que ao mitigar o problema hídrico do semiárido com a construção de grandes obras de infraestrutura seriam resolvidas outras questões como a fome, a miséria e a pobreza. Entretanto, essas políticas não visavam favorecer às populações do semiárido, mas às oligarquias políticas como aponta Malvezzi (2007).

Em meados do século XX, com a construção de grandes barragens para a produção de energia, a manutenção do complexo pecuário, algodoeiro e para a irrigação, a política de combate à seca foi aos poucos abrindo espaço para a modernização econômica conservadora (Silva, 2006). Como exemplos desse processo de “modernização” citamos a chegada Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) com a Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso na Bahia na década de 1940 e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) na década de 1960. A vinda desses empreendimentos para o Semiárido significou mudanças profundas nos territórios, pois a partir da prerrogativa do desenvolvimento econômico proporcionado pelo Estado, as populações do entorno sofreram impactos que continuam até os dias atuais.

No contexto do Semiárido Santiaguense também identificamos diversos elementos que se relacionam a uma proposta desenvolvimento pautada no Paradigma do Combate à Seca. Um deles é o investimento do Estado na construção de grandes obras para solucionar a problemática da escassez hídrica. Como ocorreu no Semiárido Brasileiro, em meados do século XX, no Semiárido Santiaguense também houve grande investimento estatal para a construção de diques, represas (embalses), usinas hidroelétricas, grandes obras voltadas para o armazenamento da água da chuva, também neste período.

Uma destas obras é o dique *Los Quiroga*, que foi inaugurado em 1950. O dique fica localizado na localidade de mesmo nome e foi construído no curso do *Rio Dulce*, pertencente à Bacia Salí-Dulce²⁶ e é responsável pelo controle de um sistema de irrigação de mais de 120

²⁶ A Bacia Salí-Dulce (*Cuenca Salí-Dulce*) é uma das principais bacias hidrográficas do norte da Argentina, que abrange partes das províncias de Tucumán, Santiago del Estero, Catamarca, Salta e Córdoba. Tem como principais rios o Río Salí que nasce na província de Tucumán e Río Dulce que é a continuação do Río Salí,

mil hectares. Aí também se localiza a *Central hidroeléctrica Los Quiroga*, que foi inaugurada em 1963. Outra obra importante é o *Embalse de Río Hondo*, construído posteriormente em 1967 entre as províncias de *Tucumán* e *Santiago del Estero* que foi projetado para conter as cheias de verão e garantir o abastecimento de água ao dique *Los Quiroga* durante os períodos de estiagem (Moscuza, 2003).

Conforme escreve Moscuza (2003), essas grandes obras coadunaram, também, na construção de canais para irrigação que trouxeram impactos ambientais para o território, pois a fragmentação dos rios compromete o fluxo natural e interfere, por exemplo, na migração de espécies. Embora canais causem impactos menores do que grandes barragens, seus efeitos também não devem ser ignorados. A construção de diques provoca profundas alterações ecológicas, como a eliminação de espécies migratórias, o desaparecimento de fauna adaptada às áreas alagáveis, o crescimento de macrófitas (plantas aquáticas), a redução da diversidade dos micro-habitats e, por consequência, a diminuição da biodiversidade, ao mesmo tempo em que favorece o aumento de populações adaptadas às novas condições impostas (Moscuza, 2003).

Após a construção desses reservatórios, muitas áreas que eram utilizadas para a produção e, também, para a criação de animais foram inundadas, delas, algumas onde se encontra a região dos *bañados*, ao sul da capital de Santiago del Estero. Farberman (2019) escreve que essa região de terras alagadiças, historicamente habitadas pelos povos indígenas, é uma área caracterizada por alagamentos durante o período das cheias de verão, o que favorecia práticas agrícolas de elevada produtividade.

No departamento de Figueroa, recorte empírico desta pesquisa, entre os anos 1940 e 1960, foram implementadas obras de infraestrutura hídrica com a construção de dois diques e suas respectivas represas (embalses) os diques *El Cero* e *Figueroa*, sendo este último o que apresenta maior capacidade de armazenamento (Ros, 2014).

Esses diques foram construídos no curso do *Río Salado* que corta o departamento. Arisitde (2010) relata que a construção do *Embalse* e *Dique Figueroa* teve início em 1944, com a edificação do que se conhece como *Dique “El Cero”* ou *Embalse Km 0*. Em 1955, foi

atravessa Santiago del Estero e deságua na Laguna de Mar Chiquita, em Córdoba com uma área total de aproximadamente 170.000 km² (Argentina.gob.ar).

construído o *Embalse Figueroa*, 2 km rio acima do anterior, com maior capacidade. Alguns anos depois, realizou-se a obra do Canal Principal. De acordo com o autor, ambos os embalses foram construídos inteiramente em terra. Do Dique “*El Cero*” origina-se o Canal Principal, também chamado de *Engenheiro Gini*. Entretanto em 1978 houve um rompimento do *Dique Figueroa* que provocou desde então, inundações periódicas tanto nas áreas de cultivo, quanto em povoados.

Nos anos 2000 o Estado Argentino iniciou o processo de reconstrução com um investimento de aproximadamente 369 milhões de pesos argentinos. O projeto visava recuperar 10.000 hectares para produção agropecuária e incorporar outros 20.000 hectares, além de fornecer água potável para a população e mitigar os efeitos das cheias do *Rio Salado* e a obra foi reinaugurada em abril de 2011 (Vision Santiagueña, 2023; Casa Rosada, 2011).

Ressaltamos que tais obras de infraestrutura hídrica como o *Embalse de Río Hondo*, o *Dique Los Quiroga* e o *Dique Figueroa*, foram pensadas e executadas pelo Estado, sem participação efetiva dos povos que viviam nestes territórios. Trata-se, portanto, de uma imposição de um modelo de desenvolvimento baseado em “grandes soluções técnicas”, justificadas como respostas rápidas aos períodos de secas, enchentes ou crises hídricas, o que mascara seu uso estratégico e favorece interesses específicos.

De acordo com Aristide (2010), a promessa de reconstrução do Dique Figueroa representava a esperança dos camponeses de ter uma distribuição de água equitativa para as comunidades do entorno. Entretanto, assemelhando-se às grandes obras construídas a partir da modernização conservadora no Brasil, essa foi uma obra que não resolveu o problema do acesso à água para os povos que vivem no território de Figueroa.

A partir do Dique foram construídos canais que passam por propriedades e levam água para o interior do Departamento (Painel Fotográfico 7). Entretanto, a água é administrada para beneficiar áreas de monocultivos para os grandes proprietários. Jara et al (2016) escreve que apesar da existência de infraestrutura hídrica, o sistema instalado em Figueroa tem se mostrado incapaz de assegurar o direito à água para os agricultores familiares, que enfrentam cortes frequentes no fornecimento. Tal instabilidade compromete diretamente suas atividades produtivas e os expõe constantemente ao risco de desabastecimento, especialmente pela ausência de uma regulação adequada da vazão do embalse (Jara et al, 2016).

Painel Fotográfico 7: Dique Figueroa e Canais de distribuição de água, Figueroa, Santiago del Estero (Argentina)



Fonte: Trabalho de Campo, 2024

Nota explicativa das imagens: Da esquerda para a direita – Imagem 1: um dos canais que saem do Dique para levar água para o interior do Departamento; Imagem 2: Carro-Pipa saindo com água do Dique; Imagens 3 e 4: Vista Panorâmica do Dique Figueroa; Imagem 6: Comportas; Imagem 7: canal do Dique que passa pela comunidade do Km 12 (El Perucho).

Enquanto isso, o povo não tem acesso à água nem mesmo para o consumo e precisa comprar água distribuída a partir de carros-pipa. Essa é a realidade de várias localidades do departamento.

A título de exemplo, citamos o caso de uma das localidades que estivemos durante a realização dessa pesquisa, a comunidade de *San Felipe* que está localizada há aproximadamente 12 km da planta potabilizadora²⁷. Entretanto, os moradores relataram em entrevistas que para atender às necessidades básicas da família, para beber e cozinhar, precisam comprar água que chega na comunidade via carro-pipa. Escutamos o seguinte relato na comunidade:

Nosotros tenemos, así como usted lo hace, hacer huertas, etcétera, pero aquí no tenemos esa fuerza, aún tenemos un comisionado que hace operativos por tiempo, es que hacemos de agua, no tiene, porque va y pierde el tiempo, no está nunca, tenemos muchos proyectos, tenemos que mantener, tanto como estaba diciendo por los animalitos, aquí ni el comisionado, si agua no nos da cuando pedimos, anotan, pero cuando le mandan, y hoy anda de los que le pierden, lo siento, anotan, hace oídos sordos, decimos aquí la gente, la mayoría no tenemos (Nina Gerez em entrevista à Bitencourt, 2024).

O depoimento acima enfatiza a problemática persistente relacionada com a falta de acesso à água, embora haja uma represa há poucos quilômetros da comunidade. Ao mesmo tempo, destaca outro elemento do Paradigma do Combate à Seca que são as práticas de clientelismo na qual o acesso a bens básicos, como a água, é mediado por relações desiguais de poder entre agentes estatais e populações vulnerabilizadas.

O trecho evidencia a fragilidade institucional local e a dependência de figuras intermediárias, como o *Comisionado* no que concerne ao acesso à água. Ademais, aponta para uma prática comum no clientelismo no qual são feitas promessas simbólicas ou burocráticas, como anotar pedidos, mas não há uma efetivação na entrega. Dessa maneira, o acesso à água, um direito humano, é tratado como favor ou concessão e as populações precisam se submeter à ingerência dos agentes que possuem o poder de concessão, ou seja, se tornam dependentes. Ratificamos que esse foi um problema observado em várias localidades visitadas na realização desta pesquisa.

²⁷ Estação de tratamento de água

Portanto, as políticas de planejamento de meados do século XX na Argentina, fizeram parte do processo de modernização agrícola nas quais foram implementadas diversas obras hídricas com os objetivos declarados de modernizar a agricultura, evitar inundações e ampliar os sistemas de irrigação.

Essas intervenções foram estruturadas sob um paradigma tecnocrático e centralizador, semelhante ao modelo de desenvolvimento pautado no Paradigma do Combate à seca adotado historicamente no Semiárido Brasileiro, como discorreremos no início desta seção. Assim, tanto o Estado Brasileiro, quanto o Estado Argentino, orientados pela mesma lógica da agricultura capitalista investiram na construção de grandes obras hidráulicas, como diques, canais, represas, como solução técnica para o problema da escassez hídrica, sem considerar transformações estruturais mais amplas, como uma reforma agrária integral ou a regularização fundiária.

Como resultado, mantiveram-se os problemas relacionados ao acesso desigual à terra e à água, frequentemente apropriadas por grandes empresários e setores vinculados ao agronegócio, enquanto os diferentes povos destes territórios semiáridos permanecem marginalizados dos benefícios prometidos pelo Estado.

A seguir discorreremos sobre a estruturação agrária nesses territórios, apresentando dados e relacionados à questão da terra e do território.

2.3.1. Caracterização da estrutura agrária do Semiárido Brasileiro

A posse da terra e, conseqüentemente, da água foi e é um dos principais problemas envolvendo a questão agrária no Semiárido Brasileiro. De acordo com a ASA (2020), dos 900 mil Km² que abrangem essa região, equivalente a 9,4% do território nacional, 1,5 milhão de famílias camponesas ocupam apenas 4,2% das terras agricultáveis, enquanto 38% dessas terras são ocupadas pelo latifúndio.

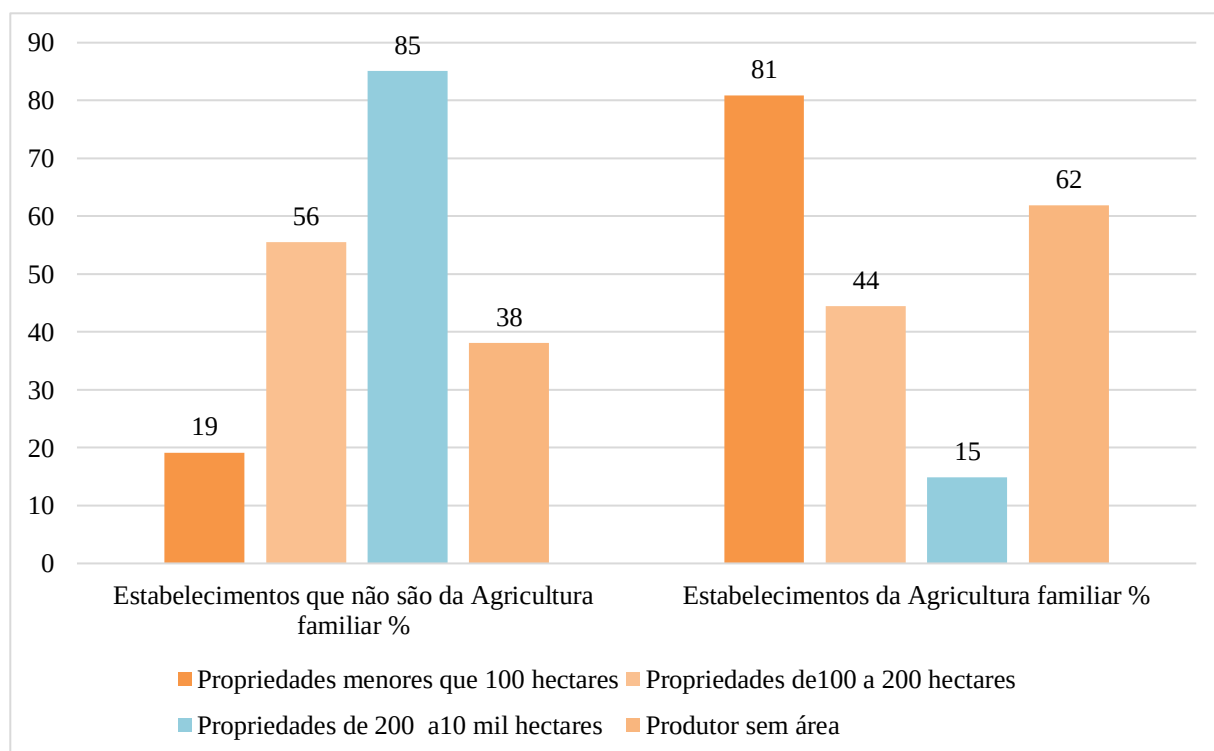
Nos dados do último censo agropecuário (IBGE, 2017), considerando a totalidade dos municípios, observamos que o tamanho das terras ocupadas pelos diferentes povos do semiárido, representados pelos dados referentes à agricultura familiar²⁸ nesse território é

²⁸ O IBGE utilizou como critério a definição de Agricultura familiar referente ao Decreto 9.064 de 31/05/2017 e o que define a Lei nº 11.326/2006, na qual são considerados agricultores familiares aqueles que praticam

discrepante quando comparamos com a extensão territorial dos estabelecimentos que não são da agricultura familiar e que, normalmente são ocupados pelo latifúndio e as empresas do agronegócio.

No território do Semiárido Brasileiro são 1.835.535 estabelecimentos agropecuários. Desse total, 1.446.842, ou seja, 79% são da agricultura familiar, que apesar de ocupar a maior parte desses estabelecimentos, não dispõe de terra e água suficiente para produzir e criar. Essa realidade pode ser constatada na análise dos dados apresentados no Gráfico 3 e na Tabela 2, onde observamos que a agricultura familiar camponesa soma um total de 81% dos estabelecimentos com tamanhos menores que 100ha e possui apenas 15% das propriedades entre 200ha e 10 mil hectares.

Gráfico 3: Tamanhos dos estabelecimentos agropecuários no Semiárido Brasileiro



Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2017
Elaboração e organização dos dados: Bitencourt, 2023

atividades no meio rural, possuindo área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra familiar e tendo a agricultura como fonte principal de renda.

Para enfrentar os desafios específicos das condições climáticas com baixa pluviosidade e alta evaporação, os camponeses que vivem no Semiárido Brasileiro precisam de uma extensão maior de terra para garantir a produção, pois a produtividade por hectare tende a ser mais baixa no semiárido em comparação com outras regiões do país. Além disso, em muitos casos, é necessário a realização da rotação de culturas e pastagens para maximizar o uso da terra e garantir a sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Muitas famílias possuem uma diversificação de atividades como as culturas de sequeiro, criação de animais e outras atividades complementares, o que requer extensão maior de terra. De acordo com o que aponta Guimarães Filho et al (2003) “Nas áreas da Depressão Sertaneja, as mais secas do Semiárido, onde a criação extensiva de caprinos constitui a alternativa predominante, são necessários pelo menos de 200 a 300 hectares” para manter a criação de caprinos e ovinos como atividade principal. O que comprova a necessidade dos camponeses do semiárido de mais terra para produzir uma quantidade suficiente de alimentos para suas famílias, para gerar renda, fazer a rotação adequada de culturas e para a alocação de reservatórios para a estocagem da água.

Mesmo para aquelas famílias que possuem propriedades um pouco maiores, como as que possuem extensão entre 100 e 200 hectares, que aparece com percentual de 44% de estabelecimentos da agricultura familiar conforme o Gráfico 1, a depender da localização, da frequência das chuvas e da variação da temperatura, essas propriedades, podem ser áreas com baixa produtividade. Ademais, muitas propriedades são ocupadas também por filhos das famílias camponesas que constituem suas famílias e permanecem na mesma terra, realidade muito comum no semiárido que resulta na continuidade das práticas agrícolas e a manutenção da unidade familiar na gestão da terra, mas que também ocasiona em um maior número de pessoas dependendo da mesma área para produzir e criar.

Ressaltamos ainda que, a reforma agrária prevista na legislação brasileira²⁹ como forma de garantir o direito constitucional de acesso à terra através de processos da desapropriação de terras que não estejam cumprindo sua função social, distribuição de terras devolutas e de terras públicas e a criação de assentamentos rurais garantindo o acesso à terra

²⁹ Principais leis que regulamentam a Reforma agrária no Brasil: Constituição Federal de 1988 e Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

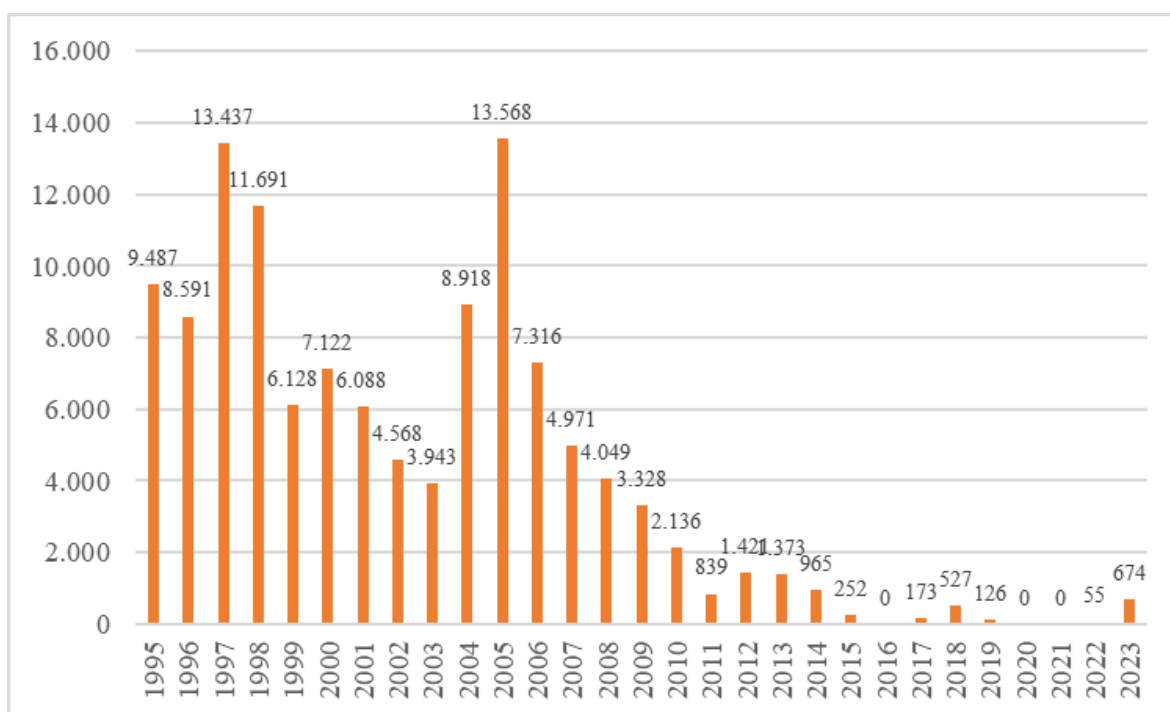
por parte de trabalhadores rurais sem-terra, tem sido incipiente para garantir o acesso à terra no Semiárido.

Tabela 2: Censo Agropecuário: Semiárido Brasileiro, Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia e grupos de área total 2017- 2021			
Grupos de área total. Unidades.		Estabelecimentos que não são da Agricultura familiar. Unidades.	Estabelecimentos da Agricultura familiar. Unidades.
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	29806	8328	21478
De 0,1 a menos de 0,2 ha	21382	5748	15634
De 0,2 a menos de 0,5 ha	81472	21213	60259
De 0,5 a menos de 1 ha	158629	37321	121308
De 1 a menos de 2 ha	262231	57219	205012
De 2 a menos de 3 ha	165271	32749	132522
De 3 a menos de 4 ha	121815	21932	99883
De 4 a menos de 5 ha	82273	14562	67711
De 5 a menos de 10 ha	232588	39278	193310
De 10 a menos de 20 ha	223149	35775	187374
De 20 a menos de 50 ha	241118	37007	204111
De 50 a menos de 100 ha	93508	16569	76939
De 100 a menos de 200 ha	43706	12745	30961
De 200 a menos de 500 ha	25798	20038	5760
De 500 a menos de 1.000 ha	8082	8049	33
De 1.000 a menos de 2.500 ha	3717	3706	11
De 2.500 a menos de 10.000 ha	1160	1157	3
De 10.000 ha e mais	198	197	1
Produtor sem área	39632	15.100	24.532
Total	1.835.535	388.693	1.446.842

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2017
Elaboração e organização dos dados: Bitencourt, 2023

De acordo com os dados do Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), no período entre 2000 e 2023 foram assentadas 71.738 famílias em 1.657 assentamentos da reforma agrária nos municípios do semiárido (Gráficos 4 e 5). Esse foi um avanço importante para a região, entretanto, apesar da quantidade significativa de assentamentos criados nos primeiros anos do século XXI chegando a uma quantidade máxima de 13.561 famílias assentadas durante o ano de 2005, a partir de 2006 houve um declínio que perdurou até o ano de 2020, quando não foi registrado nenhum assentamento.

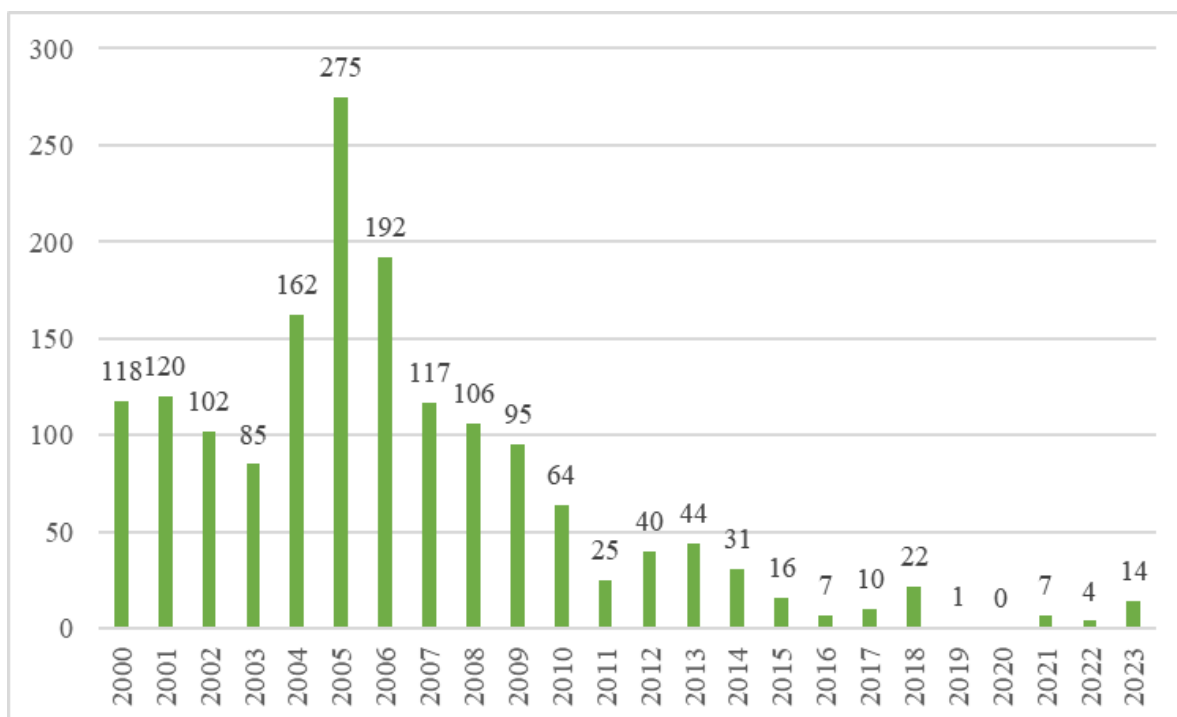
Gráfico 4: Número de famílias assentadas no Semiárido Brasileiro no período entre 1995 e 2023



Fonte: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / DATALUTA: Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2023.

Elaboração: Bitencourt, 2024.

Gráfico 5: Número assentamentos criados no Semiárido Brasileiro no período entre 2000 e 2023



Fonte: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2023.

Elaboração: Bitencourt, 2024.

Sobre os dados de 2020, ratificamos que o país passava no referido ano, pelo contexto da pandemia de COVID-19 que exigiu medidas de restrição de circulação de pessoas, como parte das estratégias para conter a propagação do vírus, o que envolveu restrições significativas às atividades sociais e econômicas, como o fechamento de órgãos públicos. Porém, no nosso entendimento, essa diminuição no número de assentamentos que não foi específica do Semiárido, mas de todo o país, não se relaciona exclusivamente ao contexto de Pandemia, pois essa redução foi significativa ano após ano, desde 2010. Soma-se a isso, o contexto de crise política e econômica que o país vinha passando desde 2014 com a reeleição da Presidenta Dilma Rousseff e o seguinte golpe político sofrido em 2016.

Ademais, em 2018 assumiu a presidência da república Jair Messias Bolsonaro, com um governo caracterizado pela aplicação de uma agenda econômica neoliberal, conforme aponta Machado et al. (2020), que desde a sua posse intensificou a disrupção de políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa que já se encontrava em curso, refletindo na significativa redução dos recursos investidos, inclusive para a criação de novos assentamentos da reforma agrária.

Cabe ressaltar que esse mesmo governo impactou severamente as políticas de convivência com o semiárido, como apontam Cavalcanti e Sousa (2020), principalmente com o enfraquecimento do Programa Cisternas, uma política pública fundamental para a segurança hídrica da população. Os autores argumentam que esse impacto se deu a partir dos sucessivos cortes no orçamento do programa comprometendo a continuidade das iniciativas e chegou a zerar a sua execução orçamentária nos anos de 2020 e 2021, o que comprometeu diretamente a segurança alimentar e hídrica no campo.

Ao mesmo tempo em que perdura poucos investimentos estatais direcionados para a agricultura camponesa, a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI como aponta Dantas e Feliciano (2023), a expansão e ampliação de setores como o agronegócio, a mineração e as energias alternativas renováveis (eólica e solar) fomentada e amparada pelo Estado através da dotação de infraestrutura tem dado condições para expansão do Capital no semiárido, o que gera conflitos em diversas dimensões da disputa territorial. Nas palavras dos autores, “No século XXI, o discurso desenvolvimentista continua a direcionar as ações estatais de maneira a possibilitar a expansão do capitalismo no semiárido brasileiro” (Dantas; Feliciano, 2023, p.59).

O aumento da atuação de empresas de capital nacional e internacional que enxergam o semiárido como um território de especulação, extração de riqueza, exploração e expropriação dos povos representa uma grande ameaça à reprodução da vida dos povos do semiárido. A territorialização dessas empresas no semiárido corrobora com a perpetuação de uma política territorial amparada no paradigma do combate à seca e estabelece uma política agrária que favorece as grandes empresas/corporações que chegam no campo.

Enquanto isso, os programas e políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar camponesa com base em práticas agroecológicas, assistência técnica adequada são insuficientes; faltam subsídios por parte do Estado para que as terras dos camponeses sejam beneficiadas e o seu potencial produtivo devidamente aproveitado. Tal realidade compromete a composição da renda das famílias e converge na ocorrência de muitas pessoas economicamente vulneráveis (Baptista e Campos, 2013).

O estado da Bahia, onde se encontra o recorte da nossa pesquisa, é um dos estados brasileiros com maior concentração fundiária apresentando em 2020 o índice de Gini da estrutura fundiária de 0,829, o que demonstra a predominância de níveis fortes de concentração da terra (Tabela 3).

Prevalece no território baiano grande número de imóveis rurais medindo até 100 hectares, somando um total de 674.85 propriedades em uma extensão de 12.968,948 hectares. Essas são as propriedades que, como citamos, normalmente, são ocupadas pelos diversos povos do semiárido que se enquadram dentro da legislação da agricultura familiar. Enquanto isso, apenas 93.296 imóveis com extensão maior que 100 hectares concentram a posse 51.067.766 hectares de terra.

Observando o índice de Gini da estrutura fundiária constatamos que os municípios do território em estudo, localizados no Norte do estado da Bahia, apresentam índice forte ou muito forte conforme dados do censo agropecuário de 2017, o que indica grande desigualdade na distribuição das terras, ou seja, poucas pessoas ou entidades detêm a maior parte das propriedades, enquanto a maioria possui apenas uma pequena parcela. Explicamos que, quanto mais próximo de 1 for o índice, mais desigual é a distribuição das terras.

Tabela 3: Estrutura Fundiária da Bahia em 2020

Classes de Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
Menos de 1	30.239	17.267
1 a menos de 2	49.482	65.200
2 a menos de 5	125.367	398.398
5 a menos de 10	111.347	773.066
10 a menos de 25	169.660	2.698.808
25 a menos de 50	114.481	3.958.125
50 a menos de 100	74.229	5.058.083
100 a menos de 250	52.566	8.007.011
250 a menos de 500	20.443	7.187.659
500 a menos de 1.000	11.110	7.599.681
1.000 a menos de 2.000	4.744	6.305.006
2.000 a menos de 5.000	3.293	10.041.966
5.000 a menos de 10.000	898	6.264.106
10.000 a menos de 20.000	156	2.126.600
20.000 a menos de 50.000	76	2.323.492
50.000 a menos de 100.000	8	573.050
100.000 e mais	2	639.194
TOTAL	768.101	64.036.713
ÍNDICE DE GINI	0,829	

*Dados dos imóveis de propriedade particular e posse. As terras públicas foram excluídas.

Fonte: Dados - INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Cálculo: **DATALUTA** - Banco de Dados da Luta por Espaços e Territórios, 2021. www.fct.unesp.br/nera

Essa concentração faz com que grande parte das famílias camponesas não possuam terras para produzir como relataram integrantes de movimentos (Mãe Bernadete e Joana Margarida) em entrevista, ao falar sobre a realidade do município de Remanso:

Nós temos pequenos produtores que vivem agregados, que não têm um pedaço de terra ainda, porque essa questão do fundo de pasto ainda é muito visado e tem problemas sérios com os grandes que nem plantam, nem nada, mas querem a terra para eles e tem pequenos produtores que não têm um pedacinho de terra. Moram lá de agregados na terra de alguém e fazem uma choupaninha, um barraquinho pequeno. Ainda existe! (Joana Margarida em entrevista à Bitencourt, 2022).

Eu também coloco isso, porque assim a gente também teve muitas famílias que ficavam inseguras quando recebia uma tecnologia não sabia se teria terra para conseguir um calçadão. Imagina aí. Ta no meio rural e só tem a

casa praticamente, né? Não pode, não dá nem para fazer uma cisterna calçadão. Aqui encontramos muito isso. Está muito associada a essa coisa de ter o acesso à terra e de ter as condições, porque não basta também você ter a Terra e você não tem políticas, programas, né, que apoia essas famílias (Mãe Bernadete em entrevista à Bitencourt, 2022).

A falta do acesso à terra pelo campesinato em suas diferentes identidades no Sertão do São Francisco possui razões históricas como mencionado anteriormente, pela forma como foram distribuídas e ocupadas as propriedades desde o processo de colonização favorecendo a criação de uma estrutura agrária de base latifundiária. Um dos fatos importantes a serem mencionados é a ocupação dos portugueses das terras do semiárido no século XVII, que ocorreu mediante a constituição das sesmarias transformando famílias em detentoras de grande extensão de terra, como foi o caso da família de Antônio Guedes de Brito a qual foi designada a maior parte das terras que conformam hoje os municípios do Sertão do São Francisco (Freitas, 2014; Dantas 2021).

Além disso, a falsificação de documentos por parte de empresas e fazendeiros praticando a grilagem de terras devolutas ou pertencentes a comunidades tradicionais nesses municípios é uma constante como afirmou o Entrevistado 2 quando relatou sobre a realidade no município de Casa Nova:

Barragem enche, os grandes empresários da nossa cidade começaram a fazer a especulação das terras, pegar a terra e vender para pessoas de fora. Aí começou a chegar pessoas de fora, né? Veio muita gente, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, aqui pra Casa Nova, que hoje você vê ali, em volta da sede, alguns projetos, placas, né, entrando ali, de projetos de irrigação. E aí começaram a comprar essas terras por nada. **Comprava uma área que tinha 10 hectares, cercava 300 e aí começou grilagem de terra pesada aqui na beira do Lago, na borda do Lago.** Foi horrível. Inclusive, esse conflito nosso chegou nesse período, que é o da Areia grande. Aí assim, a barragem foi para cota máxima em 1979, 1980. Essa empresa chegou, ficou aí até 1985, perturbando as famílias. E foi-se embora. E está até hoje essa grilagem (Antônio Guilhermino em entrevista à Bitencourt, 2022, grifo nosso).

Outra realidade que demarca a dificuldade do acesso à terra são os conflitos, muitos deles oriundos da grilagem de terras, que são latentes no Sertão do São Francisco como o conflito o qual o entrevistado se refere, que ocorreu em Areia Grande, um território com diversas comunidades de Fundo de Pasto caracterizadas fundamentalmente pelo fato de derivarem de um sistema tradicional de uso comunitário da terra, baseado na criação de

animais que pastam em extensas áreas coletivas destinadas ao manejo dos rebanhos. Areia Grande está localizada no município de Casa Nova, possui atualmente, por volta de 400 famílias englobando as comunidades Melancia, Riacho Grande, Salinas da Brinca, Jurema, Tanquinho, Ladeira Grande, Lagoado, Lagedo, Lagoinha, Pedra do Batista e Pilão. O território é composto por 26 mil hectares de terras devolutas do estado da Bahia e ocupados pelas comunidades tradicionais de Fundo de Pasto há mais de 150 anos, foi alvo de grilagem de terras e somente após 48 anos de luta, vidas ceifadas e muita resistência essas famílias tiveram reconhecimento da justiça para a ocupação do território em maio de 2023 (Fotografia 1). “[...] as lutas em defesa do território se deram a partir de três marcos: década de 1970, com a construção da Barragem de Sobradinho; de 1980 a 1984, grilagem da Agroindustrial Camaragibe; e de 2008 até o momento atual, ameaças de empreendimentos agrícolas e energéticos no território” (CPT Bahia, 2023c, s/p).

A realidade enfrentada pelos camponeses do Território de Areia Grande (Fotografia 1) é um exemplo dos diversos conflitos envolvendo o acesso à terra presentes nos municípios do Sertão do São Francisco. Além desses conflitos, a falta de regularização fundiária também é um problema que afeta os diversos povos tradicionais (Quilombolas, indígenas, Comunidades de Fundo de Pasto, etc.) que vivem no território e perdura até os dias atuais com diferentes sujeitos, mas com a mesma lógica de atuação do Estado que é ineficiente na distribuição das terras atuando com políticas ineficazes ou implementadas de forma parcial que favorecem a centralização da posse da terra.

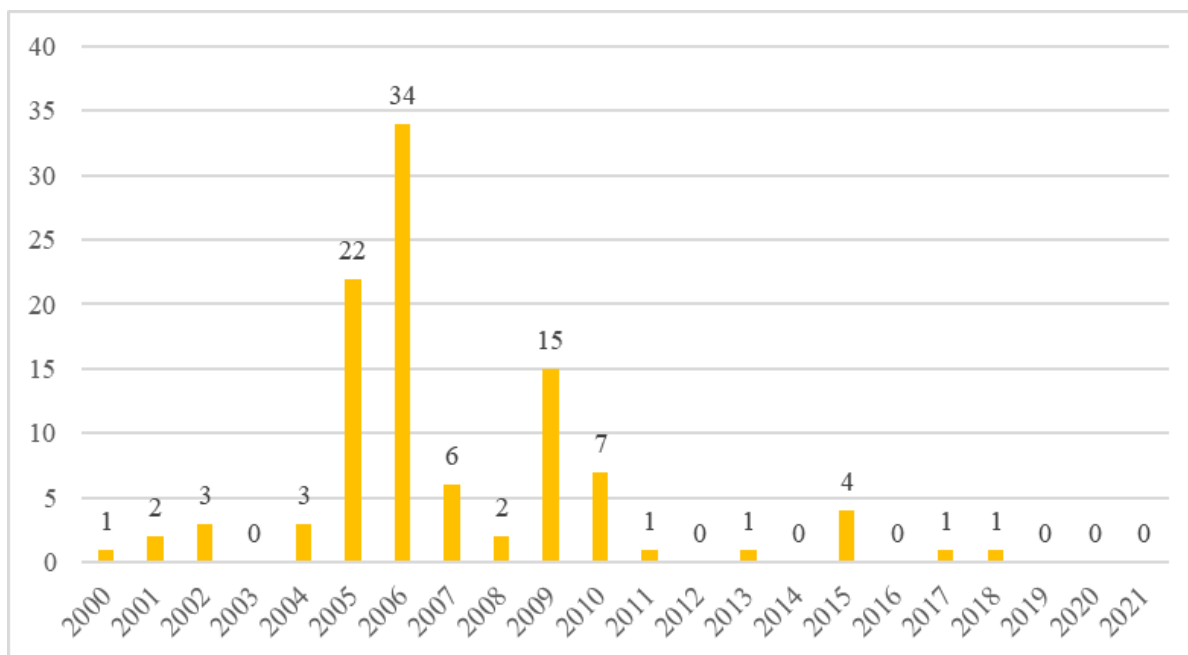
Quando nos debruçamos nos dados do Território do Sertão do São Francisco para analisar o número de assentamentos criados nos últimos vinte anos, verificamos que a realidade é muito parecida com o ocorrido com os demais territórios do Semiárido. Em todo o território são apenas 104 assentamentos, sendo que 85 foram criados entre 2005 e 2010 (Gráfico 6). A maioria deles, 75 no total, são do tipo PFP, ou seja, aqueles assentamentos realizados pelo INCRA a partir do Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto.

Fotografia 1: Moradores de Areia Grande em atividade de celebração da conquista judicial, setembro de 2023



Fonte: CPT Bahia, 2023b

Gráfico 6: Número assentamentos criados no Sertão do São Francisco no período entre 2000 e 2023



Fonte: INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2023.

Elaboração: Bitencourt, 2024.

Os demais são do tipo PA - Projeto de Assentamento Federal. Muitos desses não possuem subsídios para fomentar a produção de alimentos. É o caso, por exemplo, do Assentamento São Francisco que está localizado no município de Juazeiro criado em 2001 no qual foram assentadas 99 famílias em uma extensão de terra de 1.295,25 hectares. Após mais de 20 anos de criação, o assentamento possui atualmente, mais de cem famílias de camponeses. Entretanto, embora esses camponeses vivam às margens do Rio São Francisco e tenham os lotes para produzir e criar, encontram diversas dificuldades relacionadas com a infraestrutura como a instalação de equipamentos de irrigação para a produção de alimentos nos lotes e nos quintais produtivos das famílias.

Além da concentração fundiária, ressaltamos o debate apresentado anteriormente no qual discorremos sobre as conflitualidades oriundas da proposta de desenvolvimento pautada no Paradigma do Combate à Seca que se materializam no território mediante a atuação do Estado e do Capital, que vem ao longo do tempo influenciando na reconfiguração territorial.

Exemplos importantes para a nossa análise que estão dentro das ações de combate à seca impulsionadas pelo Estado são: a construção da barragem de Sobradinho, maior lago artificial da América Latina, onde se encontra a Usina Hidrelétrica de Sobradinho nos municípios de Sobradinho e Casa Nova, que foi inaugurada em 1982 e a construção dos Polos irrigados de Juazeiro e Petrolina direcionados à produção da fruticultura para exportação. Ambos os projetos, desencadearam a desapropriação das terras de camponeses e a apropriação da água por parte dos latifundiários. Essas obras deram origem a dois grandes projetos de desenvolvimento. De acordo com Alentejano e Tavares (2019, p.194), projetos como esses “podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional”.

Criados na segunda metade do século XX, voltados para a geração de energia elétrica e para a produção de alimentos em larga escala, respectivamente, esses projetos não beneficiam de maneira direta a população local e são responsáveis por processos de desterritorialização de milhares de pessoas. Conforme constatamos nas visitas realizadas no território a comunidades tradicionais de fundo de pasto, quilombolas, assentamento da reforma agrária pescadores, etc., os alimentos produzidos nos latifúndios que compõem os

Polos irrigados, assim como a energia elétrica produzida pela CHESF não beneficiam diretamente às famílias do entorno.

A Usina Hidrelétrica e a Barragem de Sobradinho são exemplos das obras construídas dentro do processo de modernização conservadora. Constatamos que há famílias que vivem há uma distância de dois, ou três quilômetros da barragem de Sobradinho que não possuem água potável e energia elétrica em suas casas, ou infraestrutura para irrigação da sua produção de alimentos. No município de Remanso onde há bastante água com volume controlado pelo empreendimento, essa é uma realidade constante, como observamos durante o trabalho de campo em 2022, quando encontramos um carro-pipa coletando água para levar às comunidades (Fotografia 2).

Depoimentos como o do representante do Quilombo Lagoinha comprovam tal realidade, quando relata sobre as dificuldades enfrentadas pela sua comunidade que se encontra a 2 kms de distância de onde passa a rede elétrica oriunda da energia gerada pelo do Lago de Sobradinho: “[...] porque assim, a gente está no meio da energia elétrica e está sem energia elétrica. A gente está no meio da água e está sem a água” (Zé de Antero em entrevista a Bitencourt, 2022).

Fotografia 2: Carro-pipa às margens da Barragem de Sobradinho, Remanso, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Trabalho de campo, 2022

Ao falar sobre a produção de alimentos do polo fruticultor o camponês enfatiza que a fruticultura é posta para o mercado, para a sociedade, como a solução do Vale (se referindo ao Vale do São Francisco), mas o que ocorre é totalmente contrário, porque esse avanço das empresas enche o rio de veneno, produzem as frutas e as melhores vão para quem tem poder de compra, e o que é comercializado para a população são as frutas ruins, depoimento que endossa a nossa afirmação anterior de que as ações de combate à seca não visam a resolução dos problemas existentes no semiárido, mas único e exclusivamente a favorecer ao Capital. Essa confirmação aparece também no depoimento de outro entrevistado representante de organizações não governamentais que atuam no território:

Três anos atrás, quando teve a última conferência Territorial de segurança alimentar, pelos dados que o governo federal tinha, os municípios que têm irrigação tinham um percentual maior de pessoas com fome, do que o município que não tem irrigação. Campo Alegre de Lourdes tá lá no final e não tem nem estrada nem água encanada. E, percentualmente, tinha menos pessoas em situação de fome do que Juazeiro, Sobradinho, Curaçá, que são na beira do rio. Então, lá toda a área agrícola que tem, dependendo de chuva, era voltada a produção de alimento consumido localmente. Já a irrigação é mais para exportação. Não produz feijão, não produz arroz, um pouquinho de batata, não produz carne. A carne aqui vem também da área de sequeiro. **Então, a irrigação é um grande potencial, que podia gerar alimento e abastecer tudo, mas o projeto que tem para ela é exportação, e não produz comida.** As pessoas que trabalham lá também não têm acesso às frutas que produz e a nível de sequeiro ou da zona não irrigada, o maior desafio é, de fato, você armazenar (Luiz Nunes em entrevista à Bitencourt, 2022, grifo nosso).

Argumentamos que o Território do Sertão do São Francisco é um exemplo nítido da expansão que agrega forte atuação dos quatro setores (agronegócio, mineração e energias alternativas) que apontamos anteriormente com base em Dantas e Feliciano (2023), que se soma à ampla dotação de infraestrutura por parte do Estado e serve de base para atuação do Capital.

Através de corporações e empresas privadas operam grandes setores como: o agronegócio que está presente, principalmente, no Perímetro Irrigado com a produção agrícola voltada para exportação com alta incidência do uso de agrotóxicos responsáveis pela contaminação de peixes, plantações e pautada em sistemas produtivos inadequados para o semiárido; a geração de energias renováveis por meio das empresas que fazem a instalação dos parques eólicos, cercam os camponeses e promovem a expropriação de suas terras; as

mineradoras que se instalam e causam poluição dos rios, açudes, e deterioram as condições de vida das populações. Empresas desses setores “convivem entre si de maneira harmoniosa” promovendo a degradação da natureza, a desterritorialização de comunidades camponesas e a permanência de diversos conflitos com camponeses e populações tradicionais.

Antonino et al (2022) em estudo que apresenta o mapeamento sobre os conflitos por mineração na Bahia explica que o Território do Sertão do São Francisco está entre os territórios baianos com maior número de processos requisitados na Agência Nacional de Mineração (ANM). “Esses territórios são muito requisitados com projetos de grande porte, tanto antigos como atuais, lideram as solicitações de pesquisas e representam uma diversidade mineral [...]” (Antonino et al. 2022, p. 2021).

De acordo com os dados apresentados no levantamento feito pelos autores citados 8 dos 10 municípios do território possuem conflitos relacionados à essa atividade envolvendo comunidades quilombolas, comunidades de fundo de pasto e assentamentos, sendo eles: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé e Uauá. As principais substâncias extraídas e/ou pesquisadas são: Fosfato, cobre, níquel, ferro, mármore, quartzo, areia, granito, manganês, barita, quartzito, cobalto, gnaiss, magnesita, cromita, calcário e ouro.

O levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2023 aponta que diversos municípios do Sertão do São Francisco estão com mais de 80% das suas áreas mapeados para a mineração. Dentre eles, Uauá e Curaçá possuem 90% do seu território mapeados com áreas maiores que 622 mil e 276 mil hectares, respectivamente. “Com relação ao tamanho das áreas mapeadas, tendo em vista as áreas territoriais dos municípios, em ordem decrescente destacam-se: Curaçá, Uauá, Juazeiro e Campo Alegre de Lourdes” (CPT, 2023a s/p).

Dentre as diversas comunidades que enfrentam a realidade de impactos da mineração, o Território composto pelas comunidades de Angico dos Dias, Açu, Baixão Novo, Baixão Grande e Baixãozinho, localizado no município de Campo Alegre de Lourdes é um exemplo importante a ser analisado. O Território que é ocupado atualmente por cerca de 400 famílias que têm sofrido desde o ano de 2005 com a atuação da empresa de minério Galvani Fertilizantes que explora o fosfato mineral na região. Nos últimos anos se intensificaram as tentativas de grilagens de terra, a degradação ambiental, os conflitos e danos às famílias que

vivem nesse território há mais de 150 anos. “Em 2019 as ações da mineradora Galvani chegaram a causar rachaduras em casas e cisternas que armazenam água na região” (MST, 2023, s/p). Além disso, em setembro de 2023 houve uma tentativa de homicídio no território, na qual supostos grileiros de terra balearam três pessoas. Em depoimento, a representante de uma organização social que atua na região relata o seguinte:

Então, tem uma comunidade em Campo Alegre de Lourdes, onde tem ação das cisternas, mas a mineradora chega vai desmatando, entra no solo usando granadas, que chega até rachar a cisterna. Então, assim, uma ação que o estado está fazendo, por outro lado, o mesmo estado, ele dá apoio para que essas empresas chegam e aquilo que você está fazendo está sendo desmantelado. É uma comunidade que o pessoal, relata que dia e noite, as casas estão sendo cobertas com poeira, né? **Então, isso tudo em nome de um desenvolvimento**, né? Porque, de forma geral, esses gestores e todos eles veem esses grandes projetos com muito bons olhos, né? Porque vai gerar empregos, vai gerar riqueza, mas no fundo a gente se pergunta para quem fica nessa Riqueza? que não fica pro povo, né? Pra onde é que vai essa Riqueza? (Mãe Bernadete em entrevista à Bitencourt, 2022, grifo nosso)

Como apontamos anteriormente “convivem em certa harmonia” nos municípios do território vários desses setores, como o agronegócio do perímetro irrigado, a mineração, as energias renováveis. O depoimento do entrevistado a seguir narra essa realidade de expulsão em que vivem os camponeses em suas diferentes identidades desde meados do século XX:

Então, era o plantio de uva, de cana, de manga. Então, tinha que tirar a população daquela área, vender para as empresas, fazer irrigação ali. Isso teve vários conflitos ao redor do rio. Teve também a barragem de Sobradinho, da mesma forma, que a expulsou muitas famílias, e depois de expulsa, quando vem um projeto de irrigação são mais expulsas ainda. Então, onde tinha água, essa população foi expulsa e ficou nas partes mais altas e mais secas. E parecia ali que estava tranquilo. Ninguém tem interesse, não irriga, né? E nos últimos 10 anos veio outro ataque, agora quando se descobriu a possibilidade de encontrar minério. Então, as comunidades que não tinha nem estrada, tinha gente, mulheres com 40 anos que não sabiam, por exemplo, quem era o presidente da República, o governador, porque não tinha um acesso nenhum. O Estado nunca alcançou essas comunidades. Viviam por conta própria lá e de repente aparecem carros e estradas, gente que se diz dono dessas terras.

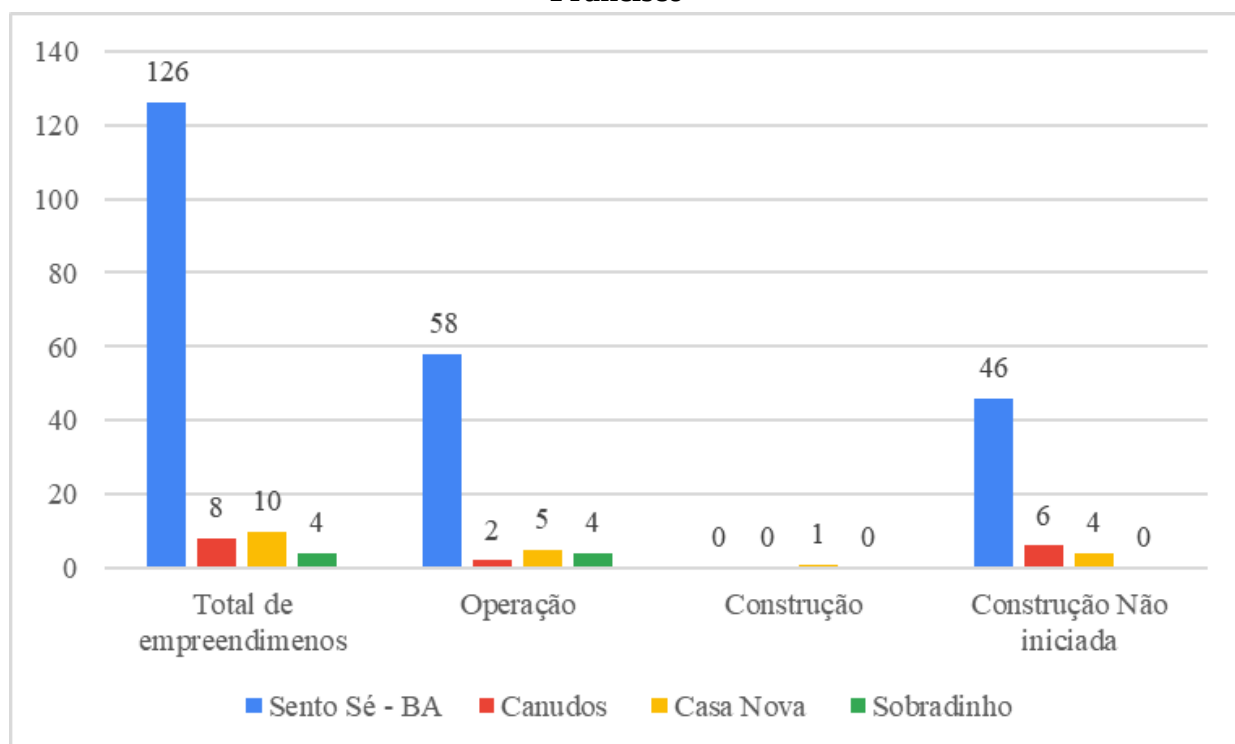
Desde então começou essa grilagem maior de pessoas que você nem sabe quem é, que já chegam com o título de documento de terra, aparecem os grandes projetos. Aí foi a mineração, depois veio a energia eólica e agora tem energia solar. Então, essas terras que eram abandonadas, que não prestava para a irrigação, onde as famílias podiam viver lá em relativa

segurança, apesar do abandono estatal, mas ficavam lá e ninguém tinha interesse nas terras, agora eles sofrem todo dia a investida para perder esse território (Luiz Nunes em entrevista à Bitencourt, 2023).

A chegada das Energias renováveis no território baiano desponta recentemente no início da segunda década do século XXI e todos os municípios com presença desse empreendimento estão no semiárido. O primeiro Parque Eólico outorgado no Sertão do São Francisco, foi em 2010 no município de Sobradinho, classificado pelo governo do estado da Bahia como “área promissora ”para a implantação de projetos eólicos como destaca Pereira (2023).

Em 2024, de acordo com os dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANNEL, 2024) já se encontravam em operação 69 empreendimentos no território, sendo que 1 estava em construção e 56 autorizados, porém com a construção não iniciada, somando um total de 148 empreendimentos espacializados nos municípios de Canudos, Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho, sendo que o município de Sento Sé abriga o maior número desses empreendimentos no território tanto daqueles em operação, quanto daqueles em que não foram iniciadas as construções somando 85% dos empreendimentos, conforme podemos observar no Gráfico 7, e se destaca no quantitativo de projetos do estado da Bahia.

Gráfico 7: Número de Empreendimentos de Energia eólica no Sertão do São Francisco

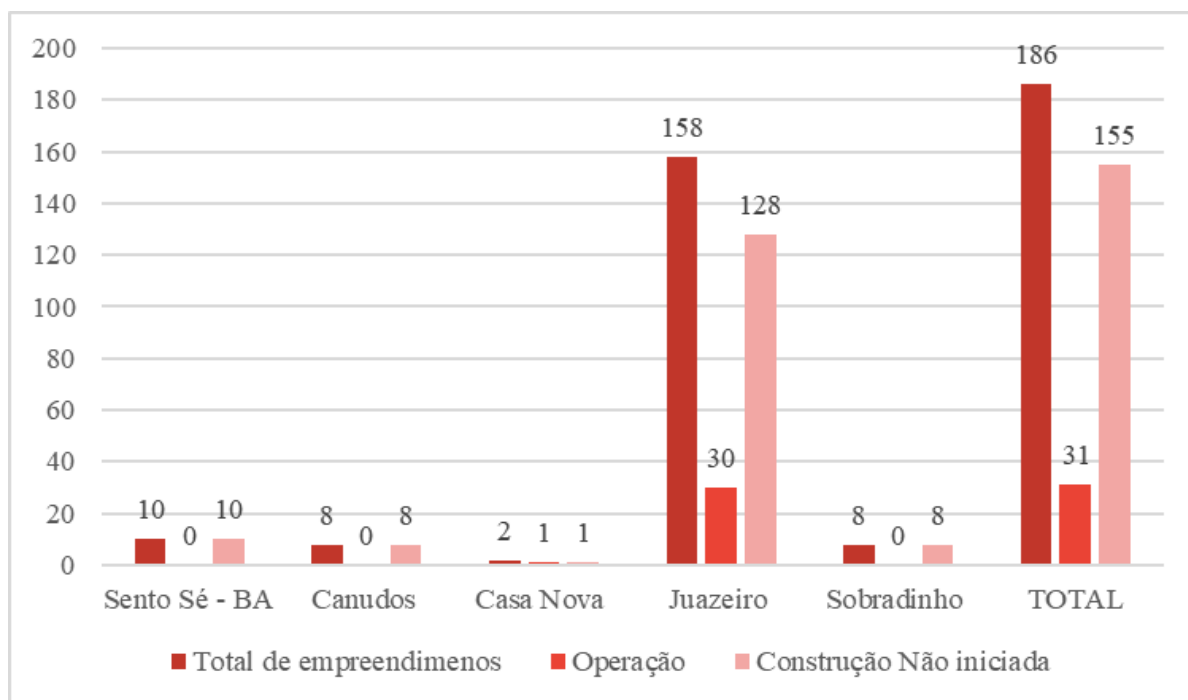


Fonte: ANNEL, 2024

Elaboração: Bitencourt, 2024.

Além dos empreendimentos da energia eólica, nos últimos anos o Sertão do São Francisco também tem sido área de interesse para a instalação de Parques para geração de energia solar. De acordo com os dados da ANEEL (2024), atualmente são 186 empreendimentos autorizados no território, sendo a maior parte no município de Juazeiro que já possui 30 empreendimentos em operação e 58 autorizados, mas sem construção iniciada. Há mais 27 empreendimentos previstos para serem construídos nos municípios de Canudos, Casa Nova, Sobradinho e Sento Sé (Gráfico 8).

Gráfico 8: Número de Empreendimentos de Energia Solar no Sertão do São Francisco



Fonte: ANNEEL (2024)
Elaboração: Bitencourt, 2024.

Exemplo importante desse tipo de empreendimento é o Complexo Solar Futura instalado no município de Juazeiro que entrou em operação em maio de 2023. É um dos maiores parques de energia solar das Américas que abriga 22 usinas fotovoltaicas e mais de 1,4 milhão de painéis solares ocupando 1.649 hectares (Fotografia 3).

Ratificamos que esses empreendimentos de diversos setores ao se instalarem no Sertão do São Francisco invadem territórios tradicionais, como mencionamos anteriormente, que em sua grande maioria enfrentam dificuldades na titulação de suas terras. Um exemplo, são os territórios das Comunidades de Fundo de Pasto que são caracterizadas por serem de

origem de um sistema tradicional de uso coletivo da terra, baseado na criação de animais em grandes áreas de pastagem comuns utilizadas para o pastoreio de seus rebanhos. De acordo com Schisteck (2013, p.45), “O Fundo de Pasto é um jeito que o povo encontrou para viver bem no Semiárido, através de sua organização em comunidades de Fundo de Pasto. Esta é uma forma tradicional de posse da terra no Semiárido, que se originou nos tempos das sesmarias e atende às características de preservação e viabilidade econômica”.

Fotografia 3: Instalações do complexo solar Futura em Juazeiro, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Eneva.com

Normalmente, essas áreas são compartilhadas e gerenciadas coletivamente pela comunidade, que têm direitos de uso e acesso baseados em práticas ancestrais e costumes locais. Muitas das comunidades de Fundo de Pasto do Sertão do São Francisco não possuem a titularidade de suas terras e vêm lutando pela permanência em seus territórios, como pode ser observado ao analisar nos depoimentos de representantes da articulação estadual das comunidades:

“[...] a gente vem sofrendo com o Estado baiano sem querer regularizar as áreas coletivas. As áreas individuais, toda a vida, todos os governos que passou pelo estado, eles tinham interesse em regularizar as áreas individuais, porque eles tinham o interesse de que sobrasse terra para o agronegócio, depois estar explorando. Então, a gente nunca foi atendido

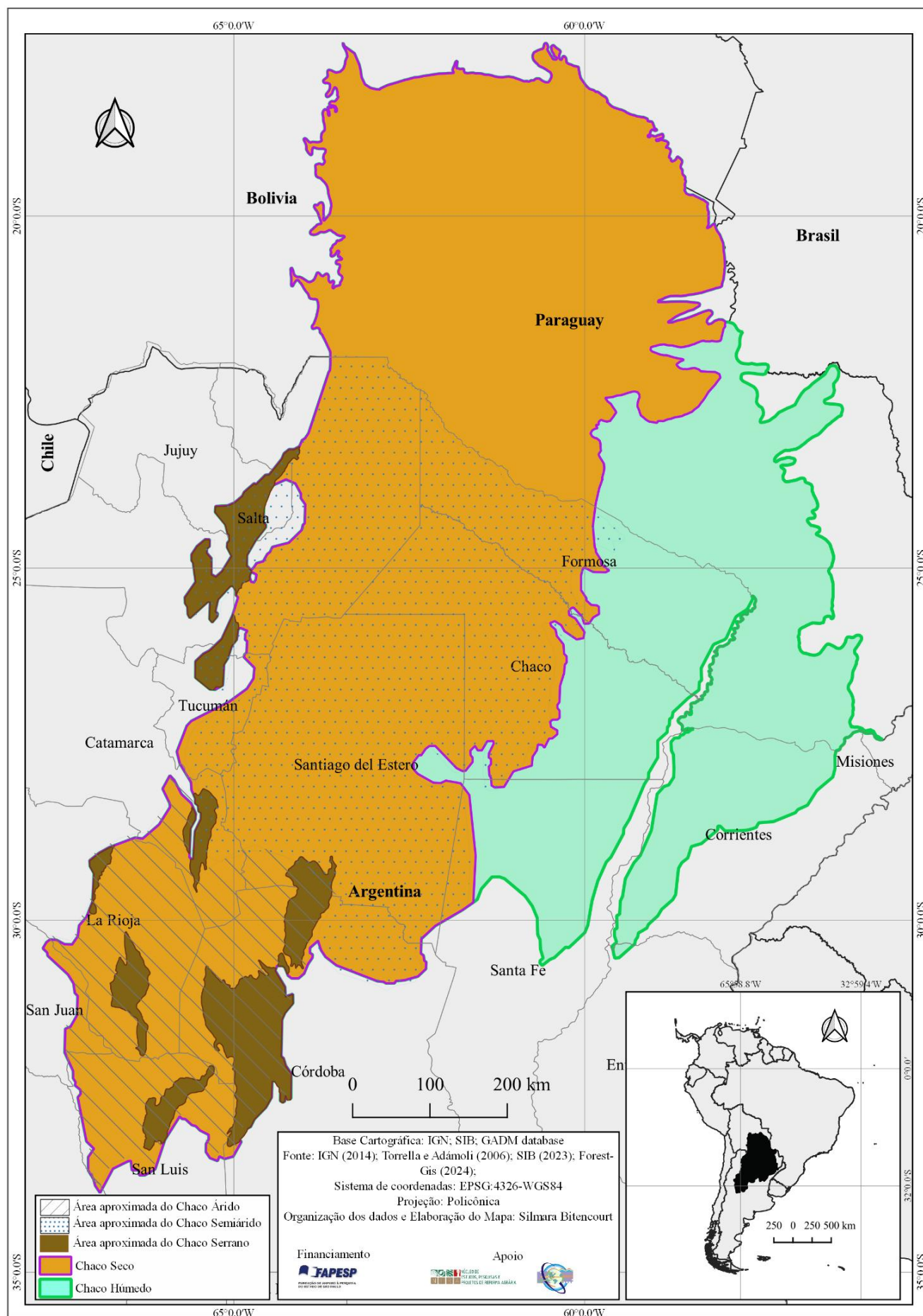
com as áreas coletivas e aí chegou-se 2000, nos anos 2000 a gente começou a dialogar mais, de forma articulada [...]
 [...] Uma das questões mais agravantes era essa questão das áreas coletivas porque o Estado não tem interesse de regularizar as áreas coletivas, e de lá pra cá, então, estamos aí nessa articulação. A grilagem também acelerou nesse período, né? Aí começou o agronegócio avançar e querer, pisotear as áreas de fundo de pasto [...] (Antônio Guilhermino em entrevista à Bitencourt, 2022)

No depoimento anterior podemos observar que o estado da Bahia ao negar o título da terra para os diferentes povos do campo do Sertão do São Francisco contribui para o desenvolvimento de conflitos, insegurança jurídica e vulnerabilidade das comunidades, pois sem a garantia legal de posse, as comunidades podem enfrentar ameaças de despejo, invasões e restrições ao acesso aos recursos naturais essenciais para sua sobrevivência.

Observamos que os elementos que compõem o Paradigma do combate à seca tal qual debatemos até aqui para o caso do recorte estudado no Sertão do São Francisco possui uma diversidade de características similares àquelas encontradas no nosso recorte de Figueroa no semiárido argentino, principalmente, no que concerne à questão agrária, os diferentes sujeitos e conflitos, mediante a forte investida do Capital que reverbera no processo de aprofundamento das desigualdades sociais no semiárido. A seguir, aprofundamos sobre esses aspectos.

2.3.2. Caracterização da estrutura agrária do Semiárido Santiaguenho

O Chaco semiárido da Argentina ocupa o oeste das províncias do Chaco e Formosa, quase a totalidade da província de Santiago del Estero, o leste de Salta e Tucumán e parte da região Norte de Córdoba, como pode ser observado no Mapa 5. A região se encontra dentro do Grande Chaco Americano, como mencionado anteriormente, onde são encontradas duas macrounidades classificadas de acordo com as precipitações médias anuais: o Chaco Seco ou Ocidental (territórios em que há de 500 a 700 mm de chuva por ano e 7 meses de seca), e o Chaco Úmido ou Oriental (possui aproximadamente, 1.200 mm de chuva por ano) (Aristide, 2009).



Dentro do Chaco Seco na Argentina se encontram o Chaco árido, o Chaco Serrano e o Chaco semiárido, sendo que esta última, onde está localizado o nosso recorte empírico, é a sub-região mais extensa, com maior quantidade de florestas como descreve Torrela y Adámoli (2005). Assim como o Semiárido Brasileiro, essa região está submetida a um severo processo de degradação de seus recursos naturais, da biodiversidade e possui processos avançados de desertificação. Tais processos são originados da forte extração florestal, e a expansão da fronteira agropecuária.

De acordo com o último Censo Nacional Agropecuário da Argentina (CNA), Santiago del Estero, uma das províncias que compõem o Chaco Semiárido, está entre as províncias com maior número de *Explotaciones Agropecuárias* (EAPs)³⁰ possuindo 15.396 que ocupam uma extensão de 6.140.853,1 hectares. Além disso, a província se destaca no Noroeste Argentino (NOA), sendo a que tem a maior quantidade de EAPs, à frente de Catamarca (com 10.112), Jujuy (com 8.642), Salta (com 8.705), Tucumán (com 4.085) y La Rioja (com 4.870) (Gráfico 9).

Das 15.396 EAPs³¹, 10.392 possuem limites definidos (EAP/ld) distribuídas em uma extensão de 5.951.439,1ha; 488 são mistas e ocupam 189.413,9ha; e 4.516 não possuem limites definidos (EAP/sld)³². A respeito dessas últimas, Mazur et al (2023) escreve:

Lo característico de las EAPs sin límites definidos es la de tener límites imprecisos o no tenerlos. La tierra, entonces, presenta una situación de irregularidades en cuanto a la falta de títulos de dominio que avalen su tenencia. Dichas tierras se convierten en un territorio de disputa y se dan

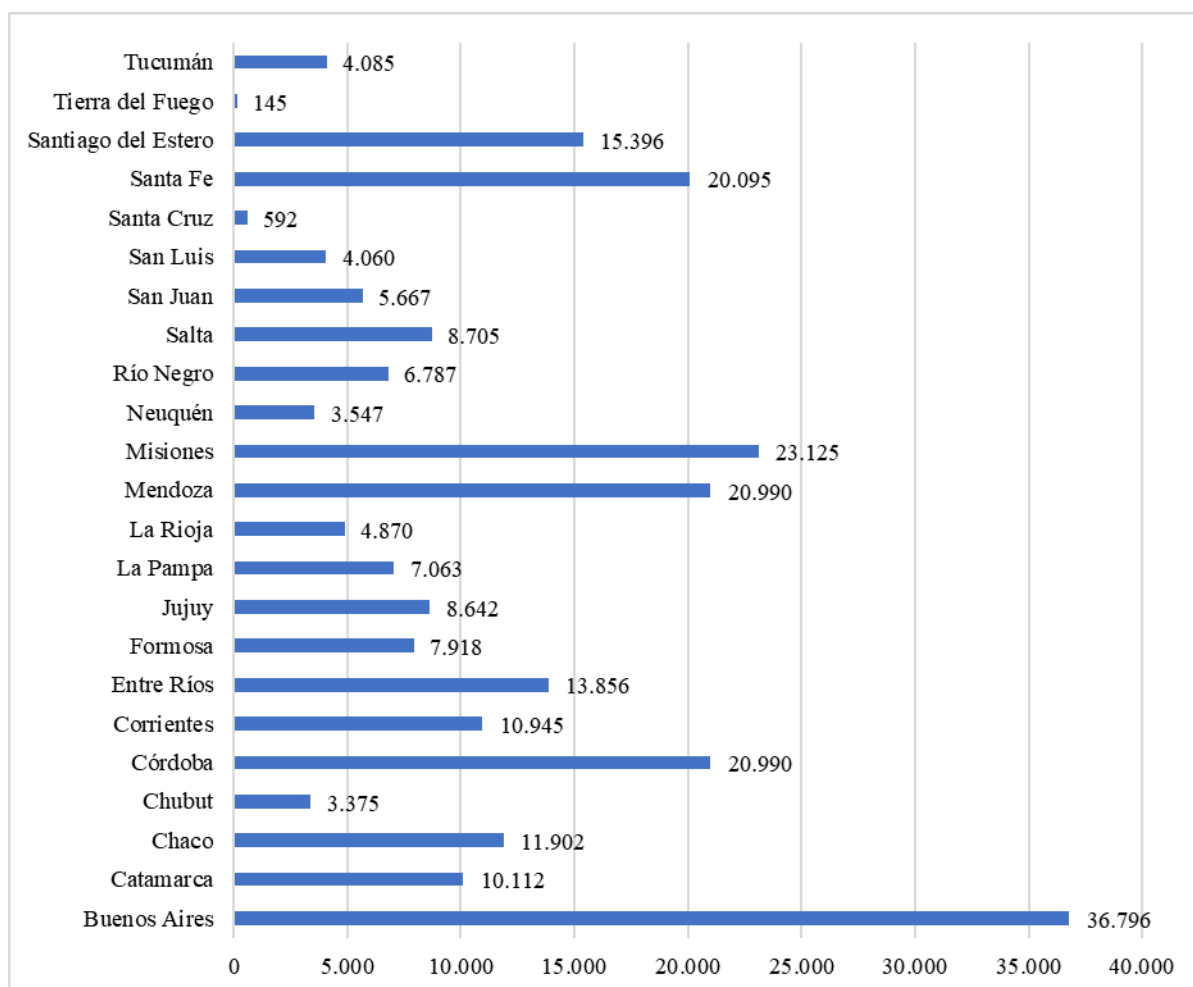
³⁰ É a medida estabelecida pelo Censo Agropecuário da Argentina referindo-se a uma unidade de organização da produção com uma área de superfície não inferior a 500 m², dentro dos limites da mesma província com características de produção agrícola.

³¹ Para fins de definição, o INDEC classificou as unidades de produção da seguinte maneira “As unidades de produção que atendem às características indicadas na definição são classificadas em três tipos de EAPs. O primeiro deles é chamado de EAP com limites definidos (EAPc/l), no qual a área total e o número de lotes censitários podem ser estabelecidos. Em segundo lugar, há as unidades de produção que são compostas inteiramente de terra sem limites definidos, esses são os EAPs sem limites definidos (EAPs/l), que realizam sua produção dentro da estrutura do que é conhecido como uma "unidade maior" identificável. Por fim, os EAPs mistos são unidades que consistem em uma ou mais parcelas com limites definidos e uma área indefinida em uma ou mais unidades maiores” (INDEC, 2021, p. 29, *tradução nossa*).

³² O resultado definitivo do censo agropecuário de 2018 da Argentina apresenta a seguinte explicação para as EAPs sem limites definidos: “Dentro do território nacional, há um tipo de EAP que se caracteriza por limites imprecisos ou inexistentes. Nessas EAPs, por várias razões as parcelas que compõem essas EAPs não são delimitadas. Essas terras fazem parte de uma unidade maior, que pode ser um campo comunal, um campo pertencente a comunidades de povos nativos, um parque ou reserva nacional, outros tipos de terras públicas ou terras privadas” (INDEC, 2021, p. 29, *tradução nossa*).

fuertes conflictos entre las empresas agrícolas, ganaderas y forestales con los agricultores familiares campesinos indígenas que son poseedores con ánimo de dueño (Mazur et al. 2023, p. 112).

Gráfico 9: Argentina, número de Explotaciones Agropecuarias por provincia



Fonte: INDEC. Censo Nacional Agropecuario 2018. Resultados definitivos.

Elaboração: Bitencourt, 2024.

Analizando os dados do censo de 2018, um estudo feito por De Dios et al (2020) assinala que para além dos limites da cobertura desse levantamento, os dados obtidos expõem mudanças significativas na estrutura agrária de Santiago del Estero. Uma realidade é a diminuição das EAPs sem limites definidos que, de acordo com os autores, se deve a fatores como: o limite da metodologia utilizada pelo censo que pode ter obtido uma cobertura menor que a esperada; a ocorrência dos cercamento de áreas coletivas por parte das comunidades; e o avanço da fronteira agropecuária na província.

Ao mesmo tempo em que houve ao longo dos anos uma diminuição nas EAPs sem limites definidos, houve também um grande aumento da extensão de terra ocupada pelas EAPs com limites definidos, como pode ser observado no censo de 2018. “Em efecto, pasaron de 5.393.633ha en 2002 a 7.286.179ha, incluyendo las EAP mixtas. Es decir, hubo un incremento de 1.892.548ha, un 35%, lo que coloca a la provincia como la de mayor expansión relativa de la frontera agropecuaria en el NOA” (De Dios et al. 2020, p.156).

Com a expansão agropecuária as terras não tituladas e aquelas propriedades sem limites definidos, áreas extensas utilizadas de forma comum por muitos camponeses e outras comunidades tradicionais são alvo de disputas e conflitos entre empresários e os povos que vivem nesses territórios, como aponta Fonzo e Parnás (2022).

A não regularização da titularidade das terras em Santiago del Estero é uma problemática histórica que avança ao longo do tempo e que demarca a questão agrária na província colocando os povos e comunidades tradicionais que vivem em áreas de EAPs sem limites definidos em situação de instabilidade jurídica. Fonzo e Parnás (2022) alertam ainda que as EAPs sem limites definidos caracterizam a estrutura agrária de Santiago del Estero e que facilita a ocupação das terras. “La tierra entonces presenta una situación de precariedad em cuanto a la falta de títulos de dominio que avalen su propiedad ante el discurso legal dominante (Fonzo e Parnás, 2022, p. 14).

A questão da apropriação e do acesso à terra perpassa todo o processo histórico de Santiago del Estero, desde o período colonial, quando se instaurou o regime das instâncias deixando o controle da terra nas mãos dos colonizadores, e perdurou pelos períodos seguintes. De acordo com Paz, et al, (2019), a instauração do Estado provincial no século XIX e do mercado de terras local consolidou o poder dos senhorios, sendo que este último foi caracterizado também pela privatização de terras antes consideradas comunais, pela violência contra os povos indígenas e demais populações que viviam nesses territórios.

No final do século XIX, com o ciclo do *Quebracho* houve forte ocupação das terras por imigrantes e, em Santiago del Estero, estabeleceu-se o *Obraje*, com o corte de florestas em larga escala objetivando fornecer madeira para os trilhos da ferrovia. Já no período do algodão, em meados do século XX, houve a modernização do setor agrário e grande impulsionamento da agricultura de fronteira através de investimentos em infraestrutura de irrigação, dentro da estrutura do modelo da agro exportação. No momento mais recente, do

ciclo da soja, a partir da década de 1980, inaugurou uma expansão da fronteira agrícola, a implementação de novas culturas e também da criação de gado, aumentando o desmatamento, a destruição das terras de uso comum e o aumento da concentração latifundiária (Paz, Jara, Wald, 2019).

Explicamos portanto, que a produção de soja começou a se espalhar pelas regiões *extrapampeanas*³³ da Argentina a partir dos anos de 1980 ocupando diversas províncias, dentre elas, Santiago del Estero, uma das províncias com maior expansão de área cultivada na última década do século XX e início do Século XXI levando consigo diversos impactos sociais e ambientais como: perda da capacidade produtiva dos solos, expulsão de populações camponesas e dos povos originários do campo, contaminação das fontes de água, do ar e dos solos por agrotóxicos, perda da biodiversidade com elevada taxa de desmatamento. Toda essa expansão tem como objetivo a exportação e tem contribuído para a diminuição das áreas de produção da agricultura familiar (Zarrilli, 2020; Girbal, 2021).

A estrutura agrária de Santiago del Estero é também marcada pela desigualdade na distribuição das terras em detrimento de uma forte concentração fundiária. Essa realidade se destaca no índice de Gini da estrutura fundiária que, de acordo com De Dios et al (2020), no censo de 2002 era de 0,48, e em 2018 alcançou 0,57. Esse aumento denuncia a crescente desigualdade na distribuição das terras na província.

Ao fazer uma comparação dos dados dos censos de 2002 e 2018 De Dios et al (2020) detecta que neste início do século XXI houve mudanças relevantes nas EAP com limites definidos de até 200ha no qual houve um aumento no número de propriedades com até 5ha. Entretanto, a maior variação ocorreu nos estratos acima de 1.000ha, com um aumento de 22% na quantidade das EAPcld que obteve acréscimo significativo na área total da superfície ocupada, passando de 4.087.811ha para 6.071.482ha, ou seja, cresceu +48%.

Como podemos observar na Tabela 4 as propriedades com até 200ha, representam um percentual de 5,4% das EAPcld de Santiago del Estero e as propriedades maiores de 1.000ha aos quais se referem os autores citados, somam um total de 80% do total das EAPcld.

Outro processo recorrente é a estrangeirização das terras que, conforme debatemos na seção 2.2 é um processo antigo na Argentina. De acordo com os dados disponibilizados

³³As regiões chamadas de *extrapampeanas* são aquelas que estão localizadas fora da região do Pampa, no centro do país, conhecida por sua agricultura altamente produtiva devido ao alto potencial de fertilidade das terras.

pela *Dirección Nacional Registro de Tierras Rurales da Argentina* (2022), a província de Santiago del Estero possui 13.571.992.42 de hectares de território rural. Desses, 670.065.7ha estavam nas mãos de estrangeiros, correspondendo a um percentual de 4,94% da área total. Entretanto, os registros oficiais são questionáveis, uma vez que o monitoramento desses dados é bastante difícil em todo o mundo diante da dinâmica desse processo, como observa Oya (2013). Conforme aponta Pereira (2018), existe uma legislação no país que não permite que o percentual de terras com proprietários de outra nacionalidade exceda a 15% do território nacional.

Tabela 4: Explotaciones Agropecuarias com limites definidos e mistas por escala de extensão Santiago del Estero, Argentina

Escala de extensão por faixas em hectares	EAP	Hectares
Até 5	1.897	4.996,2
5,1 - 10	985	8.155,9
10,1 - 25	1.522	28.169,9
25,1 - 50	1.259	49.421,5
50,1 - 100	1.168	90.181,5
100,1 - 200	989	152.899,2
200,1 - 500	1.174	395.110,6
500,1 - 1.000	643	476.575,8
1.000,1 - 1.500	337	425.419,8
1.500,1 - 2.000	223	399.652,0
2.000,1 - 2.500	139	313.652,0
2.500,1 - 5.000	320	1.113.927,9
5.000,1 - 7.500	88	540.767,0
7.500,1 - 10.000	58	512.048,9
10.000,1 - 20.000	54	771.373,0
20.000,1 ou mais	24	858.502,0
Total	10.880	6.140.853,20

Fonte: INDEC. Censo Nacional Agropecuario 2018. Resultados definitivos.

Elaboração: Bitencourt, 2024.

Ademais, de acordo com Paz et al (2019), para além dos dados oficiais, há um processo de estrangeirização das terras que não aparece nos números de propriedades registradas em mãos estrangeiras, mas é notório, pois o capital nacional, através de investidores locais têm desencadeado processos de “desposseção e descampesinização”.

Esse processo de desapropriação não se relaciona exclusivamente com falta do acesso à terra, ou à propriedade da terra, mas também com a privação e o controle de recursos fundamentais para a subsistência dos povos do semiárido, como acesso à água, insumos para produção, orientação técnica etc. Como demonstramos anteriormente com relação ao Semiárido Brasileiro, as terras utilizadas para a agricultura nos territórios semiáridos necessitam de tecnologia adaptada às condições locais, pois sem essa adaptação a produção é dificultada.

Essa é uma realidade evidencia a falta da implementação de uma política de desenvolvimento pensada para o Semiárido Argentino considerando as especificidades deste território, ou seja, assim como no Semiárido Brasileiro, aí também o território é pensado historicamente partir da lógica do desenvolvimento do Capital. Observamos durante os trabalhos de campo que são escassas, por exemplo, tecnologias para produção de alimentos adaptadas ao contexto local.

Paz et al (2019) discorre que na Argentina, particularmente nas províncias do Norte, o que inclui Santiago del Estero, a não regularização da titularidade das terras possibilita a entrada de outros sujeitos e geram conflitos tanto com o Estado, quanto entre camponeses, indígenas e empresas. Com a rápida expansão da fronteira agrícola, os conflitos com empresas que buscam se instalar em territórios camponeses e indígenas tem sido recorrente. Essas empresas utilizam da intimidação com contratação de seguranças, impedindo a passagem de pessoas, derrubada de árvores, de violência física e intimidação jurídica. Uma das entrevistada relatou o seguinte:

vivimos aquí y después en el 2017 han venido gente de otro lado, empresarios, por adueñarse de ahí del lugar que han empezado a cortar árboles y después cuando mis hermanos trabajaban también ahí sacando leña para el consumo, también iban a molestarlos un supuesto encargado que era muy conocido de aquí del lugar. Y bueno, iba y los amenazaba a mis hermanos diciendo que los iban a denunciar, que les iba a ir mal, diciendo que ese terreno ya tenía dueño. Y bueno, y así han empezado, digamos, a molestar. Y bueno, después mi papa y mi mamá han empezado a buscar formas de cómo solucionar, de qué hacer porque también les habían quemado 40 metros de leña apilada que ellos tenían como que cada vez venían más pesados (Margarita Caro em entrevista à Bitencourt, 2024).

Podemos observar no depoimento que a forma como atuam no sentido de invadir os territórios é muito similar àquela que ocorre no contexto brasileiro nas Comunidades

Tradicionais de Fundo de Pasto. Enquanto isso, o Estado argentino continua sem resolver as questões elementares para regularizar as terras e implementar políticas públicas para os povos tradicionais (camponeses, indígenas, etc.).

Na última década na província de Santiago del Estero 4 pessoas foram assassinadas em conflitos por terra, conforme denunciam os movimentos e relatou a *Agencia Tierra Viva* (2024). Em abril de 2024, um membro do Mocase-Via Campesina de Santiago del Estero, foi assassinado em San Francisco no Departamento de Alberdi, região nordeste da província. O crime ocorreu depois que uma gangue armada usurpou terras comunitárias. “Es el cuarto campesino asesinado en los últimos años, siempre en el marco de conflictos entre empresarios del agro y comunidades campesinas e indígenas por la tenencia de los territorios”³⁴ (Tierra Viva, 2024, s/p).

A expansão do modelo extensivo de produção na província induz a conflitos entre camponeses e povos indígenas, além de promover o desmatamento já observado em Santiago del Estero com diminuição de quase ¼ das florestas (Paz et al, 2019). Um estudo realizado por Aguiar et al (2016) aponta que “Entre 2001 y 2010 se deforestaron 1,6 millones de hectáreas em la provincia de Santiago del Estero. Los departamentos con mayor cantidad de hectáreas deforestadas fueron Moreno, Alberdi y General Taboada, los cuales explican aproximadamente el 50% de la superficie total deforestada en el período” (Aguiar et al, 2016, p. 210). O mesmo estudo concluiu ainda que aqueles departamentos que conseguiram manter maior proporção de floresta nativa de pé na primeira década do século XXI foram aqueles que tiveram menor avanço da fronteira agropecuária.

Destacamos ainda que, diante de tais problemáticas apresentadas, Santiago del Estero é um território onde se desenvolvem distintos conflitos. O *Observatorio de Tierras y Medioambiente de la Red Agroforestal Chaco Argentina (REDAF)* identificou no ano de 2013 um total de 123 casos de conflitos na província, sendo 1 ambiental, que diz respeito àqueles causados por disputas pelo acesso, o uso e/ou o controle dos recursos naturais; e 122 envolvendo a posse da terra que se referem ao acesso, uso e/ou controle do território (REDAF, 2013).

³⁴ “Esse é o quarto camponês assassinado nos últimos anos, sempre no contexto de conflitos entre empresários do agronegócio e comunidades camponesas e indígenas pela posse da terra” (Tierra Viva, 2024, s/p, tradução nossa).

Os conflitos envolvendo a posse da terra, que são mais recorrentes na província ocorrem, principalmente, nos departamentos onde há o avanço da fronteira agropecuária de distintas maneira. Avanzam también onde a titulação das propriedades é precária ou inexistente, pois gera acceso limitado e desigual à terra (Aguiar, 2016; Fonzo, Parnas, 2020, Mazur, 2023). “Esas luchas por y en la tierra constituyen un proceso inherente al enfrentamiento de modelos de desarrollo territorial rural donde la empresa capitalista necesita de nuevos espacios (antes considerados improductivos), desplazando así al sector campesino” (Fonzo, Parnas, 2020, p. 27).

Um representante de movimento (entrevistadas no Departamento de Figueroa explicou o seguinte: “Entonces, como estaba latente siempre la presencia de alguien, pero que no era que creaba denuncias, sino que se presentaba, les habían quemado los ranchos de la gente que trabajaba en el territorio, donde se iba a quedar durante el día trabajando y otras cosas” (Nina Gerez em entrevista a Bitencourt, 2024). No depoimento é nítido que o conflito não se estabelece somente pelo questionamento da propriedade da terra por parte das comunidades, mas, principalmente pelo embate direto com os moradores.

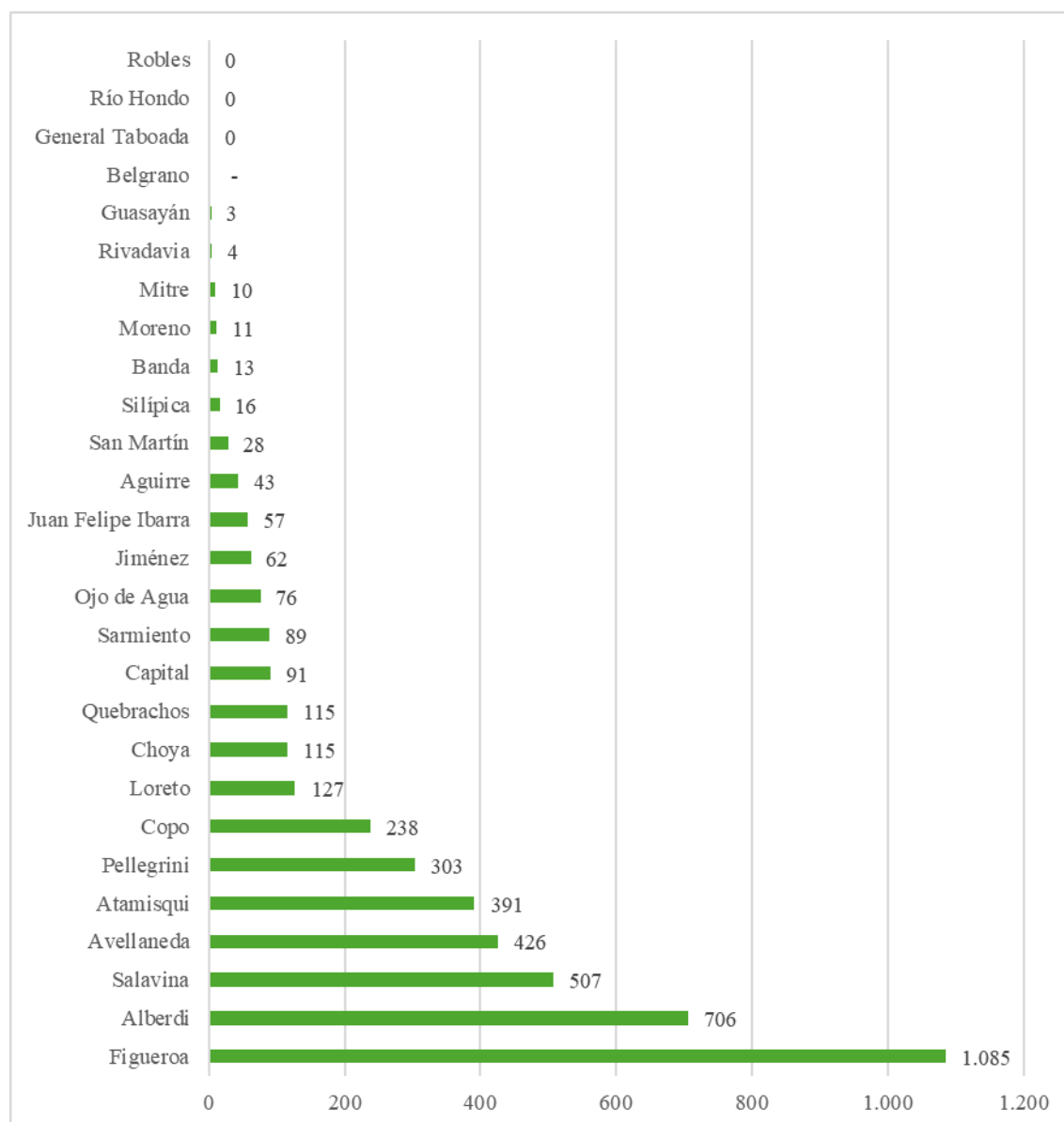
No Departamento há também a ocorrência de conflitos, devido à diversos fatores, dentre eles, a crescente valorização das terras diante da expansão da zona de irrigação (Jara et al, 2016; Aristide, 2010). Aristide (2010) aborda a preocupação com os conflitos que poderiam decorrer a partir da reconstrução do Dique Figueroa, que discorremos anteriormente, com a valorização das terras, uma vez que muitas não possuíam títulos de propriedade. Recentemente, uma década depois, a denúncia feita pela Unión de los Trabajadores de la Tierra (UTT) em um jornal local apresenta a situação atual dos territórios próximos ao dique:

A la par del despojo del agua, en una época de sequía atroz, comenzó también el despojo de los territorios –denunciaron-. Los grandes empresarios avanzan sobre las tierras, especulando con las necesidades de las comunidades campesinas e indígenas, empobrecidas por un modelo que genera grandes negocios para pocos y trae escasez y sufrimientos a muchos pobladores de la región.

El acceso al agua es un derecho básico y las familias trabajadoras de la tierra, necesitamos políticas publicas activas, que garanticen el agua para vivir y producir alimentos para nuestras familias y para el pueblo. El agua no se negocia, el agua es vida, advirtió la UTT (Vision Santiago, 2023, s/p)

Esses conflitos se acentuam ainda mais diante do grande número de propriedades sem limites definidos e, de modo comparativo, considerando os 27 departamentos que compõem a província, Figueroa é o que tem maior quantidade de EAPs sem limites definidos (EAPsld), com 1.085 unidades, representando 24% do total (Gráfico 10).

Gráfico 10: Quantidade de EAPs sem limites definidos por departamento e província de Santiago del Estero, Argentina.



Fonte: INDEC, 2021

Elaboração: Bitencourt, 2024

Essa precariedade do acesso e posse da terra acentua a vulnerabilidade e a negação do acesso a outros direitos de camponeses e povos indígenas, além de promover a

desterritorialização desses povos e diversas transformações no ambiente como desmatamento em áreas nativas (Fonzo, Parnas, 2020).

De acordo com o relatório do REDAF (2021), no acumulado entre o no de 1976 e 2021, foram desmatados em Figueroa um total de 93.207 hectares. Os anos que apresentaram maior quantidade foram os anteriores à 1976. Ainda que Figueroa apareça como a província com um dos menores índices de desmatamento, conforme aponta Mazur (2023).

Um exemplo importante é o conflito territorial envolvendo a empresa *Concept Nature Management S. A.* e os camponeses-indígenas das localidades de San Roque e y Chañar Pozo no qual o avanço da empresa com a finalidade de derrubar a floresta nativa, sobre as terras onde vivem camponeses-indígenas, para realizar o plantio de eucalipto tem desencadeado o conflito. Recentemente, no mês de setembro de 2023, quando moradores tentavam impedir o avanço das máquinas da empresa sobre o território, uma pessoa veio a óbito e três pessoas ficaram feridas (Guerrero, 2023; Infoterritorial, 2023).

A inexistência de documentação deixa o território de Figueroa vulnerável à invasão de terras e tem sido razão de luta constante dos povos camponeses e indígenas, como denuncia uma representante da UTT:

“El departamento Figueroa es una zona muy montuosa donde viven estas familias productoras y originarias. Está alejado de los centros urbanos, lo que genera mucha vulnerabilidad. La tenencia de la tierra es un problema allí porque ninguna de esas familias cuenta con los papeles que reafirmen su posesión veinteañal (es decir, de por al menos dos décadas), lo que las coloca frente a los empresarios en una situación vulnerable”. A la vez, señala: “Es un departamento de mucha historia de organización de las familias campesinas y de las comunidades que hace años vienen resistiendo a estos desalojos y atropelos” (representante da UTT de Santiago del Estero em entrevista Guerrero, 2023, s/p).

Em um contexto de precariedade da posse da terra, o departamento de Figueroa é considerado o maior departamento rural da província de Santiago del Estero, onde 88% do total das propriedades é camponesa e é marcado pela presença de um número significativo de organizações de agricultores familiares (Jara, et al, 2016). Considerando a extensão territorial, o departamento Figueroa possui 666.148.6 há de hectares de território rural e de acordo com a *Dirección Nacional Registro de Tierras Rurales da Argentina* (2022) 29.990.07 de hectares de terras que têm como posse cidadãos estrangeiros, correspondendo a 4.5 % do total, demonstrando um avanço do processo de estrangeirização no departamento.

Estudos como os realizados por Paz (1994); Paz e Jara (2020), sinalizam uma diversificação das atividades econômicas em Figueroa que, além do plantio em pequena escala, praticam também a pecuária extensiva, a extração florestal, a criação de bovinos, caprinos e de animais de pequeno porte como aves e suínos, principalmente para o autoconsumo. Os autores enfatizam ainda que há uma constante saída para trabalhar de forma temporária fora das unidades produtivas familiares, o que é importante na garantia da reprodução da vida dos camponeses nos períodos em que estes não conseguem manter o sustento da família somente com o consumo da produção e a venda do excedente.

Observamos durante a pesquisa que práticas como o clientelismo, as quais abordamos anteriormente, também são recorrentes em Figueroa. Nos relatos das entrevistas forma recorrentes depoimentos dizendo que as representações políticas locais somente atendem às solicitações das pessoas da comunidade quando lhes convém. Ao referir-se a essa prática uma entrevistada relatou: “Porque si no lo votás, bueno, tenés menos derecho que el que lo vota. Y eso te lo dicen medio abiertamente” (María Juarez em entrevista à Bitencourt, 2024).

Os territórios do Sertão do São Francisco e de Figueroa, ademais de suas condições edafoclimáticas, se assemelham nos problemas que envolvem a questão agrária por diversos aspectos já mencionados que tem como um dos principais pilares a negação do direito ao acesso à terra e a vinculação a um modelo de desenvolvimento que é pensado com base na exploração, na subordinação aos ditames do Capital. Nesse sentido, são tidos como “áreas mais atrasadas” que devem propositalmente favorecer àquelas com “maior desenvolvimento” dentro do que propõe o Capital ou serem usadas a partir da exploração dos seus recursos naturais, o solo, a água, as florestas, os ventos, minérios e o seu povo, também para favorecer à acumulação capitalista.

A partir do debate paradigmático compreendemos que os aspectos que compõem o conteúdo das relações, da forma de pensar e executar políticas para o desenvolvimento territorial, a partir do Paradigma do Combate à Seca (PCS), estão presentes nestes dois territórios investigados. Desse modo, com a construção desta tese avançamos nas análises sobre o Semiárido Argentino através da leitura dos paradigmas considerando o movimento dialético da realidade e a análise territorial no contexto da Ciência Geográfica.

A construção desta tese ancorada nos fundamentos da Geografia busca por aprofundar o entendimento sobre o Semiárido Brasileiro e Argentino a partir de uma leitura crítica dos paradigmas adotados, analisando a realidade em sua dinâmica, contradições e processos históricos em constante transformação. Isso permite entender como diferentes forças econômicas, políticas e sociais influenciam na transformação do território e moldam os paradigmas.

Consideramos que o debate realizado neste capítulo fornece elementos para compreender como o PCS tem influenciado nas políticas de desenvolvimento territorial tanto no Sertão do São Francisco, quanto em Figueroa, apesar das diferenças contextuais. Ou seja, há elementos comuns na forma como o Estado brasileiro e argentino lidam com os territórios semiáridos e que reverbera em problemáticas da questão agrária, uma vez que este paradigma está embasado no entendimento de que a seca, uma característica natural destes territórios deve ter seus efeitos "combatidos", muitas vezes com soluções tecnicistas e centralizadas, desconsiderando os saberes e modos de vida locais.

Entretanto, ressaltamos que os territórios semiáridos são constituídos a partir de diferentes dimensões. Portanto, não devem ser compreendidos somente a partir do aspecto edafoclimático, ou seja, com base em uma visão determinista. Por isso, no capítulo seguinte apresentamos como os diferentes povos que vivem no semiárido desenvolvem ações na luta pelo território e pela manutenção de suas territorialidades.

CAPÍTULO 3: A MULTIESCALARIDADE E A MULTIDIMENSIONALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO SEMIÁRIDO LATINO-AMERICANO



*“Nosotros somos convencidos de que el territorio es
nuestro, porque el territorio es parte de nuestra propia
vida”*

*(Fala de uma representante do Povo Indígena Tonocoté Llutke Yaku Muchuna durante
entrevista).*

CAPÍTULO 3: A MULTIESCALARIDADE E A MULTIDIMENSIONALIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO SEMIÁRIDO LATINO-AMERICANO

Diante do debate que apresentamos no capítulo 2 damos continuidade na nossa construção teórica a partir da análise sobre das ações dos movimentos socioterritoriais, tendo como particularidade aquelas desenvolvidas nos territórios investigados nesta tese, ao mesmo tempo que os situamos no contexto do Semiárido Latino-americano.

Para tanto, neste capítulo trabalhamos com conceitos e processos importantes para pensar a atuação dos movimentos socioterritoriais considerando as diversas escalas geográficas de atuação e as múltiplas dimensões da luta e da resistência. Por isso, abordamos os conceitos de território e territorialidade enquanto bases teóricas que nos sustentam para a efetivação deste estudo, porque os consideramos como elementos essenciais no debate da questão agrária, uma vez que permitem compreender o território enquanto resultado de disputas e apropriações, demarcado pelo poder, que reflete maneiras distintas de uso e controle e que, ao mesmo tempo, é permeado por diferentes modos de vida, práticas sociais, formas de organização e sentidos construídos pelos sujeitos.

Além disso discorreremos sobre as concepções teóricas de movimentos socioespaciais e socioterritoriais e, caracterizamos os movimentos estudados nesta tese, considerando o histórico de formação de cada um, suas bandeiras de luta, a multiescalaridade e a multidimensionalidade de atuação. Apresentamos também a análise sobre as ações comuns que vêm sendo desenvolvidas pelos movimentos nos territórios do Sertão do São Francisco e em Figueroa.

3.1. Espaço, território e territorialidade: elementos para o debate da questão agrária latino-americana

A ciência geográfica, ao preocupar-se em compreender a realidade, o faz a partir da leitura da sociedade e das transformações que os sujeitos imprimem para a reprodução da vida no espaço e no tempo. As problemáticas apresentadas no capítulo 2, fazem parte das transformações impressas pela sociedade e pelo Capital nos territórios semiáridos latino-

americanos no decorrer da sua história. Desse modo, estamos de acordo com Lefebvre (1973) quando discorre que o espaço transformado e produzido social e historicamente, é ao mesmo tempo, condição, meio e produto da reprodução da sociedade, ou seja, o espaço social pode ser também definido como a materialização da existência humana. O autor argumenta que o espaço não é um mero suporte físico ou plano neutro onde a vida social acontece. Pelo contrário, o espaço é produzido e reproduzido a partir de relações, das práticas sociais e dos processos históricos.

As concepções de espaço de Lefebvre (1973) e o seu pensamento de maneira geral contribuem sobremaneira para a construção do conceito de espaço que abordamos na ciência geográfica. Sua principal contribuição no nosso entendimento foi a construção da ideia de que o espaço é sempre produzido socialmente e essa perspectiva crítica revela que o espaço jamais é neutro. Ele carrega tensões, conflitos, simbolismos e práticas cotidianas que refletem e reproduzem as relações de poder em cada sociedade. Suas formulações articulam a teoria social, o urbanismo e a filosofia fornecendo subsídios teóricos valiosos para o estudo do espaço geográfico, sejam eles aplicados às grandes cidades, às múltiplas escalas das relações socioespaciais, ou aos territórios rurais, sob os quais nos debruçamos nesta investigação.

A análise feita por Lefebvre (1973) a respeito das contradições do capitalismo no espaço contribuiu para leituras críticas da geografia, como aquelas feitas por Harvey (2012) que compreende o espaço a partir do uso dos modos espaço-temporais considerando que, através de uma relação dialética e de uma divisão tripartite, o espaço-tempo é ao mesmo tempo absoluto, relativo e relacional. O autor considera a complexidade da elaboração teórica sobre o espaço e destaca em suas análises a concepção de espaço enquanto um produto social e político, o que impossibilita sua análise como uma entidade neutra ou um recipiente passivo.

O espaço absoluto é entendido pelo autor como extensão ou superfície física mensurável, associada a um tipo de “geometria clássica” cartesiana ou euclidiana. Diz respeito, por exemplo, à distância que pode ser medida entre dois pontos, ou determinada extensão de terra. Portanto, trata-se de um olhar objetivo, direto, que vê o espaço como um recipiente dentro do qual as coisas acontecem.

O espaço relativo é aquele influenciado pela ação humana e por sua percepção. Utilizando o exemplo que citamos anteriormente, as distâncias, os limites e a forma do espaço

podem mudar de acordo com o ponto de vista, com a tecnologia disponível ou com a posição de cada sujeito. Neste caso, se você mora em determinado espaço rural perto de uma estrada principal, o tempo de acesso à área de serviços (que pode ser a sede do município) é menor, se comparado a uma pessoa que vive em uma área que as estradas não são boas. Então, sua percepção do espaço difere de quem vive em áreas de difícil acesso. Nesse sentido, Harvey (2012) ressalta que o espaço não é uniforme, pois cada grupo ou indivíduo o percebe e utiliza de modo diferente.

Já o espaço relacional, este vai além da ideia de medir ou perceber distâncias. Desse modo, espaço e objetos, ou sujeitos, não são entidades independentes. Portanto, é a relação entre eles que constitui o espaço. Ou seja, “tudo o que está no espaço é espaço”. Um bom exemplo é um determinado território camponês, que não é apenas uma extensão de terra com fronteiras: ele é tecido pelas relações culturais, sociais, políticas e ambientais que um povo mantém com este espaço. Assim, não é possível falar de espaço de forma isolada do que ali acontece, pois as relações em curso criam e redefinem o espaço continuamente. Esta concepção do espaço relacional construída por Harvey (2012) aproxima-se da ideia de Lefebvre (1973) de que o espaço é socialmente produzido e, ao mesmo tempo, ele mesmo influencia as relações sociais, ou seja, há uma co-constituição entre espaço e sociedade.

Para Santos, (2006, p. 39) o espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e, também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Tal definição que compreendemos como essencial para a Geografia, traz consigo a construção elaborada por Harvey (2012) na qual o espaço relacional é composto por essa “indissociabilidade dos sistemas de objetos e ações” como a infraestrutura e as práticas que conformam uma totalidade indivisível abordada por Milton Santos.

Tal definição enfatiza a complexidade do espaço geográfico como resultado da interação entre elementos físicos, e sociais. Para Santos (2006), os elementos do espaço são interligados e interdependentes. Portanto, para compreender o espaço é preciso considerar as relações entre todos os elementos, uma vez que eles coexistem e influenciam-se mutuamente diante diferentes interesses, valores e práticas, revelando as contradições e conflitos entre distintos grupos sociais e suas visões de mundo.

A compreensão do espaço perpassa, também, pelo entendimento “dos sistemas de objetos” e “sistemas de ações” e a interação entre eles no contexto históricos em que estão inseridos. A relevância desta definição de Santos (2006) para a Ciência Geográfica está na amplitude da sua abordagem que nos permite entender o espaço geográfico para além de uma abordagem dual, numa relação dialética em que o espaço geográfico é transformado constantemente através das relações.

Em consonância com os autores apresentados até aqui, Fernandes (2005) defende que o “espaço geográfico” não pode ser visto como algo apenas natural ou físico, porque ele é tecido pelas práticas sociais, pelas interações das pessoas entre si e com a natureza, e pelos valores e significados que emergem desse contato. Além disso, o autor afirma, a partir da qualidade da “completividade” que o fator social não apenas se sobrepõe à natureza, mas a integra e ressignifica, de modo que o espaço geográfico só é plenamente compreendido quando contemplamos essa totalidade física, social, simbólica e histórica. Nas palavras do autor:

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico (Fernandes, 2005, p. 26).

O espaço social é, portanto, uma dimensão do espaço geográfico. Em um emaranhado de intencionalidades, as relações sociais podem ser evidenciadas por ações de diversos agentes e sujeitos que materializam suas ações no espaço fragmentam-no e apropriam-se desses fragmentos material e/ou simbolicamente. Essa ação é estruturada por uma relação de poder que promove conflitos e produz territórios (Ramos Filho, 2014).

Advertimos que nas ciências sociais o conceito de território é muito amplo e possui diversas definições. A ciência política prioriza a “sua construção a partir das relações de poder”, a economia, enquanto força produtiva, a antropologia dá destaque para a dimensão simbólica, a sociologia embasa nas relações sociais e a psicologia na subjetividade dos

indivíduos. Entretanto, essa variedade de definições e conceituações, não se restringe às diversas ciências sociais, mas, também na própria ciência geográfica (Haesbaert, 2021).

Haesbaert, (2021) cita três perspectivas geográficas: a materialista, a idealista e a integradora. A perspectiva materialista, que segundo ele é uma visão predominante, é composta por uma concepção naturalista, da interação da sociedade com a natureza. Parte de uma visão determinista do território que considera a territorialidade humana como uma “herança” da sua origem animal. De acordo com essa concepção o ser humano naturalmente busca defender seu território. Nesse sentido, a dominação de determinado espaço por quem tem mais poder, seria entendida como uma necessidade biológica. Para ao autor, é necessário reconhecer uma dimensão natural na “composição do território”, entretanto, isso não significa estender a noção de “poder” para a esfera da natureza. É preciso analisá-la de forma associada com outras dimensões.

Na perspectiva Idealista o território assume uma dimensão enquanto representação, valor simbólico, no plano das identidades. Assim, é definido como “um valor”, um pertencimento, logo não pode ser determinado somente pela posse, mas pela identidade fruto da relação afetiva com o espaço. Nesse mesmo sentido, “A territorialidade é utilizada para enfatizar as questões de ordem simbólico-cultural” (Haesbaert, 2021, p.74).

A perspectiva Integradora como o próprio nome já diz, propõe a leitura do território de maneira integradora e multidimensional que une as diferentes dimensões da sociedade e da relação da sociedade com a natureza. Essa não é uma forma de conceber o território de maneira “total”, mas ao menos articulada/conectada. Dentro da perspectiva integradora, abrem-se mais três, sendo elas: Território como relações de poder; Território como Rede e Território híbrido: multiescalar, multidimensional, envolvendo o mundo material e imaterial (Haesbaert, 2021).

Para Haesbaert (2021) o caráter absoluto ou relacional é um debate central sobre território. Desse modo, o território é relacional à medida que pode ser definido “sempre dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, incluindo uma relação complexa entre processos sociais e espaço material” (Haesbaert, 2021, p. 82). O autor destaca ainda que o território por ser relacional é também temporalidade e chama atenção para o fato de que o território não se define apenas como um espaço fixo e estático. Ele é constituído por relações

sociais que se desenrolam ao longo do tempo e, portanto, se transforma de acordo com os processos históricos, os usos, as disputas e as ressignificações que ocorrem nele.

Raffestin (1993), escreve que, ao ser apropriado simbólico e materialmente, demarcado através das relações de poder o espaço se transforma em território. Para o autor, “o território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (Raffestin, 1993, p.144). O território se constrói assim, através das relações de poder e, não necessariamente, se restringe a uma área delimitada do espaço. Portanto, não prescinde de barreiras físicas, pois pode ser delimitado por barreiras ideológicas e subjetivas. O autor adverte ainda:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço (Raffestin, 1993, p. 143).

Raffestin (1993) ratifica ainda que o território não é um dado pré-existente, mas o resultado de uma ação deliberada sobre o espaço, que define controle, sentido e finalidade àquele recorte espacial.

Fernandes (2009) reconhece a importância do território e o situa como uma das categorias de análise da Geografia concebendo diferentes formas e tipologias de territórios produtores e produzidos, também por distintas relações sociais cotidianamente disputadas. Nessa direção, o autor entende o território como multidimensional e multiescalar que se configura a partir da composição do espaço material e imaterial e das diferentes “intencionalidades” que podem produzir contradição, solidariedade e conflitualidades (Fernandes 2005, 2009; Halvorsen et al. 2021).

O referido autor elabora uma tipologia dos territórios a partir da premissa de que diferentes relações e classes sociais produzem distintos territórios, tendo como base a constante conflitualidade (Fernandes, 2008a, 2009). Nesse sentido, denomina o território, compreendido apenas enquanto espaço de governança, como “território uno”. Já a compreensão da existência dos diferentes tipos de território se configura como “território diverso”. Para ele esse território diverso possui como princípios: a soberania, a totalidade, a multidimensionalidade, a pluriescalaridade, a intencionalidade e a conflitualidade.

Tais princípios apresentados pelo referido autor nos ajudam no âmbito desta tese a pensar como se estabelecem as relações entre os diferentes sujeitos nos territórios investigados. Assim, faremos uma exposição mais detalhada de cada um logo a seguir.

A *soberania* conforme define Fernandes (2009), é algo plural e distribuído dentro de um mesmo território, rompendo com a noção exclusiva de poder estatal. Se, por um lado, o Estado detém o poder formal, por outro, as múltiplas soberanias (partidos, igrejas, sindicatos, empresas, movimentos, etc.) também são forças reais de organização e disputa do território. Dessa maneira, a soberania de um Estado só se efetiva na medida em que ela é reconhecida e sustentada pela pluralidade de sujeitos que compõem e territorializam o seu espaço.

O autor escreve que “Quando compreendemos o território como um todo, estamos entendendo sua multidimensionalidade. Isto significa que ao analisar os territórios por meio de uma ou mais dimensões, é somente uma opção, o que não implica em desconsiderar as outras dimensões” (Fernandes, 2009, p. 202). Portanto, compreender essa multidimensionalidade, significa abranger sua *totalidade* enquanto um princípio para as análises. “O princípio da *multidimensionalidade* nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já que são as dimensões que a compõem” (Fernandes, 2009, p. 202). Tais dimensões, sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais advém daquilo que é construído pelos sujeitos nas diferentes práticas sociais.

Já a *intencionalidade*, trata-se de uma escolha histórica que orienta o pensamento das pessoas na construção e defesa de ações políticas, como a adoção de determinados paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas e modelos de desenvolvimento, isto é, perspectivas que dirigem as interpretações da realidade (Fernandes, 2009). Podemos citar como exemplo a opção que estudiosos fazem ao escolher analisar ou propor ações para o semiárido através do Paradigma do Combate à seca, que detalhamos na seção 2.3, ou do Paradigma da Convivência com o Semiárido³⁵, pois qualquer uma das escolhas envolve determinada orientação política, social e ideológica, defesa de um modelo de desenvolvimento. Ou seja, uma intencionalidade.

A *conflitualidade* consiste em um processo constante de relações de enfrentamento nas interpretações voltadas tanto à manutenção quanto à superação de classes sociais, grupos

³⁵ Sobre o Paradigma da Convivência com o Semiárido detalharemos no Capítulo 4.

sociais, instituições, espaços e territórios (Fernandes, 2008a, 2009). Embora o conflito seja parte essencial da conflitualidade, ele não é o único fator envolvido, pois o princípio da conflitualidade abrange um processo complexo em que diferentes polos ou dimensões se contrapõem e se complementam, gerando tensões e dinâmicas sociais.

Nas palavras do autor: “A conflitualidade é, portanto, um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno – diverso; consenso – crítica; regra – conflito; padronização – variedade; centralização – centralidades; território – territórios” (Fernandes, 2009, p. 203). Esses elementos de tensão e complementaridade compõem a conflitualidade na qual cada par reflete situações em que sujeitos sociais sejam eles indivíduos ou coletivos, negociam, contestam ou adaptam normas e práticas gerando, assim, dinâmicas permanentes de enfrentamento e transformação que moldam as relações sociais, institucionais e territoriais.

Um último princípio do território diverso abordado por Fernandes (2009) é a *pluriescalaridade*, ou *multiescalaridade* que se refere ao fato de que um mesmo território pode ser organizado e compreendido em diferentes níveis ou escalas, do local ou municipal até o internacional, de forma sobreposta e simultânea. Ou seja, não existe apenas um território único e fixo, mas sim múltiplos territórios que se articulam, colidem ou se complementam em escalas diversas (municipal, provincial, nacional, internacional, etc.). Esses territórios podem se sobrepor, ser contínuos ou descontínuos e envolvem distintos graus de governança, de modo que cada escala traz suas próprias dinâmicas, disputas e formas de apropriação, gerando uma “conflitualidade permanente” na disputa pelo espaço.

A tipologia dos territórios proposta pelo autor é a seguinte: o *primeiro território* é o da governança que “está organizado em diversas escalas e instâncias. Os estados, províncias, departamentos, municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas dos espaços de governança” (Fernandes, 2009, p. 207). É neste território que se definem normas, políticas públicas e que o território é regulado.

Como exemplo concreto no âmbito desta pesquisa citamos os municípios como unidades de gestão pública que organizam ações locais; O Território de Identidade do Sertão do São Francisco, criado no âmbito da política de territorialização na Bahia; o Departamento de Figueroa, na província de Santiago del Estero, como unidade de gestão pública provincial; e a atuação do Estado brasileiro e argentino com políticas específicas para o campo.

O *segundo território*, é formado pelas “propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas” (Fernandes, 2009, p. 208). É, portanto, o território baseado na posse da terra. Como exemplo temos os assentamentos da reforma agrária no Sertão do São Francisco, como o Assentamento São Francisco, em Juazeiro, onde famílias camponesas vivem; o território do Pueblo *Tonocoté Llutke Yaku Muchuna* em Figueroa. Também são segundo território aqueles onde se encontram os grandes projetos irrigados de fruticultura, como nas áreas do Perímetro Irrigado de Curaçá e Salitre, onde o agronegócio controla extensas áreas de terra, no Sertão do São Francisco e as estâncias privadas controladas por grandes produtores em Figueroa.

Já o *terceiro território* “é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios” (Fernandes, 2009, p. 210). É o território em que se expressam as relações de conflito, disputa, negociação e resistência. Não é determinado apenas pela posse da terra ou pela legalidade estatal, mas pelas relações socioterritoriais vivas, onde coexistem diferentes projetos e interesses. É o caso dos conflitos por terra e água que estão presentes nos dois territórios estudados nesta tese; das lutas por soberania alimentar e acesso a políticas públicas que ocorrem a partir da articulação de diferentes movimentos; das múltiplas territorialidades que colocam em disputa interesses do Capital e dos diferentes modos de vida que coexistem nos territórios semiáridos.

A elaboração da tipologia dos territórios é importante para entender o conceito de movimentos socioterritoriais que abordaremos na próxima seção porque permite compreender a complexidade e a diversidade das relações sociais que se materializam no espaço. Ademais, a partir dessa classificação elaborada pelo autor, é possível identificar os distintos agentes, lógicas de poder e formas de apropriação e uso da terra que coexistem e disputam o território.

Uma outra conceituação elaborada por Fernandes (2009) que nos interessa sobremaneira, principalmente na análise paradigmática que discutiremos na seção 4.2, é sobre os territórios imateriais que são concebidos a partir dos princípios que acabamos de discorrer. O autor escreve que o território imaterial “inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas” (Fernandes, 2009, p. 210) e está permeado por relações de poder assim como o território

material. O que direciona, portanto, a construção de determinado conhecimento são as intencionalidades que estão no plano do território imaterial. Desse modo, “Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais” (Fernandes, 2009, p. 211).

O território imaterial enquanto campo de disputa pode ser usado também como bem exemplifica o autor, “para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas”. É o caso por exemplo, das políticas públicas voltadas para o combate à fome, as quais debateremos na seção 4.1. São territórios imateriais que a partir de diferentes intencionalidade e conflitualidades produzem e reproduzem territórios materiais.

Em consonância com Fernandes (2008a, 2009), Saquet (2009) também trata da imaterialidade e da materialidade do território como dimensões inseparáveis. Nas palavras do autor: “É nesse sentido que entendemos o território e a territorialidade como multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Na natureza, o homem vive relações. Na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial” (Saquet, 2009, p. 87).

Com base no que os referidos autores (Fernandes, 2008a, 2009; Saquet, 2009) ponderam, compreendemos que as dimensões material e imaterial não podem ser analisadas de maneira isoladas porque aquilo que é produzido fisicamente está diretamente relacionado aos significados, valores e identidades que as pessoas criam e compartilham. Da mesma maneira, esses aspectos simbólicos só fazem sentido se expressos e realizados em alguma forma de materialidade. Sendo assim, o que confere ao território seu caráter integrado e híbrido é justamente essa complementariedade entre a sua materialidade e imaterialidade.

A partir dessas dimensões materiais e imateriais os sujeitos desenvolvem um conjunto de processos e relações no território, sendo elas econômicas, políticas, culturais, sociais e até mesmo biológicas, constituindo as territorialidades que dizem respeito à maneira como as pessoas se apropriam, significam e vivem no território (Saquet, 2009).

Essa territorialidade é diferente para cada pessoa e para cada grupo, movimento, inclusive para cada povo dos diferentes territórios semiáridos que estudamos nesta tese. Como exemplo, citamos o depoimento de uma das entrevistas realizadas com representantes do Povo Indígena Tonocoté Llutke Yaku Muchuna em que uma das pessoas entrevistadas nos disse o seguinte: **“nosotros somos convencidos de que el territorio es nuestro, porque**

el territorio es parte de nuestra propia vida” (Nina Gerez em entrevista a Bitencourt, 2024, grifo nosso).

A afirmação acima é elucidativa para compreendermos o conceito de territorialidade porque demonstra a relação profunda que as pessoas, neste caso, uma pessoa indígena tem com o espaço que ocupa, não apenas no sentido físico, mas também no sentido identitário e simbólico. Ao afirmar que “o território é nosso porque faz parte de nossa própria vida”, essa frase com poucas palavras configura grande sentido e apresenta componentes essenciais da territorialidade. Primeiro, o fato de que a pessoa se reconhece como parte inseparável daquele lugar, sentindo-o como algo que define a sua existência. Segundo, há a criação de laços simbólicos e culturais que tornam o território mais do que um simples espaço físico, mas cria uma identidade coletiva na qual a pessoa se refere ao território não como de um único dono, mas comunitário, compartilhado, ou seja, “nosso”. Um terceiro componente é a apropriação que é revelada seja através da vivência histórica, cultural, ancestral ou por vínculos afetivos, na qual a pessoa se apropria e, portanto, se sente pertencente ao território. Tais componentes evidenciam como a identidade, a apropriação e o sentimento de pertencimento são elementos fundamentais na forma como os sujeitos coletivos e/ou individuais entendem e reivindicam o território.

Assim, diferentes territórios produzem distintas territorialidades, como argumenta Buscioli (2024) quando escreve sobre as *commodities* produzidas pelos territórios do modelo de desenvolvimento do agronegócio e a produção agroecológica na busca de mudança estrutural dos sistemas agroalimentares produzidas a partir das territorialidades camponesas.

Podemos dizer, portanto, que entender as diferentes territorialidades dos povos é fundamental para compreender os movimentos socioterritoriais, suas ações, as resistências, as lutas que travam no âmbito da materialidade e da imaterialidade dos territórios semiáridos. Com base nestas reflexões apresentadas, na próxima seção faremos uma caracterização dos movimentos estudados a partir das suas multidimensionalidades e multiescalaridades.

3.2. Movimentos socioterritoriais do Sertão do São Francisco e Figueroa: uma caracterização a partir das suas multidimensionalidades e multiescalaridades

Partindo do campo analítico das ciências sociais há diversas teorias e conceituações a respeito dos movimentos sociais vinculados a diferentes paradigmas. Nessa direção, Maria da Glória Gohn apresenta uma das principais abordagens teórico-metodológicas, buscando realizar uma análise crítica, dinâmica e articulada em seus estudos, a partir de uma perspectiva latino-americana e multidisciplinar. A autora ao recusar uma definição universal e tendo como principal campo de análise de movimentos brasileiros define os movimentos sociais como processos sociopolíticos e culturais que emergem de manifestações concretas envolvendo coletivos em ações que expressam demandas materiais e simbólicas, devendo ser diferenciado de grupos de interesses e outras formas de ação coletiva (Ghon, 2014).

De acordo com a conceituação apresentada pela autora os movimentos sociais têm em sua essência um caráter político, reúnem bases e possuem o princípio da solidariedade como núcleo de articulação central. “Mas os movimentos não são simples ideias ou entes fantasmas. Eles têm uma concretude, e para viabilizar e operacionalizar suas pautas e agendas de ação se apoiam em instituições e em organizações da sociedade civil e política” (Ghon, 2014, p.252).

Essa definição apresentada por Ghon é importante para pensar sobre os movimentos que estamos investigando nessa tese. Entretanto, advertimos que a autora elabora sua análise a partir das relações sociais e, portanto, não supre a análise a partir da concepção geográfica que, apesar de considerar e valorizar o conceito sociológico, possui um outro enfoque analítico, ou seja, as categorias do espaço e do território.

Desse modo, nos embasamos nestes dois conceitos para estudar os movimentos sociais, considerando as suas multidimensionalidades e multiescalaridades. Essa é uma leitura que tem como alicerce pesquisas iniciais realizadas por autores como Fernandes (2005) e Pedon (2009), que a partir dessa compreensão os definem como movimentos socioterritoriais e/ou socioespaciais:

Os movimentos socioespaciais reúnem um conjunto amplo de mobilizações já que as experiências políticas de participação não prescindem de uma dimensão espacial, muitos têm como base de

organização um recorte espacial, a exemplo de Associações de Moradores e sindicatos, podendo ocorrer no campo ou na cidade e tendo como prerrogativa tanto demandas populares como elitistas. O movimento socioterritorial corresponde a uma categoria de mobilização coletiva mais restrita do que o movimento socioespacial, isso ocorre porque sua principal demanda está voltada para a conquista do território ou para a conquista da soberania por parte de um grupo sobre um espaço apropriado (podendo ser um espaço de governança) (Pedon, 2009, p. 184).

Enquanto os movimentos socioespaciais são caracterizados pela luta por demandas mais amplas e reivindicam espaços políticos, não necessariamente envolvendo transformações materiais no espaço, os movimentos socioterritoriais lutam pelo território material. Para Fernandes,

Os movimentos socioterritoriais, têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (Fernandes, 2005, p.31).

Em contrapartida, os “movimentos socioespaciais, não possuem um território definido”, ou seja, o território não é condição da a sua existência, ou manutenção das suas territorialidades. Nas palavras do autor,

As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ongs são sempre representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território. São sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se especializam (Fernandes, 2005, p. 31).

O que caracteriza, portanto, um movimento enquanto socioespacial, ou socioterritorial são as suas ações que se complementam com o objetivo de luta. Isso quer dizer que essa distinção não deve ser realizada a partir da análise de ações isoladas, mas da trajetória que determinado movimento constrói ao longo do tempo na luta por espaços e/ou territórios. Assim, “Os movimentos socioterritoriais não são apenas produzidos por

ocupações de terra, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político” (Halvorsen et al. 2021, p.4).

Os **movimentos socioterritoriais** representam uma categoria analítica distinta, centrada na **apropriação do território** como estratégia e identidade de luta, enquanto condicionantes para existir (Pedon, 2009). Suas ações vão além da mobilização tradicional ao criarem novas territorialidades, transformando o espaço em **território de resistência e produção política**. Já os **movimentos socioespaciais** são definidos pela articulação entre **espaço, identidade e ação coletiva**, operando em múltiplas escalas e redes para atingir seus objetivos. O espaço é mobilizado estrategicamente para possibilitar ações contenciosas e amplificar a voz dos movimentos (Halvorsen et al. 2021).

No recorte da nossa pesquisa acessamos diferentes movimentos socioterritoriais que têm como objetivo de luta o território e a manutenção de suas territorialidades. Ressaltamos que para estudar esses movimentos no contexto da América Latina e, no caso específico, nos territórios rurais semiáridos é preciso considerar a multiplicidade de identidades do campesinato para não incorrerem no erro de utilizar uma definição generalista ou universalizante como adverte Silva (2018).

Quijano (2005), escreve que o componente étnico-racial é uma estrutura ativa que molda as relações sociais, econômicas e políticas na América Latina e no mundo. Para o autor, a ideia de raça não se caracteriza apenas como um tema histórico, mas como uma invenção associada à construção da América como colônia. Esse conceito foi usado para legitimar as relações de dominação entre os colonizadores europeus e as populações indígenas e africanas. Proposições importantes para pensar essa tese.

Silva (2018) ao estudar a questão agrária na Bahia afirma que, no caso do campo brasileiro,

[...] as experiências de luta pelo acesso e permanência na terra engloba uma grande variedade de indivíduos, grupos e comunidades, cujas experiências podem ser diferentes no tempo e no espaço, e sofrer diversas influências a partir do pertencimento étnico-racial dos indivíduos e/ou comunidades a que pertencem (Silva, 2018, p. 39).

Advertimos que para o recorte dessa pesquisa as categorias étnico-raciais e de gênero são essenciais para especificar sobre quais povos do semiárido latino-americano

estamos nos referindo quando tratamos de uma diversidade de movimentos descritos no Quadro 4. Especificamente, esses movimentos são constituídos por homens, mulheres, povos indígenas, povo negro, mestiço que atuam de maneira articulada em diferentes dimensões e escalas construindo, ao longo do tempo, estratégias de resistência e se articulado para enfrentar a realidade de conflitos e de disputa territorial.

Esses movimentos se reconhecem como de diferentes identidades como: camponeses, indígenas, pescadores, comunidades de fundo de pasto, povos de terreiro, movimento de mulheres e quilombolas, se organizam e lutam em defesa dos territórios, pela soberania alimentar em sua multidimensionalidade.

Esses movimentos estão organizados em articulações, associações, institutos, fóruns, redes, coletivos, organizações não governamentais e pastorais religiosas. A seguir apresentamos estes movimentos e instituições, suas tipologias, identidades e abordamos sobre as suas escalas de atuação.

No nosso recorte de pesquisa no Brasil, o Sertão do São Francisco, alcançamos um total de 12 movimentos que desenvolvem ações conjuntas e articuladas na luta por direitos e na construção de uma proposta de desenvolvimento que respeite as especificidades dos territórios semiáridos. Observamos neste território a prevalência de uma multiesclaridade na atuação desses movimentos.

A Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR), fundada em 2009 foi formada, inicialmente, por um grupo de 11 mulheres, destacando-se como um espaço feminino de liderança no setor pesqueiro. Sua criação ocorreu mediante a necessidade de regularização da produção de sardinha caseira enfrentando diversas dificuldades naquele momento como a obtenção de documentos fundacionais e regulação da associação. Nos dias atuais, algumas problemáticas ainda persistem como: a resistência de instituições e preconceitos por ser um movimento liderado por mulheres, os desafios de inclusão no mercado local e no fortalecimento do consumo do pescado; a restrição do acesso a áreas de pesca devido à atuação de fazendeiros que cercam as entradas do rio; os impactos ambientais da construção da barragem de Sobradinho que persistem e a dependência de apoios externos diante das dificuldades financeiras dos pescadores/as associados/as.

Quadro 4: Movimentos Socioterritoriais estudados no Sertão do São Francisco (Brasil) e em Figueroa (Argentina)		
Número	Nome do Movimento	Território Semiárido/País
1	Articulação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia	Sertão do São Francisco/Brasil
2	Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)	Sertão do São Francisco/Brasil
3	Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR)	Sertão do São Francisco/Brasil
4	Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU)	Sertão do São Francisco/Brasil
5	Asociación Civil Unión Progreso y Futuro Km 12	Figueroa/Argentina
6	Asociación de Mujeres de Jumial Grande	Figueroa/Argentina
7	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Sertão do São Francisco/Brasil
8	Comissão Pastoral da Pesca (CPP)	Sertão do São Francisco/Brasil
9	Delegados Unidos de Figueroa Norte Once Comunidades (DUFINOC)	Figueroa/Argentina
10	Federación Rural para la producción y el arraigo	Figueroa/Argentina
11	Hermanas Esclavas del Sagrado Corazón de Jesus	Figueroa/Argentina
12	Instituto Regional da Peque na Agropecuária Apropriada (IRPAA)	Sertão do São Francisco/Brasil
13	Monte en Red	Figueroa/Argentina
14	Movimiento Campesino de Figueroa (MOCAFI) Movimiento Campesino de Santiago del Estero MOCASE - Via Campesina	Figueroa/Argentina
15	Movimento de Comunidades Remanescentes Quilombola	Sertão do São Francisco/Brasil
16	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Sertão do São Francisco/Brasil
17	Ninashpa	Figueroa/Argentina
18	Pueblo Tonocoté Llutke Yaku Muchuna	Figueroa/Argentina
19	Rede Mulher do Sertão do São Francisco (RMSSF)	Sertão do São Francisco/Brasil
20	Juntas Triunfaremos	Figueroa/Argentina
21	Rede de Educação Contextualizada do Semiárido Brasileiro (RESAB)	Sertão do São Francisco/Brasil
22	Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP)	Sertão do São Francisco/Brasil
23	Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT)	Figueroa/Argentina
Fonte: Pesquisas de Campo, 2022, 2023, 2024. Elaboração: Bitencourt, 2024.		

A APPR possui uma escala local de atuação, porque tem como foco imediato as ações junto aos pescadores e pescadoras do município de Remanso. Entretanto, uma análise mais aprofundada nos permite entender que essa associação possui outras escalas de atuação, uma vez que se articula com outras associações de pescadores de municípios do território e integra o Movimento Nacional de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) na luta pelo fortalecimento e preservação dos territórios pesqueiros; pela valorização da pesca artesanal; e pela defesa dos direitos humanos e socioambientais. A atuação da APPR em conjunto com o MPP ocorre na escala local, estadual e nacional.

A Associação de Remanescentes Quilombolas de Lagoinha, em Casa Nova, uma associação quilombola rural possui dupla identidade, unindo Povos Tradicionais de Remanescentes de Quilombo e Comunidades de Fundos de Pasto. A comunidade foi certificada formalmente em 2015, pela Fundação Palmares, mas a sua identificação foi anterior, influenciada por estudos de moradores locais, produções culturais e iniciativas como o filme “Quilombos da Bahia”, de Antônio Olavo³⁶.

A comunidade Quilombola está localizada próxima ao Lago de Sobradinho, mas enfrenta dificuldades com a falta de acesso regular à água para produção e consumo, bem como, ausência de energia elétrica em algumas áreas. Nessa direção, a relação com o Estado é marcada por desassistência e ausência de políticas específicas para comunidades quilombolas e os moradores enfrentam desafios internos relacionados à educação, à conscientização da identidade quilombola e o enfrentamento ao racismo estrutural, tanto na comunidade quanto no contexto político e social mais amplo.

A associação do Quilombo de Lagoinha tem atuação local, mas também faz parte de uma articulação que conjuga outros povos quilombolas do Sertão do São Francisco por meio do Movimento de Comunidades Remanescentes Quilombola e integra a Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas (CEAQ) e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ), característica de articulação essa parecida com a da APPR.

Com esse mesmo caráter também multiescalar, a Associação Nacional Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU) na sua luta pelo reconhecimento dos Povos de Terreiro como Povos e Comunidades Tradicionais Afrodescendentes, busca garantir os

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8yV4R09QVn8>.

direitos civis e políticos pertencentes a seu povo e resgatar as tradições. A associação surgiu em 2000, motivada pela exclusão do povo de terreiro nos movimentos negros da época, que não reconheciam suas especificidades culturais e espirituais. Diante disso, foi responsável pela popularização do termo "povo de terreiro", que passou a ser incluído na agenda nacional em 2005 e contribuiu para a inserção dos povos de terreiro no Decreto 6040/2007 (Brasil, Decreto 6040/2007), que reconhece povos e comunidades tradicionais no Brasil. Entretanto, ainda são persistentes o preconceito e a intolerância religiosa e grande parte dos terreiros não possuem a titularidade de suas terras, o que dificulta o acesso a políticas públicas e aumenta a vulnerabilidade. De acordo com a representação da ACBANTU, no Sertão do São Francisco em março de 2025 há por volta de 300 terreiros. Ressaltamos que a exatidão desse número, de acordo com a representação entrevistada, é difícil de contabilizar porque é recorrente a fundação de novos terreiros, o que dificulta uma contabilização exata.

A forma de organização e articulação desses movimentos citados anteriormente com outras escalas territoriais do movimento de mesma identidade implica em uma multiscalaridade em que há um padrão de vinculação e de auto-organização. Nesse sentido, a atuação desses movimentos no Sertão do São Francisco está vinculada com a esfera estadual e nacional.

As redes ASA e RESAB agregam no Sertão do São Francisco diversas instituições e movimentos que, ao se juntarem formam um conjunto maior que abrange movimentos de diferentes tipologias, identidades e instituições, que por conseguinte, possuem diversas escalas de atuação.

A ASA é formada por mais de três mil organizações com diferentes tipologias como sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), agregando também diversos movimentos socioterritoriais do território Semiárido Brasileiro. Está presente em duas regiões brasileiras, no Nordeste, atuando nos nove estados, e na região Sudeste no estado de Minas Gerais. A articulação nasceu formalmente em 1999, mas é resultado de um longo processo anterior de ações desconectadas entre diversas organizações no Nordeste. O movimento da ASA consolidou a articulação entre organizações e passou a interferir ativamente nas políticas públicas voltadas para o Semiárido Brasileiro, especialmente para o território rural, incluindo propostas no orçamento federal, como o programa de cisternas.

A ASA se articula e luta, portanto, pela valorização do protagonismo dos agricultores em suas diferentes identidades, a partir de uma articulação política, procurando vencer os desafios históricos e estruturais do Semiárido Brasileiro. Além disso, foi protagonista na proposição da convivência com o semiárido enquanto um paradigma.

A RESAB, embora também tenha o Semiárido Brasileiro enquanto espaço de articulação política regional, desenvolve ações na área de educação reunindo educadores, educadoras e instituições governamentais e não governamentais. Apesar da rede ter como escala de atuação o território do Semiárido Brasileiro, não está presente ainda em todos os estados.

Algumas ONGs que atuam no território, também fazem parte da ASA e da RESAB, como: o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) que atua tanto nos municípios do Sertão do São Francisco, quanto em outros territórios do estado da Bahia; e o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA) que possui uma atuação mais ampla desenvolvendo atividades de assessorias nos municípios do território, em outros municípios baianos e, também, junto às organizações de outros estados e países, como relata representante em entrevista:

Então, temos esse trabalho mais direto, acompanhando famílias e comunidades aqui no território Sertão de São Francisco e, ao redor, a parceria mais com entidades que já estão lá, que antigamente eram as paróquias. Hoje em dia são associações, são outras entidades semelhantes ao IRPAA que estão trabalhando com as famílias ali, então, dialoga com essas entidades (Luiz Nunes em entrevista à Bitencourt, 2023).

Com essa ideia de convivência com o semiárido, tecnologias para convivência com o semiárido, a gente também tem feito esse trabalho de assessoria para outras entidades fora do Brasil, financiado por essas entidades da Alemanha e da Áustria, então cresce assim o nosso raio de atuação (Luiz Nunes em entrevista à Bitencourt, 2023).

No primeiro trecho o entrevistado destaca a realização de um trabalho direto e contínuo com famílias e comunidades, revelando uma inserção territorial concreta e cotidiana, especialmente no Sertão do São Francisco, o que implica um conhecimento aprofundado das realidades locais e das dinâmicas socioterritoriais. É possível observar no depoimento também uma mudança no perfil das parcerias locais, porque antes

predominavam as paróquias (ligadas à Igreja Católica) e hoje há uma presença maior de associações e entidades da sociedade civil, o que indica uma reconfiguração das redes socioterritoriais de apoio e mobilização local. A menção ao diálogo constante com entidades semelhantes ao IRPAA sugere a existência de redes colaborativas, baseadas em afinidades de práticas e objetivos de luta em comum.

Já o segundo trecho é elucidativo sobre o alcance e a valorização da abordagem da convivência com o semiárido, não apenas no contexto local ou regional, mas também em espaços internacionais, o que reforça a legitimidade e a relevância dessa perspectiva enquanto proposta metodológica e política de atuação no semiárido enquanto proposta que nasce a partir do anseio dos movimentos. O trecho enfatiza também a assessoria a outras entidades, inclusive internacionais, o que é um indicativo de um processo de troca de saberes, tecnologias e um intercâmbio de conhecimentos sobre territórios semiáridos. Além disso, o “crescimento do raio de atuação” aponta para uma ampliação da influência política e institucional do IRPAA.

Os dois trechos citados revelam uma forte articulação entre territórios, redes sociais e políticas de convivência com o semiárido. Há uma notória valorização dos saberes locais aliados à institucionalização de práticas de convivência. O IRPAA e entidades semelhantes aparecem no território também como articuladoras entre os diferentes povos que vivem neste território e o campo político-institucional.

O IRPAA e o SASOP se definem também como entidades do campo agroecológico, que assessoram as comunidades rurais a partir de ações relacionadas a grandes temas que estão diretamente ligados ao enfrentamento à fome, como o clima, a água, a criação de animais, agricultura de sequeiro.

O SASOP foi criado em 1989, como parte da rede Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), com foco em agricultura alternativa que hoje compreendemos como as ações iniciais da agroecologia. Desde sua origem um dos seus objetivos foi fortalecer a agricultura familiar com práticas sustentáveis, contrárias ao modelo intensivo em agrotóxicos e as primeiras ações ocorreram no Sertão do São Francisco, em Campo Alegre de Lourdes e Remanso.

Uma das principais dificuldades apontada pela organização no trabalho com os diferentes territórios rurais assessoradas é a chegada dos grandes empreendimentos (mineradoras, eólicas) que afetam diretamente as comunidades, gerando problemas como

desmatamento, poluição, impactos sociais e econômicos. Além disso, na sua atuação a inserção das comunidades em programas governamentais exigiu diálogos e enfrentamentos com gestores municipais e dificuldades no processo organizativo das associações comunitárias.

O IRPPA foi fundado em 1990, no pós-ditadura, em um período de reflexão sobre como viver no semiárido. O movimento originou-se das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), sob a liderança de Dom José Rodrigues, bispo da Diocese de Juazeiro. Assim, o instituto surgiu também como resposta aos desafios dos problemas ocasionados pela seca e da necessidade de permanência das populações em suas terras mediante a construção de alternativas de produção sustentáveis no semiárido. De acordo com relatos de integrantes, seus primeiros passos foram os estudos sobre as comunidades locais e outros semiáridos do mundo.

Ressaltamos que o IRPAA foi uma das primeiras instituições no Semiárido Brasileiro a iniciar o debate sobre a ideia da “convivência com o semiárido” em oposição à ideia de “combate à seca”. Na trajetória de mais de trinta anos a o IRPAA passou por processos de criminalização e perseguição política, sendo a mais recente durante o governo de Jair Bolsonaro com auditorias administrativas e ameaças à sua continuidade jurídica. Entretanto, continua desenvolvendo seu trabalho junto aos povos do semiárido enfrentando o modelo de desenvolvimento em voga, inclusive, se colocando à frente junto aos territórios afetados pelos projetos de grandes empreendimentos, como as energias renováveis e a mineração, que geram divisão nas comunidades.

Instituições como o IRPAA e o SASOP, mesmo possuindo uma atuação local, se articulam com outros coletivos, fóruns que agregam outros grupos com escalas e representações mais amplas, como a Articulação Baiana de Agroecologia (AABA), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FEBAF), A Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste (Rede Ater Nordeste) etc.

Há também no Sertão do São Francisco a atuação de articulações estaduais como a Articulação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto da Bahia, que luta pelo reconhecimento efetivo dos Fundos e Fechos de Pasto como comunidades tradicionais de todo o estado desde os anos 2000, bem como, por políticas públicas específicas. No Território

do Sertão do São Francisco, o movimento começou nos anos 1980, também com o apoio da Diocese de Juazeiro e outras organizações. As comunidades sentiram a necessidade de estarem organizadas para proteger suas terras e práticas coletivas de uso do território de Fundo de Pasto. Com o tempo, o movimento agregou pautas como segurança e soberania alimentar, defesa das áreas coletivas, fortalecimento da agricultura familiar e permanência no campo.

Atualmente, as comunidades se organizam a partir das associações locais que atuam nos territórios e que, por conseguinte, estão agrupadas em centrais de associações municipais, cooperativas etc. Ainda persistem nestes territórios as dificuldades relacionadas à concessão da titularidade definitiva às comunidades, o que tem favorecido situações de grilagem e invasão de terras. Ao mesmo tempo, persistem problemas antigos como a falta de acesso à energia elétrica, à água e estruturas produção, armazenamento e beneficiamento agrícola.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), são pastorais da Igreja Católica que desenvolvem ações de assessoria aos trabalhadores e trabalhadoras do campo, aos pescadores e pescadoras, respectivamente, e possuem uma atuação dentro do grupo de municípios da diocese, mas que está interligada também com outros municípios e estados. Nesse sentido, o representante da CPT relata:

A Comissão pastoral da Terra tem esse enfoque maior relativo à questão da defesa da terra, do território, das comunidades e povos tradicionais, das comunidades rurais em si. E ela surgiu nesse contexto da Ditadura militar, né? Foi através de Don Pedro Casaldáliga Balduino, né? que iniciaram esse processo de formação, vendo essa necessidade que o povo tinha de organização e ela surge como uma entidade, para tá dando apoio nessas comunidades que vem passando por esses conflitos, pra a gente escutar as comunidades, para a gente também poder orientar, pra gente dar vez e voz às comunidades, né? E assim a CPT, ela não faz esse enfrentamento direto. Ela faz uma conversa com as comunidades, **faz um processo de educativo, né? Trazendo conhecimento para a comunidade saber usar a questão do direito que ela tem, os deveres, o que que elas podem, de que forma que elas podem estar lutando para ter os seus direitos respeitados, a terra e o território respeitados, o seu direito de ir e vir, de ter a sua história, sua cultura, a sua identidade respeitada** (D. José Rodrigues em entrevista à Bitencourt, 2022, grifo nosso).

Podemos observar no trecho transcrito que a CPT continua contribuindo com os movimentos a partir dos processos formativos com enfoque na luta pela terra e pelo território, assim como fazia no início da sua fundação. Convém mencionar que a CPT foi fundada em

1975 durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desempenhou um papel crucial na formação e fortalecimento de movimentos sociais no Brasil, especialmente no meio rural. Criada em plena ditadura militar, a CPT surgiu como resposta às graves condições enfrentadas por trabalhadores rurais, posseiros e peões, particularmente na Amazônia, que sofriam com exploração laboral, condições análogas à escravidão e expulsões de suas terras (CPT, 2023d).

A atuação da CPT foi fundamental para a organização e mobilização desses trabalhadores, oferecendo suporte pastoral e jurídico, e incentivando a formação de associações e sindicatos rurais. Essa aproximação direta com as comunidades resultou no fortalecimento da consciência coletiva sobre direitos e na necessidade de luta por reforma agrária e justiça social. Um exemplo dessa contribuição é a participação da CPT no processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), já que esteve presente no apoio e acompanhamento das primeiras ocupações de terra e na articulação de lideranças que culminaram na fundação oficial do MST em 1984, em Cascavel, Paraná. Embora seja uma pastoral social da Igreja Católica, a CPT tem sido parceira essencial na defesa dos direitos dos camponeses pela posse e uso da terra (Silva, 2012).

Enquanto pastorais sociais religiosas que defendem os diferentes povos do Sertão do São Francisco, há distintos desafios enfrentados tanto pela CPT, quanto pela CPP, como as estratégias criadas por empresários e grileiros de terra para desmoralizar e coagir tanto os líderes comunitários, como os próprios agentes da CPT.

O MST atualmente é um dos maiores movimentos socioterritoriais da América Latina e tem como principal frente de luta a reforma agrária popular. O movimento tem uma multiescalaridade na sua atuação ultrapassando o contexto nacional se vincula com diversos países da América Latina, inclusive, com movimentos do semiárido argentino e também possui atuação no nosso recorte de pesquisa na Bahia.

No território do Sertão do São Francisco o nosso alcance de estudo do movimento foi através do Assentamento São Francisco localizado em Juazeiro, que teve sua ocupação inicial da área transformada em assentamento há mais de duas décadas e a luta pela posse da terra incluiu ocupações e negociações com o poder público. Antes de se tornarem assentados, muitas famílias viviam como trabalhadores sem-terra, vendendo sua força de trabalho em fazendas locais.

Atualmente, o assentamento que é cortado pelo Rio São Francisco, possui limitação de irrigação da sua produção, por falta de recursos financeiros. Além disso, há uma ausência de agroindústrias, sistemas de tratamento de água e pouco espaço para a comercialização da produção. Devido à resistência cultural e a necessidade de resultados imediatos, apenas uma parcela das famílias adota práticas agroecológicas. Ademais, os assentados enfrentam o desafio da sucessão rural, uma vez que muitos jovens deixam o assentamento em busca de emprego ou estudos na área urbana do município.

Outro movimento que integra a nossa pesquisa é a Rede Mulher do Sertão do São Francisco (RMSSF) que possui sua gênese no Sertão do São Francisco e nasceu na década de 1980 em Remanso, inicialmente como um movimento para combater a violência contra as mulheres, que era recorrente e impune na região. Iniciou suas ações com denúncias de feminicídios, culminando em mobilizações como passeatas e parcerias com a Diocese de Juazeiro para conscientização e apoio às mulheres. Com o tempo, expandiu-se para abordar questões como a segurança alimentar, a documentação das camponesas, pescadoras e o fortalecimento da autonomia financeira e da autoestima das mulheres.

A RMSSF é formada atualmente por mulheres do campo e da cidade, dentre elas agricultoras, artesãs e pescadoras, de comunidades tradicionais de fundo de pasto, ribeirinhas e assentadas da reforma agrária que tem como objetivo de luta principal a “busca o combate à violência e o fortalecimento das mulheres para a conquista da autonomia financeira e econômica” que entendemos como “basilares no enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional e na promoção da soberania alimentar nas comunidades, porque buscam promover a autonomia das mulheres” (Bitencourt e Buscioli, p. 4-5, 2024). O movimento surgiu no município de Remanso e hoje tem enquanto escala de atuação os 10 municípios do Território do Sertão do São Francisco.

Alguns aspectos ainda são desafios a serem vencidos por esse coletivo, como: a resistência cultural em relação ao papel da mulher na sociedade e na produção rural, com muitas mulheres ainda se identificando como ajudantes dos maridos e não como camponesas, pescadoras etc.; a baixa adesão a ferramentas como a caderneta agroecológica para registro da sua produção devido à resistência e falta de alfabetização de algumas mulheres; o fortalecimento de políticas públicas como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimento (PAA) para garantir a compra da produção

da agricultura familiar e as dificuldades financeiras e logísticas, como transporte para feiras de comercialização da produção das mulheres.

No Departamento de Figueroa os 11 movimentos que estudamos também possuem tipologias, multidimensionalidades e multiescalaridades de atuação diversas. Com relação à escala de atuação, conforme pode ser observado no Mapa 6, há movimentos com escala de atuação local, departamental provincial e também movimentos que possuem abrangência maior e atuam em escala Nacional. No que se refere à tipologia, são: povos indígenas, camponeses, grupos religiosos, coletivos de mulheres e associações (Quadro 4).

Uma das associações comunitárias que possuem escala de atuação local é a *Asociación Civil Unión Progreso y Futuro Km 12*, uma associação comunitária formada por moradores da localidade km 12 pertencentes aos povos indígenas *Tonocoté* que foi criada há cerca de seis anos por iniciativa própria da comunidade, motivados pela necessidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas a partir do acesso a moradias do programa do governo provincial para construção de habitações sociais, uma demanda antiga da comunidade.

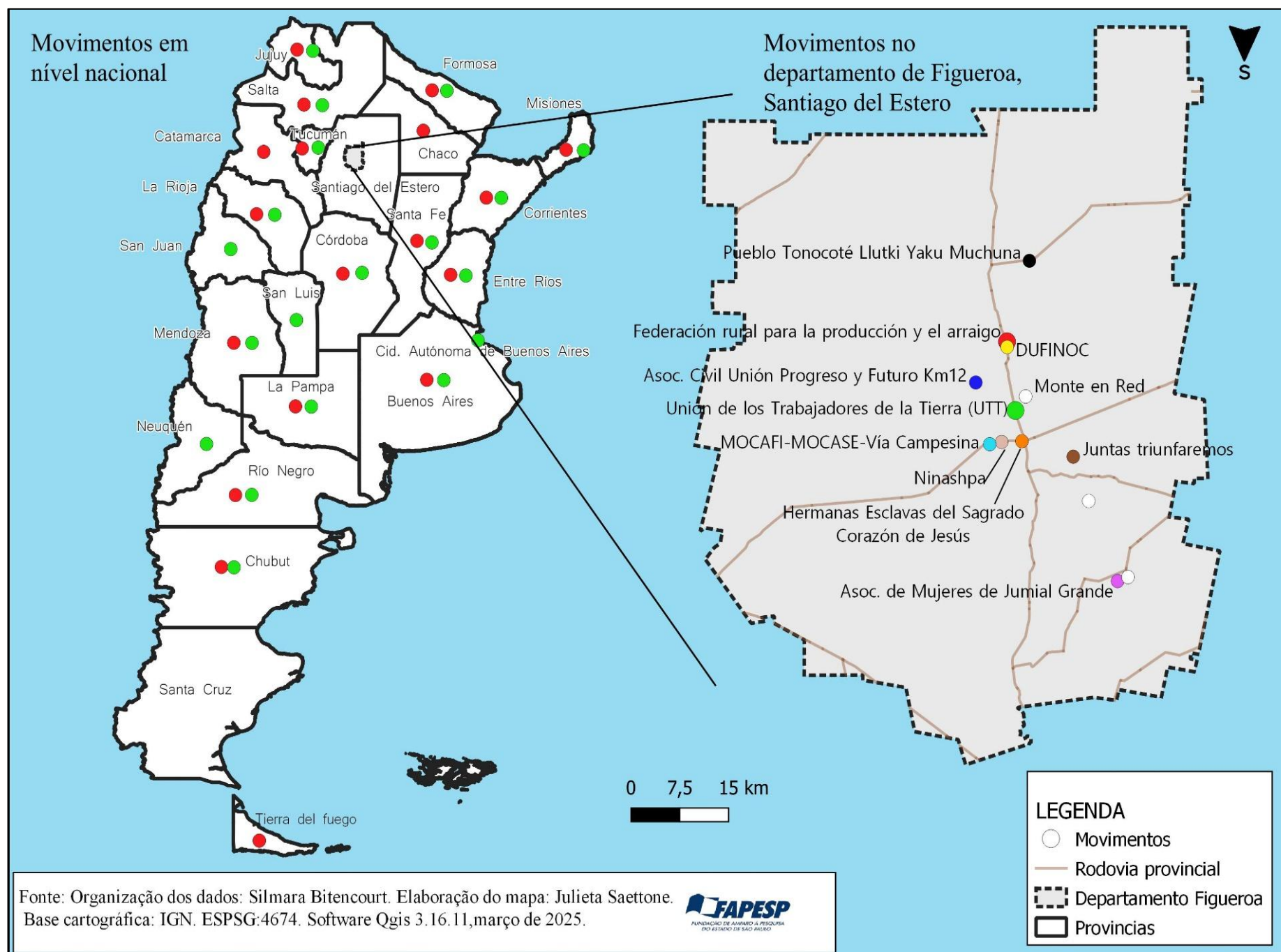
Outra é a *Asociación de Mujeres de Jumial Grande* que também possui nível de atuação local com raízes que remontam à década de 1980, quando foi formada inicialmente como um grupo de mulheres. A organização começou como parte do projeto do Instituto de Cultura Popular (INCUPA), que atuava amplamente em comunidades locais promovendo iniciativas culturais e sociais. Em 2002 a associação ganhou força, e em 2015 foi formalizada como uma ONG, adquirindo personalidade jurídica.

Essas duas associações enfrentam diferentes dificuldades no âmbito econômico, organizativo e produtivo, para dar continuidade nas ações desenvolvidas. A desvalorização monetária constante e aumento de custos para a compra de insumos utilizados na criação de animais, juntamente com o acesso limitado, ou inexistente à água para produção tem sido desafios constantes, pois mesmo estando próximos ao rio, como é o caso dos moradores do *Km 12*, poucas famílias possuem infraestrutura de irrigação e soma-se a isso o fato de que a água e o solo possuem alto teor de sal, dificultando as atividades agrícolas.

Os processos burocráticos também têm dificultado as ações, pois para obtenção de personalidade jurídica houve vários obstáculos, dentre eles, a questão financeira, pois não há apoio governamental com subsídios contínuos para organizações sociais, e as associações se

mantém apenas com a contribuição mensal dos membros. Além disso, os projetos voltados para o território dependem de decisões governamentais, o que deixa as comunidades vulneráveis à descontinuidade ou inexistências de ações do Estado.

Mapa 6: Escala de atuação do Movimentos Socioterritoriais, Figueroa (Argentina)



No intuito de fortalecerem a atuação essas associações têm buscado a integração com instituições comunitárias locais para gestão de projetos, como as hortas comunitárias e o compartilhamento de insumos e conhecimentos entre famílias. Contam com apoio pontual do INTA para a produção e procuram se articular com movimentos, organizações de outros departamentos para trabalhar com a troca de experiências e o resgate da cultura.

Essas duas associações além de se consolidarem como um espaço de resistência, aprendizado coletivo e transformação social, simbolizam a resistência das mulheres frente às adversidades sociais, econômicas e de gênero. Na *Asociación Civil Unión Progreso y Futuro Km 12* a maioria das integrantes são mulheres, que inclusive ocupam os espaços de decisão na comunidade. Já a *Asociación de Mujeres de Jumial Grande* é formada somente por mulheres e a exclusividade na participação feminina foi estabelecida como forma de garantir que as mulheres fossem o centro das decisões e atividades realizadas, pois são elas que estão na linha de frente na comunidade na luta pela água, por moradia digna, nos cuidados com os animais, com os plantios. Além disso, o histórico de mobilizações e do próprio grupo na comunidade começou com avós e mães e hoje conta com a participação ativa de filhas e netas, garantindo a continuidade do trabalho e o fortalecimento da comunidade. Esse protagonismo feminino encontrou e encontra empecilhos para atuar, inclusive, no processo de adequação do estatuto para garantir a exclusividade feminina na associação e na resistência de algumas lideranças masculinas.

Apesar da superação de alguns problemas iniciais, essas associações ainda têm dificuldades administrativas e técnicas no processo de implementação e continuação de projetos. No caso da *Asociación Civil Unión Progreso y Futuro Km 12*, há também uma preocupação constante com a continuidade das ações desenvolvidas pelas novas gerações, pois há pouca participação desse público nas atividades em algumas associações e é recorrente a saída desses jovens para cidades maiores, enfraquecendo a continuidade das tradições e da produção local, o que difere da realidade em *Jumial Grande* onde há uma participação expressiva das jovens e elas representam quase metade do coletivo.

Um outro coletivo que é formado por mulheres é o *Juntas triunfaremos de Invernada Sur*, um coletivo local que se articula com outras mulheres da América Latina junto à *Red Latinoamericana y del Caribe de Mujeres Rurales (RedLAC)*, uma organização internacional fundada em 1990 em San Bernardo, Argentina que se dedica à luta e

organização de mulheres camponesas em zonas rurais, com ênfase em saúde, preservação ambiental, soberania alimentar e direitos das mulheres.

As mulheres que integram o grupo de mulheres *Juntas triunfaremos*, atuam desde 1995 com a finalidade de enfrentar os desafios culturais, como o machismo, e questões estruturais, como a falta de acesso à saúde especializada e problemas com o abastecimento de água nas comunidades.

De acordo com relatos obtidos por integrantes do movimento, historicamente, a desigualdade de gênero marcada pelo machismo estrutural dificultou o protagonismo feminino, sendo que as decisões sempre foram, majoritariamente, tomadas por homens nas comunidades reverberando, inclusive, no controle das mulheres por parte dos maridos que impediam a saída e participação delas nas atividades do movimento, nas tomadas de decisões sobre a comunidade e até sobre a saúde dos seus corpos.

A partir da organização e atuação dessas mulheres, outras temáticas como a degradação do meio ambiente devido à exploração do carvão, o desmatamento, a contaminação de sementes crioulas por transgênicos e perda da qualidade nutricional dos alimentos passaram a ser temas debatidos e frentes de luta dessas mulheres. Nessa direção, enquanto movimento, articulado com outras mulheres latino-americanas e caribenhas com diversas pautas, localmente, se sustenta em três pilares principais: o empoderamento feminino, a luta pela preservação ambiental e a busca por justiça social e soberania alimentar.

A escala de atuação da organização *Delegados Unidos de Figueroa Norte Once Comunidades (DUFINOC)*, uma organização que possui uma história de mais de 30 anos, criada em 1992, com o propósito de agrupar organizações camponesas do norte de Figueroa, é mais ampla, com atuação departamental abrangendo integrantes das seguintes comunidades: *Barrio Peregrino, El Chañar, El Tableado, El Desbastadero, Lote La Cañada, San Felipe, Santa Catalina, San Jorge, Santa Ana, San José e Totorillas*. Importante mencionar que a *DUFINOC* é uma organização que contou com o apoio recebido pela Igreja católica, de religiosos ligados à Teologia da Libertação³⁷ no início da sua formação e essa é uma característica que perpassa por diversos movimentos e organizações de Figueroa.

³⁷ A Teologia da Libertação é uma corrente cristã que une fé e política, espiritualidade e justiça social. Nesta corrente foram inspiradas diferentes lutas por terra e território, sendo uma das raízes teóricas e éticas de muitos movimentos socioterritoriais na América Latina, inclusive nos territórios do Sertão do São Francisco e Figueroa.

Atualmente, a *DUFINOC* possui um conselho administrativo e realiza assembleias, nas quais são tomadas as decisões de maneira coletiva.

A atuação de instituições religiosas no departamento com o incentivo à auto-organização dos territórios persiste em menor proporção até os dias atuais. Uma das instituições presentes são as *Hermanas Esclavas del Sagrado Corazón de Jesus* uma organização religiosa formada por freiras da Igreja Católica que atuam em Figueroa junto a diferentes movimentos socioteritoriais. Entendemos que as ações realizadas por essa organização são importantes de serem abordadas nas nossas análises desenvolvidas nesta tese no contexto da sua articulação e contribuição com a luta dos movimentos de Figueroa.

A atuação das religiosas tem defrontado com diferentes problemáticas como as relações clientelistas estabelecidas pelos políticos locais, a questão de gênero, marcada pela resistência enfrentada pelas mulheres que, mesmo liderando muitas iniciativas, sofrem discriminação em espaços dominados por homens, o enfraquecimento da organização comunitária e a individualização das lutas após o estabelecimento dos comissionados locais, a descontinuidade em projetos por escassez de recursos e mudanças nas prioridades governamentais.

O coletivo *Ninashpa*³⁸ formado por mulheres de *Coñuna*, *Invernal Sur* y *Río Muerto* que teve origem durante a pandemia de COVID-19, é um exemplo atual que conta com esse apoio das *Hermanas Esclavas del Sagrado Corazón de Jesus*. Inicialmente as mulheres desenvolviam atividades de hortas familiares incentivadas pelas religiosas. A partir do estímulo, iniciaram um processo de aprendizado do trabalho com cerâmicas barro, uma atividade que surgiu enquanto alternativa durante dias de chuvas intensas que inviabilizavam o trabalho agrícola. Desde então, o grupo se expandiu, abrangendo 19 mulheres de diferentes localidades, que aprenderam a trabalhar com a cerâmica de forma artesanal, utilizando argila de regiões próximas.

Embora organizadas, realizando diversas atividades de produção e comercialização de peças artesanais, as mulheres do *Ninashpa* não possuem uma associação formal ou personalidade jurídica, se constituindo como um coletivo diverso, com pessoas que além de visarem uma produção para aumentar a renda das pessoas envolvidas, também, veem no

³⁸ O nome *Ninashpa* é uma junção de duas palavras em quíchua “Nina” que significa “fogo” e “Ashpa” que significa “terra.”

trabalho artesanal uma forma de recuperar os conhecimentos ancestrais do trabalho com a cerâmica.

Outro coletivo que se conforma a partir do agrupamento de pessoas de diferentes comunidades de Figueroa é o *Monte en Red*, um grupo formado por moradores de três comunidades de camponeses-indígenas: *San Francisco*, localizada em *Cardón Esquina*, *Invernada Sur* e *Machajuay Huanchina*. É uma iniciativa coletiva de famílias camponesas que vivem e cuidam da floresta, produzindo alimentos e artesanato a partir dos seus frutos.

O movimento começou a se estruturar a partir de crises econômicas e ambientais, como os períodos prolongados de secas e mudanças nas práticas agrícolas das comunidades. As primeiras organizações comunitárias envolvendo integrantes de *Monte en Red* também foi fomentada por líderes religiosos que incentivaram a solidariedade e o trabalho coletivo com pequenos grupos, associações locais e agrupamentos de comunidades como *Comisiones Unidas del Sudeste de Figueroa (CUSEC)* e a *CUPPAF*, possuindo um histórico de participação, auto-organização e formação política desde a década de 1980. Essas organizações foram importantes para pensar estruturas mais formais, incluindo comissões comunitárias e trabalhos em redes.

Monte en Red possui, atualmente, 25 famílias que conformaram este agrupamento em 2016 e estão articulados com diversas instituições e organizações que apoiam as ações de produção e comercialização, conforme escreve Ance et al (2024). Ressaltamos que essas famílias possuem uma estrutura organizacional em suas comunidades, se organizam no coletivo *Monte en Red* a nível departamental e, também em outros coletivos de Figueroa e da província de Santiago del Estero, o que representa uma multiescalaridade nas suas ações.

O coletivo enfrenta diversos conflitos, pois há uma crescente pressão de grupos externos que avançam sobre os territórios das comunidades, incluindo exploração ilegal de florestas, invasão das terras e roubo de animais. Acrescenta-se a isso a ausência da regularização fundiária para as áreas comunitárias, o que gera insegurança jurídica. Ademais, a assistência técnica, o apoio governamental e a dotação de infraestrutura por parte do Estado que são elementos importantes para o desenvolvimento das ações de produção, beneficiamento e comercialização, tem sido insuficiente, prejudicando o desenvolvimento de novos projetos.

Com escala de atuação mais ampla O *Movimiento Campesino de Figueroa (MOCAFI)*, enquanto movimento local foi formalizado em 2018, como resultado de um longo processo de organização comunitária motivado por conflitos fundiários em Figueroa. Antes disso, as comunidades já se mobilizavam para resistir a despejos e à perda de terras. O movimento se integrou posteriormente ao *Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE-Via Campesina)*, que já possuía 30 anos de luta e atuação na província e que esteve nos processos de formação de base em Figueroa. Nas palavras da representação do *MOCAFI*: Y bueno después en el año 2019 o 2020 es que el MOCASE hace em el año 2020 la unificación de eso la unificación de departamentos que querían sumarse, hacer parte del MOCASE (Mario Acuña em entrevista à Bitencourt, 2024).

O *MOCAFI* ao integrar o *MOCASE Via-Campesina* agregou na sua conformação a história e trajetória de um movimento com longo caminho na luta do campesinato na província de Santiago del Estero, surgido em 1990, que fez parte da estruturação, formação política e de militância de diversos movimentos e instituições que atuam em Figueroa, como algumas das instituições e movimentos citados anteriormente.

Sobre essa unificação com o *MOCASE*, um dos entrevistados mencionou: “Siempre decimos que esta reunificación ha hecho el MOCASE como un río caudaloso nosotros un pequeño arroyo que ha ido buscando la pendiente y se ha encontrado de nuevo con ese cauce del cual siempre ha sido parte” (Mario Acuña em entrevista à Bitencourt, 2024). A fala evidencia esse reconhecimento das bases que o *MOCASE Via-Campesina* construiu no departamento e que seguem como fundamentos importantes para a luta do campesinato em Figueroa. Portanto, o *MOCASE-Via Campesina* em Figueroa é reconhecido também como *MOCAFI*, uma maneira de fortalecer a identidade do movimento no departamento.

Fundada em 2022, a *Federación Rural para la Producción y el arraigo* é um movimento que atua nacionalmente, que une diferentes organizações de base visando ampliar a luta e fortalecer e integrar as comunidades camponesas. Atualmente, reúne diferentes povos do campo argentino com atuação em 19 províncias. No Departamento de Figueroa o movimento se formou tendo como base experiencias já consolidadas abarcando, principalmente, as novas gerações de integrantes da *DUFINOC*. De acordo com um dos representantes locais: “Si bien es cierto, todos los grupos de base, de la Federación tiene dos años, pero se nutre de la experiencia larga de la militancia y la lucha de organizaciones como

la DUFINOC, que se toman saberes y se construye una organización de segundo grado” (Tico Gutierrez em entrevista à Bitencourt, 2024).

O movimento busca ampliar a sua atuação a partir da promoção da comercialização apesar das problemáticas enfrentadas para a habilitação e certificação de produtos beneficiados para comercialização; condições precárias de transporte e logística e falta de políticas públicas para pequenos produtores, agravada pela ausência ou demora de pagamentos por parte de governos locais após a prestação de serviços. Nessa conjuntura, travam uma luta complexa, envolvendo a defesa de direitos, organização comunitária e tentativa de construir alternativas de comercialização em meio a desafios estruturais e sociais.

A *Unión de Trabajadores de la Tierra (UTT)* também é um nacional que, formalmente, nasceu em 2010, em La Plata, Buenos Aires, com famílias horticultoras migrantes de Bolívia com o objetivo inicial de regular o aluguel da terra e organizar a comercialização da produção, entretanto, essa organização para a formação do movimento era anterior. O movimento está presente em 20 províncias do país, dentre elas Santiago del Estero a partir 2017, onde encontrou uma base local preexistente, incorporou cooperativas e associações, como a cooperativa da área irrigada e os *Trabajadores Agrarios de Figueroa (TAF)*. Essa junção foi importante para as organizações que já vinham atuando há dez anos na província de Santiago del Estero e que ganharam uma maior articulação ao agregar junto à *UTT*. Uma representante do movimento mencionou que “las experiencias locales al sumarse a estructuras nacionales cobran otra, no sólo relevancia sino otra planificación, otra estrategia de lucha, otro horizonte también político” (Elena Yanda em entrevista a Bitencourt, 2024).

Com esse processo de nucleação de grupos de base a *UTT* absorveu uma diversidade de camponeses, indígenas, trabalhadores agrícolas, dentre outros tantos povos do campo argentino e se transformou em uma organização nacional representativa, criando um espaço de apoio mútuo. O movimento atua no departamento de Figueroa desde 2019 e tem enfrentado junto às comunidades os desafios da insegurança jurídica com a falta de titularidade das terras, a dependência de caminhões-pipa, muitas vezes associados à política clientelista, a pressão do agronegócio e monoculturas e as dificuldades para implementação das práticas agroecológicas e da melhoria na produção de alimentos diante do aumento dos períodos secos.

Foi a partir dessas problemáticas que a comunidade de San Francisco do *Pueblo Tonocoté Llutke Yaku Muchuna* encontrou na UTT uma rede para amplificar demandas, como acesso à água, defesa da agroecologia do território e dos direitos territoriais, apoio jurídico e organizacional durante conflitos. Em momentos de enfrentamento com empresários ou ameaças externas, por exemplo, a *UTT* esteve junto com a comunidade com equipe jurídica e na articulação de resistência comunitária. Assim, a relação entre a *UTT* e o *Pueblo Tonocoté Llutke Yaku Muchuna* foi se aprofundando indo além de uma adesão organizativa e passou a significar uma parceria estratégica baseada na solidariedade. Essa aliança tem fortalecido a luta pelo território, a preservação cultural e a agroecologia.

Enquanto movimento indígena, O *Pueblo Tonocoté Llutke Yaku Muchuna* ocupa o território da comunidade de San Felipe que começou a se organizar na luta pelo seu autoconhecimento por volta dos anos 2000 para enfrentar as dificuldades sociais e econômicas, especialmente no contexto de exploração das terras e das florestas por grandes empresas que invadiam o território, que incluiu conflitos pela madeira de *quebracho colorado*. Em 2009 a comunidade foi reconhecida como pertencente aos povos originários, abrangendo o autorreconhecimento como *Pueblo Tonocoté*, um marco na luta pelo território, pela preservação da cultura, da história e da ancestralidade.

Na comunidade de *San Felipe* há uma expressiva representatividade de moradores que são *Pueblo Tonocoté Llutke Yaku Muchuna* e que estão integrando a *UTT*. Uma das representantes da comunidade afirmou o seguinte: “Así que en base a eso venimos trabajando también con la UTT, Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Tierra sin dejar de defender el territorio como comunidad indígena, pero buscando mejorar a través de la organización la forma de vida productiva, organizativa de las familias, de las comunidades que quieran integrar” (Nina Gerez em entrevista à Bitencourt, 2024).

Apesar da comunidade já ter conseguido o reconhecimento e a demarcação do seu território por meio da legislação argentina os conflitos territoriais são latentes, pois ainda hoje é recorrente a chegada de empresários que reivindicam terras e recursos naturais, muitas vezes por meio de processos legais ou invasões. As ações desses grupos causam também conflitos internos entre integrantes da própria comunidade.

Além disso, o *Pueblo Tonocoté Llutke Yaku Muchuna* enfrenta uma realidade de pobreza ao mesmo tempo que há um processo de invisibilização de suas lutas, acrescida de

pouca ação do Estado no sentido de mitigar tais problemas. A população local convive diariamente com o contexto de escassez da água, seja para beber, produzir, criar animais ou para as necessidades básicas do dia a dia das famílias. A comunidade depende de fontes externas de abastecimento como caminhões-pipa ou operações de transporte de água enquanto solução paliativa, mas insuficiente para resolver a situação. Há, também, as barreiras políticas e administrativas na relação com instituições públicas, incluindo a dificuldade de manutenção de documentos históricos e acesso a projetos durante períodos políticos adversos.

A comunidade também enfrenta o desafio apontado anteriormente quando mencionávamos sobre a associação Km 12, com relação à própria manutenção e transmissão dos saberes tradicionais entre as gerações mais jovens, uma vez que é recorrente a saída desses jovens da comunidade e há pouca integração das práticas culturais no sistema educacional formal. Um exemplo é a preservação do idioma falado na comunidade, o quíchua que vem se perdendo progressivamente, porque apesar de muitas pessoas da comunidade serem falantes do idioma, são poucas pessoas das novas gerações que aprenderam a falar. Essa realidade é recorrente em Figueroa, departamento que possui grande número de pessoas que utilizam o quíchua como idioma de comunicação.

Compreendemos que os povos originários neste caso es *Pueblo Tonocoté LlutkeYaku Muchuna*, além de terem uma atuação local, possuem uma multiescalaridade em suas ações por meio da atuação tanto junto à UTT, quanto em conjunto com outros povos originários em diversos níveis de escala.

A partir das observações e análises entendemos que esse conjunto de movimentos e instituições que atuam nos territórios do Sertão do São Francisco e de Figueroa de diferentes tipologias e identidades desenvolvem ações de maneira articulada e multiescalar no sentido de construção de uma mudança paradigmática para os territórios semiáridos na Argentina e no Brasil que, para além das tipologias, se assemelham nas pautas, origens, formas de se organizar e dificuldades para desenvolver suas ações.

Nos dois territórios constatamos a influência da igreja católica na década de 1980 e 1990 na formação política, nos processos de auto-organização das comunidades, como já havia escrito Jara (2020) a respeito do caso da formação do *MOCASE* em *Santiago del Estero* e identificamos nos relatos dos diversos movimentos e instituições tanto do Sertão do São

Francisco, quanto de Figueroa que mencionaram na sua formação inicial a articulação política e social promovida pelas da CEBs.

As pautas da luta pela terra, pela água e pelo território perpassam os objetivos, as resistências travadas pelos povos em diferentes escalas, colocando no centro do debate o modelo de desenvolvimento do capitalismo agrário e a sua inviabilidade.

O protagonismo das mulheres na organização, formação e manutenção desses movimentos e instituições é evidenciado de maneira direta, demonstrando a necessidade de considerar a questão de gênero como um componente indispensável para pensar as lutas dos povos do semiárido na Argentina e no Brasil. Esse protagonismo aparece na formação de grupos específicos formados somente por mulheres, e, nos grupos mistos, nos quais elas também estão à frente. Esse é um aspecto que também se destaca nas ações que apresentaremos na próxima seção.

3.3. Movimentos socioterritoriais na luta pela soberania alimentar: ações e experiências no Sertão do São Francisco (Brasil) e em Figueroa (Argentina)

A luta dos movimentos socioterritoriais nos territórios Semiáridos perpassa também pela luta por propostas de desenvolvimento que sejam condizentes com as suas especificidades, considerando a sua multidimensionalidade para pensar a realidade concreta da produção de alimentos e da reprodução da vida dos sujeitos que vivem nesses territórios. Na realidade do campesinato em suas diferentes identidades, os quais nos debruçamos nesta tese, a posse da terra, da água, das sementes, dos insumos para produção, os processos formativos, se constituem como demandas basilares para a efetivação da soberania alimentar e é em busca dessa conquista que os movimentos desenvolvem suas ações.

Assim, a partir da categorização realizada que tem como base a metodologia proposta por Gibbs (2009), como mencionamos no capítulo 1, no nosso processo analítico constatamos uma diversidade de ações que são semelhantes e desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais que apresentamos e analisamos na seção anterior.

A fim de realizar uma análise mais detalhada dessas ações, as agrupamos em eixos especificados no Quadro 3 no capítulo 1: Resistência à desterritorialização, Promoção da agroecologia, Comercialização, Valorização da cultura e tradições, Elaboração e

implementação de tecnologias de convivência com o semiárido, Processos Formativos, Preservação ambiental, Assessorias e Apoio social, Organização local, Articulação e participação em espaços de decisão dos governos. Também apresentamos a seguir um panorama geral no qual detalhamos o conjunto das ações desenvolvidas por cada movimento, considerando os eixos estabelecidos que demonstram a multidimensionalidade das ações que os movimentos vêm desenvolvendo nos territórios estudados na propositiva da construção da soberania alimentar (Quadro 5).

Quadro 5: Ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais no Sertão do São Francisco (Brasil) e Figueroa (Argentina)

[illegible]

[illegible]

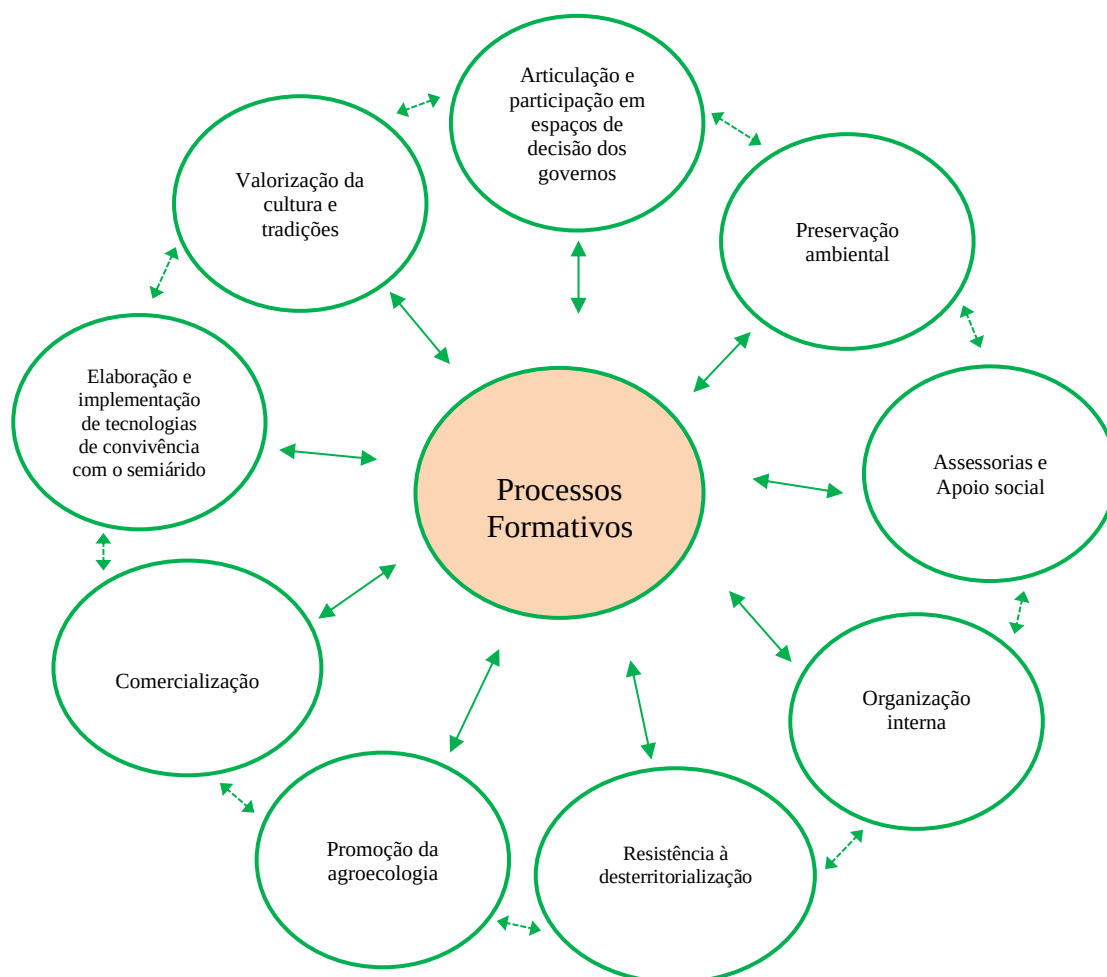
Do conjunto das ações que compõem o Quadro 5, analisamos nesta seção as ações que são comuns aos dois recortes empíricos da pesquisa. As ações particulares a cada território serão analisadas nas seções 4.3 e 4.4.

Retomando a tipologia dos territórios elaborada por Fernandes (2009), as ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais correspondem ao terceiro território no qual são expressas as conflitualidades. O terceiro território, se realiza concretamente através das ações dos movimentos socioterritoriais, que constroem novas territorialidades a partir da luta, da resistência e da criação de alternativas ao modelo de desenvolvimento do capitalismo agrário. Esses territórios expressam conquistas políticas e simbólicas, articulando o material e o imaterial, o local e o global, o passado e o futuro. Nesse sentido, as ações que apresentamos a seguir representam conceitualmente o território imaterial que, por meio de múltiplas intencionalidades e conflitualidades, constituem e reconfiguram os territórios materiais.

Desse modo, as ações nos recortes empíricos dessa pesquisa são expressas através da luta dos movimentos socioterritoriais pela soberania alimentar e contra o PCS que produz imaterialidades e materialidades nos territórios semiáridos, uma vez que se constituiu ao longo do tempo enquanto paradigma norteador das políticas de desenvolvimento territorial pensadas a partir do primeiro território, o território da governança, a partir da prerrogativa de que a seca é “um desastre a ser vencido”.

No Organograma 1 pode ser observada a amplitude e complementariedade dessas ações. Apesar de estarem agrupadas em eixos específicos, nesta proposta analítica, as ações se relacionam umas com as outras e também com ações de outros eixos. Advertimos, portanto, que uma ação pode integrar mais de um eixo e/ou ser conteúdo para a construção de outra ação em determinado eixo. Assim, há uma interrelação entre todos os eixos e de maneira direta, desses eixos com o eixo de processos formativos, fazendo com que esse seja um eixo estruturante das ações desempenhadas pelos movimentos. A seguir detalhamos cada um deles e apresentamos exemplos da materialidade dessas ações nos territórios.

Organograma 1: Ações dos Movimentos Socioterritoriais no Sertão do São Francisco (Brasil) e em Figueroa (Argentina)



Fonte: Trabalhos de campo, 2022, 2023 e 2024

Organização dos dados e elaboração: Bitencourt, 2024

O eixo da *Resistência à desterritorialização* é composto pelas ações de apoio e assessoria jurídica, mobilização e combate à invasão e grilagem de terras, formações sobre os direitos das comunidades, caminhadas, passeatas, fechamentos de estradas, denúncias e protestos. Essas ações se configuram como um elemento de luta e resistência, uma vez que tanto no Sertão do São Francisco, quanto em Figueroa há diferentes contextos de conflitos que colocam em risco a permanência dos povos em seus territórios.

O contexto agrário do Sertão do São Francisco é marcado pela luta contra a atuação de diferentes empresas e a implementação de grandes empreendimentos das energias renováveis, da mineração e do agropólio, como debatemos no capítulo 2. Assim, essa tem

sido uma das principais frentes de luta dos movimentos socioterritoriais no contexto da resistência à desterritorialização.

Um exemplo dessas ações são as manifestações decorrentes do conflito envolvendo a empresa Tombador *Iron Mineração* e as comunidades tradicionais de ribeirinhos e pescadores de Sento Sé. A instalação da mineradora para a exploração de minério de ferro no município tem causado problemas no município afetando diferentes dimensões da vida. Como forma de resistência, moradores têm se manifestado, como ocorreu no fechamento da estrada que liga a sede do município de Sento Sé à comunidade de Ponta d'água (BA-210) em 2023 (Fotografia 4), com o intuito de impedir a passagem das carretas que trafegam na rodovia com minério de ferro extraído pela empresa. A ação ocorreu mediante os diversos problemas causados pela chegada da mineradora, como relata uma integrante dos movimentos que estavam à frente da manifestação: “Então, a gente age diferente, ocupamos a estrada. Foram 12 dias, as comunidades ocuparam a estrada. Ficou lá 12 dias, no 12º dia, foi lá a liminar, né? O oficial de justiça para tirar nós. A gente já tinha combinado que a gente não ia debater” (Dona Durú em entrevista à Bitencourt, 2023).

Fotografia 4: Fechamento de estrada contra mineração em Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: CPT, 2023b

A primeira problemática na instalação da mineradora diz respeito à falta de diálogo com as comunidades tradicionais atingidas, bem como a não realização da consulta livre, prévia e informada³⁹ como relata a entrevistada: “quem está nas comunidades sabe disso, porque tem as explosões e não fomos consultados, não teve consulta prévia, não teve. Até agora não teve. Inventaram as coisas aí e tal e nós na época entramos num processo” (Dona Durú em entrevista à Bitencourt, 2023). Além disso, representantes relatam a existência de uma documentação que não corresponde à veracidade sobre a realidade no processo da chegada da mineradora, como pode ser observado no relato seguinte:

Tem pessoas que apareceu na foto, que a gente pergunta você deu essa entrevista? Aí disse: Me falaram que naquela época era para fazer levantamento de quem que eu ia votar. A pessoa disse assim pra gente: “a foto que eu tô lá era respondendo a uma pesquisa. Quem que eu ia votar se era em A ou era em B. Não era isso aí”. Então a gente comprova que não fomos ouvidos, não tivemos até hoje, na verdade (Dona Durú em entrevista à Bitencourt, 2023).

Outro depoimento endossa: “Ainda colocaram também dizendo que nessa área aqui não existia pessoas não. No relatório deles não existe gente no entorno, não tem gente. Nem no entorno, nem lá dentro da comunidade” (Dona Durú em entrevista à Bitencourt, 2023). E a outra entrevistada conclui:

Finalmente, nós comprovamos. **Comprova que a gente está aqui, que a gente existe, né?** E como muitas vezes chamamos o poder público conversar conosco e não conseguimos, até que viemos na cidade, chamamos a CPT, veio algumas lideranças, né, política e tudo mais, professores de meio ambiente não sei o que (Dona Durú em entrevista à Bitencourt, 2023, grifo nosso).

Desde então, as comunidades enfrentam diversos problemas como a situação da estrada da BA-210 que, além de não possuir asfalto, passou a ter um tráfego intenso de carretas que aumentou a poeira, dificulta a passagem das pessoas e causa acidentes; a poeira gerada pela extração do minério atinge as comunidades de maneira direta, afetando a saúde das pessoas, a diminuição da produção de alimentos e a soberania alimentar dos povos que vivem neste território em diferentes dimensões, como relata a entrevistada: “**Olha, o nosso grito, ultimamente, com relação a isso é: Como pensar uma alimentação aqui, segurança**

³⁹ A consulta livre, prévia e informada é um direito dos Povos Indígenas e Comunidades Tribais ou Tradicionais: Incluem quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, povos de terreiro, ciganos e outros grupos que mantenham uma relação histórica e cultural com seus territórios. É um Direito reconhecido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) por meio da Convenção 169 e promulgado no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

alimentar e nutricional, quando nossas terras estão sendo grilada, invadida, explorada por pessoas que não são daqui?” (Dona Durú em entrevista à Bitencourt, 2023, grifo nosso).

A exploração de minério tem diminuído também a produtividade das terras, de acordo com relatos, fazendo com que as famílias deixem de produzir sua própria comida.

Nossas terras não produzem como antes. Não produz como antes, porque quando vem a chuva, mesmo que pouco, a gente produzia alguma coisa, mas vem a chuva e vem poeira junto. Aí está prejudicando. Nós estamos prejudicadas duplamente, triplamente, tudo o que você pensar, nós estamos sendo prejudicados. Então, toda a bomba vem para cima do povo. Mas solução, não traz. É desenvolvimento para quem? (Dona Durú em entrevista à Bitencourt, 2023).

Importante ressaltar que, além da mineração, de acordo com o que verificamos em campo, outros empreendimentos que analisados nessa tese como as eólicas e a energia solar têm impactado a segurança e a soberania alimentar dessas famílias em sua multidimensionalidade, como pode ser observado no relato da entrevistada:

Como é que a gente vai ter uma alimentação assegurada, como a gente realmente gostaria, se nós estamos sendo assim, bombardeada por tanta coisa. Aqui é essa questão da mineração, é a questão, nós estamos no parque Boqueirão da onça, eólica. A outra coisa que falamos, agora, surgindo já essas da energia solar. E sem falar que aqui, um pouquinho mais em cima tem o grande Baixio de Irecê (Dona Durú em entrevista à Bitencourt, 2023).

A mineração em Sento Sé também foi um dos principais temas nas manifestações realizadas em setembro de 2023 no Grito dos Excluídos (Painel Fotográfico 8). Durante caminhada, diversos movimentos, instituições e representantes dos povos tradicionais do município manifestaram o descontentamento diante dessa realidade constante de conflitos com as mineradoras e outros empreendimentos como as empresas de energia elétrica que têm chegado no município.

Painel Fotográfico 8: Grito dos Excluídos em Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Acervo da Rede Mulher do Sertão do São Francisco

No Dia 8 de março de 2024, Dia Internacional das Mulheres, as mulheres de Sento Sé foram às ruas da sede do município para denunciar os impactos da chegada das mineradoras, das energias renováveis nas suas vidas, as violências sofridas nesse contexto e reivindicar o direito de continuar em suas terras e territórios, livres, sem violência, produzindo, criando e sendo respeitadas (Fotografia 5).

Fotografia 5: Caminhada pelo Dia Internacional das Mulheres, Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Acervo da Rede Mulher do Sertão do São Francisco

Ações importantes, também no âmbito da resistência à desterritorialização, são as formações preventivas realizadas com as comunidades e suas lideranças sobre os seus direitos, bem como, as assessorias jurídicas promovidas, pois antes desses processos formativos as pessoas não sabiam como agir diante de um conflito. A representação de um movimento estudado argumentou o seguinte a respeito da maneira como os invasores de terras agem para intimidar as pessoas:

No denuncian o no cuestionan la propiedad de la tierra se plantean cuestiones de no, me han hecho un daño, me han amenazado con armas me han roto un alambre, me han roto la camioneta cuando yo pasaba por ahí, cosas así. Me

han intimidado, me han robado, entonces se genera eso (Mario Acuña em entrevista a Bitencourt, 2024).

Nesse sentido, as formações, orientações e apoio jurídico dos movimentos são de grande relevância para que os moradores saibam como agir em cada conflito de acordo com a particularidade de cada caso, evitando assim as ações truculentas dos invasores.

Isso demonstra o papel estruturante dos *Processos Formativos* na dimensão social e educativa da construção da soberania alimentar nos territórios semiáridos analisados nessa tese, pois é através das formações que os movimentos promovem espaços de diálogo nos territórios, a partir da realidade em que estão inseridos nas suas diversas identidades e problemáticas, que constituem a realidade dos povos do semiárido, seja para o diagnóstico das demandas de cada território, ou para a construção de estratégias de enfrentamento aos problemas.

A representação de um dos movimentos estudados mencionou que a atuação no território se iniciou com o tema da agroecologia e, partir daí, começaram a identificar uma série de problemas muito voltados para a questão da fome. Nas palavras da entrevistada: “e elabora um diagnóstico, né? Que aponta caminhos para se trabalhar a diversidade de temáticas, entendendo que só uma atividade produtiva não seria suficiente” (Mãe Bernadete em entrevista à Bitencourt, 2022).

De acordo com os dados levantados, esses processos formativos ocorrem de diversas formas: encontros; reuniões; seminários; feiras; intercâmbios de trocas de experiências dentro do território e em outros municípios/estados/províncias/países; visitas; divulgação de produtos da comunicação popular e materiais didáticos como jornais, programas de rádio, boletins, vídeos, textos, fotografias, cartilhas educativas, livros; cursos; grupos de estudos; elaboração de *Dossiers* sobre a realidade dos territórios; seminários; grupos de *WhatsApp*, sistematização de experiências dos diferentes povos; Criação e veiculação de Programas de rádio; dentre outros.

Essas formações realizadas pelos movimentos costumeiramente, ocorrem de maneira presencial. Entretanto, de acordo com os relatos de entrevistados, a partir de 2020, com a pandemia, houve uma necessidade de expandir esses processos também para a modalidade virtual. Nesse sentido, nos últimos anos, além de promover ações de formação nos territórios, muitas instituições e movimentos têm ocupado os espaços virtuais com momentos formativos em sites e redes sociais como o *Youtube*, *Facebook*, *Instagram*, *WhatsApp*, dentre outras.

As temáticas que perpassam estes momentos são diversificadas e, normalmente, estão relacionadas com as frentes de luta dos movimentos, e, principalmente, com a própria dinâmica do território em que estão inseridos. Podemos citar: o trabalho de base relacionado com os

conhecimentos dos povos sobre a realidade em que estão inseridos e para que possam compreender as possibilidades de luta pelos seus direitos, como mencionado antes; o enfrentamento aos preconceitos como o racismo e a intolerância religiosa; debate sobre gênero, fortalecimento e direitos das mulheres; conscientização contra os diversos tipos de violência de gênero, incluindo a violência doméstica; a construção do conhecimento e fortalecimento das juventudes; o debate sobre Geração e sucessão rural; fortalecimento das lideranças nas comunidades; a educação contextualizada; educação alimentar; Segurança e soberania alimentar; saúde; comunicação popular; dentre outros.

Um elemento comum aos movimentos que atuam no Sertão do São Francisco e Figueroa relacionado a esses processos e espaços formativos é o uso da pedagogia freiriana, centrada na emancipação, no diálogo e na transformação social que não é apenas um método pedagógico, mas uma filosofia que visa transformar a educação e a sociedade por meio de práticas inclusivas, dialógicas e emancipadoras (Freire, 2013; 2014). Uma das pessoas entrevistadas que passou por processos de formação com o próprio Paulo Freire relatou o seguinte:

Aquele negócio da palavra geradora, a gente trabalhou muito nas comunidades isso. Foi fantástico. Abriu mentes, né!
 De uma palavra você gerar não sei quantas outras situações. Lembro do povo escrevendo até na areia, porque não tinha papel ou quando não tinha, às vezes nem material, mas dependia do espaço.
 Ele fazia as aulas com uma palavra geradora. Ali foi um espetáculo para mim. Até hoje né?
 A palavra geradora isso é que foi aos poucos transformar. Foi aí que descobrimos várias pessoas que foi se colocando a servir.
 As pessoas colocavam na mente assim: Ah, não sei. Ou então, eu preciso ganhar para fazer isso, mas quando ele descobre que ele tem um poder, próprio, a partir da realidade, pronto. Aí nós descobrimos muita gente sabendo o que sempre fez, mas não tinha esse valor, esse dom.
 O que ele fazia era muito valioso, né, minha filha? Na comunidade (Dona Durú em entrevista a Bitencourt, 2022).

A fala transcrita explica como a pedagogia freiriana tem potencial transformador no trabalho com processos formativos, e no caso específico, com o trabalho realizado pelos movimentos socioterritoriais. Enquanto eixo estruturante, consideramos a formação como instrumento basilar na atuação desses movimentos, porque é, principalmente, por meio da realização dos processos formativos, da dimensão educativa, que as outras ações identificadas podem se concretizar nos territórios.

Enfatizamos, portanto, que esses processos educativos não estão ligados necessariamente ao conhecimento formal, mas ao conhecimento, aos saberes produzidos, compartilhados e apropriados pelos movimentos. A representação do MOCASE-Via Campesina enfatiza:

Creo que la formación en cuanto a saberes por lo que veo así es algo muy estructurante que estructura el movimiento cuando veo esta trayectoria que parece algo que está ayudando el movimiento y tiene ayudado el movimiento desde siempre a estructurarse porque los conocimientos que se intercambian también porque pienso que el modelo de ensino que tenemos hoy de manera formal ni siempre consigue ayudarnos con las necesidades que tenemos en cuanto a campesinos indígenas de poder también hacer este intercambio de conocimientos independiente de los procesos formales (Margarita Caro, em entrevista à Bitencourt, 2024).

A fala da entrevistada do MOCASE-Via Campesina, transcrita acima endossa um posicionamento comum ao argumento de outros movimentos no sentido de fortalecer o intercâmbio de conhecimentos.

Corroborando com esse pensamento a representação da UTT ressaltou a existência de uma consciência coletiva a partir dos movimentos a respeito da dimensão educativa e dos processos formativos, enquanto ferramenta transformadora da realidade como podemos observar no Relato Socioterritorial 1.

Relato Socioterritorial 1: Reflexão sobre a Dimensão Educativa e a Formação nos Movimentos Socioterritoriais

*“La formación, hablando genéricamente, porque muchas veces, por ejemplo, hemos entrado en contacto con personas de la universidad sin desmerecer ni desprestigiar, pero hemos visto que son otros tipos de saberes, de conocimientos, de prácticas, y justamente colocan la formación como el epicentro de la vida de un movimiento social. **Y para nosotros la formación es acción.** No es sentarnos a leer y después quedarnos en la lectura de una carpilla y nada más.*

*Si no, **pensamos, sí, que la formación es el eje estructural, pero la formación en acción.** Es decir, nosotros nos formamos en pos de transformar esa problemática, esa desigualdad que hemos identificado. Y no hay otra manera, primero, de reconocerla que no sea con información, con conocimiento, con apropiación de ese conocimiento que nos ha sido negado mucho tiempo.*

Tenemos, así, ejemplos muy concretos con la Secretaría de Género. Las compañeras, mujeres, campesinas, que en muchas ocasiones no han podido terminar su escolaridad sin estos espacios de formación, de talleres, no hubiesen reconocido las propias violencias que estaban atravesando día a día, porque en su vida eso era común, era normal, no eran violencias. Y ni siquiera conocíamos nuestros derechos como para ir a reclamarlos.

Entonces nos parece eso, que el acceso a información, a conocimiento, nos fortalece un montón, porque ya tenemos una herramienta más de discusión y de combate, por así decirlo, para la acción. Para decir, che, sé todo esto, ahora que tengo esta información, quiero transformarlo en algo concreto. Entendiendo así, la formación sí es como el eje central, y no como si fuese algo dogmático o eso, una mera cuestión de acumulación de información o de saber”.

(Elena Yanda, em entrevista a Bitencourt, 2024, grifo nosso)

Tal dimensão se apresentou de maneira muito enfática nas realidades encontradas durante o acompanhamento das ações dos movimentos em estudo nos dois territórios estudados. No Painel Fotográfico 9, as fotografias capturam momentos diferentes de processos formativos realizados durante uma feira protagonizada pela UTT na província de Santiago del Estero, onde o próprio espaço da feira já se constituiu na sua organização, conteúdo e objetivos como um espaço formativo. Conforme a atividade ia acontecendo, os integrantes do movimento nas conversas, na própria comercialização dos produtos, nas explicações sobre a feira para as pessoas que aí se encontravam, proporcionava a troca de saberes, o intercâmbio de conhecimentos.

Painel Fotográfico 9: Momento formativo realizado pela UTT durante Feira de Flores, Altamisque, Santiago del Estero (Argentina)

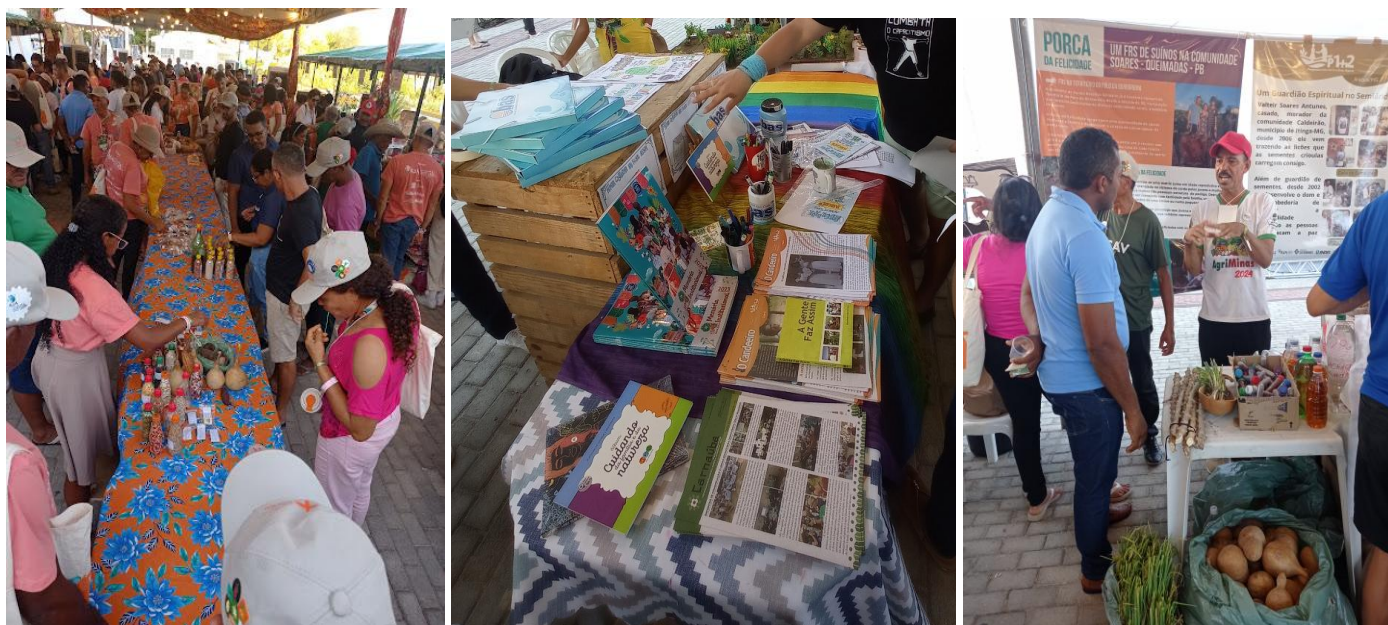


Fonte: Trabalho de campo, 2024

Essa foi uma prática que assinalamos como uma ação protagonizada por diversos movimentos estudados nesta tese. Outro exemplo, que podemos mencionar foi a Feira de Saberes e Sabores realizada pela ASA durante o X ENCONASA, na qual diversos movimentos do Sertão São Francisco estavam presentes (Painel Fotográfico 10).

Ao mesmo tempo que a formação embasa as demais ações, esse eixo também é alimentado, revelando o movimento dialético da realidade. Como mencionamos anteriormente, há uma vinculação dos eixos propostos entre si, devido ao caráter multidimensional da atuação dos movimentos estudado.

Painel Fotográfico 10: Feira de Saberes e Sabores, X ENCONASA, Canindé do São Francisco, Alagoas (Brasil)



Fonte: Trabalho de campo, 2024

Assim, os processos formativos são o ponto de partida para pensar as ações que aglutinamos no eixo de *Promoção da agroecologia*, entendendo a agroecologia não somente enquanto técnica, mas também enquanto ciência e movimento de transformação da realidade como argumenta uma das entrevistadas ao relatar sobre a maneira como o movimento que faz parte compreende a agroecologia e a produção de alimentos:

Entonces ¿y cómo es que queremos vivir y producir? Bueno, de una manera agroecológica mediante un método y un modelo agroecológico que no es únicamente para nosotros un modo de producción sino justamente un modo de vida en armonía, en convivencia, en respeto con los ciclos de la naturaleza utilizando lo disponible de la naturaleza y no desbastándola y también entre los vínculos humanos la agroecología tiene que ver también con cómo gestionamos, administramos los vínculos humanos también de una manera más respetuosa, amorosa y demás entonces esas demandas están ligadas, relativamente ligadas a justamente lo que vos nos convocas que es pensar en la soberanía alimentaria no podemos pensar en soberanía alimentaria si no tenemos tierra y agua para vivir y producir no podemos pensar en soberanía alimentaria si no pensamos en cómo actualmente cuál es el modelo de producción hegemónico vigente (Elena Yanda em entrevista a Bitencourt, 2024).

A agroecologia é um dos assuntos que aparece enquanto ação desenvolvida por todos os movimentos que estamos estudando e compõe, principalmente, a temática da produção de alimentos. Nesse sentido, optamos por reunir nesse eixo: a produção de alimentos sem a utilização de agrotóxicos; a preservação de sementes crioulas e raças nativas; o beneficiamento

da produção local; a produção de bioinsumos; a produção de ervas medicinais; a coleta e beneficiamento de alimentos nativos; e a criação de abelhas.

Os dois territórios estudados apresentam uma produção de alimentos bastante diversificada, porém, são territórios que dependem exclusivamente do regime das chuvas, portanto, cultivam espécies que se desenvolvem bem em áreas com baixos índices pluviométricos. No caso do Sertão do São Francisco, os povos praticam tradicionalmente, a agricultura de sequeiro com cultivo do milho, feijão, mandioca, abóbora, melancia, dentre outros. Já em Figueroa, observamos que há a prática do cultivo da alfafa para produção de ração animal, do milho, abóbora, melancia, etc. Há nos dois territórios a prática da coleta de frutos e sementes da floresta para beneficiamento.

Dentro do coletivo *Monte en Red*, em Figueroa há uma produção de alimentos variada a partir das práticas agroecológicas e de preservação das espécies nativas e do beneficiamento de sementes e plantas. As comunidades de San Francisco, Invernada Sur e Machajuy Huanchina produzem a Farinha de *algarroba*, a Farinha de *vinal*, a Farinha de milho torrado, mel de abelhas nativas, doces e remédios caseiros com sementes, dentre outros (Painel fotográfico 11).

Painel Fotográfico 11: Alimentos produzidos pela comunidade de San Francisco, Figueroa, Santiago del Estero, Argentina



Fonte: Trabalho de Campo, 2023

Já na Comunidade Remanescente Quilombola e Fundo de Pasto, Lagoinha no Sertão do São Francisco, destaca-se o beneficiamento da mandioca para a produção de diferentes tipos de farinha como a farinha de mandioca, a puba, a goma (polvilho), além da produção do beiju (Painel Fotográfico 12).

Essa é uma prática importante para a geração de renda na comunidade, para a alimentação das famílias e também para manter viva a tradição e acultura local, uma vez que os produtos podem ser comercializados em feiras locais, mercados, o que diversifica as fontes de renda das famílias e fortalece a economia local. Também, garante o acesso ao alimento saudável, nutritivo, deduzindo a dependência de alimentos industrializados ou externos. Ademais, o modo de plantar, colher, beneficiar e preparar a mandioca é conhecimento tradicional transmitido entre gerações, bem como, tradições coletivas, como o “mutirão” para colher, raspar ou torrar a farinha. O beneficiamento da mandioca não é apenas uma atividade produtiva, é uma estratégia de resistência e afirmação cultural.

Painel fotográfico 12: Produção de Farinha, Comunidade Remanescente Quilombola e Fundo de Pasto, Lagoinha, Casa Nova, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022

As famílias dos dois territórios costumam realizar o plantio de frutíferas, ervas medicinais e hortas nos seus quintais, pois durante os períodos secos essa é a única produção que conseguem manter por algum tempo com o reaproveitamento da água. A produção desses alimentos cultivados ao redor da casa (Painéis Fotográficos 13 e 14) é uma atividade realizada pelas mulheres, pois, normalmente são elas que preparam os canteiros, semeiam, regam com as águas de reuso e fazem o manejo dessa produção. As ações dentro desse eixo têm como uma das principais características a visibilização do trabalho das mulheres dentro das suas unidades de produção proporcionando maior autonomia financeira, bem como, o enfrentamento aos contextos sociais de pobreza que afetam diretamente as suas vidas.

No Sertão do São Francisco, onde há importantes avanços na implementação de tecnologias de convivência com o semiárido voltadas para a captação e armazenamento da água

das chuvas para a produção de alimentos⁴⁰, há também maior expressividade e diversidade nos tipos de alimentos produzidos nos quintais produtivos. Já em Figueroa, as famílias não possuem acesso à água, ou reservatórios suficientes para guardar a água de chuva para que possa ser utilizada no cultivo desses alimentos, o que dificulta a manutenção de plantios, mesmo sendo em pequena escala, nos períodos secos.

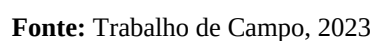
Painel Fotográfico 13: Produção agroecológica em Invernada Sur e Machajuay Huanchina, Figueroa (Argentina)



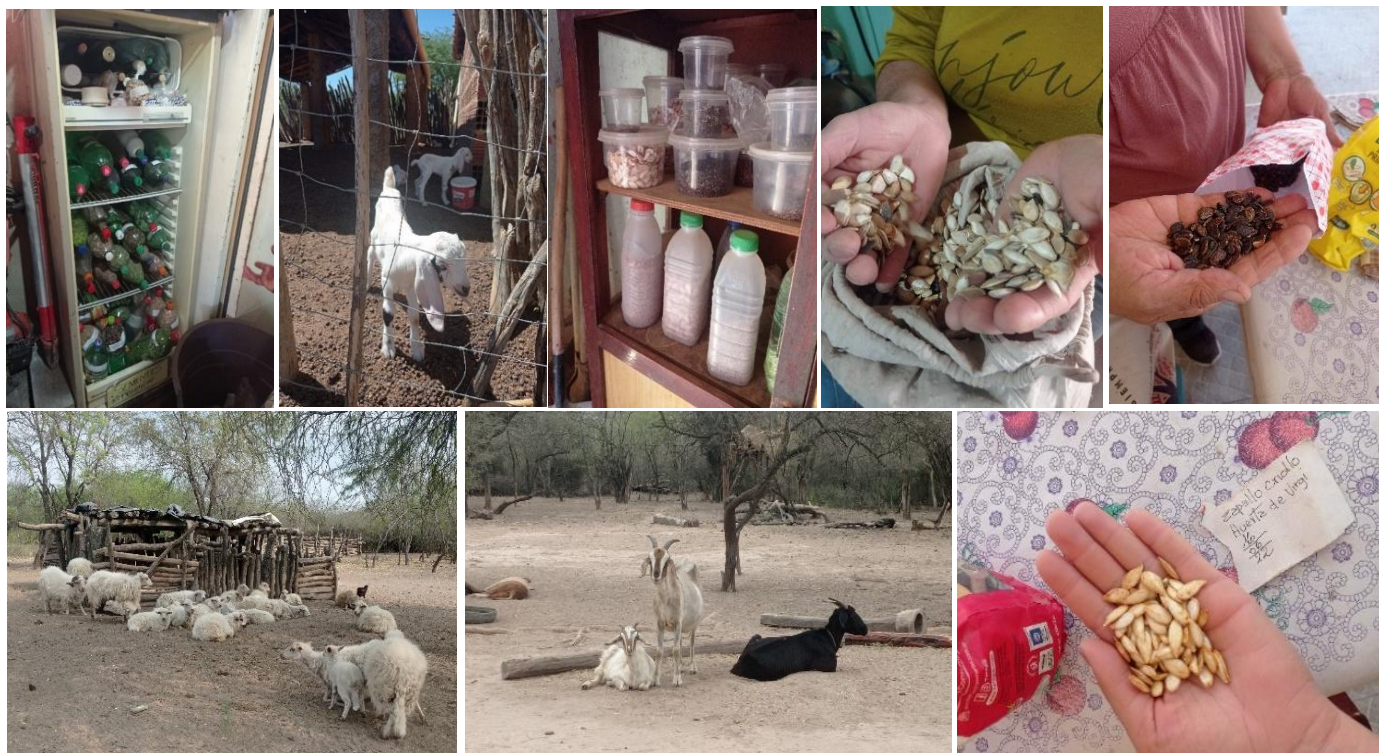
Fonte: Trabalho de campo, 2024

No Sertão do São Francisco constatamos também uma forte atuação dos movimentos na preservação e fortalecimento do patrimônio genético das comunidades que ocorre por meio do incentivo e criação de bancos de sementes animal e vegetal para a multiplicação entre as comunidades camponesas, tanto de sementes vegetais quanto das raças de aves caipiras e caprinos adaptados para o semiárido (Painel Fotográfico 15). Em Figueroa essa iniciativa é mais tímida. Apesar de haver o costume das famílias de guardarem as sementes que passam de geração em geração, no nosso recorte não encontramos uma ação mais organizada por parte movimentos, embora reconheçam a necessidade de promover essa prática.

⁴⁰ Abordaremos sobre essas tecnologias com maior profundidade no próximo capítulo, onde trataremos das ações particulares a cada território.



Painel fotográfico 15: Diversidade de Sementes Crioulas vegetais e animais no Sertão do São Francisco (Brasil) e Figueroa (Argentina)



Fonte: Trabalho de campo, 2023 e 2024

A partir da realidade encontrada observamos nos territórios a importância das tecnologias no estímulo da produção agroecológica e sua capacidade de promover a segurança e soberania alimentar a partir do acesso e armazenamento da água. Dessa forma, no eixo de *Elaboração e implementação de tecnologias de convivência com o semiárido* agrupamos as ações identificadas que se vinculam ao desenvolvimento, experimentação e replicação de tecnologias, considerando esse eixo como essencial para a população dos territórios semiáridos.

Dentro deste eixo enquanto experiência comum aos dois territórios estudados e resultado da ação de movimentos elencamos a construção de cisternas de placa de 16 mil litros (Fotografia 6), o aproveitamento da água de reuso e melhorias de sistemas de irrigação locais. A cisterna, como é conhecida, é uma tecnologia pensada para a captação e armazenamento da água que cai nos telhados das casas e é uma implementação que mudou a realidade do acesso à água Semiárido Brasileiro, por compreender uma tecnologia de baixo custo e que traz soluções permanentes, levando autonomia às famílias na gestão da água.



Fonte: Trabalho de campo, 2022

Nos relatos obtidos, as famílias assinalam a cisterna, como uma das primeiras políticas públicas que conseguiram contribuir para a melhoria da segurança alimentar e nutricional com a promoção do acesso à água no Sertão da São Francisco. Inicialmente, a implementação dessas tecnologias chegou trazendo formações, conhecimento sobre a necessidade de guardar a água da chuva, ao mesmo tempo em que abordava assuntos relacionados ao estoque da comida para os animais e a possibilidade de produzir alimentos o ano todo com a água estocada.

No território, instituições como o IRPAA e o SASOP que integram a rede ASA foram pioneiros no processo de implementação dessa tecnologia. Ressaltamos que o IRPAA foi protagonista no desenvolvimento e experimentação da cisterna juntamente com outras organizações integrantes da ASA no Semiárido Brasileiro. Atualmente essa tecnologia já atende a mais de 1,2 milhão de famílias (ASA, 2015) e é uma tecnologia utilizada como referência mundial no que concerne à democratização do acesso à água e no combate à desertificação.

Em Figueroa há também a implementação dessa tecnologia de convivência com o semiárido, resultado do compartilhamento e intercâmbio de conhecimentos entre os povos dos semiáridos latino-americanos. Encontramos essas tecnologias nas comunidades de *San Felipe*, onde vive o Pueblo *Tonocoté Llutke Yaku Muchuna* e em *Remansito* (Painel Fotográfico 16). Neste território a tecnologia é implementada pelo MOCASE-Via Campesina.

Painel Fotográfico 16: Cisternas de Placas nas comunidades de San Felipe e Remansito, Figueroa (Argentina)



Fonte: Trabalho de campo, 2024

Nos diálogos realizados nessas comunidades e com integrantes do movimento, percebemos que o processo de implementação dessa tecnologia ocorre de maneira diferente, pois a sua implementação ainda não envolve todo o processo formativo que é adotado pelas ONGs que fazem parte da ASA no Sertão do São Francisco, embora sejam realizadas reuniões. Notamos que a cisterna de consumo humano tem sido de grande importância para as famílias, por proporcionar o acesso à água de qualidade para beber durante o período da seca.

As ações que integram o eixo de *Comercialização* são: o fortalecimento das cooperativas; a venda e entrega de cestas agroecológicas, as feiras, comercialização online, comercialização para outros estados/províncias/países.

A Feira Agroecológica de Sento Sé (Painel Fotográfico 17) nasceu a partir da iniciativa da Rede Mulher do Sertão do São Francisco e o apoio de diversos parceiros e instituições como o IRPAA e do Estado. O município não possuía uma feira livre até o ano de 2019, quando esses movimentos reunidos resolveram se organizar para criar um espaço onde pudessem comercializar a produção local, agroecológica, visando obter renda e fornecer alimento de qualidade para a população local. Hoje a feira é realizada semanalmente na sede do município.

Painel Fotográfico 17: Alimentos comercializados na Feira Agroecológica de Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Acervo da Rede Mulher do Sertão do São Francisco; Trabalho de campo, 2022 e 2023

Ao ser perguntada sobre o que mudou em sua vida depois que começou a participar da feira respondeu:

Mudou muito, né, depois da feira mudou muito a questão da produção, a relação com outras pessoas, porque a gente vai conhecendo pessoas novas. **Então, tem essa troca de experiência.** Através da feira isso só somou, né? Tanto para mim, quanto para o meu esposo. **Mudou a segurança alimentar da família, porque antes a gente até tinha conhecimento do que era saudável, mas a gente não encontrava tudo.** Eu tinha alguma coisa aqui, mas aí por exemplo, outra pessoa tinha outro tipo de produto, mas que só tinha lá na região dela e que não encontrava aqui e orgânico. Então, aqui com a feira, a gente já compra aqui o que consome durante a semana e não vai para as quitandas onde vende o convencional (Mãe Lúcia em entrevista a Bitencourt, 2022).

O depoimento da entrevistada destaca que, para além do ganho financeiro, outras dimensões da vida foram afetadas de forma positiva, inclusive com relação ao acesso a outros

alimentos. Exemplifica também, a importância da feira como espaço formativo de troca de experiências entre as pessoas e do contato direto com os consumidores.

Além do município de Sento Sé outros municípios do território também têm feiras agroecológicas e a experiência da Rede Mulher do Sertão do São Francisco tem contribuído para impulsionar outras iniciativas locais de comercialização, como ocorreu com a venda de cestas agroecológicas que iniciou-se durante a Pandemia de COVID-19 visando o escoamento da produção, a garantia do acesso ao alimento por parte dos consumidores e a promoção da segurança alimentar e nutricional e segue até os dias atuais.

No território, outro espaço importante de comercialização é o Armazém da Central da Caatinga que fica localizado na sede do município de Juazeiro, às margens do Rio São Francisco. O Armazém comercializa diversos produtos da agricultura familiar e da economia solidária e faz parte da Central de Comercialização das Cooperativas da Caatinga, uma rede formada por cooperativas do Semiárido. Bem ao lado do Armazém há um espaço reservado para a Feira Agroecológica de Juazeiro.

Além do espaço físico o Armazém possui uma loja online onde realiza venda para todo o país e faz entregas no Sertão do São Francisco. Esse é um tipo de comercialização que tem se tornado cada vez mais presente nestes territórios, principalmente, a partir de 2020. Coletivos como o *Monte en Red* e *Ninashpa* de Figueroa também têm utilizado cada vez mais as plataformas de redes sociais para vender sua produção, através do *Instagram* e do *Facebook*.

Na capital da província de Santiago del Estero a UTT foi inaugurado em maio de 2024 o Armazém da UTT (Painel Fotográfico 18). O espaço é uma conquista do movimento que faz parte de uma rede armazéns existentes em todo o país. Em Santiago del Estero é utilizado para comercializar uma variedade de produtos que chegam dos departamentos e de outras províncias da Argentina.

No local, há também um espaço para comercialização da *Colectiva Roja*, um grupo de mulheres que trabalham com produtos artesanais. Além disso, no armazém são realizados momentos de formação como palestras, rodas de conversa e apresentações culturais.

As feiras, os Armazéns, os espaços de comercialização criados pelos movimentos representam também a valorização da cultura e tradições locais. Nesses espaços o povo se encontra, reúne, troca saberes, mantém vivos os seus costumes, compram, doam, alimentos.



Fonte: Trabalho de Campo, 2024

Neste eixo da **valorização da cultura e tradições** identificamos as formas de resistência intrínsecas ao modo de vida dos povos do semiárido, representado por meio das diversas atividades realizadas pelos movimentos ao longo do ano que são marcadas por diferentes dimensões da vida, como o cultivo da terra para produção de alimentos, a maneira como se prepara esses alimentos, o trabalho coletivo nas comunidades, a dança, a música, o artesanato, o vocabulário que possui especificidades muito particulares de cada território, as histórias, a literatura, as festas típicas de cada comunidade rural, o jeito de viver e conviver com o semiárido. Assim, agrupamos neste eixo as seguintes ações: resgate de tradições culturais; fortalecimento da identidade cultural de cada povo; valorização e registro documental da memória; resgate do artesanato local.

Tanto no Sertão do São Francisco quanto em Figueroa essas ações são pujantes. Uma das principais é o resgate e registro documental da história e da memória dos povos, em fotografias, vídeos, livros etc (Painel Fotográfico 19). Como exemplo citamos o registro da história do Quilombo Lagoinha que está no “Livro Quilombolas do Vale do São Francisco”,

bem como, a história de vida de uma das fundadoras do coletivo *Juntas Triunfaremos* que foi contada no livro “Uma História muito linda” da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe e a experiência do *Monte en Red* que documenta sua história a partir de fotografias impressas que percorrem a sua trajetória.

Esses registros são possíveis a partir da parceria que esses movimentos realizam com outras instituições, como universidades e outras instituições, já que dificilmente podem arcar com o custo para a realização desses registros.

Painel Fotográfico 19: Registros da história de alguns movimentos do Sertão do São Francisco (Brasil) e de Figueroa (Argentina)



Fonte: Trabalho de Campo, 2022 e 2024

Outra ação que tem sido importante é o resgate de saberes ancestrais no trabalho manual, como tem feito o coletivo *Ninashpa* com a produção de cerâmicas (Painel Fotográfico 20). Essa é uma prática dos povos indígenas de Santiago del Estero que foi se perdendo e que o coletivo reconhece o retorno à confecção como uma possibilidade de resgatar esse conhecimento ancestral.

Painel fotográfico 20: Peças Artesanais produzidas pelas Mulheres do coletivo Ninashpa



Fonte: Trabalho de Campo, 2024

Alguns movimentos vêm trabalhando com a finalidade de passar também a tradição do tear para as gerações futuras. Um trabalho artesanal produzido em Figueroa pelas mulheres. Em nosso estudo encontramos experiencias de mulheres que trabalham com o tear no Km 12, em San Felipe e *Machajuay Huanchina*, com diferentes técnicas aplicadas (Painel Fotográfico 21). Com o intuito de fortalecer essa tradição no departamento, no mês de outubro de 2024, a *Asociación Civil Unión Progreso y Futuro Km 12* realizou o 1º *Encuentro Provincial de Teleras y Artesanos* com o tema “*Defendamos Nuestra Cultura Ancestral*”.

O coletivo *Monte en Red* além da produção de peças em tear, trabalha também com a produção de outras peças artesanais com a utilização da fibra de jaguar, materiais coletados na floresta, sabonetes artesanais produzidos a partir de ervas medicinais como a malva, a babosa, dentre outras (Painel Fotográfico 22).

O trabalho do *Monte en Red* não é apenas artesanal, é também territorial, político, ecológico e cultural porque representa uma forma de resistência criativa, que mantém vivos os saberes tradicionais, promove o cuidado com a natureza, gera renda e fortalece os laços comunitários. Além disso, a produção artesanal com base em saberes tradicionais e recursos locais possibilita a construção de uma autonomia financeira para as famílias, principalmente para mulheres envolvidas e estimula a economia solidária, com base na cooperação e na divisão

justa dos ganhos valorizando o trabalho manual, que muitas vezes é desvalorizado em mercados convencionais.

Painel fotográfico 21: Peças Artesanais produzidas por Monte en Red e o Pueblo Yaku Muchuna



Fonte: Trabalho de Campo, 2024

O trabalho realizado a partir dos materiais da floresta são feitos com árvores e galhos que estão caídos, conforme advertiu uma pessoa entrevistada: “[...] nosotros tenemos parte del monte como una reserva. Nosotros no cazamos adentro, no cortamos árboles. Sí utilizamos de los árboles caídos o de los gajos, pero ya no se cortan árboles” (Doña Delfina More em entrevista à Bitencourt, 2024).

Essa prática dialoga diretamente com as ações desenvolvidas no eixo da **Preservação ambiental**, composto pela criação de áreas de reserva; reflorestamento com espécies nativas e recuperação de áreas degradadas.

No Sertão do São Francisco, essas ações são realizadas por meio do recaatingamento, uma ação que consiste no cercamento de uma parte da área coletiva do território o qual a comunidade se compromete a preservar e recuperar essa área com a plantação de árvores nativas e seu manejo adequado, sem permitir a entrada de animais para o pastoreio. Já em Figueroa, essas ações em alguns casos resultam no “contracercamiento” mencionado anteriormente, que

tem a função tanto de proteger a área contra invasões, quanto de proteger contra o desmatamento.

Painel fotográfico 22: Produtos artesanais do Mont en Red, Figueroa, Santiago del Estero (Argentina)



Fonte: Trabalho de Campo, 2023 e 2024

As **Assessorias e Apoio social**, envolvem a assessoria técnica e extensão rural com orientação para a produção com princípios de base agroecológica, sem o uso de venenos, respeitando o ambiente em que estão inseridos, proporcionando o manejo, o cuidado com o bioma e com quem vive neste território; fornecimento de refeições; combate à violência doméstica; apoio a mulheres em situação de violência; atividades recreativas para crianças. São oferecidos pelos movimentos e ocorrem no próprio território com as associações rurais, cooperativas, organizações não governamentais, instituições de outros municípios, estados e

países. O intuito das assessorias é, através da orientação, instrução e formação, proporcionar a autonomia dos diferentes povos em seus territórios, como relata uma das entrevistadas:

Nós temos assessoria jurídica, mas existe outras técnicas, o pessoal da universidade que ajuda a gente nesses estudos, os dossiers, levantamento da realidade. A gente trabalha com a comunidade para que ela seja protagonista de suas ações. A gente tem a preocupação de fortalecer ou criar organizações deles, apoiar a criação das organizações, fortalecer as organizações para que eles sejam protagonistas da vida deles, dos rumos, não é? Tem muitas comunidades aqui que já se viram sozinhas. A gente só vai lá quando é convidado (Tânia em entrevista à Bitencourt, 2023).

A fala transcrita demonstra a relevância das assessorias para a autonomia das comunidades rurais e, evidencia a importância da formação que acontece no processo de assessoramento, porque ao mesmo tempo, esses movimentos também possibilitam a formação de organizações locais.

Essa é uma forma de auto-organização, assim como as ações que compreendem o *eixo organização interna* composto por reuniões, assembleias, intercâmbios de experiências, oficinas, encontros, realizados pelos movimentos e que constituem a base organizacional de cada um. São ações que ocorrem com grande frequência, pois são nesses momentos que os movimentos planejam e avaliam suas ações, suas estratégias de luta e resistência.

Na Fotografia 7 observamos o exemplo da Assembleia da Rede Mulher do Sertão do São Francisco realizada em 2024. As assembleias foram citadas como momentos em que os movimentos costumam tirar deliberações, promover processos formativos, compartilhar demandas, construir agendas de luta e de trabalho e planejar ações nos territórios, por isso, são consideradas um dos momentos mais importantes na estrutura organizacional dos movimentos.

Por fim, a *Articulação e participação em espaços de decisão dos governos* é constituído por ações em que os movimentos se articulam em diversas escalas, nacionais, regionais, estaduais/provinciais, municipais, com outros movimentos, instituições, ou em espaços de decisão política como: participação em fóruns, mesas de diálogo, articulações, redes em diferentes escalas (Fotografia 8).

Essa articulação possui forte relevância para os movimentos do Sertão do São Francisco, principalmente porque ao participar desses espaços é possível propor políticas públicas, incidir nas ações do Estado nos territórios, como ressaltou a representação de um movimento ao mencionar que o fato de o movimento estar participando de espaços como Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional tem ajudado a construir estratégias de incidência política nas políticas públicas para os territórios semiáridos.

Fotografia 7: Assembleia Rede Mulher do Sertão do São Francisco, em Juazeiro, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Acervo da Rede Mulher do Sertão do São Francisco

Fotografia 8: Plenária do CONSEA/BA, Salvador (Brasil)



Fonte: Trabalho de Campo, 2023

As ações apresentadas nesta seção representam um recorte que aponta para a multidimensionalidade da atuação dos Movimentos socioterritoriais dos territórios semiáridos investigados. Essa atuação, a depender do movimento, possui maior incidência em determinados eixos, entretanto, mesmo se dedicando a pautas mais específicas, compreendemos que se entrelaçam enquanto ações que objetivam a luta pela soberania alimentar em sua multidimensionalidade.

Nesse sentido, a expressão dessa luta para os territórios semiáridos se dá por meio da busca por formas, maneiras de construir modelos de desenvolvimento, estratégias apropriadas a cada território, respeitando as especificidades e a territorialidade de cada povo, aspecto esse que aprofundaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4: O PARADIGMA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E AS REDES DE RESISTÊNCIA PELA SOBERANIA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA



No son solo verduras!!

No son solo verduras!

*Es la tierra siempre generosa
y la agroecología tallada en las manos
de quienes la trabajan.*

*Es la asada casi parte del cuerpo
Y la contemplación de la vida en cada
surco.*

No son sólo verduras!

*Es la organización y es nuestra lucha
Por la libertad de las semillas nativas.
Es el precio digno
para quienes producimos la comida
Y es el precio justo
para quienes la consumen.*

No son sólo verduras

*Es poner en el centro el derecho;
a una alimentación sana,
segura, soberana y sabrosa.*

*Es enredarse en un inmenso abrazo
colectivo
entre el campo y la ciudad.*

No son sólo verduras!

*Es el acto creador de un vínculo nuevo,
Duradero y perfecto con el pueblo,
En solidaridad y por amor a él.*

AUTORIA DE: PAOLA ESCOBAR E PABLO ESCOBAR
UNIÓN DE TRABAJADORES DE LA TIERRA,
SANTIAGO DEL ESTERO, ARGENTINA.

FOTOGRAFIA: BITENCOURT, 2024



CAPÍTULO 4: O PARADIGMA DA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E AS REDES DE RESISTÊNCIA PELA SOBERANIA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA

A partir da análise das ações em comum desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais nos territórios do Sertão do São Francisco e Figueroa, procuramos elucidar no capítulo 3 como esses sujeitos coletivos lutam pela soberania alimentar. Compreendemos que essa luta nos territórios semiáridos perpassa pelo embate entre paradigmas que coexistem e que se expressam tanto na imaterialidade, quanto na materialidade do território.

É a partir desse entendimento, via debate paradigmático, que construímos a nossa argumentação para elaboração desta tese. Tendo em vista essa compreensão, aliando tal debate à análise das ações dos movimentos socioterritoriais entendemos que ao mesmo tempo, diferentes territórios e territorialidades são construídas no Semiárido Argentino e Brasileiro, envolvendo distintas lógicas e formas de pensar e propor o desenvolvimento.

Nos territórios investigados nesta tese, observamos o avanço do Capital via PCS nas suas diversas esferas que produz territórios cada vez mais desiguais e excludentes, e, a resistência dos povos, nas suas diferentes identidades, via Paradigma da Convivência com o Semiárido (PCSA) pautando os princípios deste paradigma como elementos importantes para o desenvolvimento dos semiáridos latino-americanos na proposição de construir soberania alimentar.

A partir desse entendimento, neste capítulo apresentamos as bases teóricas nas quais se assentam conceitos extremamente relevantes para a construção desta tese como: paradigmas, Segurança Alimentar e Soberania alimentar; argumentamos sobre o que estamos entendendo como Paradigma de Convivência com o Semiárido (PCSA); demarcamos como e porque as ações particulares de cada território representam a luta pela soberania alimentar no Sertão do São Francisco e em Figueroa e em que medida essas ações apresentam contribuições para pensar o PCSA. Por fim, trabalhamos os conceitos de redes e resistência que nos ajudam na elaboração de uma síntese do que defendemos enquanto a formação de redes de Redes de Resistência dos movimentos socioterritoriais na luta pela Soberania Alimentar no Semiárido Latino-americano que têm como materialização o Paradigma da Convivência com o Semiárido.

4.1. Conceitos, fundamentos e trajetórias da segurança alimentar e da soberania alimentar no Brasil e na Argentina

Um dos debates que perpassa a centralidade da questão agrária é o abastecimento alimentar numa escala global que está ancorado nas relações de poder engendradas na sociedade capitalista que determina sobre a produção, apropriação, circulação e acesso aos alimentos. Nesse sentido, o aprofundamento sobre tais relações perpassa pela discussão sobre os temas da fome, da segurança alimentar e da soberania alimentar.

Conforme debatemos no capítulo 2, a análise da questão agrária a partir dos regimes alimentares feita por McMichael (2016), apresenta uma série de fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, que moldaram tais regimes, mas que foram conformados, principalmente, a partir da forte atuação entre Capital e mercado que perpetua e reflete nas desigualdades de poder dentro do sistema alimentar global.

Coca (2016) pondera que, “existem problemas estruturais relacionados à economia capitalista, que fazem com que milhões de pessoas não tenham uma alimentação em quantidade e/ou qualidade adequada” (Coca, 2016, p. 33). Um desses problemas é a atual fase de globalização neoliberal na qual as grandes corporações exercem controle sobre o regime alimentar.

Convém mencionar que o tema da fome tem se destacado na escala mundial desde a primeira metade do século XX, a partir das duas Guerras Mundiais, ainda no regime alimentar denominado por McMichael (2016) de “regime alimentar imperial” que vigorou até a década de 1930. Assim, desde 1948, o acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes se tornou um direito humano - o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) - que passou a compor o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, com algumas alterações no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1976. De acordo com o Relator Especial da Organização das Nações Unidas para a alimentação,

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (ONU, 1999).

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a segurança alimentar era apenas um termo que tinha ligação direta com a segurança nacional e a capacidade de cada país de produzir

sua própria comida, portanto, aqueles países que conseguiam garantir a produção de comida suficiente para abastecer a população eram considerados países em situação de segurança alimentar. A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) esse conceito ganhou força, em especial, a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945. Desse momento em diante a segurança alimentar passou a ser tratada, de forma hegemônica, como uma questão de insuficiente disponibilidade de alimentos, ou seja, estava relacionada à quantidade de alimentos disponíveis e a garantia de acesso a estes (Leão, 2013).

Como debatemos no capítulo 2, entre as décadas de 1950 e 1970 os EUA começaram a impulsionar adoção de novas técnicas agrícolas para elevar a produção de alimentos, apoiadas em sementes de alto rendimento, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mecanização, além de novas variedades genéticas fortemente dependentes de insumos químicos. Essa mudança no contexto da geopolítica da produção de alimentos, inaugurou o que McMichael (2016) aponta como o início do “regime alimentar intensivo”, que, posteriormente, foi aos poucos sendo substituído, a partir da década de 1990, pelo “regime alimentar corporativo” demarcando a ascensão do mercado neoliberal, da expansão das *commodities* e a ampliação do mercado de alimentos processados.

No século XXI diversos países e organismos internacionais ligados à ONU tem apresentado propostas de mitigação do problema da fome em seus diversos níveis. A primeira delas foi a iniciativa da Agenda 21 composta pelos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e criada a partir das proposições dos Estados-membros da ONU, “tendo foco na erradicação da extrema pobreza e a fome, no ensino básico universal, na sustentabilidade ambiental, na promoção de igualdade de gênero, na melhoria na saúde materna e na redução da mortalidade infantil” (Jorge et al. 2022, p. 2).

Mais recentemente, a partir de 2015, uma atualização dos ODMs deu origem à Agenda 2030, que consiste nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas centradas em articular o desenvolvimento econômico com uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Dessa forma, o tema da insegurança alimentar passou a integrar mais uma agenda de ações globais da ONU e seus países membros.

Dentre os objetivos propostos, um deles versa sobre a erradicação da fome, o ODS 2 “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável”, é uma atualização do ODM 1: “Erradicar a pobreza extrema e a fome”. Em sua descrição traz pautas importantes para a resolução dos problemas relacionados com a insegurança alimentar. Uma dessas pautas é a promoção da agricultura sustentável entendido enquanto elemento importante para o combate da fome a partir da melhoria na qualidade

nutricional na perspectiva da garantia da segurança alimentar das populações mais vulneráveis dos países. Nas metas previstas, são citados elementos como a garantia acesso a alimentos seguros/nutritivos atendendo às necessidades nutricionais de diversos sujeitos, garantindo o acesso equitativo às terras, dobrando a produtividade agrícola e a renda de camponeses, indígenas, pescadores entre outros, ao mesmo tempo que busca recursos produtivos e insumos como “conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola”. Ademais, propõe sistemas sustentáveis para produção de alimentação resiliente às mudanças climáticas, bem como, a manutenção da diversidade genética de sementes/plantas/animais etc (Brasil, 2022).

A análise da Agenda 21 e da Agenda 2030, nos leva a inferir que são propostas e ações formuladas a partir dos organismos internacionais que objetivam em certa medida reduzir os diversos contextos de insegurança alimentar e não modificam problemas estruturantes do sistema capitalista que modela a questão alimentar mundial, como os aspectos da questão agrária que debatemos no capítulo 2 desta tese. Ao contrário, operam pela manutenção desse sistema.

Verificamos que, ao mesmo tempo que a ONU propõe ações para a garantia do acesso aos alimentos, via ODS 2, indica o subsídio da exportação agrícola voltada às *commodities*, principalmente na regulação e pleno funcionamento do seu mercado, o que entendemos que está pautado na internacionalização do Capital do mercado de *commodities*. Além disso, embora cite o acesso equitativo às terras como meio para aumento da produção agrícola e da renda dos diferentes povos do campo, não avança, nem aprofunda essa discussão que é estruturante para pensar na redução dos diversos níveis da insegurança alimentar mundial e, especificamente para a América Latina, onde desenvolvemos essa pesquisa.

Tal realidade, evidencia o fato de que a escassez de alimentos está intrinsecamente relacionada à problemas oriundos da lógica do modo de produção capitalista que transformou o alimento em mercadoria. O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, desde meados do século XX, as grandes corporações passaram a exercer o controle da produção e distribuição dos alimentos se apropriando da terra, das fontes de energia, das tecnologias, dos insumos e das redes de transporte como aponta Stédile e Carvalho (2011).

Dessa maneira, o alimento ao ser tratado a partir da lógica da financeirização no regime alimentar corporativo, transformou-se em uma mera mercadoria (McMichael, 2016). Contrariamente a essa lógica, entendemos o alimento enquanto “um tema transversal que denota a validade de vários conceitos geográficos (território, região, globalização, escala, por exemplo) para a interpretação da realidade atual” (Coca, 2016, p.322).

Nos ancoramos no que defende a Via campesina Internacional, “um movimento internacional que reúne milhões de camponeses sem terra, povos indígenas, pastores, pescadores, trabalhadores agrícolas migrantes, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais e jovens camponeses de todo o mundo (Via Campesina, s/p, s/a, tradução nossa)⁴¹. A Via Campesina defende que o alimento tem um significado multifacetado que vai além de sua função nutricional básica; é um símbolo de resistência, justiça e autonomia. Portanto, é mais do que apenas uma mercadoria; é uma questão de segurança, dignidade e autonomia.

No final do século XX, o movimento passou a defender e construir um conceito alicerçado na solidariedade, a soberania alimentar que “es el derecho de los pueblos a alimentos saludables y culturalmente apropiados, producidos mediante métodos ecológicamente respetuosos y sostenibles, y su derecho a definir sus sistemas alimentarios y agrícolas (Via Campesina, s/p, s/a). Assim, a soberania alimentar, abrange não somente o direito a ter acesso ao alimento, mas também o direito de cada povo em produzi-lo, de ser soberano com relação ao domínio das técnicas e insumos para a produção (Stédile; Carvalho, 2011).

A proposta da soberania alimentar é um conceito que agrega maiores subsídios na garantia de direitos ao mesmo tempo que conflita com a proposta da produção de alimentos com base em agroquímicos, por meio da mecanização agrícola, vai de encontro com a proposta do uso de novas técnicas na produção de alimentos que trazem consigo, dentre outros aspectos, a devastação da natureza, a concentração de terra e água nas mãos de grandes empresas, a transformação da agricultura em negócio e a apropriação dos saberes e riquezas dos diversos povos que compõem o campesinato.

A soberania alimentar questiona o modelo econômico e o sistema agrícola preconizado pela globalização baseados exclusivamente no lucro fazendo com que na atual fase de acumulação capitalista, o alimento seja cada vez menos tratado pelo seu valor de uso. Enfrenta as grandes corporações e o seu lucro exponencial com o controle e a produção de alimentos, enquanto as populações sofrem com contextos de pobreza e privações de acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficientes para manter as suas necessidades nutricionais e de subsistência.

Em sua gênese, a soberania alimentar é um conceito que contempla a noção de segurança alimentar e, vai além dela propondo outro projeto de sociedade, como enfatiza Valério (2019, p. 43): “considerada a partir das referências da soberania alimentar, a segurança alimentar é

⁴¹ es un movimiento internacional que reúne a millones de campesinxs* trabajadorxs sin tierra, indígenas, pastorxs, pescadorxs, trabajadorxs agrícolas migrantes, pequeñxs y medianxs agricultorxs, mujeres rurales y jóvenes campesinxs de todo el mundo” (Texto retirado do *site* da da Via Campesina, 2020).

sempre o produto e não o processo”. A construção de um projeto de soberania alimentar preconiza o controle daqueles que produzem o alimento em todo o processo da produção e de sua circulação.

A luta pela soberania alimentar envolve, dentre outros fatores, a democratização do acesso à terra, água, sementes e recursos necessários para produzir alimentos de forma sustentável e saudável, sem depender excessivamente de insumos externos ou de sistemas alimentares controlados por grandes corporações; criação de mercados voltados para a agricultura camponesa; a valorização do trabalho das mulheres e a preconização da produção de base agroecológica, que respeite as especificidades de cada território e as territorialidades de cada povo (Via Campesina, 1996).

Pensar a produção, circulação, apropriação e consumo de alimentos a partir da defesa da soberania alimentar, baseada na preservação e cuidado com os ecossistemas promovendo a saúde do solo, a conservação da água e a biodiversidade, respeitando a diversidade cultural e alimentar de cada povo, seja na produção, preparação e consumo dos alimentos, significa pensar em outro “regime alimentar” que se coloca em contraposição ao “regime alimentar corporativo”, bem como, contrasta com os modelos de produção intensiva e industrial que frequentemente resultam na perda de biodiversidade dos ecossistemas e na degradação da vida humana.

Edelman (2014) ao escrever sobre as conceituações dos temas da soberania alimentar e segurança alimentar mostra que existem muitas definições e interpretações para este último conceito. Na visão do autor, uma das principais críticas ao conceito de segurança alimentar é o fato de não questionar as condições da produção dos alimentos e por permitir que as metas que propõem o alcance da segurança alimentar sejam obtidas por meio de práticas ambientalmente destrutivas ou exploratórias, enquanto a soberania alimentar defende sistemas locais e democráticos de produção e distribuição dos alimentos. Essa é uma crítica que endossamos.

No que se refere à compreensão da segurança alimentar a partir do ponto de vista de organismos internacionais como a ONU, com princípios e propósitos ligados estritamente ao fornecimento e acesso a alimentos, entendemos essa visão como antagônica ao conceito de soberania alimentar. Ao mesmo tempo, essa também é uma compreensão que interessa ao agronegócio, conforme aponta Fernandes, (2017) quando argumenta que interessa ao agronegócio defender a segurança alimentar e não a soberania alimentar, porque vista por este prisma, a segurança alimentar “[...] funciona apenas como una política de compensación destinada a garantizar alimentos parcialmente processados para las poblaciones pobres, pero no para garantizar a las poblaciones con hambre el derecho a producir sus propios alimentos”

(Fernandes, 2017, p.33). Esses apontamentos feitos pelo autor caracterizam a segurança alimentar enquanto fornecimento de alimentos.

Ademais, os conceitos da segurança alimentar, e a soberania alimentar tiveram como ponto de partida contextos históricos diferentes. Enquanto a primeira surgiu a partir dos contextos de fome dos “países em desenvolvimento”, e o empecilho que esta realidade representava para o avanço do processo de globalização, a segunda nasceu como forma de enfrentamento ao monopólio internacional da produção de alimentos, como aponta Cataño Hoyos e D'Agostini (2017). Nessa direção, Stédile e Carvalho, escrevem que (2011) “Siendo la soberanía alimentaria una concepción que se construye a partir de la soberanía popular, es absolutamente incompatible con cualquier estrategia que intente retomar los intereses privados de lucro sobreponiéndose a los intereses de la población” (Stédile; Carvalho, 2011, p.16).

O geógrafo Josué de Castro em seus apontamentos de meados do século XX, quando estudou a fome no Brasil, argumentou que: “Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda terra dos homens tem sido até hoje a terra da fome” (Castro, 2001, p. 42). Josué de Castro construiu a partir de seus estudos e pesquisas sobre a realidade da fome no Brasil o que denominava de regiões geográficas da fome e construiu argumentos sólidos para desnudar a ideia de que a fome era um fenômeno natural inevitável. Ele demonstrou que na verdade, a fome é uma consequência direta das estruturas sociais, econômicas e políticas que geram desigualdades e injustiças.

O autor foi pioneiro em destacar a natureza social e política da fome e sua obra possui grande relevância para entender as causas estruturais da fome no contexto mundial. Josué de Castro tinha uma visão global da fome enxergando como um problema enraizado em relações desiguais de poder entre países ricos e pobres. Para o Geógrafo, a fome servia como instrumento de controle e dominação, tanto em níveis nacionais quanto internacionais. Nesse sentido, a caracterizou como um problema social, resultante da concentração fundiária, da pobreza, da exploração e da falta de acesso aos recursos básicos, como alimentos, água e terra, ou seja, está intrinsecamente relacionada com a questão agrária (Castro, 1959; 2001). Essa é uma leitura atual e de extrema relevância para pensar os conceitos que estamos debatendo nesta tese.

Mesmo se constituído como um problema estrutural no Brasil, oriundo da pobreza em que viviam determinados grupos sociais, denunciado por Josué de Castro desde a década de 1940, como uma decisão política, que delegava às condições naturais, climáticas e étnicas a justificativa da miséria, esse sempre foi um problema escamoteado pelo Estado e pelos

governos com a finalidade de perpetuar o poder das elites locais, especialmente no recorte empírico dessa pesquisa.

Maluf (2009, 2015) agrega os conceitos de soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional ao Direito Humano à Alimentação adequada para formular a ideia de abastecimento alimentar. O autor afirma que o abastecimento alimentar constitui um conjunto diverso e complexo de atividades na esfera da circulação, mediadoras do acesso aos alimentos e de sua própria produção, envolvendo diferentes sujeitos sociais, especialmente agentes econômicos privados e, também órgãos de Estado.

Dessa maneira, abordar o abastecimento implica ir além da simples disponibilidade de bens, já que a forma como as atividades de produção e circulação são organizadas interfere no acesso, consumo e produção de alimentos. Uma política de abastecimento pautada na segurança e na soberania alimentar abrangeria ações e instrumentos que expandam o acesso a alimentos adequados e saudáveis, produzidos e distribuídos de modo socialmente inclusivo, ambientalmente sustentável e que valorize a diversidade em suas múltiplas expressões (Maluf; Luz, 2016). Entretanto, há desigualdades latentes, concentração de diferentes elementos como terra, água, tecnologia, dentre outros, que são essenciais para a produção, distribuição e acesso ao alimento que não permitem a solução do problema do abastecimento e da fome, mesmo com grande produtividade, situação que o autor também reconhece em suas análises sobre o caso brasileiro.

No contexto mundial, notamos neste início do século XXI notamos o crescimento no número de pessoas em situação de insegurança alimentar nos mais diversos níveis em diferentes países, conforme apontam os relatórios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

O relatório publicado pela instituição em 2023 trouxe dados preocupantes sobre a fome, caracterizada por estados de subalimentação, que atingiu a 9,2% da população mundial em 2022. A insegurança alimentar moderada ou grave, aquela em que as pessoas apresentam incertezas com relação ao acesso ao alimento durante o ano⁴² atingiu a 29,6% da população mundial, enquanto a insegurança alimentar grave⁴³ caracterizada pelo não acesso ao alimento, atingiu a 11,3% (FAO, 2023).

⁴²“La inseguridad alimentaria moderada se refiere a una situación en la que los individuos se enfrentan a incertidumbres sobre su capacidad para obtener alimentos, viéndose obligados a reducir, en ocasiones durante un año, la calidad o cantidad de alimentos que consumen, debido a la falta de dinero u otros recursos” (FAO, 2023, p. 8).

⁴³La inseguridad alimentaria grave significa que los individuos probablemente se han quedado sin comida, han padecido hambre y, en el caso más extremo, han pasado días sin comer, con lo cual su salud y bienestar se ponen en grave riesgo” (FAO, 2023, p. 8)

Num contexto regional, os dados também são alarmantes. Em 2020 (FAO, 2021) a insegurança alimentar moderada ou grave atingiu 39,3% da população da América Latina e Caribe, percentual que estava bem acima da média global que é 29,4%. O aumento da insegurança alimentar moderada ou grave entre 2015 e 2022 foi de 30,2 pontos percentuais na região. Após o contexto da pandemia de COVID-19 cresceu de 31,5% em 2019 para 40,3%, em 2021, um aumento de 9 pontos percentuais, revelando que mais de 4 milhões pessoas começaram a passar fome na América Latina e no Caribe entre 2020 e 2021. Após a pandemia esse percentual apresentou um decréscimo, porém continuou alto, com 35,5% da população em situação de insegurança alimentar moderada ou grave.

Ressaltamos que, embora os níveis mais altos de insegurança alimentar total sejam observados no continente Africano, é na América Latina e no Caribe que a insegurança alimentar está aumentando mais rapidamente: cresceu de 22,9% em 2014 para 31,7% em 2019, devido a um aumento acentuado na América do Sul. Em 2019, a FAO (2020) estimava que 9% da população regional sofria de insegurança alimentar grave. Em 2022, esse percentual subiu para 12,6% (FAO, 2023). A América do Sul, desde 2014 é a região em que os dados revelam um crescimento mais acelerado da insegurança alimentar na América Latina. Considerando somente a insegurança alimentar grave, entre 2015 e 2022 o percentual cresceu de 5% para 12,7%, atingindo mais que o dobro.

Já o relatório lançado em julho de 2024 apontou que cerca de 2,33 bilhões de pessoas no mundo convivem com insegurança alimentar moderada ou grave. Dentre elas, mais de 864 milhões vivenciam a forma mais severa, chegando a ficar sem alimentos por um dia inteiro ou mais. A estimativa da FAO é de que entre 713 e 757 milhões de pessoas, o que corresponde a 8,9% e 9,4% da população global, respectivamente, possam ter enfrentado fome durante o ano de 2023. A África permanece como a região mais afetada, com 58% da população em situação de insegurança alimentar moderada ou grave (FAO, 2024).

Na América Latina e no Caribe, os dados apontam que houve certa melhora nos números, pois diminuiu a proporção estimada da população em situação de fome, alcançando em 2023 o percentual de 6,2%. Entretanto, considerando a insegurança alimentar moderada ou grave, a prevalência era de 28,2% da população. Numericamente, a fome afetou mais de 40 milhões de pessoas na região.

Uma outra expressão da insegurança alimentar que tem se tornado a forma mais comum de má nutrição mundial é a obesidade. Um estudo realizado pela *The Lancet* (Phelps et

al. 2024) revelou que atualmente são mais de 1 bilhão de pessoas obesas no mundo. Nos últimos 30 anos a quantidade de crianças e adolescentes obesas saltou de 31 milhões para 159 milhões e entre adultos esse número subiu de 195 milhões para 879 milhões.

Sobre o tema da obesidade, o relatório da FAO (2024) apresenta a seguinte estimativa: “New estimates of the prevalence of adult obesity reveal a steady increase over the last decade, from 12.1 percent (591 million people) in 2012 to 15.8 percent (881 million people) in 2022. It is projected that the number will increase to more than 1.2 billion by 2030⁴⁴” (FAO, 2024, p.31).

Os dados da fome, da obesidade e das diferentes maneiras de desnutrição no contexto mundial e da América Latina, apresentados pelos relatórios citados, revelam a face perversa do regime alimentar corporativo centrado no lucro das grandes corporações que tem controlado desde a produção de alimentos até a sua venda, promovendo a padronização e homogeneização dos alimentos em detrimento da destruição da cultura e da diversidade alimentar mundial.

Ressaltamos ainda, que, mesmo os trabalhadores, camponeses, diversos povos do campo, envolvidos no processo de produção dos alimentos, grande parte estão em situação de fome. Em termos numéricos, a FAO (2023), apresentou em seu relatório que os povos que vivem em áreas rurais na América Latina e Caribe são os que mais sofrem com a insegurança alimentar em seus diferentes níveis. São 14,4% em situação de insegurança alimentar grave e 40,4% em situação de insegurança alimentar moderada ou grave. “Globally and in all regions except Northern America and Europe, the prevalence of food insecurity is consistently higher in rural areas than in urban areas, while the prevalence in peri-urban areas compared to rural areas differs among regions⁴⁵” (FAO, 2024, p.4).

Observamos, portanto, que a organização do espaço agrário latino-americano está voltada para a produção de alimentos com a finalidade de atender a demanda do mercado enquanto os povos do campo, nas mais diversas regiões, não têm acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes. Conforme argumenta McMichael “A derradeira ironia do regime alimentar é que a maior parte da fome mundial envolve trabalhadores envolvidos na produção de alimentos” (McMichael, 2016, p.137).

Lembramos que os ODS, que citamos anteriormente, e que têm como um de seus objetivos acabar com a fome no mundo, completam dez anos em 2025 e, ao invés de haver um

⁴⁴ “Novas estimativas sobre a prevalência de obesidade em adultos mostram um aumento constante na última década, passando de 12,1% (591 milhões de pessoas) em 2012 para 15,8% (881 milhões de pessoas) em 2022. Projeta-se que esse número ultrapassará 1,2 bilhão até 2030” (FAO, 2024, p.31, tradução nossa).

⁴⁵ “Em âmbito global e em todas as regiões, exceto na América do Norte e Europa, a prevalência de insegurança alimentar é consistentemente maior em áreas rurais do que em áreas urbanas, enquanto a comparação entre áreas periurbanas e rurais varia de acordo com a região” (FAO, 2024, p.4, tradução nossa).

declínio na insegurança alimentar mundial, ocorreu um movimento oposto, a estimativa da própria FAO (2024) é de que se houver uma continuidade na tendência que tem apresentado os números da fome mundial, cerca de 582 milhões de pessoas estarão cronicamente subnutridas em 2030. No nosso entendimento isso ocorre porque, apesar de propor ações importantes no enfrentamento à fome, não há por tal organismo, ou pelos Estados que o compõem um questionamento do modo de produção vigente, das estruturas que aprofundam as desigualdades, a miséria e a fome no mundo.

Desse modo, o pacote tecnológico que vem sendo difundido no campo desde o fim da II Guerra Mundial, que tratamos no capítulo, aliado ao “regime alimentar neoliberal, opera por meio dos Estados que internalizaram o princípio de mercado”, como escreveu (McMichael, 2016, p. p.125) e reafirma cada vez mais contextos de fome na escala mundial.

No caso brasileiro, a fome é uma problemática que vem sendo denunciada desde a década de 1940. Nesse sentido, apresentaremos a seguir alguns marcos e políticas públicas importantes no país. Um dos primeiros marcos foi o lançamento em 1946 do livro Geografia da fome de Josué de Castro. O autor, através de suas pesquisas demonstrava que a fome era uma decisão política que delegava às condições naturais, climáticas e étnicas a justificativa da miséria. Um ano antes, em 1945 tinha sido instalada a Comissão Nacional de Alimentação que responsável pela criação e estruturação do Programa Nacional de Merenda escolar (promulgado em 1954) e o I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (promulgado em 1953).

Na década de 1960 instituiu-se a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) responsável pela execução de planos e programas governamentais de abastecimento; a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) responsável pela política nacional de abastecimento; e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem) executava planos e programas governamentais relacionadas ao armazenamento de produtos agropecuários e advindos da pesca.

Em 1972 foi criado o primeiro Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) visando oferecer a suplementação alimentar em diferentes públicos como gestantes, crianças e adolescentes de até 14 anos. No mesmo ano foi criado também o Instituto Nacional de Alimentação e nutrição (INAN) com a finalidade de propor, promover, fiscalizar e avaliar o PRONAN. Ainda em 1972, foi sancionada a Lei nº 5851 autorizando a instituição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). O segundo PRONAN foi criado em 1976 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar foi criado já no final da década em 1979.

A década de 1980 teve alguns marcos históricos importantes como a 8ª Conferência Nacional de Saúde e a 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, ambas em 1986. No ano seguinte foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a primeira Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) tendo como finalidade conhecer a estrutura dos orçamentos das famílias brasileiras e traçar um perfil das condições de vida. Em 1989 o INAN com a colaboração do IBGE do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPLAN) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizaram a Pesquisa Nacional sobre Saúde e nutrição (PNSN) que apontou 32 milhões de brasileiros vivendo na indigência (Vasconcelos, 2004).

Na década de 1990, a fome passou a ter maior visibilidade a partir de mobilizações que desencadearam na conformação da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela vida” um movimento integrado por diferentes segmentos da sociedade civil, entidades e organizações que tinha como principal objetivo mobilizar e sensibilizar a sociedade para combater a fome, a miséria e a exclusão social, através da promoção de mudanças estruturais e emergenciais na realidade econômica, política e social do país. Na efervescência desse processo de mobilização social também foi divulgado os dados da pesquisa realizada pelo IPEA (Vasconcelos, 2004).

Em 1990 foi criado o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Logo depois, em 1993 o governo Itamar Franco, pressionado pela sociedade implementou o Plano de Combate à Fome e à Miséria e criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), um espaço de participação e proposição da sociedade e do governo no enfrentamento da fome. Neste mesmo ano foi criado o Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA). No ano seguinte, em 1994 foi realizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que teve 2 mil delegados e na qual foram aprovadas as diretrizes para construção de uma política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Faculdade de saúde pública da USP, 2025).

Com a entrada do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1995, o CONSEA foi destituído. Essa ação significou a redução das pautas sobre o tema da fome no governo e uma diminuição na participação da sociedade civil. A Faculdade de saúde pública da Universidade do Estado de São Paulo (USP) (2025), aponta que anos seguintes foram criadas políticas importantes como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e em 1999 foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Apesar da destituição do CONSEA, a sociedade continuou mobilizada e, em 1998 criou o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) com participação

intensa da sociedade civil na elaboração conceitual sobre a temática, na implementação de ações locais e na proposição de ações em torno do combate à fome. Nos primeiros anos do século XXI ainda sob o governo FHC em 2001 foi criado o Bolsa Alimentação, um programa que disponibilizou para as famílias um valor a ser sacado todo mês, visando contribuir com a alimentação daquelas famílias em situação da pobreza.

Em 2003 Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência e logo em seu primeiro discurso colocou o tema da fome como uma pauta de governo. A partir da articulação dos diversos movimentos e instituições integrantes do FBSSAN e sua contribuição com diferentes políticas de combate à fome que restituiu o CONSEA nacional pelo então presidente. Esse foi um marco importante na história da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) brasileira no sentido de ajudar na compreensão de quais as bases que estruturaram as políticas públicas de SAN no país, bem como, os sujeitos coletivos envolvidos na construção do conceito de SAN que vigora enquanto instrumento normativo e jurídico no Brasil.

De acordo com os dados da Faculdade de saúde pública da USP (2025), no mesmo ano foi lançado o Programa Fome Zero com um conjunto de ações de combate à fome no país, o PAA e o Garantia-Safra. No ano seguinte, em 2004 foi realizada a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e a criação do Programa Bolsa família, extinguindo programas como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, dentre outros. O Bolsa Família integrava diferentes ações visando a transferência de renda continuada.

Em 2006, o Brasil aprovou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas assegurar o direito humano à alimentação adequada. Abrimos um espaço nesta contextualização histórica do tema da fome e das políticas públicas sobre a temática no Brasil para argumentar que este conceito de SAN sob o qual estão assentadas as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro para mitigar a fome foi pensado a partir dessas prerrogativas de mobilização social, de ampla participação dos movimentos, o qual culminou na seguinte definição:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006).

Essa é uma noção que se aproxima do conceito de soberania alimentar em alguns elementos como as bases da produção de alimentos, o respeito à diversidade, a promoção da

saúde e a sustentabilidade. Entretanto, concordamos com Valério (2019), quando defende que a abordagem oficial brasileira apresentada pela LOSAN, apesar de trazer o conceito de soberania alimentar, a subordina à segurança alimentar, esvaziando o sentido transformador da soberania quando estabelece esse conceito apenas enquanto princípio da segurança alimentar, invertendo os papéis. Nas palavras do autor:

Ou seja, ao contrário do entendimento de que a soberania alimentar está contida na segurança alimentar (como apresentado pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), penso que é a segurança que se subordina à soberania. Isso porque a soberania alimentar (produção local para abastecimento local e regional) contempla a segurança alimentar (garantia de acesso regular aos alimentos), enquanto o oposto não é verdadeiro (Valério, 2019, p. 44).

A soberania alimentar, conforme aponta Valério (2019) é um conceito pautado na produção voltada para o abastecimento local e regional e que, portanto, garante naturalmente o acesso regular aos alimentos. Quando a comunidade tem controle sobre sua produção e sua forma de consumo, ela não apenas assegura que haja comida suficiente, mas também que essa comida seja fruto de práticas e processos adequados à realidade socioterritorial local, respeitando valores culturais e necessidades específicas. Dessa forma, se houver soberania alimentar, a segurança alimentar também estará presente, mas a mera garantia de segurança alimentar não implica, por si só, que a soberania sobre os processos de produção e distribuição esteja garantida.

Dando prosseguimento, após a aprovação da LOSAN, advertimos que existem diversas outras políticas públicas instituídas ainda na primeira década dos anos 2000, que não mencionaremos neste momento. Apenas destacamos entre elas a regulamentação da compra de alimentos do PNAE em 2009, através da lei nº 11947, devido à sua importância tanto a promoção do acesso ao alimento, quanto para a comercialização da produção camponesa.

Em 2010 foi aprovada a inserção da alimentação como direito social na Constituição Federal. Ou seja, a alimentação passou a ser protegida pela Constituição da mesma forma que outros direitos sociais, como saúde, educação e trabalho. Na prática, isso contribui para o fortalecimento da responsabilidade do poder público em garantir programas e medidas concretas para combater a fome e a insegurança alimentar. No mesmo ano também foi instituída a Política Nacional de SAN e em 2011 foi lançado o I Plano Nacional e Segurança Alimentar e Nutricional com duração de 4 anos.

Outra política pública instituída nesta década e que interessa de maneira específica aos diferentes povos do Semiárido Brasileiro foi o Programa Nacional de Apoio à Captação de

Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas), criado em 2013. Também neste ano a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA⁴⁶), ferramenta estima a prevalência dos níveis da insegurança alimentar em domicílios foi aplicada pela terceira vez na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e identificou 77,1% dos brasileiros em situação de segurança alimentar, o maior percentual registrado na história do país. Em 2014 o país saiu da Mapa da Fome e registrou apenas 5% da população em situação de insegurança alimentar grave.

Em 2016, a Presidenta Dilma Roussef sofreu um golpe político através de um processo de *impeachment*, que instaurou uma crise econômica e social que no país. No mesmo ano o Congresso Nacional aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 241) que impôs um corte de gastos sociais pelo período de 20 anos. Logo depois, em 2018 a POF realizada pelo IBGE detectou um percentual de 36,7% da população em situação de insegurança alimentar grave e 63,3% em algum nível de insegurança alimentar. A pesquisa realizada entre 2017 e 2018, evidenciou o aumento da fome nas cinco regiões do território brasileiro. Um fator que agravou esse quadro foi um crescente desmantelamento das políticas públicas voltadas para a agricultura camponesa, pois, concomitantemente ao aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar no período de 2017 a 2018, houve por parte do Estado o corte contínuo em políticas públicas voltadas para o tema da fome.

Em 2019 assumiu o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro e uma das primeiras ações dele foi a extinção do CONSEA por meio da Medida Provisória 870, no primeiro dia de seu mandato. O Conselho, é componente importante do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), pois tem como objetivo promover a formulação e articulação de políticas de segurança alimentar e nutricional em nível nacional, estadual e municipal, bem como o acompanhamento e a avaliação dessas políticas públicas.

Desde então, o governo federal continuou desmantelando políticas públicas que impactaram diretamente a vida dos cidadãos, como o PAA e o PNAE, dentre outras, conforme debatemos em Buscioli et al (2022). Tais ações corroboraram para o retorno do Brasil aos índices de insegurança alimentar que conduziram ao retorno ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2022, apenas seis anos após ter superado essa situação.

⁴⁶ Explicamos que a EBIA classifica a Segurança Alimentar de acordo com os seguintes níveis: Segurança Alimentar - para domicílios com acesso regular, permanente e adequada sem comprometer outras necessidades básicas; Insegurança Alimentar Leve - quando há preocupação com o acesso a alimentos no futuro; Insegurança Alimentar Moderada - nos casos onde há comprometimento da quantidade e da qualidade dos alimentos; Insegurança Alimentar Grave - quando há períodos em que não há acesso a alimentos. Advertimos que, diferentemente da EBIA, a FAO não tem a categoria insegurança alimentar leve e utiliza outra metodologia para percepção da fome. Para maior aprofundamento consultar Santos et al (2014).

Apesar da oficialização em 2022, haviam pesquisas que apontavam para essa realidade, como a POF que mencionamos anteriormente e relatório da pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2021), em 2020, em meio à pandemia causada pelo vírus *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 (SARS-CoV-2)*. O relatório revelou que, nas cinco regiões do Brasil, tanto em áreas rurais como urbanas, houve aumento do número de famílias em condição de insegurança alimentar leve e moderada, ao mesmo tempo em que diminuiu o percentual de domicílios em situação de segurança alimentar. De acordo com essa pesquisa, 116,8 milhões de pessoas sofriam de insegurança alimentar em 2020 (Gráfico 11). Os dados mostraram que havia uma forte presença de insegurança alimentar em lares chefiados por mulheres (11,1% enfrentavam a fome); nas regiões Norte e Nordeste (18,1% e 13,8%, respectivamente); e que a população negra é a mais afetada (10,7%) (Rede PENSSAN, 2021).

Em 2022, o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de COVID-19 (II VIGISAN) realizado pela Rede PENSSAN detectou 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer no país. Segundo os dados levantados, entre o final de 2021 e o início de 2022, pouco mais de 40% dos domicílios desfrutavam de segurança alimentar, enquanto em 28% havia sinais de instabilidade, traduzidos por preocupação com a obtenção de alimentos e queda na qualidade das refeições. Em cerca de 30,7% dos lares observou-se insuficiência alimentar moderada ou grave, sendo que 15,5% desses conviviam efetivamente com episódios de fome (Rede PENSSAN, 2022).

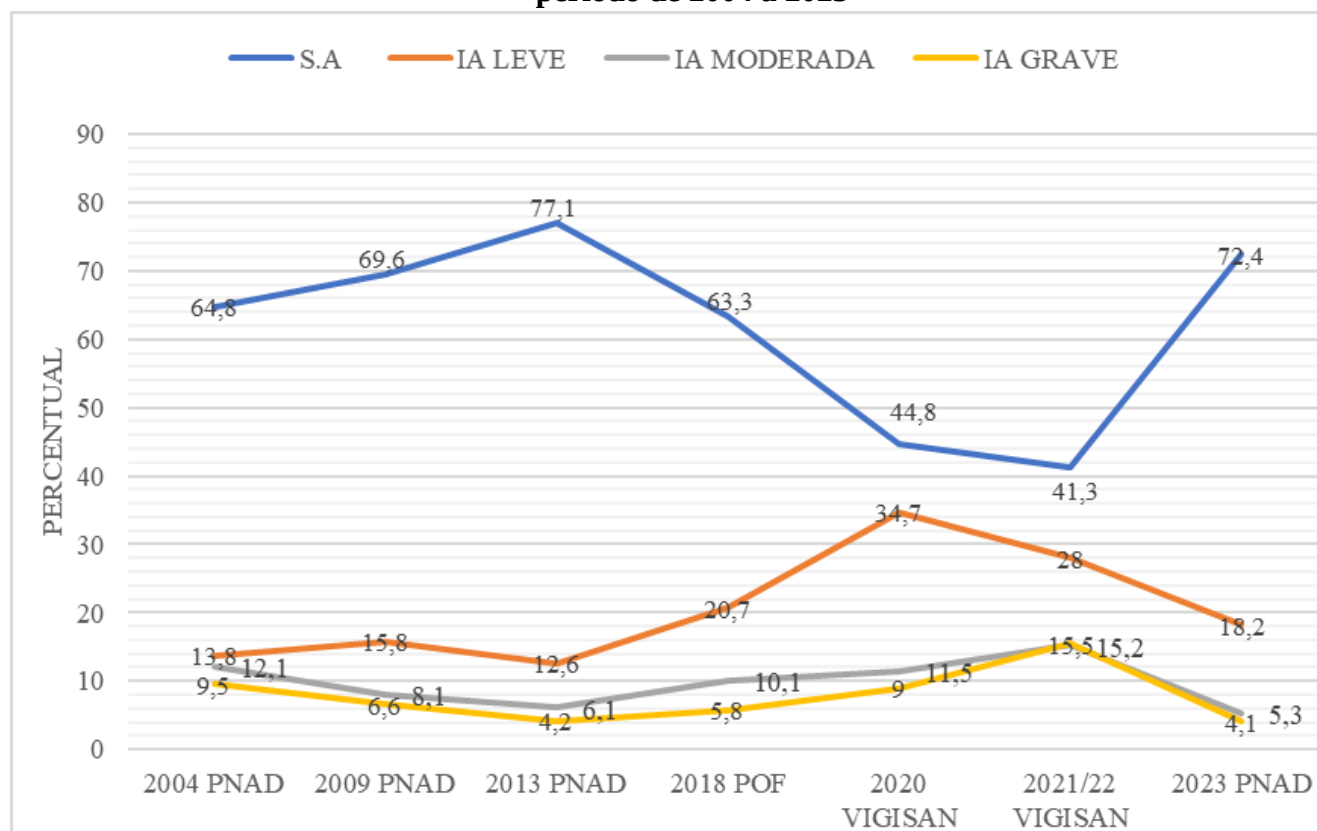
Os dados da Rede PENSSAN (2021 e 2022), apontam que a região Nordeste, onde se localiza o território do Sertão do São Francisco analisado nesta tese, apresentou índices elevados de insegurança alimentar e nutricional. Em 2020, a soma de casos nos níveis leve, moderado e grave alcançou 70% da população, sendo que a forma mais severa (fome) afetou 13,8%. Nesse mesmo período, cerca de 40,2% dos domicílios enfrentaram insegurança hídrica, caracterizada pelo fornecimento irregular ou falta de água potável. Em 2021, 38,4% das pessoas na região conviviam com os estágios mais graves de insegurança alimentar e nutricional, atingindo principalmente populações rurais, aspectos estes que debatemos em Bitencourt e De Paula (2023).

Em abril de 2024, o IBGE divulgou a pesquisa realizada com base na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) referente ao último trimestre de 2023 na qual identificou que, dos 78,3 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil, cerca de 72,4% mantinham condições de segurança alimentar (SA), enquanto 27,6% apresentavam algum nível de insegurança alimentar (IA). Desse total, aproximadamente 18,2%

estavam em IA leve, 5,3% em IA moderada e 4,1% em IA grave. A pesquisa apontou que a estimativa era de que 3,2 milhões de domicílios vivenciaram escassez significativa de alimentos, impactando tanto adultos quanto crianças e adolescentes, evidenciando situações de fome em algum momento do período de referência de três meses. Esse quadro se intensificou na área rural, onde a IA grave alcançou 5,5%, superando o índice de 3,9% na área urbana.

É importante mencionar que esses últimos dados se referem a um período de retomada de diversas políticas públicas por parte do governo federal sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, que retoma o debate da fome como uma pauta de governo. Conforme a análise da Rede Penssan, (2024) essa mudança ocorreu principalmente, pela formulação e implementação de políticas públicas que demonstraram impactos positivos, com destaque para a reinstalação do CONSEA em 2023.

Gráfico 11: Segurança Alimentar e níveis de Insegurança Alimentar no Brasil no período de 2004 a 2023



Fonte dos Dados: I VIGISAN e COVID-19 – 2021; II VIGISAN e COVID-19 - 2022; PNAD 2023
Elaboração: Bitencourt, 2024

A Rede Penssan elabora uma explicação que consideramos coerente, quando aborda em nota técnica o fato de que, como a EBIA se concentra no acesso aos alimentos, a redução na taxa de desocupação entre pessoas de 14 anos ou mais, de 14,4% em 2020 para 7,6% em 2023, aliada ao aumento de 12,2% na massa de rendimento mensal domiciliar per capita, indica

sinais de recuperação econômica. Da mesma forma, a ampliação do programa de transferência de renda, atendendo 20,8 milhões de famílias em 2024 com benefício médio de R\$ 689,90, e a retomada de iniciativas voltadas à agricultura familiar e à habitação de interesse social reforçam esse cenário de otimismo (Rede Penssan, 2024).

Pensando no contexto do estado da Bahia, onde desenvolvemos nossa pesquisa no recorte brasileiro, a última pesquisa realizada em um Inquérito sobre insegurança alimentar e COVID-19 na Bahia, constatou que no período entre o final de 2021 e o início de 2022, apenas 37,4% dos lares no estado apresentavam segurança alimentar, enquanto 35,3% mostravam sinais de instabilidade na obtenção de alimentos ou Insegurança Alimentar (IA) em nível leve. Já 27,3% dos domicílios relatavam insuficiência alimentar nos níveis moderado (14,4%) ou grave (12,9%), com maiores índices na zona urbana em comparação à zona rural. “Mesmo sendo o terceiro estado do Nordeste com maior prevalência de SA, a quantidade de domicílios em situação de IA é preocupante e revela que para quase 9 milhões de baianos a garantia de acesso à alimentação não é atendida” (Rede PENSSAN, 2022).

Seguindo na mesma perspectiva apresentamos em seguida um panorama de contextualização tal qual fizemos para o Brasil, para debater sobre o histórico de políticas públicas e marcos importantes Argentina, sobretudo, no que concerne às ações do Estado referentes ao tema da fome.

Conforme debatemos no capítulo 2, a Argentina possui um histórico marcado por ser um grande produtor de alimentos voltados para a exportação e enfrenta persistentes desafios de distribuição de renda, inflação e desigualdades estruturais que conformam no decorrer do tempo uma realidade marcada por contextos de fome das populações empobrecidas.

Federik e Laguzzi (2019) escrevem que datam do século XIX registros de ações institucionais na Argentina voltadas ao enfrentamento da fome. Inicialmente eram realizadas por organizações da sociedade civil, como a Sociedade de Beneficência, mas que era utilizados recursos provenientes do Estado. De acordo com os autores, tais ações permaneceram ativas no início do século XX e, a partir da década de 1930 o Estado argentino passou a legislar sobre o tema, criando o *Programa Materno Infantil* para assegurar alimentação a gestantes e crianças, política que permanece em vigor, embora adaptada ao longo do tempo.

Marcos (2022) ao traçar uma linha do tempo sobre o contexto da pobreza rural no país, escreve que a preocupação com a pobreza rural se tornou um problema de intervenção estatal no período dos governos de *Juan Domingo Perón*, com a criação, por exemplo, do *Estatuto del Peón* de 1944, sob o qual discorreremos no capítulo 2.

No final das décadas de 1960 e 1970, foram implementados programas focalizados nas províncias do noroeste do país, por meio de refeitórios escolares e comunitários (Federik e Laguzzi, 2019). Entretanto, o aprofundamento e a produção contínua de estudos e políticas para enfrentar a pobreza que está diretamente relacionada com a insegurança alimentar se tornam mais evidentes e estruturados após o retorno da democracia na Argentina, ou seja, após 1983, quando terminou a ditadura militar. Implica dizer que, apesar de já existir uma percepção do problema no período peronista, foi no regime democrático que as investigações, debates e intervenções sobre a pobreza rural se consolidaram e se ampliaram (Marcos, 2022).

A primeira legislação a tratar da problemática no país foi a lei N° 23.056 (Argentina, 1984) de 1984 que instituiu o *Programa Alimentario Nacional (PAN)*. Criado em um contexto de emergência alimentar, o PAN previa o desenvolvimento de ações que tinham a finalidade de complementar a alimentação da população em situação de extrema pobreza. Este programa foi mantido e a ele foram agregados, também, outros programas já existentes na época como o *Programa de Comedores Escolares* e o *Programa Materno Infantil* (Sordini, 2022; Lava, 2014; Federik e Laguzzi, 2019).

Lava (2014) escreve que na década de 1990 o PAN foi substituído pelos *Bonos Solidarios de Emergencia*, que era a distribuição de vales às famílias para a compra de alimentos. Para isso, foram implementados vários programas. “Resumiendo los programas alimentarios de alcance nacional de la década del noventa, se puede decir que el PROSOCO⁴⁷ fue una continuación de programas anteriores y el ASOMA⁴⁸ y PROHUERTA⁴⁹ fueron innovaciones promovidas por los propósitos de los organismos internacionales de créditos” (Lava, 2014, p. 85).

Entretanto, até o momento, a Argentina não tinha um reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada. Do ponto de vista da estruturação legal, na constituição argentina não havia um artigo específico que trate da segurança alimentar. Mas, a reforma constitucional de 1994 introduziu o Artigo 75, inciso 22, que concede hierarquia constitucional a diversos tratados internacionais de direitos humanos. Entre eles, está o Pacto Internacional de

⁴⁷ Programa de Políticas Sociales Comunitarias - Programa que substituiu o PAN e o Programa de Promoción Social Nutricional (PROSONU), integrando recursos o Programa de Comedores Escolares e Infantiles (Lava, 2014, p.80).

⁴⁸ “Programa de Apoyo Solidario a Mayores constituye un antecedente del reconocimiento de la necesidad de asistencia alimentaria a la población anciana carente de cobertura social, destinado a adultos mayores de 65 años sin cobertura ni forma de acceso a la seguridad social” (Lava, 2014, p.83).

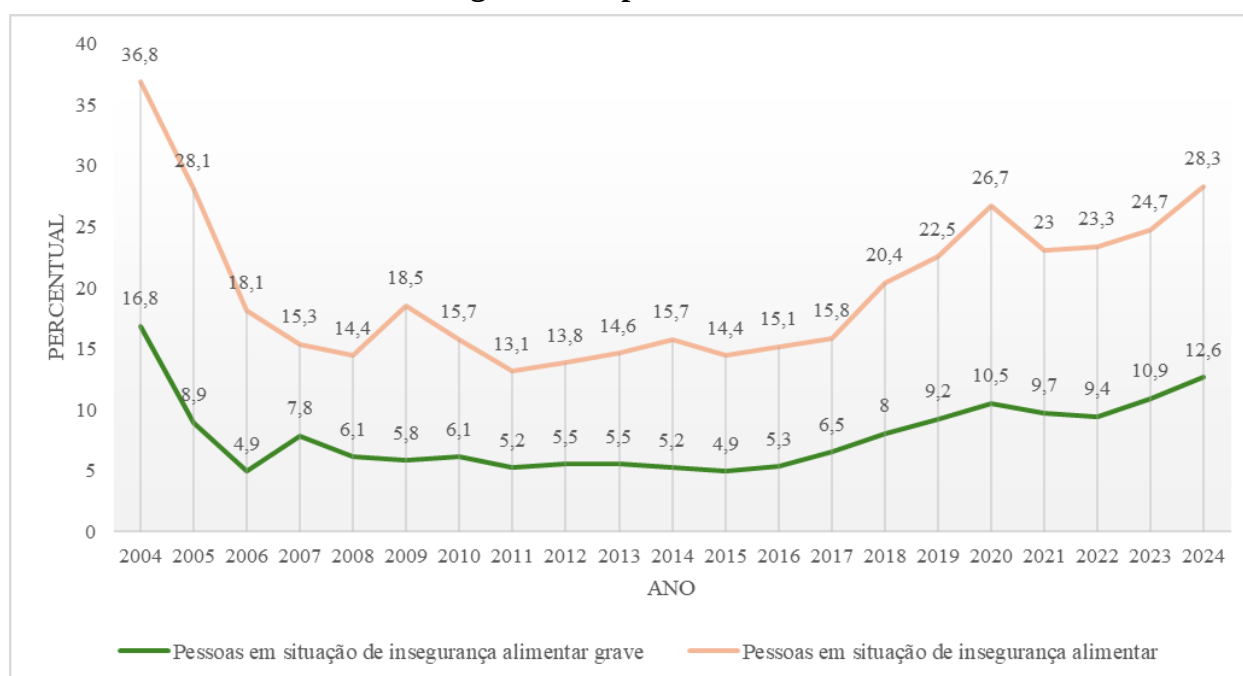
⁴⁹ “Proyecto Integrado Promoción de la Auto producción de Alimentos. Diseñado como un programa de seguridad alimentaria dirigido a la población que vive en condiciones de pobreza, con problemas de acceso a una alimentación saludable, nutricional y culturalmente adecuada” (Lava, 2014, p.85).

Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), cujo Artigo 11 reconhece o direito a um nível de vida adequado, incluindo o direito humano à alimentação, vestuário e moradia, além do direito fundamental de estar livre da fome (Federik e Laguzzi, 2019). Nesse sentido, podemos afirmar que, assim como o Brasil, o Estado argentino trata o DHAA como um direito constitucional.

No final dos anos 1990, a economia Argentina entrou em recessão profunda, com aumento do desemprego e queda na arrecadação. Em 2001, a situação chegou ao limite com a suspensão dos pagamentos da dívida externa, a restrição de saques bancários e uma grave crise institucional que resultou na renúncia do presidente *Fernando de la Rúa* e em uma sucessão de cinco presidentes em apenas duas semanas. A crise de 2001, como é conhecida, foi o desfecho de um processo de deterioração econômica que se intensificou ao longo da década de 1990.

Essa realidade afetou a toda a população e especialmente à parcela mais empobrecida da sociedade. De acordo com os dados do *Observatorio de la Deuda Social* (ODSA, 2024) a taxa de pobreza saltou para mais de 50% da população em 2002, chegando a 54,8% em 2004. A taxa de desemprego ultrapassou os 20%, afetando principalmente os trabalhadores informais e jovens. Isso implicou no aumento da fome por todo o país. Conforme pode ser observado no Gráfico12 o percentual de pessoas em situação de insegurança alimentar chegou a 36,8% e de insegurança alimentar grave atingiu 16,8% em 2004. O acesso a alimentos foi drasticamente reduzido e muitos argentinos passaram a depender de comedores comunitários e escolares para se alimentar.

Gráfico 12: População em situação de Insegurança Alimentar e Insegurança Alimentar Severa na Argentina no período entre 2004 e 2024



Fonte dos Dados: EDSA Histórica (2004-2009), EDSA Série Bicentenário (2010-2016) y EDSA Série Agenda para la Equidade (2017-2024)

Elaboração: Bitencourt. 2025

Em 2002, por meio do Decreto n.º 108/2002, foi declarada a Emergência Alimentar Nacional e se reorientaram os recursos orçamentários, intensificando a descentralização para reforçar programas sociais de saúde e nutrição. Instituiu-se o *Programa de Emergencia Alimentar (PEA)* que considerava imprescindível o atendimento das necessidades alimentares básicas da população em situação de vulnerabilidade e risco de subsistência (Sordini, 2022; Lava, 2014). No contexto de crise, houve mobilização de diferentes setores da sociedade para a criação de uma lei para tratar do tema da fome no país. “El programa “El Hambre más Urgente” fue producto de una intensa campaña de movilización de algunas ONGs, medios de comunicación y periodistas” (Lava, 2014, p. 89).

Em dezembro de 2002, através da Lei N° 25.724 (Argentina, 2002), o país instituiu o Programa Nacional de Nutrición y Alimentación que foi regulamentada em 2003. O programa integrou o *Plan Nacional de Seguridad Alimentaria (PNSA)* de agrega diferentes linhas de atuação do Estado no âmbito da política alimentar e nutricional. Na regulamentação do programa o conceito de segurança alimentar é descrito da seguinte maneira: “el derecho de las personas a tener una alimentación que respete la diversidad de pautas culturales y sea nutricionalmente adecuada y suficiente” (Argentina, 2003). Em outro momento, é tratada como um componente do programa em seus aspectos micro e macrosociais. O conceito adotado na legislação argentina, portanto, trata a segurança alimentar a partir da garantia do acesso aos alimentos e refere-se ao princípio do direito humano à alimentação adequada, englobando também o respeito à diversidade cultural.

O PNSA em sua forma original compreende quatro linhas de ação em nível nacional: a primeira, mais tradicional, envolve a entrega de alimentos em refeitórios comunitários e estatais; a segunda, denominada subsídios ao consumo e programas de complementação alimentar, evoluiu da distribuição de alimentos não perecíveis para a transferência de recursos via tíquetes, vales ou cartões de compra; a terceira corresponde aos subsídios à autoprodução de alimentos, desenvolvidos por meio do programa *Pro Huerta*, que concede financiamento e suporte técnico; e a quarta, inscrita no *Plan de Educación Alimentaria y Nutricional*, visa à promoção e educação em alimentação e nutrição, incluindo ações de conscientização e capacitação de grupos populacionais, agentes locais e ONGs, com foco na adoção de hábitos saudáveis, cuidado infantil e prevenção em saúde, sobretudo diante das transformações epidemiológicas e nutricionais (Lava, 2014).

A partir de 2005 ocorreram avanços significativos relacionados às políticas sociais e isso refletiu na diminuição dos números relativos à fome no país, principalmente porque houve uma integração mais ampla das ações de combate à pobreza por parte do Estado. Os governos

de Néstor Kirchner (2003–2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007–2015), apesar de manterem o modelo agroexportador no país, que gerou tensões, sobretudo no que concerne ao acesso à terra e a produção local de alimentos para consumo interno, fortaleceu programas sociais importantes como o próprio PNSA que financiava comedores escolares, comunitários e cestas básicas para populações vulneráveis e criou outros programas como: o *Programa Asignación Universal por Hijo (AUH)*, criado em 2009 enquanto um benefício financeiro pago as famílias com filhos em situação de vulnerabilidade, condicionado à escolarização e ao controle de saúde das crianças, que teve efeitos importantes na melhoria da alimentação familiar. Tais ações implicaram na melhoria do acesso a alimentos básicos e na redução da pobreza e indigência, especialmente até 2011, quando o país atingiu o percentual de 13,8% pessoas em situação de INSAN, o menor nos últimos 24 anos (Gráfico 12).

Os anos seguintes evidenciaram um antigo paradoxo argentino, a grande capacidade produtiva de alimentos coexistindo com crescente exclusão alimentar interna. A chegada de Mauricio Macri à presidência (2015–2019) reorientou política econômica, com cortes de gastos públicos, retirada gradual de subsídios e valorização do mercado externo. Isso significou a redução de recursos para programas sociais e alimentares, com diminuição por exemplo, da cobertura de comedores comunitários e escolares.

Além disso, em 2018, a inflação superou os 47%, comprometendo o poder de compra da população, principalmente, em relação aos alimentos. Segundo dados do ODSA (2019) o número de pessoas em INSAN total alcançou a 22,5% da população (Gráfico 12). Diante dessa realidade, o Estado voltou a importar alimentos, algo controverso para um dos maiores produtores agrícolas do mundo.

Em 2020, com os resquícios do governo anterior, somados ao surgimento da pandemia de COVID-19 logo após a posse de Alberto Fernández em dezembro de 2019, conformaram um cenário de crise socioeconômica e sanitária cujos efeitos ainda estão sendo analisados em profundidade, conforme debatemos em Saettone et al (2023). Neste interim insegurança alimentar atingiu a 26,7% da população (Gráfico 12). A través da Resolución 8/2020 foi criado pelo Estado o “*Plan Nacional Argentina contra el hambre*:

cuyo objetivo general es garantizar la seguridad y soberanía alimentaria de toda la población y familias argentinas, con especial atención en los sectores de mayor vulnerabilidad económica y social, apoyándose en el fortalecimiento de las acciones que lleva adelante el Programa Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional y todo otro programa y/o dispositivo institucional que se complemente y/o tenga como finalidad última brindar respuesta a la temática alimentaria (Argentina, 2020).

O “*Argentina contra el hambre*” pode ser visto como uma nova plataforma governamental mais ampla e mais politicamente enfatizada, mas ele não substituiu totalmente o PNSA de forma oficial. É na verdade, uma mescla de políticas anteriores do PNSA com novas medidas resultando em continuidade com redefinições e sobreposições de programas voltados ao combate à fome. O Plano incluiu ações já existentes e algumas novas. Teve como iniciativa prioritária, a *Tarjeta Alimentar*, um cartão no qual os beneficiários podem comprar de alimentos. Também criou uma instância de participação social mais ampla, como o *Consejo Federal “Argentina contra el hambre”*, incorporando setores variados de universidades, movimentos sociais, setor privado etc. Ademais, houve ampliação dos comedores comunitários, que passaram a ser fundamentais durante os períodos de confinamento. Mesmo com esforços emergenciais, a pobreza alcançou os 44,7% (ODSA, 2024) da população em 2020, e a insegurança alimentar grave cresceu, especialmente nos setores informais e desempregados.

Nos anos seguintes à Pandemia, embora tenha havido uma recuperação econômica em 2021, as políticas implementadas a partir de 2023 pelo atual Presidente Javier Milei com cortes significativos nos gastos públicos tem contribuído para o aumento da pobreza e da insegurança alimentar. De acordo com o ODSA (2024) no ano de 2024 contabilizou-se um percentual de 28,3% da população em INSAN e 12,6 em INSAN grave. A taxa de pobreza chegou a 49,9% e a indigência a 12,8%.

Sobre as políticas agrárias recentes da Argentina, recorte sob o qual desenvolvemos essa pesquisa, um levantamento feito pelo *Programa de Estudios Regionales y Territoriales (IGEO-UBA)* entre julho e setembro de 2024 (Anello, et al, 2024), mapeou ações do atual governo relacionadas à produção de alimentos e constatou que “En los nueve meses de gestión del nuevo gobierno, se relevaron 51 políticas vinculadas a la producción de alimentos. De estas, 49 fueron implementadas en detrimento de la producción, mientras que solo dos medidas favorables están actualmente amenazadas” (Anello, et al, 2024, p. 9). O estudo indica que o governo possui duas tendencias principais na política de produção de alimentos: “Promoción de la actividad agropecuaria, agroindustrial y minera para la exportación de commodities; Desregulación de las economías regionales y eliminación de políticas para la agricultura familiar campesina indígena (AFCI)”. Desse modo observa-se uma orientação prioritária do Estado em favorecer os setores agropecuário, agroindustrial e minerador voltados à exportação de commodities, o que tem contribuído para aprofundar um modelo produtivo concentrado e com forte presença de capital estrangeiro. Paralelamente, ocorre o desmonte das políticas voltadas à AFCI, com a eliminação de instrumentos institucionais criados desde 2004 para promover e fortalecer esse setor. Esse processo tem enfraquecido a capacidade de representação

da AFCI e sua participação na definição das políticas agrárias, afetando diretamente sua contribuição para a soberania e segurança alimentar no país. A título de exemplo dos programas descontinuados, citamos o *Programa Prohuerta*. De acordo com o informe:

[...] la discontinuación del Programa Prohuerta-INTA representó la suspensión de una política con más de 30 años de trayectoria, que incluía la distribución de insumos, capacitación y apoyo técnico para el desarrollo de huertas familiares, escolares y comunitarias, así como granjas familiares para la autoproducción de alimentos frescos. Esta decisión implicó el despido de 43 trabajadores y trabajadoras, la falta de designación de una coordinación y una ejecución presupuestaria nula, impactando directamente en más de 600.000 huertas y granjas y en capacitaciones para más de 80.000 personas (Anello, et al, 2024, p. 17).

Escolhemos o *ProHuerta* para exemplificar o impacto da descontinuidade dos programas porque durante o trabalho de campo escutamos diversos depoimentos de famílias que sofreram com essa ação do governo. Em seus depoimentos relatavam sobre a importância e poderem produzir hortaliças com as sementes do programa e como essas sementes contribuíam para a alimentação da família. Uma das mulheres entrevistadas em Figueroa que acessava o programa disse o seguinte: “Y el bueno es que si tiene una huerta pequeña, también el agua es menor, pero garantiza el acceso a las hortalizas y todo lo demás” (Noceti em Entrevista a Bitencourt, 2024). Logo depois reafirma: “Entonces, es muy bueno. Y dentro de todo, una hortaliza es una verdura completamente sana” (Noceti em Entrevista a Bitencourt, 2024).

As falas transcritas trazem elementos importantes para pensar a segurança alimentar a partir de experiências locais e cotidianas. A primeira fala destaca que, mesmo uma horta pequena, por exigir menos água, ainda assim garante o acesso a alimentos frescos, especialmente hortaliças. Isso aponta para a importância das estratégias de produção de alimentos em pequena escala, sobretudo em contextos de escassez hídrica, como os de regiões semiáridas. Já a segunda fala valoriza a qualidade nutricional das hortaliças, afirmando que são alimentos “completamente saudáveis”. Do ponto de vista da segurança alimentar, esses trechos reforçam que programas como o *ProHuerta*, com todo o seu significado social, tem um potencial de fortalecimento da autonomia alimentar das famílias, garantindo o acesso regular a alimentos saudáveis, frescos e de qualidade. Enquanto que a sua descontinuidade representa uma opção governamental que não valoriza tais princípios.

Essa linha do tempo que traçamos para os dois países sobre as políticas públicas demonstra aspectos históricos que ajudam a compreender como o Estado Argentino e Brasileiro vêm tratando a questão da fome ao longo do tempo e qual foi a concepção que adotou para tais políticas. Ressaltamos que neste âmbito há muita similaridade entre os dois países.

No nosso entendimento, as ações na Argentina e no Brasil, guardadas as suas particularidades, estiveram pautadas em uma concepção da segurança alimentar enquanto uma política de promoção do acesso ao alimento visando mitigar minimamente os problemas relacionados à fome. Mesmo a legislação brasileira que traz em seu conceito aspectos que se aproximam da soberania alimentar, ainda apresenta em suas ações um certo distanciamento.

Ressaltamos que o Estado tanto em um país, quanto no outro, não optou por desenvolver ações de combate à fome, mas foi historicamente, pressionado pela atuação dos movimentos socioterritoriais a assumir minimamente um papel frente aos recorrentes contextos de fome em que passava a população. A partir da realidade de extrema pobreza diferentes governos foram delineando políticas públicas, como as que citamos anteriormente.

O panorama histórico e os dados apresentados nesta seção evidenciam que os diversos programas, planos, implementados nos governos progressistas no século XXI (na Argentina nos referimos aos Kirchneristas de 2003-2015 e no caso brasileiro aos governos petistas de 2003 – 2016 e ao governo atual de Luiz Inácio Lula da Silva) representaram significativas mudanças no que concerne ao acesso ao alimento nos dois países durante seus governos. No caso brasileiro, por exemplo, integramos o grupo dos milhões de pessoas que saíram da situação de insegurança alimentar no país mediante tais ações.

Ao mesmo tempo, nestes dois países não houve por parte do Estado um rompimento com a agricultura capitalista. Ao contrário, mesmo os governos que conseguiram minimamente diminuir a fome, assumiram um posicionamento conciliatório com as demandas deste setor, injetou recursos para a sua expansão, criou um cenário propício para o seu pleno desenvolvimento. Isso incorreu no fato de que muitas das políticas públicas não se mantiveram após a entrada de outros governos menos comprometidos com a população empobrecida, o que nos leva a inferir que apesar do significado que essas mudanças implicaram na vida das pessoas em situação de fome, elas não foram estruturais, uma vez que não enfrentaram problemas que estão na gênese da pobreza, da miséria e, conseqüentemente, da fome, como o acesso à terra por meio da reforma agrária, assunto que abordamos no capítulo 2 desta tese.

Ao assumirem um modelo de produção agrícola voltado para exportação e controlado pelas corporações, Brasil e Argentina, considerados grandes produtores de alimentos capazes de suprir as necessidades alimentares do seu povo através da produção interna, têm enfrentado

neste início do século XXI cada vez mais a dura realidade na qual milhões de pessoas padecem de fome. Diante disso, advertimos que apesar da longa caminhada feita pela sociedade para propor, construir, diferentes políticas públicas para o combate à fome, a população, segue de certa maneira, encabrestada pela fome, porque muitas dessas ações estatais estão limitadas ao poder dos governantes que assumem o Estado.

Por isso, nesta tese reforçamos a importância da atuação dos movimentos socioterritoriais através do enfrentamento enquanto uma via possível a partir das ações que vêm sendo desenvolvidas nos territórios. No nosso entendimento, tais ações propõem ir além do que é minimamente acessado neste modelo econômico que perpetua o cabresto e propõe uma mudança real, o que significa a busca da soberania alimentar.

No caso específico dos territórios em estudo nesta tese, afirmamos que enfrentamento dos movimentos e socioterritoriais se dá via Paradigma da Convivência com o Semiárido (PCSA) para o qual contrapor a agricultura capitalista representa uma luta concreta pela soberania alimentar nos territórios semiáridos, por isso contrapõe ao modelo imposto e cobra do Estado ações e políticas públicas estruturantes que tenham o compromisso com os diferentes povos que vivem no campo, que propõem e constroem um paradigma a partir do reconhecimento e da valorização das especificidades socioambientais, culturais e econômicas dos territórios.

Diferentemente do paradigma tradicional do combate à seca, ligado à agricultura capitalista, que historicamente buscou mitigar os efeitos climáticos através de grandes obras hídricas e soluções tecnocráticas, como debatemos no capítulo 2, o PCSA emerge como uma estratégia integrada, desenvolvida a partir dos saberes locais e da mobilização dos movimentos e socioterritoriais. A seguir aprofundamos a análise sobre tal paradigma e apresentamos as bases teóricas, bem como o processo de construção a partir das ações dos movimentos socioterritoriais.

4.2. Do território à teoria: o Paradigma da Convivência com o Semiárido nas práticas dos movimentos socioterritoriais

Kuhn (2007) define paradigmas como um conjunto de leis, conceitos, teorias, métodos e padrões de práticas que são compartilhadas por uma comunidade científica em determinado período formando um modelo ou estrutura geral para a realização de pesquisas e interpretação de resultados dentro de uma disciplina. Assim, os cientistas costumam trabalhar dentro dos

limites de um paradigma estabelecido, buscando resolver problemas específicos e expandir o conhecimento dentro desse contexto. A partir do questionamento do paradigma vigente, ocorre o que o autor denomina de revolução científica, caracterizada pela alteração de um paradigma para o surgimento de outro. Esse questionamento acontece quando determinado paradigma em voga já não consegue responder às indagações científicas. Ocorre então, uma revolução científica, na qual um novo paradigma emerge para substituir o antigo acarretando uma mudança fundamental na maneira como os cientistas veem e interpretam o mundo, o que leva a uma reestruturação radical do campo científico. Nesse sentido, os paradigmas não são comparáveis, porque cada paradigma oferece uma visão única e irrepetível do mundo, moldada pelas crenças, valores e pressupostos da comunidade científica que o adota (Kuhn, 2007).

As ideias propostas por Fleck (2010), complementam e ampliam a discussão dos paradigmas apresentada por Kuhn, quando aponta que no mesmo momento histórico podem coexistir mais de um paradigma e que os paradigmas emergentes sempre carregam elementos do paradigma anterior. O autor denomina esses paradigmas como estilos de pensamento que precisam ser validados cientificamente, ou seja, ele precisa ser aceito pela academia. Além disso, o autor enfatiza que os cientistas não operam isoladamente, mas são influenciados por um contexto cultural, histórico e social mais amplo, defendendo a ideia de que há um “pensamento coletivo”, no qual uma comunidade científica compartilha suas formas de pensar e dentro desse coletivo podem se desenvolver conceitos e teorias que conformam estilos de pensamento particulares.

Corroborando com tais Proposições, Campos (2013, p. 34), ao analisar os paradigmas na ciência geográfica, argumenta que “os paradigmas possuem um conjunto de dimensões paradigmáticas – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades – que possibilitam uma leitura crítica do pensamento construído no interior da Geografia.” (Buscioli, 2016, p. 46) ressalta que “[...] tanto os paradigmas – estilos de pensamentos e a comunidade científica – coletivo de pensamento, nos ajudam a compreender e repensar o conceito de paradigma dentro da Geografia”.

Fernandes (2014, p. 14) pontua que “os paradigmas representam as visões do mundo, interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais” na compreensão da questão agrária enquanto objeto analítico.

Apoiamo-nos em tais referenciais sobre os paradigmas para afirmar que compreendemos os diferentes modelos de desenvolvimento pensados para os territórios semiáridos a partir do debate da questão agrária. Partindo desse pressuposto, trabalhamos com

a defesa da existência de dois paradigmas para pensar os contextos da dos territórios estudados nesta tese, sendo eles, o “Paradigma do Combate à Seca”, a respeito do qual discorreremos na seção 2.3 e do “Paradigma da Convivência com o Semiárido” que debatemos nesta seção.

Argumentamos que nas décadas finais do século XX, movimentos socioterritoriais, organizações e os mais diversos sujeitos sociais com uma visão crítica da realidade em que estavam inseridos, em busca da construção de uma estratégia de luta e em uma possível transformação na maneira de enxergar e construir as políticas de desenvolvimento para o território do semiárido respeitando as suas condições edafoclimáticas, mas sobretudo, entendendo que não é possível combater o fenômeno natural da seca, e sim, construir estratégias para conviver com ela, começaram a pensar em outras possibilidades para o Semiárido Brasileiro, como analisa Dantas (2020).

Nasceu assim, a “convivência com o semiárido”, uma outra forma de olhar o Semiárido que começou a ganhar força a partir dos anos 1990. Gestada pelo povo do semiárido, a ideia da “convivência” se ancorou na proposição de uma mudança na forma de ver a realidade desse território contemplando a sua multidimensionalidade. Para isso, propunha a necessidade de entender as características de sua formação e configuração territorial considerando a suas múltiplas dimensões que englobam a composição social, política, econômica, cultural e, também edafoclimática, para compreender as diferentes disputas e os diversos sujeitos que compõem a sua história e dinâmicas socioterritoriais.

Enquanto proposta emanada pelos diferentes movimentos e instituições, a convivência com o semiárido surgiu também como uma resposta a séculos de abandono por parte do Estado e justificativas do “atraso” pautadas no determinismo geográfico, de um território fadado ao mando e desmando das oligarquias agrárias, que por um lado deteriorava a vida de diferentes povos e, por outro garantia a perpetuação de uma elite agrária local, como aponta Vale (2020).

De acordo com Carvalho (2012):

A convivência ao abrigar diferentes movimentos, organizações, sujeitos e atores sociais, que lhe comungam como uma ideia-projeto, uma identidade de projeto, ela não vai se caracterizar como movimento, e nem instituição, pois ao ser um guarda-chuva, ela abriga todos aqueles que buscam relacionar-se por outra/nova maneira de viver ou ampliar as maneiras de viver na mundaneidade semiárida (Carvalho, 2012, p. 122).

De acordo como que propõe Baptista e Campos (2013, p.52), “Conviver com o Semiárido significa viver, produzir e desenvolver-se, não dentro de uma mentalidade que valoriza e promove a concentração de bens, mas sim enfatiza a partilha, a justiça e a equidade,

querendo bem à natureza e cuidando de sua conservação”. É, portanto, fruto de uma tentativa de construir uma proposta contra hegemônica que traz novos olhares sobre o semiárido pensando em outras formas de viver e conviver com as especificidades desse território a partir da participação efetiva da sociedade.

Do ponto de vista científico e acadêmico, diferentes autores de diversas áreas do conhecimento têm dialogado sobre essa mudança de olhar sobre o Semiárido e participam da construção científica desse conceito. Procuramos dialogar com alguns desses autores para defender o argumento de que estamos presenciando a construção de um novo paradigma, que rompe com a estrutura de pensamento que modelou ao longo dos séculos passados a forma de se enxergar e pensar o semiárido.

Nos embasamos em Conti e Pontel (2013) para reafirmar essa transição paradigmática entre o “Paradigma do Combate à Seca (PCS)” e a construção do “Paradigma da Convivência com o Semiárido (PCSA)”, entendido com base nas ideias propostas por Kuhn (2007) como um momento de revolução paradigmática.

Dantas (2020), ao analisar o conjunto de ideias e formas de desenvolvimento propostas para o Semiárido compreende esse movimento da realidade como o surgimento de uma nova ideologia, “a ideologia da convivência com o semiárido”. Nas palavras do autor, “Esta “nova” concepção se baseia na ideia de que a seca é um fenômeno intrínseco à região e não é possível enfrentá-la ou combatê-la, mas é possível aprender a conviver com ela” (Dantas, 2020, p. 160). Estamos de acordo com o que aponta o autor e entendemos que essa “nova ideologia” faz parte da revolução paradigmática, em que se faz necessário primeiro romper com a visão que vem sendo construída e reproduzida no imaginário social, tanto daqueles que vivem no semiárido, quanto daqueles que pensam as políticas públicas para esse território, que o enxergam através da “ideologia do combate à seca” como um território inviável.

Essa “nova ideologia” vem sendo construída a partir das ações dos diversos movimentos socioterritoriais que atuam no território do semiárido de maneira incisiva para a construção de uma “ideologia de convivência com o semiárido” e, ao mesmo tempo, tem realizado o trabalho para desconstruir no imaginário social “a ideologia do combate à seca”. Começa assim então, a se construir como uma outra forma de enxergar esse território, realçando as suas potencialidades e, por conseguinte, a pensar e construir de maneira concreta, através da disputa pela criação de políticas públicas que corroborem para “a convivência com o semiárido” e não para “o combate à seca”.

Entretanto, compreendemos que essas transformações vão além de uma mudança ideológica, conseguindo alcançar modificações que conformam uma “transição

paradigmática”. Nesse sentido, os povos do semiárido estariam desenvolvendo a partir do seu contexto prático-material-ideológico um novo paradigma para pensar o semiárido (Conti e Pontel, 2013).

Do ponto de vista da multidimensionalidade, “conviver com o semiárido” significa considerar a melhoria da qualidade de vida dos povos que vivem nesse território; a redução da pobreza e da miséria; as formas dos sujeitos se relacionarem no ambiente onde vivem; como gerar e produzir renda através de alternativas de produção apropriadas e solidárias; o uso sustentável, conservação e preservação dos recursos naturais, sobretudo da caatinga que principal bioma presente neste território; o fortalecimento da sociedade civil e a participação cidadã para a formulação e conquista de políticas públicas, conforme Conti e Pontel (2013):

Essa transição paradigmática fundada na racionalidade da convivência e em um desenvolvimento com qualidade de vida no Semiárido Brasileiro requerem a combinação de um conjunto de ações sociais, econômicas, culturais e políticas, articuladas com a disseminação e a afirmação de valores e práticas de igualdade e respeito à dignidade de cada ser humano e dos demais seres vivos (Conti, Pontel, 2013, p. 36).

Nessa mesma perspectiva, Baptista e Campos (2013) ponderam o seguinte:

Conviver com o Semiárido não significa apenas empregar tecnologias diferentes, quer sejam baratas ou caras. **Significa abraçar uma proposta de desenvolvimento que afirma ser o semiárido viável, ser o seu povo inteligente e capaz, ser a natureza do semiárido rica e possível**, desde que os seres humanos com ela se relacionem de modo respeitoso e que haja políticas públicas adequadas (Baptista e Campos, 2013, p. 64, grifo nosso).

Conviver com o semiárido tem um significado de rompimento com a proposta com a velha política para construir uma proposta de desenvolvimento pautada nas múltiplas dimensões dos territórios, considerar sua diversidade, a capacidade do seu povo de pensar e executar ações de desenvolvimento que deem conta de solucionar problemas locais, sem perder a dimensão do todo, ou seja, numa perspectiva multidimensional e multiescalar. Assim, “para as populações do campo, a Convivência com o Semiárido supera o paradigma de Combate à Seca, pois, é construída como reflexo das reais necessidades das populações” (Costa, 2017, p. 127) e tem sido fortalecida como uma forma de contribuir ao longo dos anos para redução das desigualdades.

Vale (2020), ancorada nas proposições de Baptista e Campos (2013), elabora uma síntese do que os autores definem como “as premissas para a convivência com o semiárido”, sendo eles:

O Desenvolvimento de tecnologias sociais de captação de águas pluviais; A Utilização inteligente, e conservação da biodiversidade xerófila; A Educação contextualizada; A Estocagem; A Assistência Técnica e Extensão Rural contextualizada; A Reforma Agrária; O Processo Produtivo agroecológico; O Subsídio à agricultura familiar (Vale, 2020, p.74).

Tais premissas, apontadas como basilares na consolidação da convivência com o semiárido, sinalizam para a necessidade de superação do modo de produção capitalista para a concretização de tais mudanças em sua totalidade (Vale, 2020). A autora define a convivência com o semiárido como “a confluência das práticas sociais, econômicas e culturais **sob uma perspectiva de sociabilidade ainda em construção**” (Vale, 2020, p. 75, grifo nosso). Nessa direção aponta que a convivência com o semiárido pode ser entendida a partir de dois vieses: o da sua concepção e enquanto política pública.

Enquanto concepção, surge como aparato de alternativas para garantir a existência digna das famílias camponesas, uma vez que foram as mais afetadas no exercício do “combate às secas”. Como política pública, se consolida como processo de mudança no trato das especificidades do semiárido e de seu povo, do investimento e destinação do recurso público (Vale, 2020, p. 74).

Pontel et al (2013), elaboram uma síntese de elementos que consideram como uma construção teórica e prática, na qual é possível construir um diálogo entre os diferentes conceitos e categorias que englobam o PCSA (Organograma 2).

Organograma 2: Síntese dos Elementos da Convivência com o Semiárido



Fonte: Pontel et al.2013

A síntese apresentada pelos autores no Organograma 2 traz questões basilares presentes no entendimento da convivência com o Semiárido, em que há um movimento dialético entre cada um desses elementos e, também desses com o próprio paradigma.

Ressaltamos que tanto os elementos apresentados por Pontel et al (2013), como as “premissas” organizadas por Vale (2020), não abrangem algumas questões consideradas como basilares neste processo de revolução paradigmática. Apresentamos a seguir de maneira complementar a esses elementos já organizados, visando explicitar outras questões apontados por diferentes autores.

A questão de *gênero* é apontada por Baptista e Campos (2013, p. 59) como basilar, tendo em vista que “São as mulheres que mais sofrem nesse contexto, sendo colocadas diante de uma dupla marginalização: a marginalização econômica e social, por viverem no Semiárido, e a marginalização por serem mulheres”. Nessa mesma direção, Schisteki (2013, p. 48), adverte que “Assegurar a abordagem de gênero ao se trabalhar a proposta de convivência com o semiárido implica em romper com a discriminação social e discutir com igualdade o papel de cada pessoa no desenvolvimento humano e sustentável dessa região”.

Outra questão apontada por autores que vêm discutindo este paradigma é o debate sobre *geração* que Schisteki (2013, p. 49), apresenta como a necessidade de processos formativos para as juventudes, a fim de que estes possam “conhecer sua realidade e ao mesmo tempo, socializar esses conhecimentos junto às famílias e comunidades locais e do seu entorno”.

Na síntese apresentada por Pontel et al (2013) a segurança alimentar aparece como elemento importante da CSA. Nosso entendimento é de que este conceito possui uma diversidade de concepções e, em muitos casos, está ligado essencialmente ao fornecimento de alimentos⁵⁰. Nessa direção, corrobora com o que Rocha (2013) adverte quando escreve ao analisar a situação do Semiárido Brasileiro:

É preciso mudar a forma de trabalhar a segurança alimentar e nutricional, que ainda acentua muito o acesso ao alimento e **considera pouco a cultura alimentar dos povos e impõe hábitos alimentares estranhos à região**, como aconteceu desde os anos 1960, com o leite em pó e o trigo que foram impostos com a premissa de ajudas internacionais aos países pobres (Rocha 2013, p.128, grifo nosso).

Por isso, trabalhamos com o conceito de *Soberania Alimentar* enquanto um dos elementos essenciais para compreender o PCSA, tendo em vista o nosso objetivo central nesta tese que é analisar a atuação dos movimentos com esse tema nos territórios semiáridos

⁵⁰ Ainda nesta seção abordaremos as diferentes concepções a respeito da segurança alimentar

estudados. Dentro da temática da Soberania alimentar, *a preservação da biodiversidade* local se destaca principalmente pela preservação do patrimônio genético das sementes, tanto de origem vegetal, quanto animal como destaca Rocha (2013): “As sementes são bens culturais que integram o patrimônio dos povos a serviço da humanidade. Tanto as de origem vegetal como as de origem animal são heranças deixadas pelos antepassados e ajudam a expressar a identidade e a rica cultura alimentar da população da região (Rocha, 2013, p. 128).

O *respeito à diversidade étnica, racial, cultural e política* também é componente significativo desse paradigma que tem ligação direta com a valorização da diversidade sociocultural dos povos que constituem o território do Semiárido, como pontua Conti e Pontel (2013). Nesse sentido, Baptista e Campos (2013) ressaltam os vários tipos de manifestações e a capacidade reflexiva da cultura do Semiárido. “Estudando essa literatura nos deparamos com verdadeiras obras de arte e com avaliações sérias, críticas e, por vezes, hilariantes, da situação de exclusão em que se encontra o Semiárido (Baptista e Campos, 2013, p. 105).

Baptista e Campos (2013), destacam também o elemento da *Comunicação Popular* que emerge no bojo das diversas transformações que o semiárido vem passando como uma forma de enfrentamento às desigualdades e que promove a convivência com o semiárido:

Neste contexto de mudanças e transformações sociais emerge com muita importância o elemento da comunicação. Não como mero instrumento de divulgação e informação, mas, sobretudo, como mecanismo de formação, mobilização social e política. As próprias ações desenvolvidas e sistematizadas favorecem uma rede de comunicação que ajuda a criar uma nova dinâmica de socialização do conhecimento forjado no meio do povo e das comunidades (Baptista e Campos, 2013, p. 93).

Nessa mesma direção, Costa (2023), ao analisar a convivência com o semiárido enquanto paradigma apresenta parte desses elementos subdividindo-os enquanto “princípios e fundamentos” que compõem este paradigma e deixa sua contribuição agregando o elemento da *experimentação*, que se consolida a partir da práxis. A experimentação se apresenta como uma forma de construir caminhos para pensar o semiárido a partir da observação, entendimento e construção de conhecimento com os povos do semiárido, tendo como base as suas práticas, conforme relatou um dos entrevistados: “Então, no começo, foi essa experimentação, de dialogar com as comunidades, as famílias, de como é viver ali, sem irrigação e, também, estudando os outros semiáridos, visitando outras entidades também do semiárido” (Luiz Nunes em entrevista a Bitencourt, 2023).

A partir dessas experiências surgiu a necessidade de ir além, de estruturar esse debate:

[...] a necessidade de consolidação da convivência com o semiárido como uma política pública. O paradigma da convivência com o semiárido, como entrar com essa ideia na escola, como romper com essa ideia de que o semiárido não presta, com a ideia de que é preciso empreender e ter políticas próprias ali. Então, foi avançando nessa de entender e construir o conceito e experimentar o conceito e a prática que se dá a partir das tecnologias (Luiz Nunes em entrevista a Bitencourt, 2023).

Desse modo, enquanto um paradigma em construção, a convivência com o semiárido tem sido elaborada ao longo dos anos também a partir de processos de experimentação, seja a partir das tecnologias de convivência com o semiárido, pelas formas de auto-organização dos povos, ou pelos processos produtivos, etc.

Os elementos do PCSA são alicerces que estruturam também a construção de uma “política de convivência com o semiárido” no Brasil, pautada genuinamente pelos diversos movimentos, instituições e fóruns que compõem a rede Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), desde a década de 1990 que, enquanto rede agregadora de diversos coletivos e sujeitos do Semiárido, se colocou à frente neste processo encampando ações de “convivência com o semiárido (Vale, 2020).

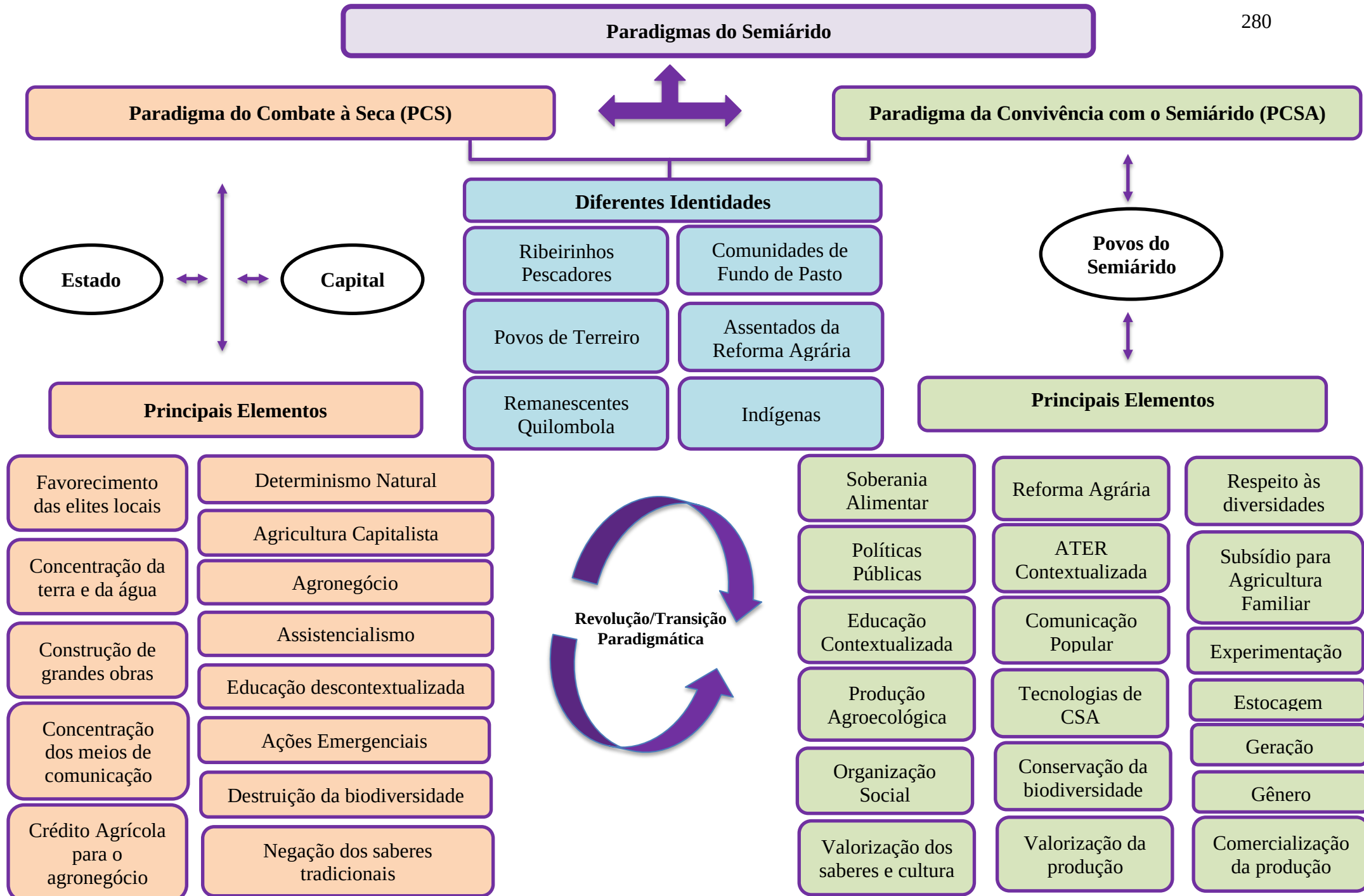
Essa política considera como ponto de partida que os povos que vivem no campo dos territórios semiáridos brasileiro construíram ao longo do tempo estratégias, formas de viver e conviver com as suas especificidades que foram e são construídas tanto com base em suas próprias experiências, com o exercício do protagonismo na criação de tecnologias sociais em suas propriedades, como das experiências trazidas através da troca de conhecimentos e saberes dentro e fora dos seus territórios.

Ao mesmo tempo que essas ações foram se espalhando pelo território semiárido, foram se constituindo também disputas pelo território imaterial, uma vez que as propostas que permeiam “o Paradigma da Convivência com o Semiárido” conflituam ideologicamente e politicamente com territórios materiais e imateriais do “Paradigma do Combate à Seca”.

Ressaltamos que estão presentes e são latentes no Semiárido Brasileiro e Argentino ações estatais e de diversos sujeitos que defendem uma proposta de desenvolvimento pautada no “combate à seca” como o investimento em megaprojetos para atender ao Capital, os quais analisamos no tópico 2.3. Entretanto, o Paradigma da Convivência com o Semiárido vem tomando força neste início do século XXI e demonstra a sua potencialidade como um projeto de desenvolvimento viável para o território, conformando essa transição paradigmática que apontam Conti e Pontel (2013).

Compreendemos esse momento enquanto uma construção a partir do campesinato nas suas diferentes identidades, da sua reinvenção, capacidade de resistência e auto-organização como forma de enfrentamento ao modo capitalista de produção. “O paradigma da convivência com o Semiárido vislumbra superar a lógica da política de combate à seca, tendo na organização dos movimentos sociais e na mobilização de comunidades locais as principais vias de enfrentamento à concentração histórica da água e da terra (Cordeiro, 2013. p. 209).

No contexto do Semiárido Argentino, observamos que não há uma denominação das lutas travadas pelos diferentes movimentos socioterritoriais que analisamos nesta tese, enquanto ideia, ideologia ou Paradigma da Convivência com o Semiárido (PCSA). Entretanto, constatamos a partir das ações descritas e analisadas no tópico 3.3, que existe no interior das ações dos movimentos no território e nas práticas dos diferentes povos que vivem em Figueroa a materialidade do que constitui o PCSA. Ou seja, esses sujeitos coletivos, organizados em movimentos não apresentam ou expressam verbalmente a convivência com o semiárido, mas os seus elementos, tal qual apresentamos no Organograma 3.



Fonte: Baptista e Campos (2013); Vale (2020); Costa (2023) e Trabalhos de campo, 2022, 2023 e 2024

Organização dos Dados e elaboração: Bitencourt, 2024

Elucidamos, portanto, que não temos a intenção de fazer uma transposição da análise da realidade brasileira para a realidade do semiárido argentino no sentido de dizer que a convivência é pautada tal qual no Brasil. Ao contrário, nosso propósito é demonstrar como esses dois territórios com características diferentes em alguns aspectos e similares em outros, elaboram a partir da realidade concreta formas de conviver com o semiárido, que a partir do nosso olhar, do nosso método de análise, compreendemos como o Paradigma da Convivência com o Semiárido.

Assim, emerge o Paradigma da Convivência com o Semiárido (PCSA) como uma transição/revolução paradigmática, procurando entender a realidade e especificidade das diversas identidades dos povos que vivem nesse território, a partir da problemática travada pela luta de classes, reconhecendo os limites do capitalismo e demarcando uma posição de enfrentamento, resistência, luta e superação desse modelo excludente. Essa mudança paradigmática se concretiza via questionamento dos pressupostos do “Paradigma de Combate à Seca”, que conforme debatemos anteriormente não reflete sobre a centralidade da questão agrária, ou da conflitualidade.

Essa abordagem prioriza o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização da biodiversidade local, a preservação das sementes crioulas e a adoção de tecnologias socioterritoriais adaptadas às condições edafoclimáticas do semiárido. Tais práticas fortalecem a agricultura familiar, promovem a agroecologia e garantem que as comunidades locais possam decidir sobre suas formas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Esse processo de autodeterminação está intrinsecamente ligado ao conceito de soberania alimentar, que defende o direito dos povos de definirem suas políticas agrícolas e alimentares, respeitando suas culturas e seus territórios.

A construção do Paradigma da Convivência com o Semiárido também reflete uma resistência ativa contra o modelo de produção capitalista, que historicamente concentrou terras, água e recursos nas mãos de elites agrárias e grandes corporações. Ao promover e lutar pela reforma agrária, a educação contextualizada, a assistência técnica adaptada e o fortalecimento das redes comunitárias, os movimentos, através das ações de convivência buscam democratizar o acesso aos meios de produção e assegurar o direito à alimentação adequada.

Ademais, a convivência com o semiárido promove a participação ativa das comunidades na formulação de políticas públicas, fortalecendo o protagonismo social e garantindo que as soluções sejam construídas coletivamente. Essa mobilização socioterritorial desafia o imaginário social do semiárido como um espaço inviável e reafirma a potencialidade do território para a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

Portanto, as ações de convivência com o semiárido representam a luta pela soberania alimentar ao promover um modelo de desenvolvimento inclusivo, sustentável e adaptado às realidades locais, assegurando que os povos semiáridos possam exercer plenamente seu direito de produzir, acessar e consumir alimentos de forma autônoma e digna.

Assim, a partir dos eixos de ações comuns desenvolvidas pelos movimentos no Sertão do São Francisco e em Figueroa, analisadas na seção 3.3, que entendemos como parte dos princípios do Paradigma da Convivência com o Semiárido debatido nessa seção, trabalhamos com as ações que são específicas de cada território nas seções seguintes para trazer a particularidade de cada território e sua contribuição específica para a construção do Paradigma da Convivência com o Semiárido.

4.3. Sertão do São Francisco (Brasil): o Paradigma da Convivência com o Semiárido como materialização das lutas por soberania alimentar

Os movimentos socioterritoriais em cada território estudado, além de desenvolverem ações que são similares, também desempenham ações específicas que juntas representam formas concretas de expressão da construção do paradigma da Convivência com o Semiárido.

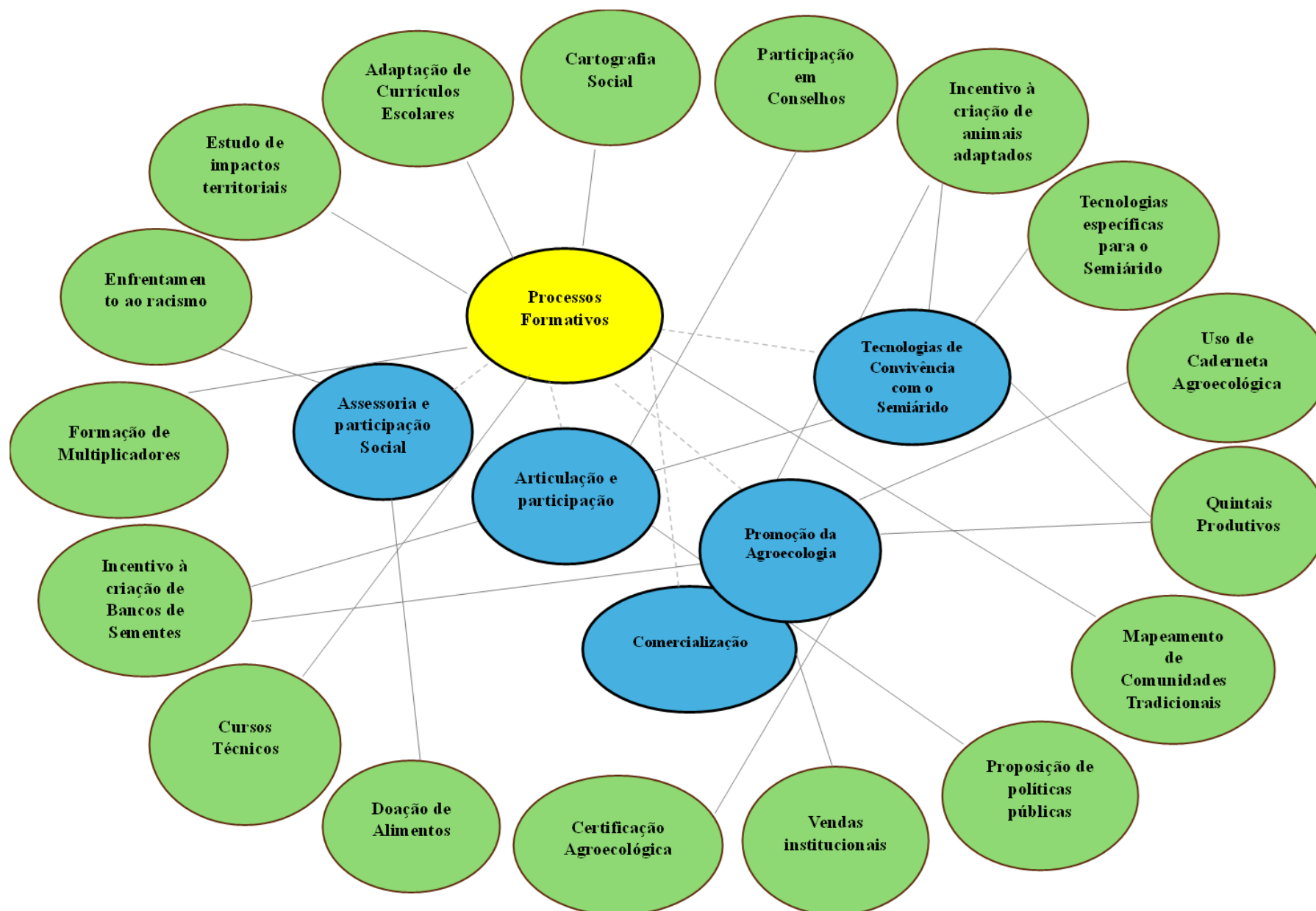
Nesse sentido, as ações específicas do Sertão do São Francisco detalhadas no Quadro 6 reunidas àquelas comuns ao território de Figueroa, representam a contribuição deste território para pensar o Paradigma da Convivência com o Semiárido. Tanto as ações comuns quanto aqueles particulares, como podemos observar no Organograma 3, evidenciam as interconexões entre os eixos estratégicos de atuação dos movimentos, o que reforça o caráter integrado, multidimensional e multiescalar do Paradigma da Convivência com o Semiárido. A seguir analisamos detalhadamente essas ações a partir de cada eixo.

No levantamento encontramos um total de tipos de 19 ações particulares que, de acordo com a categorização adotada, integram especificamente 6 dos 9 eixos trabalhados, sendo eles: Processos Formativos, Elaboração e implementação de tecnologias de convivência com o semiárido, Articulação e participação em espaços de decisão dos governos, Promoção da agroecologia, Assessorias e Apoio social e Comercialização. Reiteramos que mesmo integrando eixos específicos essas ações perpassam também por diferentes dimensões de eixos distintos.

Quadro 6: Ações Particulares do Sertão do São Francisco (Brasil)	
Eixos das ações	Ações
Promoção da agroecologia	Certificação Agroecológica participativa
	Incentivo e orientação quanto à criação de animais adaptados ao território semiárido
	Incentivo e criação de bancos de sementes animal e vegetal
	Uso de ferramentas como a caderneta agroecológica
Comercialização	Execução de programas de venda institucionais (PAA e PNAE)
Elaboração e implementação de tecnologias de convivência com o semiárido	Implementação de Bancos de sementes crioulas comunitários
	Desenvolvimento de tecnologias específicas para o semiárido
	Implementação de Quintais produtivos
Processos Formativos	Adaptação de currículos em escolas rurais
	Formação de multiplicadores de convivência com o semiárido;
	Estudos a partir da Cartografia Social
	Conquista de escolas e cursos técnicos em assentamento
	Mapeamento de comunidades Tradicionais
	Estudos sobre impactos dos empreendimentos nos territórios
Assessorias e Apoio social	Enfrentamento ao Racismo
	Distribuição de cestas básicas
	Doação de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social
Articulação e participação em espaços de decisão dos governos	Participação em Conselhos em diferentes escalas
	Proposição de políticas públicas
Fonte: Trabalhos de Campo realizados em 2022, 2023 e 2024 Elaboração: Bitencourt, 2024	

Os **Processos Formativos**, que já demarcamos anteriormente como eixo estruturante dentro do Paradigma da Convivência com o Semiárido foi o mais expressivo quando categorizamos as ações específicas para o Sertão do São Francisco com ações de: Adaptação de currículos escolares em escolas rurais, Formação de multiplicadores da convivência com o semiárido, Estudos a partir da Cartografia Social, Conquista de escolas e cursos técnicos em assentamento, Mapeamento de comunidades Tradicionais e Estudos sobre impactos dos empreendimentos nos territórios.

Ressaltamos que tais processos formativos são territórios permeados por conflitualidades na sua imaterialidade, porque no processo de construção do conhecimento que envolve a construção de teorias, dos conceitos e da própria metodologia, há diferentes disputas que reverberam na construção dos territórios materiais, conforme debatemos anteriormente com base em Fernandes (2009).



A Adaptação de currículos escolares em escolas rurais é uma demanda antiga dos movimentos do campo no Brasil no âmbito da educação do/no campo, conforme aponta Silva et al (2009). No nosso recorte específico encontramos a experiência do MST que tem conseguido incidir no currículo escolar do assentamento São Francisco e realizar essa adaptação, mesmo com dificuldades. A representação do movimento relatou o seguinte: “A gente persegue, né? Dá para dar uma driblada. Porque eles vêm lá com uma programação já pronta, com os professores, né? Quando chega aqui a gente consegue introduzir, acompanhar um pouco. O setor de educação entra para acompanhar de perto também isso, né?” (Dorothy Stang em entrevista à Bitencourt, 2022). O depoimento exemplifica a conflitualidade existente entre as intencionalidades do Estado que em muitos casos apresenta uma proposta pronta e o movimento que se insere no processo buscando colocar suas pautas na proposta pedagógica e curricular.

Na dimensão educativa essa é uma ação importante para incidir na estrutura proposta para o processo da educação formal no campo e, especificamente para o Semiárido, porque proporciona a contribuição dos movimentos na conteúdos trabalhados na escola. Além disso, abre espaço para contextualizar a educação para o território onde os sujeitos estão inseridos, levando em consideração as origens, a história local, a cultura de cada povo, as problemáticas que envolvem os contextos locais. Isso dialoga diretamente com um dos princípios da convivência com o semiárido, a educação contextualizada.

A dimensão educativa se insere também no contexto da *Conquista de escolas e cursos técnicos para os assentamentos*, que além de proporcionar o acesso à educação formal no próprio território, um processo de formação contextualizado que tem contribuído com a permanência da juventude, como ressalta a representante do assentamento quando menciona a saída da juventude para estudar na sede do município (Relato Socioterritorial 2).

Relato Socioterritorial 2: Conquista de escola e curso técnico

“Foi anos e anos de luta, com ocupação em toda marcha que tinha era a mesma pauta e o pessoal já sabia qual era a nossa pauta.

Aí do município a gente meteu as caras e começou a construir a comunidade mesmo, em forma de mutirão e construir, levantou mais parede. Aí chamamos o prefeito e dissemos: nós já estamos construindo. Aí disse: não, espera aí, a gente veio fazer aí terminaram de construir. Porque os meninos estudando em outra comunidade, sendo que um assentamento desses, com mais de 100 famílias sem uma escola. A gente foi lá, ocupou a prefeitura para pressionar”.

[...]

“A gente sabe como é a juventude, eles querem tudo para ontem. A gente diz: Não, não. A água vai chegar e vai ter condições de trabalharmos logo. Mas aí, imagina aí, São 23 anos de assentamento e aí uns saem para estudar fora, outros saem para se empregar.

A gente conseguiu o curso técnico, mais para a juventude, porque eles saiam muito para estudar, para fazer os cursos na cidade de Juazeiro, né? Ai a gente conseguiu trazer a escola para cá, o colégio e aí dois cursos. Aí o colégio ficou como uma extensão do CETEP. Não conseguiu, ainda não desvincular. Ah, e a gente está tentando ver se consegue a nossa independência”.

(Dorothy Stang, em entrevista a Bitencourt, 2022, grifo nosso)

O depoimento da entrevistada que transcrevemos no Relato Socioterritorial 2 é bastante rico e revela, de forma nítida aspectos centrais de um dos principais motores do processo de esvaziamento do campo com a diminuição da população rural especialmente no que se refere à saída da juventude. Isso se agudiza quando olhamos para o contexto dos assentamentos rurais, principalmente, nos territórios semiáridos.

Na fala notamos também a ausência do Estado em fornecer estrutura básica quando a entrevistada diz: "Foi anos e anos de luta [...] começamos a construir a comunidade mesmo, em forma de mutirão [...] Aí chamamos o prefeito e dissemos: nós já estamos construindo". Ou seja, a comunidade teve que se organizar por conta própria para construir a escola, sem apoio inicial do poder público.

Mostra também que o esvaziamento do campo não é um processo natural, mas resultado de abandono histórico e da ausência de políticas estruturantes como a educação do/no campo. A juventude sai porque são privados dos direitos que garantem a sua continuidade e uma vida digna no campo. Os movimentos enquanto resistência, constroem, fazem pressão sobre o Estado e buscam superar os desafios que são contínuos, conforme relata a entrevistada.

Seguindo esse mesmo princípio da educação contextualizada, as *Formações de multiplicadores da convivência com o semiárido* foram e são uma forma de fazer com que o

conhecimento sobre a proposta da convivência com o semiárido em contraposição ao combate à seca possa ser apropriado pelas comunidades de diferentes partes dos territórios, conforme explica a representação do IRPAA em entrevista (Relato Socioterritorial 3).

Relato Socioterritorial 3: Formação de multiplicadores da convivência com o semiárido

Primeiro ano, fazíamos os 3 cursos com um grupo só. Quem viesse no primeiro, veio no segundo, terceiro. No próximo ano, outras pessoas faziam 3 cursos. No próximo a gente passou a chamar de multiplicadores, né? Então, quem vem é uma liderança homem e depois passou a vim mulher, também. Estuda sobre o clima, recebe o material, as cartilhas com desenho, não é? Para chegar lá na comunidade, na associação, passar para a companheirada aquilo que tem estudado usando os desenhos.

*Então, foi se consolidando como **os multiplicadores da convivência com o semiárido**. A nível de semiárido a gente criou a **Escola de Formação do Semiárido**, que era uma a cada ano, durante 15 dias. Geralmente é no mês de março. A gente juntava todos os conteúdos e a gente a cada ano vai aumentando os conteúdos e convidava pessoas das dioceses para vir ficar aqui durante 2 semanas. Aí, durante os 15 dias vinha gente da Paraíba, do Ceará, da Bahia. Existe até hoje. Durante os 2 anos da pandemia não teve, né? Mas o ano passado já teve, esse ano vai ter também.*

*Bem, o que mudou agora é que nos últimos 5 anos a gente deu preferência à Juventude. A gente chama de **Escola de Formação da Juventude para convivência com o semiárido**. Mas é a mesma linha. E essa não existe mais, mas durante muito tempo a gente fez, que era a escola de formação para agentes de pastoral. Era o mesmo conteúdo, só que mais consolidado durante uma semana. Esse ano **a Escola de Formação da Juventude para convivência com o semiárido** acho que vai ser em julho, estamos planejando. Aí vem 40, 50 jovens de várias regiões aqui do semiárido. E durante esses 15 dias a gente faz essa troca de experiência, intercâmbio, visita às comunidades ao redor de Juazeiro e tal.*

(Luiz Nunes, em entrevista à Bitencourt, 2023, grifo nosso)

A Formação de multiplicadores trata a convivência com o semiárido como projeto político-pedagógico e é estratégica na formação política e técnica. No trecho "*Então, foi se consolidando como os multiplicadores da convivência com o semiárido*" a formação é apresentada pelo entrevistado como um processo coletivo e contínuo, que transforma diferentes povos do semiárido em multiplicadores de conhecimento. Esses sujeitos não apenas aprendem com outros povos, mas produzem saberes nas comunidades, ampliando o alcance das práticas de convivência com o semiárido e reforça o protagonismo local.

O uso de materiais didáticos como cartilhas ilustradas, banners, dentre outros com linguagens acessíveis revela o trabalho com uma pedagogia popular, que dialoga com as realidades locais e respeita os diferentes níveis de escolarização. Isso facilita a apropriação do conhecimento técnico pela população rural proporcionando o acesso das pessoas às informações sobre o clima, manejo sustentável da terra, tecnologias para captação de água e outras práticas adaptadas à realidade do semiárido e que se traduz nas práticas cotidianas.

Ademais, o trecho destaca que o processo de formação tem funcionado ao longo do tempo também como um espaço de articulação territorial com a presença de representantes de diversos estados, o que mostra a construção de uma rede de solidariedade e intercâmbio de conhecimentos fundamental para fortalecer estratégias comuns de resistência e convivência com o semiárido.

A fala do entrevistado aborda além disso a preocupação com a juventude e a sucessão rural quando diz: "*Bem, o que mudou agora é que nos últimos 5 anos a gente deu preferência à Juventude.*" Ou seja, estrategicamente o movimento passou a destinar a formação para a juventude como forma de enfrentamento ao esvaziamento do campo, porque os processos formativos contribuem para a renovação das lideranças e a sucessão nos espaços comunitários. Ao inserir jovens nesses espaços formativos, abre-se espaço para que eles se reconheçam como sujeitos de transformação no campo.

Multiplicar a proposta da convivência a partir da partilha e construção coletiva do conhecimento representa a expansão e o fortalecimento de práticas educativas e de mobilização social. Isso vai além da simples transmissão de conhecimento, pois envolve a formação de redes de solidariedade e resistência, fortalecendo a organização social e a autonomia das comunidades.

Já os *estudos e mapeamento de comunidades tradicionais, a partir da Cartografia Social e sobre impactos dos empreendimentos nos territórios*, realizados pela CPT em parceria com outras instituições correspondem tanto à processos formativos, quanto à uma forma encontrada pelos movimentos de enfrentamento aos diversos conflitos existentes no território, uma maneira de resistir aos processos de desterritorialização que abordamos no capítulo 2. Os mapeamentos são fundamentais para reconhecer, valorizar e fortalecer a identidade cultural, social e territorial dessas comunidades.

A partir da Cartografia Social cada comunidade consegue visibilizar e demonstrar as suas dinâmicas territoriais como o uso coletivo da terra, os recursos naturais e destacar a relação histórica que possuem com o território. Esse instrumento também é estratégico na defesa de seus direitos frente aos impactos de grandes empreendimentos, como a expansão do agronegócio, sobretudo, da mineração e das energias renováveis, que tem resultado em conflitos territoriais, na degradação ambiental, como demonstramos no capítulo 2 e, conseqüentemente, ameaça a soberania alimentar das famílias, aspectos esses que podem ser observados no depoimento transcrito no Relato Socioterritorial 4.

Relato Socioterritorial 4: Estudos sobre impactos dos empreendimentos e mapeamentos de comunidades tradicionais

“Aí tem muitos dados da produção, da destinação. Essa aqui de Angico dos dias está até aqui nesse estudo, e eu não sei se tem aqui na cartilha, mas o território de Angico dos Dias é impactado pela mineradora. E aí nesse estudo de sustentabilidade, eles perceberam que com a chegada da mineradora, perdeu milhares de cabeça de gado, parte do território, enfim, teve uma série de perdas, mas mesmo assim você vai ver a Riqueza de que eles ainda produzem e se sustentam. Tem segurança alimentar ali. Com todas as mazelas que a empresa já causou de 2005 para cá. Com os processos de resistência permaneceram no território.

Lá eles têm bastante coisa e, também o processo de reprodução da vida, né? De tudo que lá existe.

[...]

“Eu acho que esses estudos, que estão materializados, é um pouco para mostrar não só a produção, enfim, mas para mostrar a vida das pessoas, porque os empreendimentos chegam, dizem que não existe ninguém que são espaços vazios. Então, a partir do momento que você tem um mapeamento desse, com uma universidade com uma qualidade também, né? Você está justamente dizendo o contrário. Então, a importância disso”.

(Tânia, em entrevista à Bitencourt, 2023)

Desse modo, os estudos e mapeamento de comunidades tradicionais, a partir da Cartografia Social e sobre impactos dos empreendimentos nos territórios dão visibilidade aos modos de vida, às práticas produtivas e à presença histórica das comunidades nos territórios, contrariando a narrativa de que são territórios vazios, frequentemente utilizada pelo Estado e pelas empresas para justificar a instalação de grandes empreendimentos no Sertão do São Francisco. Como aponta o depoimento no Relato Socioterritorial 4, os mapeamentos realizados em parceria com universidades materializam os saberes locais e demonstram a existência de produção e de vida, reforçando o direito dessas populações ao território e à continuidade de suas práticas agrícolas. Nesse sentido, a cartografia social não é apenas uma ferramenta técnica, mas um instrumento político de afirmação territorial, que contribui diretamente para a defesa da soberania alimentar, ao proteger os espaços onde se desenvolvem os sistemas agroalimentares tradicionais adaptados às condições do semiárido.

Apresentamos no Painel Fotográfico 23 algumas imagens de processos formativos e materiais que demonstram essa dimensão educativa, tais como o Mapeamento Agroecológico dos Territórios de Fundo de pasto Angico dos Dias em Campo Alegre de Lourdes, produzido pela CPT que apresenta o jeito de viver das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, o território ocupado e a luta dessa comunidade contra a chegada da mineração e o banner “O Candeeiro” uma ferramenta de comunicação utilizada pela ASA e elaborado pelo IRPAA para

sistematizar a experiência do beneficiamento do pescado e como a APPR tem se fortalecido enquanto uma organização de pescadores e pescadoras.

Painel Fotográfico 23: Imagens de Processos Formativos e Materiais Didáticos Produzidos pelos Movimentos do Sertão do São Francisco



Fonte: Trabalho de Campo, 2022, 2023

Também na Painele Fotográfico 23 podem ser vistas fotografias de atividades que estivemos presente juntamente com os movimentos como o seminário realizado em 2022, com diversos movimentos para discutir sobre a comercialização da produção agroecológica no município de Casa Nova e um intercâmbio realizado pela ASA em parceria com o IRPAA e participação da Rede Mulher do Sertão do São Francisco, em 2023 no qual foi realizada uma visita à Comunidades de Fundo de Pasto Fartura, no município de Sento Sé com a participação de pessoas do Semiárido Brasileiro e de diferentes territórios semiáridos da América Latina para trocar experiências com os moradores locais.

Ressaltamos que os processos formativos foram citados por diversos movimentos como a ASA e àqueles ligados à essa rede, como basilares na construção do Paradigma da convivência com o Semiárido, como podemos observar no Relato Socioterritorial 5.

Relato Socioterritorial 5: Formação: espinha dorsal da convivência com o semiárido

Os processos formativos são uma espinha dorsal do trabalho de convivência e, vamos dizer, do trabalho da ASA. Nós não somos construtores de instrumentos de armazenamento de água, não somos construtores cisternas, não somos construtores de bancos de semente. Não somos construtores de nada disso. A construção é um elemento que vem para o processo de reflexão da construção do caminho. Então, essa dimensão é importante que os agricultores se apropriem dela. Ou seja, a cisterna é minha, mas é direito meu. Não é bondade do MOC, ou do CEDASB, ou de quem for lá. É direito meu.

*E eu digo para eles aqui, que já chegou atrasado. Olha! chegou muito atrasado, porque vocês passaram muita sede sem necessidade. Então, a cisterna é de vocês. A convivência é de vocês. **Quem faz a convivência acontecer não são os técnicos que estão nas organizações. Quem faz a convivência acontecer são os agricultores, o tempo todo. São eles que movimentam o Banco de sementes, são eles que movimentam os quintais, são eles que movimentam as cisternas, que movimentam a água, que trabalham nas cisternas nas escolas. Não é? São eles que fazem esse processo acontecer.***

*Se não existissem isso aí era tudo elefante branco. Então, é muito importante que a gente tenha esse processo em mente, que trabalhe essa perspectiva, certo? explicitando para eles **o ser sujeito, produzir conhecimento, o andar junto, construindo o mundo, etc.***

Essas formações são diferenciadas de acordo com a tecnologia, não é? É uma tecnologia que tem uma formação, a cisterna tem 1 ou duas formações. São elementos nessa dimensão.

Hoje eu acho que a gente precisa mais explicitar as formações do nosso projeto político. Nosso projeto político é o da convivência com o semiárido. A gente tem que sistematizar isso, fazer com que os agricultores e agricultoras gradativamente vão melhorando a visão sobre seu desempenho político nas eleições, porque são eles que elegem. Eles e elas que elegem essa cambada de porcaria que está lá no Congresso que só colabora para o combate à seca. Não fazem um passo que não seja nessa direção.

Então, a gente precisa, sem ser político partidário suscitar essa dimensão. Os conjuntos de tecnologias, eles exigem formações variadas. Então, por exemplo, o quintal, ele vai exigir uma formação com tais e tais questões, etc, né? O P1+2, mais original é um outro patamar. Então, são coisas que foram aparecendo no decorrer do processo. E que corroboram para que o processo seja bom, seja diferenciado, seja de qualidade e seja diferente do que outros e outras executam por aí.

***Então acho que a formação é um elemento essencial.** Ao lado disto, a formação, um bloco grande, se eu faço uma formação para agricultores e agricultoras na Bahia e eu trago 200 agricultores, eles se sentem fortalecidos. Fortalece. Eu não falo em fortalecer os objetivos do encontro, mas eles se fortalecem, porque eles se encontram.*

*Se eu faço um ENCONASA onde 70% é a agricultora e agricultor, eu tenho um banho na perspectiva da formação, **tendo como centro e referência o agricultor que é sujeito e produtor do conhecimento.** Então são esses conjuntos de espaços que vai fazendo a gente caminhar e acentuar mais nosso caminho de convivência com o semiárido.*

(Pe. Alberto, em entrevista a Bitencourt, 2023, grifo nosso)

Neste depoimento (Relato Socioterritorial 5) podemos observar diversos aspectos, dentre eles, aqueles ligados à centralidade dos processos formativos em iniciativas que promovem a convivência com o semiárido, como aquelas que são desenvolvidas pela ASA, pois o foco das ações da rede não está apenas na implementação de tecnologias, mas sobretudo, a preocupação em a partir dessas estruturas promover o fortalecimento da autonomia, da

consciência crítica dos povos do semiárido, uma vez que essas ações confluem para a compreensão de que ter acesso às políticas públicas é uma forma de garantir a dignidade e caminhar em direção à soberania no uso da terra e da água. O trecho “*a construção é um elemento que vem para o processo de reflexão da construção do caminho*”, evidencia que a verdadeira transformação está no processo educativo e na apropriação coletiva dos direitos.

Nesse sentido, a *Elaboração e implementação de tecnologias de convivência com o semiárido* se alicerça primeiramente com os processos formativos contextualizados, porque foi e é através desses processos que os povos do semiárido partilham, constroem saberes e conhecimentos que os levam a desenvolver tecnologias adaptadas para o seu território. Neste eixo identificamos três diferentes ações dos movimentos que constituem a luta pela soberania alimentar e estão intimamente articuladas: o desenvolvimento de tecnologias específicas para o semiárido, a implementação de bancos de sementes crioulas comunitários e a implementação de quintais produtivos.

Ressaltamos que esse eixo representa uma das principais frentes de luta dos movimentos do Sertão do São Francisco e por isso são diversas as tecnologias encontradas no território que são resultado da ação de movimentos, desenvolvidas a partir do conhecimento compartilhado dos povos do semiárido como relata um dos entrevistados:

Continuamos indo às comunidades discutir sobre o que é convivência com o semiárido, porque **vamos experimentando tecnologias da convivência com o semiárido**. E, também continuamos na incidência política, junto com as outras entidades nas redes, fórum, no sentido de toda essa experimentação das entidades se transformar em política pública (Luiz Nunes em entrevista a Bitencourt, 2023, grifo nosso).

Uma das tecnologias de convivência com o semiárido mais antigas no Sertão do São Francisco, que passou por diversos processos de experimentação e replicação é a cisterna de consumo humano com capacidade de 16 mil litros que apresentamos na seção 3.3. A partir dessa tecnologia, dos processos formativos construídos juntamente com a sua chegada, outras tecnologias foram surgindo e sendo experimentadas visando o armazenamento da água para produção de alimentos e/ou dessedentação animal como: a cisterna calçadão, a cisterna enxurrada, barreiros trincheira, tanques de pedra, barraginhas, bancos de sementes crioulas comunitários, quintais produtivos, dentre outras (Painel fotográfico 24).

Painel fotográfico 24: Tecnologias de Convivência com o Semiárido, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Trabalho de Campo, 2023; irpaa.org

Mais uma vez fazendo referência à materialidade e imaterialidade do território conceituada por Fernandes (2009) podemos dizer que a cisterna de placa enquanto tecnologia de convivência com o semiárido que serve para o armazenamento de água da chuva significa a materialização no território de diferentes conflitualidades que atravessam ao longo do tempo a luta dos povos do semiárido. Dentre essas conflitualidades destaca-se o embate entre o combate à seca e a convivência com o semiárido. A cisterna nasceu primeiramente como uma ideia, uma proposta política, ou seja, enquanto território imaterial para posteriormente se tornar uma ação concreta. Por isso, carrega consigo um projeto político e social pautado na convivência com o semiárido.

Essa prática de desenvolvimento de tecnologias específicas para o semiárido, como afirmou representante do IRPAA, vem desde a fundação da instituição na década de 1990 e continua até os dias atuais com uma escala de atuação maior, com outros movimentos e instituições do semiárido:

E para fora dali a gente trabalha numa articulação maior, em redes e principalmente experimentação. Por exemplo, agora, nesse momento, a gente está experimentando a ideia do saneamento rural. Então tem aquela tecnologia já mais tradicional da bacia de evapotranspiração, aquele ciclo de bananeira tem umas coisas já são mais comuns. E a gente está desenvolvendo agora a tecnologia para aproveitamento das águas totais. Então não é inovação, já existe. Os filtros e tal, o que a gente teve em conjunto tanto com a universidade, como com as outras entidades, a desenvolver um projeto de saneamento que funciona, aproveita todas as águas e que pode ser tanto individual, numa casa só, como coletivo. **Aí fazemos a mesma coisa: experimentou, vê funciona, depois vai nas comunidades experimentar a aceitação, e o funcionamento em larga escala.** E aí temos essa discussão (Luiz Nunes em entrevista à Bitencourt, 2023, grifo nosso).

O depoimento explica como funciona o trabalho de desenvolvimento das tecnologias de convivência com o semiárido, a experimentação e sua replicação nos territórios. Também demonstra a coletividade e as parcerias com outras instituições e movimentos que ocorrem de maneira multiescalar.

Destacamos as tecnologias de convivência com o semiárido como um elemento essencial na luta dos movimentos pela soberania alimentar nos territórios semiáridos, porque trazem consigo a dimensão educativa, contribuem para o acesso à água, a melhoria da produção de alimentos e da própria alimentação das famílias. No Sertão do São Francisco tais tecnologias tem proporcionado também a comercialização do excedente. Como argumentamos anteriormente, em diversos municípios do território, a partir do da produção, os movimentos têm atuado no sentido de apoiar, incentivar e realizar junto com as comunidades as feiras, possibilitando a comercialização, a geração de renda das famílias e o acesso à alimentos de qualidade para as populações do campo e da cidade.

Entretanto, para que essas tecnologias possam chegar aos territórios, tornando-se uma realidade na vida dos povos do semiárido são grandes as lutas travadas pelos movimentos socioterritoriais e de forma mais direta aqueles ligados à ASA. Para isso, é preciso que haja uma coesão e um enfrentamento o qual no Sertão do São Francisco compreendemos que ocorre a partir das ações do eixo da **Articulação e participação em espaços de decisão dos governos**, que se insere no princípio da convivência com o semiárido na organização social e na luta pelas políticas públicas.

Nessa direção, a *participação em conselhos em diferentes escalas*: municipais, estaduais e nacionais e a proposição de políticas públicas são ações estratégicas que têm sido importantes para o acesso e proposição de diversas políticas públicas relacionadas com a segurança alimentar, dentre elas, as tecnologias de convivência com o semiárido. O depoimento

transcrito a seguir explica a importância da participação dos movimentos em conselhos estratégicos para pensar a convivência com o semiárido e a soberania alimentar, como o CONSEA:

O CONSEA Nacional tem muito poder, então, ele traz as pessoas encarregadas para a elaboração do orçamento para o debate na plenária. Nesse espaço a gente insere cisternas, a gente insere quintais, a gente insere banco de semente. A gente insere o conjunto de elementos que hoje também fazem parte da proposta do CONSEA. A gente começou solicitando que se colocasse, mas hoje o próprio CONSEA se lembra de colocar (Pe. Alberto, em entrevista à Bitencourt, 2024).

Essa articulação possui forte relevância para os movimentos do Sertão do São Francisco, especialmente, porque ao participar desses espaços é possível propor políticas públicas e interferir nas ações do Estado nos territórios. Principalmente, aquelas relacionadas ao tema da segurança e soberania alimentar. Ressaltamos que essa participação se dá no campo da resistência, uma vez que tais movimentos se colocam à frente nestes espaços para cobrar ações do Estado nos territórios.

No eixo da **Promoção da agroecologia** três ações se destacaram como uma particularidade deste território: a certificação agroecológica participativa, o incentivo e orientação quanto à criação de animais adaptados ao território semiárido e o uso de ferramentas como a caderneta agroecológica.

O processo de *certificação agroecológica participativa* é um modelo alternativo de certificação da produção, que envolve diretamente os produtores, consumidores, técnicos e diversos movimentos para a verificação e garantia da qualidade dos produtos. Esse tipo de certificação é reconhecido oficialmente pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e é uma alternativa mais acessível em comparação com a certificação por auditoria, que costuma ser mais cara (Brasil, 2003).

Além disso, a certificação participativa valoriza o diálogo de saberes e promove a troca de experiências entre os sujeitos envolvidos no processo, estimula o aprendizado coletivo e o fortalecimento das redes locais de produção e consumo, além de fortalecer a autonomia das comunidades rurais e criar relações mais próximas e transparentes entre quem produz e quem consome. No Sertão do São Francisco alguns grupos de famílias alcançados por essa pesquisa já possuem o Certificado de Produção Agroecológica (Fotografia 9). Uma das entrevistadas relatou que foi um passo importante para a melhoria na comercialização de sua produção, pois o certificado passou maior segurança para os consumidores:

As pessoas ficaram mais seguras. A gente pode acessar também outros mercados, né, que até então era só a feira e as entregas. E aumentou a clientela, porque aí um vai passando para o outro, vai passando a informação, ó, tem ali, o pessoal é certificado, realmente é certificado. E aí, pode comprar aqui, que tem essa garantia. E aí, melhorou, veio agregar valor, confiança e tudo, né? Para nós foi um grande passo (Hildette Santos em entrevista à Bitencourt, 2024).

Fotografia 9: Certificado de Produção Agroecológica exposto juntamente com Cesta de Frutas, Sento Sé, Sertão do São Francisco (Brasil)



Fonte: Trabalho de campo, 2023

Notamos nos relatos que esse processo ajudou no próprio processo de valorização da produção no próprio território. As formações que acontecem dentro do grupo de certificação incentivam as famílias que utilizam os agrotóxicos a deixarem de usar e começam a produzir sem veneno.

O uso de ferramentas como a caderneta agroecológica pelas mulheres é uma outra ação que tem contribuído nesse processo de valorização. Uma das integrantes da Rede Mulher do Sertão do São Francisco e acompanhada pela assessoria técnica do IRPAA relatou o seguinte:

Logo que os meninos do IRPAA começaram a visitar minha propriedade, aí me deram a caderneta, fizemos um cursinho prático em casa mesmo, aí eu peguei a prática e agora tudo é anotado na caderneta. Tem tudo. Tudo que eu vendo vai pra caderneta. Se é o bode, vai pra caderneta, se é os legumes vai pra caderneta, tudo que eu vendo vai pra caderneta.

Pra mim é muito importante, sabe por quê? Porque quando chega o final do ano tem como eu fechar aquela conta e eu saber quanto eu arrumei naquele ano. E aí, fica melhor pra mim (Hildette Santos, em entrevista à Bitencourt, 2022).

Como debatido em Bitencourt e Buscioli (2024), “além de contribuir para a organização da unidade camponesa, a caderneta agroecológica serve também como instrumento para visibilização do trabalho das mulheres e de fortalecimento para a autonomia financeira (Bitencourt e Buscioli, 2024, p. 166). Muitas das mulheres relataram que antes da caderneta elas não tinham dimensão da produção que tinham em seu próprio quintal com as hortaliças, frutíferas, a criação de pequenos animais, como esse trabalho gerava renda e era importante na manutenção das despesas da família.

Relato Socioterritorial 6: Caderneta Agroecológica e a visibilização do trabalho das mulheres

*“Pra mim também, fantástica, principalmente a parte do consumo. No consumo, o primeiro mês que eu preenchi que no final do mês eu fui bater as contas, **eu sentei com meu marido e disse: olhe o tanto que meu dinheiro fica aqui e você disse que sustenta a casa. Bora ver agora quem é que sustenta a casa.** Foi a primeira discussão em casa foi essa, porque um monte de coisa por exemplo, o café que a gente não comprava, era da minha produção, o flocão, as frutas, um monte de coisa. Então, assim, **o primeiro mês, quando eu coloquei o quanto que da minha produção ficava dentro de casa no consumo deu 350,00 (trezentos e cinquenta reais) e ele dizia que era ele que fazia a feira dentro de casa, mas não é gente, sou eu.** Então, assim, essa foi uma das experiências fantásticas que eu tive, principalmente essa descoberta do consumo”.*

(Maria Zilda, em entrevista à Bitencourt, 2023, grifo nosso)

O depoimento (Relato Socioterritorial 6) é explicativo sobre a potencialidade da Caderneta Agroecológica enquanto uma ferramenta concreta de fortalecimento da soberania alimentar, especialmente ao valorizar o papel das mulheres na produção e no abastecimento dos lares no semiárido. A fala mostra que, ao registrar o que é produzido e consumido no próprio território, a mulher percebe sua centralidade na garantia da alimentação da família, revelando uma realidade muitas vezes invisibilizada: grande parte dos alimentos consumidos é fruto do seu trabalho, mesmo que não passe pelo mercado formal.

Esse reconhecimento do valor da produção própria, como as frutas e outros alimentos que não precisaram ser comprados, mas que foram produzidos pelas mulheres evidencia elementos da soberania alimentar como o direito de produzir, consumir e decidir sobre os

alimentos a partir da cultura local, da autonomia e do controle social sobre os sistemas alimentares. Além disso, ao confrontar a ideia de que apenas quem compra no mercado "sustenta a casa", a experiência rompe com a lógica patriarcal e mercantil, afirmando a agricultura camponesa de base agroecológica como prática de autonomia, resistência e afirmação de direitos, sobretudo das mulheres do campo.

Constatamos no Sertão do São Francisco, também, uma forte atuação dos movimentos na preservação e fortalecimento do patrimônio genético das comunidades que ocorre por meio do *incentivo e criação de bancos de sementes animal e vegetal* para a multiplicação entre as comunidades camponesas de sementes vegetais e das raças de aves caipiras e bodes adaptados para o semiárido, também o incentivo e orientação quanto à criação de animais adaptados ao território semiárido.

Essa ação é estruturante no contexto da construção da soberania alimentar porque garante o acesso e o controle das sementes, espécies nativas e variedades adaptadas às condições locais. O patrimônio genético desses territórios representa a base da produção de alimentos diversificados, resilientes e adaptados ao semiárido. Ademais, a utilização de sementes crioulas agregadas às práticas agrícolas de base agroecológica contribui para que os povos possam ter autonomia sobre o que, como e quando plantar, sem depender de insumos externos, como sementes híbridas ou transgênicas produzidas por grandes corporações, que muitas vezes exigem o uso de agrotóxicos e insumos químicos.

As ações que apresentamos no eixo da promoção da agroecologia dialogam diretamente com o eixo da **comercialização** representado pela execução de programas de venda institucionais como PNAE e o PAA. Esses programas do Governo Federal têm o mesmo objetivo no que concerne à compra de alimentos da agricultura familiar com finalidades distintas, sendo o primeiro direcionado à alimentação escolar e o segundo que prevê a doação simultânea.

No nosso recorte, a APPR é uma das associações que acessam esses programas com venda da sardinha caseira e o filé de peixe. Uma das representantes relatou sobre o estímulo e a valorização do pescado local após a entrada da associação nesses programas:

E estimulou, porque o pescador, ele simplesmente fazia o quê? Ele pescava, entregava para um patrão, para o atravessador, fazer a sua venda, esse processo de beneficiar o seu pescado, ele não tinha esse costume. É tanto que o pescado era comprado com um valor acima. E depois, quando começou esse processo de beneficiar o pescado, saber a importância de elaborar novos produtos através do pescado, aumentou o preço do pescado e o consumo também aumentou (Danduca em entrevista a Bitencourt, 2022).

Representantes da APPR relataram sobre a importância de ter o apoio e assessoria de organizações como o IRPAA e o SASOP no processo de auto-organização para conseguir acesso à essas políticas públicas, demonstrado como essas assessorias contribuíram para organizar documentação, formar os pescadores e pescadoras sobre o processo de beneficiamento e comercialização da produção. Isso evidencia a formação de uma rede de solidariedade, de resistência, enfrentamento e luta em que diferentes movimentos se apoiam na luta pela soberania alimentar.

Essa ação de assessoria à outras instituições fazem parte das ações do eixo de **Assessorias e apoio social** no qual identificamos também enquanto particularidade no território: o enfrentamento ao racismo, a distribuição de cestas básicas e a doação de alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social.

As ações de apoio social com a doação e/ou distribuição de alimentos visam resolver situações de vulnerabilidades e carências que não são supridas pelo Estado e que os movimentos trabalham em conjunto, a partir do princípio da solidariedade, como relatou uma entrevistada: “A gente durante o período de produção a gente faz sempre um trabalho de doações de alimentos. A gente consegue mandar aqui de Sento Sé pra Sobradinho, Juazeiro e lá eles fazem cestas e fazem doações em hospitais, em escolas” (Maria Zilda em entrevista a Bitencourt, 2022). A distribuição de alimentos acontece também nas feiras com cestas e em outros espaços de atuação dos movimentos.

Outra ação de apoio social destacada pelos movimentos, como o movimento quilombola e dos povos de terreiro, é o combate ao racismo que se manifesta em várias dimensões como a questão do preconceito, da intolerância religiosa, das violências de gênero e outras violências sofridas pela população negra. Uma representação ao falar sobre o tema da segurança e da soberania alimentar relatou o seguinte:

Então, a nossa primeira preocupação é encher a barriga. A segunda é resistir, né? Combater o racismo, reafirmar nossa identidade. **E eu acho que é o nosso desafio de todo dia é esse, é combater esse racismo, que às vezes é disfarçado né?** Disfarçado seja no município, seja em outras coisas, ele é disfarçado. A gente sabe que é racismo e porque não entendem, né? Falta de conhecimento (Zé de Antero em entrevista à Bitencourt, 2022).

Quando a pessoa entrevistada afirma que a "primeira preocupação é encher a barriga" e a segunda é "resistir", está apontando que a alimentação é um direito fundamental, mas que também está profundamente interligada com outras formas de opressão, como o racismo estrutural. Ribeiro (2019) escreve que “o racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega

direitos e não um simples ato da vontade de um indivíduo (Ribeiro, 2019, p. 12)”. Essa definição nos é pertinente porque ajuda a lembrar como na história do Brasil, especificamente no campo, foi construindo ao longo do tempo desigualdades, condições estruturais que dão base ao racismo, como aquelas que citamos na seção 2.1 desta tese referentes ao processo de apropriação da terra, às legislações criadas para manter uma parcela da sociedade aquém dos direitos construídos socialmente.

A soberania alimentar, não se restringe à produção de alimentos, mas inclui o direito das comunidades de decidir o que, como e para quem produzir, respeitando suas culturas, tradições e modos de vida, conforme descrever anteriormente. O racismo citado, mesmo quando disfarçado, compromete esse direito ao invisibilizar saberes tradicionais, negar acesso a políticas públicas e deslegitimar a presença e a importância histórica de comunidades negras e tradicionais nos territórios rurais. Portanto, lutar contra o racismo e afirmar identidades é parte inseparável da construção da soberania alimentar, pois só haverá autonomia real sobre os sistemas alimentares quando houver também reconhecimento, respeito e valorização das identidades étnico-raciais que sustentam práticas alimentares diversas, adaptadas e historicamente resistentes.

No território do Sertão do São Francisco o racismo se apresenta em diversos aspectos como relatado no trecho da entrevista citada anteriormente, e, também, no contexto da religiosidade, como aquele sofrido pelas religiões de matriz africana, conforme relatou representante da ACBANTU sobre o preconceito sofrido pelos Povos de Terreiro “Todo mundo achava que tudo era candomblé. Não era abarcado porque as pessoas tinham preconceito” (Nega Pataxó em entrevista à Bitencourt, 2024).

Nesse sentido, a ACBANTU traz a pauta do combate ao preconceito, à intolerância religiosa e às diversas formas de violência (de gênero, contra a diversidade, entre outras) como uma de suas principais frentes de luta. Conforme relatos de integrantes do movimento, esses são princípios alicerçados em valores transmitidos pelos seus ancestrais que ensinam a prática da hospitalidade e do cuidado com o outro através do respeito à pluralidade de identidades e realidades sociais.

Assim, o respeito ao outro, à diversidade cultural, religiosa, econômica, social, política, de gênero são importantes na busca por equidade e fundamentais para promover a justiça em todas as suas dimensões e são aspectos extremamente relevantes para pensar a multidimensionalidade das lutas sociais na busca pela soberania alimentar.

As ações apresentadas nesta seção representam dimensões, aspectos da expressão das lutas pela Soberania Alimentar no Sertão do São Francisco, via Paradigma da Convivência com

o Semiárido. No tópico a seguir analisamos como tal paradigma de maneira particular em Figueroa.

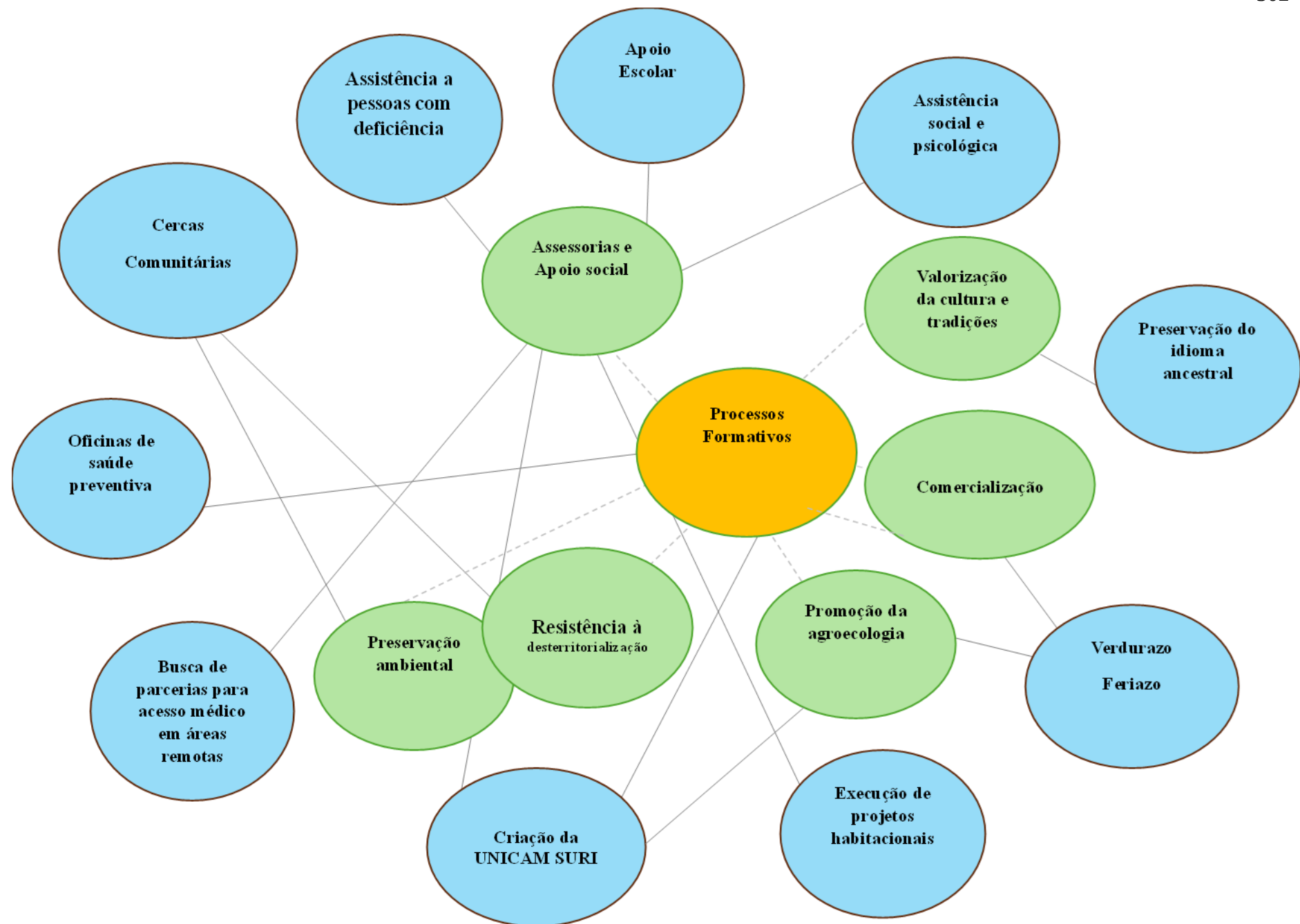
4.4. Figueroa (Argentina): práticas e resistências na construção do Paradigma da Convivência com o Semiárido

Com base no método científico a nossa proposição analítica é de analisar neste capítulo as ações específicas de cada movimentos socioterritoriais em cada território estudado, como discurremos anteriormente, porque entendemos que o PCSA se expressa também a partir da particularidade das ações em cada território, que contribuem para pensar o PCSA.

No caso do território em estudo, o Departamento de Figueroa, encontramos um total 10 ações particulares em 7 eixos resultantes do nosso processo de categorização sendo eles: Resistência à desterritorialização, Preservação ambiental, Promoção da agroecologia, Comercialização, Valorização da cultura e tradições, Processos Formativos, Assessorias e Apoio social (Quadro 7 e Organograma 4). Explicamos que algumas dessas ações como a implementação de cercas comunitárias contra invasões e os verdurazos/feriazos são analisadas a partir da sua intersecção entre diferentes eixos.

Quadro 7: Ações Particulares de Figueroa (Argentina)	
Eixos das ações	Ações
Preservação ambiental	Implementação de cercas comunitárias contra invasões
Resistência à desterritorialização	Verdurazo/Feriazo
Promoção da agroecologia	
Comercialização	
Valorização da cultura e tradições	Preservação do idioma ancestral (quíchua)
Processos Formativos	Criação da Universidad Campesina Suri: Escolas de Agroecologia, Comunicação Popular e Psicologia Social
	Oficinas de saúde preventiva
Assessorias e Apoio social	Assistência social e psicológica
	Apoio Escolar de crianças em situação de vulnerabilidade
	Assistência a pessoas com deficiência
	Busca de parcerias para acesso médico em áreas remotas
	Execução de projetos habitacionais

Fonte: Trabalhos de Campo, 2023 e 2024.
Organização dos dados e elaboração: Bitencourt, 2024.



Iniciaremos a nossa análise pelas ações do eixo que consideramos estruturante, os **Processos Formativos**, o qual em seu interior destaca-se como uma particularidade a criação da *Universidad Campesina - Sistemas Rurales Indocampesinos (UNICAM SURI)* com suas diferentes atividades e a realização de Oficinas de saúde preventiva.

A partir da *Criação da UNICAM SURI* pelo MOCASE-VC passaram a ser desenvolvidas diversas atividades em uma escala de abrangência provincial, uma vez que essas ações são protagonizadas pelo movimento e envolve integrantes em toda a província de Santiago del Estero. Dentre elas, destacam-se as atividades das Escolas de: Agroecologia, Comunicação Popular e Psicologia social e Popular, representando uma singularidade no contexto dos processos formativos do território de Figueroa.

A universidade fica localizada no Departamento *Ojo de Agua* na província de Santiago del Estero, dispõe de espaços voltados à produção animal e vegetal, que são utilizados tanto para o autossustento, quanto para o intercâmbio com comunidades camponesas próximas. Além disso, há um espaço dedicado ao cuidado e à formação pedagógica de crianças, uma rádio comunitária (FM Suri Manta - 89.9), uma cozinha comunitária e uma área voltada à construção de estruturas físicas, como cisternas, salas de aula e dormitórios (mocase.org)⁵¹.

Un espacio, donde campesinos, indígenas, trabajadores urbanos y rurales ejercemos el derecho a una formación que nos permita no sólo recuperar y reivindicar nuestra propia cultura, sino también trabajar para educar desde otra mirada para que las trabajadoras y trabajadores no seamos marginados, como receptores de una cultura ajena, sino como sujetos activos de la construcción colectiva de una nueva educación y un nuevo mundo (mocase.org).

O trecho acima reflete a importância da UNICAM SURI enquanto uma ação do MOCASE-VC juntamente com outros movimentos na luta pela soberania alimentar que reverbera não somente no semiárido argentino, mas em todo o país, porque representa um avanço na construção do território imaterial através da constituição coletiva de um espaço de formação crítica que valoriza as culturas e saberes populares e é voltado para camponeses, indígenas e trabalhadores urbanos e rurais.

Ao incentivar a recuperação e a valorização das práticas culturais próprias, muitas vezes relacionadas ao cultivo da terra, à produção de alimentos e aos modos tradicionais de vida, a UNICAM SURI contribui para a construção de uma educação emancipadora que fortalece a autonomia dos sujeitos sobre seus territórios e seus sistemas alimentares. Esse é um componente essencial na construção da soberania alimentar, porque fortalece a territorialidade dos povos e

⁵¹ <https://www.mocase.org.ar/secciones/universidad-campesina>

combate a imposição de modelos externos de produção e de consumo. A UNICAM SURI, portanto, não apenas capacita tecnicamente, mas politiza o processo educativo, permitindo que os sujeitos sociais envolvidos se reconheçam como protagonistas na construção de alternativas alimentares sustentáveis e culturalmente enraizadas.

Dentro da UNICAM SURI, a Escola de Agroecologia busca promover a troca de saberes e a formação, principalmente, para as juventudes como ressalta um representante ao destacar a preocupação do movimento em pensar a escola como estratégia de promoção da permanência dos jovens no campo e da sucessão rural: “Ese es el objetivo siempre de la Escuela de Agroecología, desde sus inicios hasta hoy, es que los compañeros no se vayan del territorio, más bien queden en el territorio y, bueno, qué producimos, cómo producimos, en función de su territorio también, digamos” (Margarita Caro em entrevista à Bitencourt, 2022).

O espaço formativo funciona na modalidade de alternância, na qual os estudantes passam um período na escola e um período na comunidade como podemos observar no depoimento do Relato Socioterritorial 7. Essa estratégia é uma forma de garantir que, ao mesmo tempo, os jovens possam ter a possibilidade de aprofundar os conhecimentos na Escola de Agroecologia e também possam colocar em prática seus conhecimentos nos territórios. Essa é uma experiência destacada pelo movimento como um aprendizado obtido através dos intercâmbios com movimentos da Via Campesina, como o MST no Brasil, que também trabalha com essa metodologia de ensino.

O trecho “*Pero cada salida de la escuela es una instancia formativa*” no Relato Socioterritorial 7 enfatiza que o processo formativo não está condicionado ao espaço físico da universidade, mas que é composto por todo o processo que se estabelece tanto durante as classes ministradas, quanto nos espaços comunitários, que são compreendidos pelo movimento como espaços de formação.

Relato Socioterritorial 7: A Escola de Agroecologia

“La escuela de agroecología funciona una semana en el mes, desde marzo hasta noviembre. En esas semanas, hay dos semanas que las hacemos en el campo, es decir, que, por ejemplo, algunas semanas se hacen en la central de Quimilí, otras semanas se hizo aquí en Figueroa, y después otras semanas se hizo en la central de Lomitas, que está como más al norte de la provincia.

*En lo que fue la semana de Lomitas, o lo que **le llamamos en realidad la semana en el campo**, los compañeros salen a las diferentes comunidades que están organizadas en el Mocase, y ahí **conversan con la familia, van con actividades específicas de cada materia, algunas tienen que ver más con la producción, otras tienen que ver con hacer un diagnóstico de la comunidad**, es decir, cómo está la comunidad, cómo participa, en qué instancias participan.*

Este año hemos apuntado a lo que es todo trabajo de base, en qué consiste el trabajo de base, qué es la participación, hemos apuntado más a ese eje. Después vamos viendo en la marcha también, desde la coordinación de la escuela, a dónde apuntar en cada salida a la semana en el campo.

***Pero cada salida de la escuela es una instancia formativa.** La escuela de agroecología tiene terminalidad y alfabetización, que está destinada a aquellos compañeros que no hayan podido terminar la escuela primaria, que no hayan tenido la oportunidad o las condiciones para haberse alfabetizado, y se les otorga un título de terminalidad, que es como un analítico que también se otorga en las escuelas primarias, que está certificado por el Ministerio de Educación. Entonces, una vez que finalizan terminalidad y alfabetización, pueden hacer los tres años, que son de agroecología específicamente. Son diferentes materias”.*

(Margarita Caro, em entrevista à Bitencourt, 2024, grifo nosso)

*“Bueno, a la escuela de agroecología, vamos una vez, una semana al mes, como había dicho la outra compañera, y se hace en Quimilí, después se va rotando en diferentes territorios las semanas de campo. La escuela tiene materias como lengua, matemáticas, que son como en todas las escuelas y demás, y después **tiene agroecología, agua, suelo, planta, producción animal, derechos humanos y legislación agraria**. Bueno, tiene muchas variedades, tanto como en primero, segundo y tercero van todos los materiales, se han cambiado las materias.*

También tenemos los hijos, las prácticas de campo que le decimos, donde cada uno y cada una que está haciendo la escuela se anota en las prácticas que quiera. Tenemos carpintería, huerta y granja, apicultura, cerámica, danza, murga, tejido y telar, costura, construcción, salud comunitaria, comunicación también. Bueno, también está el espacio de terminología y alfabetización.

*Ah, **también contamos con el espacio de niñez, que es muy importante en la escuela, que todas las compañeras o compañeros que tengan niños y no tengan donde dejarles**, que eso no sea un impedimento para que puedan ir a hacer la escuela, está el espacio de niñez para que en los horarios de clase estén las compañeras que son también del movimiento para cuidar a los niños y están tranquilos los padres en clase”.*

(Margarita Caro, em entrevista à Bitencourt, 2024, grifo nosso)

Dentro da UNICAM SURI há também a Escola de Comunicação Popular (Relato Socioterritorial 8). Representações do movimento relataram que essa área de formação é também estratégica para a visibilização de suas ações e para a participação das juventudes. A nível provincial o movimento possui seis rádios comunitárias em diferentes departamentos,

cada uma com sua programação e consistem em uma das primeiras conquistas comunicacionais usadas principalmente para noticiar conflitos, reuniões ou outras situações de interesse do movimento.

Essas rádios permanecem até hoje, mas agora estão mais integradas às redes sociais, através das quais a área de comunicação realiza diferentes campanhas como: campanha de soberania alimentar, que mostra aspectos da produção camponesa; campanhas relacionadas a conflitos; campanhas da área de formação, como as dos merendeiros, e campanhas relacionadas às semanas da escola de agroecologia e da própria escola de comunicação.

Relato Socioterritorial 8: A Escola de Comunicação Popular

“La escuela funciona en la Universidad Campesina, que está en Ojo de Agua. Y también hay muchos compañeros de los diferentes departamentos que hacen la escuela de comunicación. La escuela de comunicación tiene el objetivo de formar, su foco está puesto más en la comunicación, pero también poder analizar todos aquellos medios hegemónicos a nivel provincial, a nivel nacional, a nivel internacional, y cómo operan en esto de siempre hablar contra el campesinado y cómo hablan en contra del campesinado.

Entonces nosotros como organización también tenemos nuestros medios de comunicación, por ahí más las redes sociales, la llegada a diferentes portales también en último tiempo, y también generando esa forma de poder que nuestra voz pueda llegar de alguna manera a esos medios de comunicación. Desde la voz de los propios campesinos, digamos.

(Pichy Juarez, em entrevista à Bitencourt, 2024)

O trecho apresentado no Relato Socioterritorial 8 evidencia a importância da comunicação popular como instrumento de resistência e de afirmação do campesinato frente à narrativa dominante dos meios de comunicação hegemônicos. A escola de comunicação tem como objetivo formar comunicadores e comunicadoras que sejam capazes não apenas de divulgar informações, mas de analisar criticamente os discursos midiáticos que frequentemente marginalizam e deslegitimam os modos de vida camponeses.

Para que possam ter controle sobre seus sistemas alimentares, desde a produção até o consumo, é fundamental que os diferentes povos do semiárido também tenham voz própria e meios de expressão para defender seus territórios, suas práticas agrícolas e seus conhecimentos tradicionais. Ao criar e fortalecer seus próprios meios de comunicação esses sujeitos passam a disputar o imaginário social, desconstróem estigmas e constrói uma narrativa que valoriza sua centralidade na produção de alimentos saudáveis, sustentáveis e culturalmente adequados. Além disso a comunicação tem potencial de promover a conscientização e o engajamento social em defesa da alimentação como direito e não como mercadoria.

Na UNICAM SURI há também a Escola de Psicologia Social e Popular que se desenvolveu como resultado de um convênio firmado entre a *Escuela de Psicología Social de Córdoba, Escuela Pichón Rivier*, com o objetivo de formar integrantes do movimento que se interessavam por questões relacionadas à psicologia social a partir de uma perspectiva mais comunitária como relata uma representação do movimento: “Cómo trabajar desde lo comunitario, desde lo grupal, herramientas para eso específicamente. Siempre la idea es poder... Me llevo la teoría, cómo la aplico a la práctica y siempre así unida y vuelta” (Margarita Caro, em entrevista à Bitencourt, 2024).

A partir da formação integral dos sujeitos sociais que constroem e sustentam os territórios camponeses, a proposta da Escola de Psicologia Social e Popular se fundamenta numa psicologia social, de base comunitária e voltada à prática, o que fortalece os laços coletivos, o senso de pertencimento e a capacidade de ação conjunta dentro das comunidades.

Ao formar lideranças e membros do movimento com ferramentas para atuar nos espaços comunitários, a escola contribui para fortalecer os vínculos sociais, promover a autoestima coletiva, enfrentar conflitos e resistências internas, e apoiar os processos de organização social, todos elementos fundamentais para a construção da soberania alimentar.

A metodologia utilizada pelo movimento em seus processos de formação dialoga com a educação contextualizada, destacada na seção 4.1 enquanto princípio importante para o Paradigma da Convivência com o Semiárido. Ademais, o movimento trabalha outros princípios como o da comunicação popular que visa a criação de oportunidades para que as pessoas possam falar das suas necessidades, das suas conquistas, mostrar sua produção, de maneira sistematizada e direta.

As do MOCASE-Via Campesina apontam para um elemento que até aqui não foi mencionado, mas que compreendemos como importante para pensar o Paradigma da Convivências com o Semiárido que é a *Promoção da Saúde Integrativa* que aprofundaremos melhor na seção 4.5.

Nessa mesma perspectiva, o coletivo *Juntas Triunfaremos* relatou em seus processos formativos a realização de *oficinas de saúde preventiva* voltado para as mulheres, que para além das questões relacionadas à saúde possuem um componente formativo relevante para o entendimento das relações de gênero, como podemos observar no Relato Socioterritorial 9.

Relato Socioterritorial 9: A Comunicação Popular como ferramenta de transformação na vida das Mulheres

Y después de los cinco años, y porque hemos trabajado bien, con responsabilidad y todo esto de haber hecho la rendición del proyecto, ellas mismas nos han avalado, nos han recomendado a otra fundación que se llamaba Plurales. Bueno, con ellos hemos trabajado el tema del medio ambiente, que era un tema que nos ha preocupado muchísimo.

*Con ellas hemos podido salir a distintas comunidades, **hemos podido salir a hacer un programa de radio para hablar de todas estas temáticas a las mujeres.***

¿Por qué habíamos salido a hacer un programa de radio? Porque la idea con el proyecto era visitar a las comunidades y a las familias. Cosa que no hemos podido lograr por las razones de que los hombres hablaban por las mujeres. Llegábamos en las casas y los hombres nos recibían a nosotros para saber el motivo de qué. Y pedíamos hablar con las esposas y decían que no, que ellos tienen que responder por ellos.

Las mujeres no tenían una decisión propia. Y eso era como que al grupo, como de decir, ciertas compañeras, algunos se emocionaban de decir, ¿cómo pueden vivir estas mujeres así? No puede ser esto.

Y bueno, les decía yo que todos son procesos. Acuérdense lo nuestro también, nosotras cómo hemos empezado.

Porque más anteriormente les cuento que había miedo a los esposos.

*Y bueno, ellas estaban viviendo esa situación. **Y entonces dice, ¿qué podemos hacer?** Esto no tiene sentido que nosotros vengamos aquí.*

Si nosotros venimos a conversar con ellas, ¿por qué tiene que ser que los hombres sean los que quieran hablar con nosotras y no ellas? Y bueno, pero todos son procesos, les digo. Pensemos algo, alguna estrategia tiene que haber.

*Y bueno, y por ahí nos surge a unas dos o tres mujeres y dice, ¿sabe qué vamos a hacer? Hay una FM aquí en la zona, cerca, en Bandera Bajada, **vamos a hacer un programa de radio. La comunicación.***

La comunicación. Ahí vamos a ir, dice. Y vamos a planificar, dice, ¿ah, desde qué hora? ¿Ustedes qué piensan? ¿Desde qué hora las mujeres más o menos están solas en la casa y los hombres en el trabajo?

Eso tenía que pensar. Pero decimos, bueno, pensamos. El horario tiene que ser de 10 a 11. Una hora vamos a hablar a la mujer.

Y bueno, y así, así. No ha sido fácil. Porque hemos pensado de todo. Pero nos escucharán o apagarán la radio. Todo hemos pensado.

Todo podía ser. Y después con el tiempo nos damos cuenta, porque dábamos un número de teléfono para que ellas pudieran mandar un mensaje a la radio, para decirnos que nos escuchan, que no nos escuchan, que el tema es importante, si les gusta o no.

Y bueno, y así ha sido. Y al tiempo nos llegaban mensajes que si nos escuchan que por favor sigamos. Y después hemos ampliado el programa. Hemos hecho dos horas. Y nos damos cuenta que para nosotras para empezar ha sido difícil.

Porque decíamos hablar, pero la Fundación de Córdoba nos ha dado la posibilidad, un ingreso económico para pagar a una persona para que nos capacite en el formato del programa de radio. No era así nomás.

Había que hacer un formato en donde decir a quién va a ser dirigido el programa. Y más compromiso todavía porque el programa estaba dirigido a mujeres de todas las edades.

Era desde la niña, la adolescente, la adulta, la anciana. Y hablar de mujeres con todas.

Y era más compromiso porque usted cuando va a hacer un lenguaje, un verbo para hablar a niños, tiene que tener mucho cuidado. Hay que saber pensar cómo hacerlo. No es lo mismo que hablar a una mujer ya mayor, adulta.

No es lo mismo. Así que todos esos cuidados teníamos que tener para hacer un programa de radio.

Esto ha pasado en el año 2014, 15, 16 hemos hecho. Hace cuatro años de programa hemos hecho.

Pero y hasta ahora nos agradece la mujer. Ha dado su fruto eso. Las mujeres han cambiado su mentalidad. Han desnaturalizado el tema de la violencia.

(Margarita Salto, em entrevista à Bitencourt, 2024, grifo nosso)

Conforme relatos do coletivo, o fato de viverem na zona rural privava muitas mulheres de Figueroa da possibilidade de atendimento específico. Então, por meio da organização e dos processos formativos, as mulheres foram descobrindo suas necessidades de acompanhamento médico especializado como relata uma entrevistada: “Porque uno de nuestros motivos también de organización fue la preocupación de que nuestras niñas de 12, 13 años en nuestra familia quedaban embarazadas. Entonces, nosotros teníamos que tener una información para la prevención” (Margarita Salto, em entrevista à Bitencourt, 2024). Assim, articulando com o Ministério da Saúde, o coletivo conseguiu levar profissionais para realização de exames, orientação, formação para as mulheres e meninas no departamento. Ao mesmo tempo, elas passaram a somar conhecimentos e se capacitar em diversos outros temas relacionados com a saúde, gênero e assuntos vinculados à defesa, permanência no território, soberania alimentar, etc. Ou seja, os conhecimentos foram sendo ampliados, aspecto este que se evidencia no depoimento no Relato Socioterritorial 9 que demonstra como trabalho a partir do tema da saúde foi transformador para a vida das mulheres em Figueroa.

O referido depoimento evidencia o papel transformador da Comunicação Popular na vida das mulheres neste território, porque a partir do trabalho educativo realizado pela rádio comunitária as mulheres puderam ter acesso à conhecimentos novos sobre seus direitos e, principalmente, construir uma visão própria da realidade em que estavam inseridas, das lutas que precisavam travar no cotidiano para superar barreiras impostas por estruturas patriarcais e mesmo a passos lentos, começaram a participar das decisões nos seus territórios.

Esse aspecto se relaciona diretamente com o princípio da equidade de gênero e com a construção da soberania alimentar pautada na autonomia dos sujeitos, especialmente das mulheres, que historicamente desempenham papéis centrais na produção de alimentos, na gestão dos recursos alimentares, pois são elas as principais guardiãs do conhecimento sobre sementes, biodiversidade e práticas sustentáveis. Em depoimento uma das entrevistadas, uma guardiã de sementes, relatou: “Hay unas personas que me dicen, ah, mis hijos me cuestionan de decirme, mamá, ¿por qué tienes esas semillas? ¿Para qué los tienes? ¡Que queda feo! ¡Que te lo vamos a tirar! **Mientras yo viva, mis semillas viven en ese lugar**” (Margarita Salto, em entrevista à Bitencourt, 2024, grifo nosso).

A história dessas mulheres é pautada na luta pela soberania alimentar em suas múltiplas dimensões e que se expressa na materialidade da vida concreta de diversas maneiras, seja na luta pelo acesso à cuidados com a própria saúde e de sua comunidade, pelo direito de serem autônomas nas decisões sobre suas vidas, na luta pelo território, na preservação das sementes crioulas, na preservação da cultura e dos saberes ancestrais, dentre outras.

Uma das formas de luta no âmbito do eixo de **Valorização da cultura e tradições locais**, que envolve principalmente os povos indígenas e camponeses-indígenas de Figueroa é a *preservação do idioma quíchua*. Embora esta seja uma língua falada por grande parte dos povos de Figueroa, durante muito tempo o quíchua foi um idioma proibido no departamento por parte dos colonizadores e, posteriormente, de acordo com relatos, pelo próprio contexto da educação formal que não permitiu a utilização de outro idioma que não fosse o idioma institucionalizado pela estrutura educacional do Estado argentino. Por isso, muitas pessoas, principalmente os mais jovens não aprenderam a falar, embora compreendam e falem algumas palavras.

O idioma é parte fundamental na luta pela soberania alimentar, pois carrega consigo os saberes tradicionais, as práticas agrícolas ancestrais, os rituais de plantio e colheita, o manejo da natureza e a relação simbólica com a terra, todos componentes essenciais na reprodução da vida camponesa e indígena.

A tentativa histórica de silenciar o idioma quíchua, tanto pelos colonizadores quanto pela educação formal estatal é uma forma de violência simbólica e apagamento cultural, que compromete diretamente a transmissão dos conhecimentos relacionados à agricultura, ao território e à alimentação. Por isso, preservar o idioma quíchua é também uma forma de resgatar práticas agroalimentares tradicionais, de fortalecer a identidade coletiva, de afirmar a soberania dos povos sobre seus modos de vida. É uma ação que define bem a territorialidade dos sujeitos, pois se relaciona diretamente com os significados, com a maneira como se apropriam imaterialmente no território.

Desse modo, podemos dizer que a luta pela preservação do quíchua no território de Figueroa é uma estratégia de resistência que reforça a soberania alimentar, pois garante que os saberes e práticas locais sigam vivos e transmitidos entre as gerações. Por isso, atualmente, vários movimentos que estamos analisando nesta tese tem atuado no sentido de fortalecer esse idioma ancestral. Para isso, buscam utilizar o quíchua no dia a dia e, também, avançam na busca pela inserção do idioma no currículo escolar das crianças para que possam preservar a tradição entre as novas gerações, o que compreendemos com uma forma de resistência destes povos.

A **resistência à desterritorialização** também é uma tipologia de ações constante no departamento, como debatemos anteriormente, pois os territórios dos diferentes povos de Figueroa enfrentam ameaças e invasões de suas terras por parte de empresas, principalmente, porque há uma precariedade da posse das áreas comunitárias.

Diante disso, uma prática que se originou enquanto estratégia de resistência à expansão da fronteira agrícola de *Santiago del Estero* é o “*Contracercamento*” ou “*encierros*”

comunitarios y ganaderos” como denomina Villalba et al (2020), que consiste na implementação de cercas comunitárias fechando todo o território coletivo da comunidade.

Um dos territórios que adotou essa estratégia foi a comunidade de *San Francisco* (Fotografia 10), como uma forma de impedir as invasões e roubos de animais que são recorrentes, para proteger a floresta nativa da comunidade e garantir que o território seja protegido, levando em consideração que há uma titularidade coletiva da área e isso deixa a área coletiva da comunidade vulnerável à invasão.

Fotografia 10: “Contracercamento” comunidade de San Francisco, Figueroa (Argentina)



Fonte: Trabalho de Campo, 2023

Uma representante explicou o seguinte: “[...] nosotros no molestamos a nadie porque nosotros lo estamos cuidando a la naturaleza ¿Y si nosotros lo dejamos abierto, o sea nadie lo va a cuidar y va a venir toda la gente y lo va a estropear y no va a haber nadie [...]” (Doña Delfina More em entrevista à Bitencourt, 2023). O depoimento ressalta o caráter da ação enquanto uma maneira encontrada pela comunidade de também preservar a floresta nativa, uma vez que a invasão das terras praticada por empresários também implica na derrubada de árvores e desmatamento.

Essa entrevista evidencia também a leitura do território que apresentamos no capítulo 3 e é elucidativa na fundamentação do nosso argumento de que essas ações condicionam a existência dos sujeitos no território, ou seja, dão base para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais.

Em Figueroa encontramos também ações específicas que tipificamos como aquelas de **Assessorias e Apoio social** como: apoio escolar de crianças em situação de vulnerabilidade; assistência a pessoas com deficiência; busca de parcerias para acesso médico em áreas remotas; execução de projetos habitacionais. Essas ações estão ligadas principalmente à atuação de pastorais sociais religiosas como o trabalho realizado pelas *Hermanas Esclavas del Sagrado Corazón de Jesus* e também a associações comunitárias que acessam recursos do governo provincial para a construção de moradias através de programas habitacionais.

Essas ações possuem importante significado para a população, pois respondem a necessidades urgentes não sanadas pelo Estado no âmbito da educação, saúde, dentre outros. Nesse sentido, são ações desenvolvidas em conjunto com moradores locais, como relataram Hermanas Esclavas del Sagrado Corazón de Jesus:

Entonces, no lo hicimos desde el apoyo escolar, sino que convocamos a todos los profesionales que estaban en la zona, los convocamos para ver qué respuesta dábamos y a los comisionados, como involucrar un poco más grande a la sociedad. Entonces, en esa primera reunión, eran como unas 20 familias, y empezamos a armar el equipo con unos 5 profesionales, que después se fueron sumando cada vez más, maestras, una maestra especial, psicóloga, trabajadora social, se fue sumando distinta gente de la zona, que de manera voluntaria vamos intentando responder un poco a estas familias. Porque acá no hay ninguna respuesta a las personas con discapacidad a 100 kilómetros de la ronda (María Juárez em entrevista à Bitencourt, 2024).

O depoimento demonstra como as ações de apoio social tem sido resultado do esforço coletivo e da solidariedade de diversos profissionais para enfrentar os desafios no contexto educacional, em um contexto marcado pela ausência e/ou ineficiência do suporte institucional. Ao mesmo tempo, denuncia a falta de políticas públicas efetivas de acessibilidade e cuidado com as pessoas com deficiência no território de Figueroa.

O esforço coletivo é uma importante ferramenta para buscar mitigar esses problemas em um primeiro instante, compreendemos como uma resposta emergencial e não como uma substituição das responsabilidades governamentais. Ou seja, é preciso buscar ações estruturantes para resolver tais problemas a longo prazo. Uma solução efetiva para essa realidade deve ocorrer através da criação e efetivação das políticas públicas, uma luta que vem

sendo apontada e construída através da articulação do trabalho pastoral em parceria com outros movimentos de Figueroa, como o MOCASE-Via Campesina.

Por fim, outra tipologia de ações específicas desenvolvidas pelos movimentos são os *Feriazos e Verdurazos*, que “consisten en la donación de alimentos a venta a precio popular em espacios públicos, con el fin de visibilizar las problemáticas que padece la agricultura familiar y campesina, y generar lazos con los consumidores quienes padecen altos precios que imponen los intermediários” (Saettone et al, 2024).

Essas ações integram no nosso processo de categorização o eixo da **Promoção da Agroecologia**, entretanto, é uma ação que está diretamente ligada à resistência à desterritorialização enquanto um tipo de protesto. Ocorrem em espaços públicos, como praças e ruas na capital da província de Santiago del Estero envolvendo integrantes da UTT de Figueroa, como pode ser observado na Painel Fotográfico 25, na qual há convocatórias do movimento para um verdurazo e um feriado.

Painel fotográfico 25: Cartazes de Divulgação de Feriado e Verdurazo da UTT, Santiago del Estero (Argentina)



Fonte: UTT Santiago del Estero

Ressaltamos que essas são ações que acontecem em todas as províncias onde há atuação da UTT. Ademais, há também durante os verdurazos/feriazos a comercialização da produção, embora não seja o objetivo principal, pois o que se destaca o seu forte caráter político e pedagógico na reafirmação da importância da **agroecologia** como modelo viável para a produção de alimentos no caminho da soberania alimentar, tendo em vista que a prática agroecológica, é um eixo central da soberania alimentar, uma vez que se fundamenta na produção local, no respeito à biodiversidade, na valorização dos saberes tradicionais e na

autonomia dos povos sobre os processos produtivos. Desse modo, a visibilização e afirmação da agroecologia como um modelo viável e necessário para a produção de alimentos em espaços públicos durante os *verdurazos/feriazos* é uma maneira de contraposição à lógica do agronegócio e da produção em larga escala voltada à exportação e, concomitantemente, uma ação de resistência à desterritorialização.

Além disso, essas iniciativas fortalecem as redes de solidariedade entre o campo e a cidade, promovem o acesso a alimentos saudáveis para a população. Consideramos os *verdurazos* e *feriazos* como expressões práticas da soberania alimentar, pois mobilizam a sociedade em torno da defesa de um sistema alimentar justo, sustentável e enraizado nos territórios e demonstra que a soberania alimentar não é apenas um conceito, mas uma estratégia política de transformação social, na qual a agroecologia desempenha papel central como alternativa real frente ao modelo dominante de produção e consumo.

As ações apresentadas nessa seção trazem em seu conteúdo diferentes princípios da convivência com o semiárido já mencionadas e agregam outros que podem ser lidos sob a ótica da multidimensionalidade da atuação dos movimentos socioterritoriais.

Compreendemos que o Paradigma da Convivência com o Semiárido como expressão das lutas pela Soberania Alimentar em Figueroa se concretiza a partir das ações que são similares àquelas que ocorrem no Sertão do São Francisco, e, também a partir da sua particularidade, das estratégias construídas pelos diferentes povos que constituem o território de Figueroa.

É a partir de tal entendimento que defendemos nesta tese a ideia de que o PCSA se expressa nos territórios através das ações dos movimentos em busca da soberania alimentar e se constrói tendo como elemento basilar a constituição de redes de resistência multiescalares, assunto este que analisaremos na próxima seção.

4.5. O Paradigma da Convivência com o Semiárido e as redes de resistência pela soberania alimentar no Semiárido Latino-americano

Retomando o debate que apresentamos na seção 4.2 deste capítulo ratificamos que o PCSA é construído e se estabelece a partir de uma análise do semiárido realizada pelos povos do semiárido, como uma proposta crítica que vai de encontro ao PCS. Por isso, tem como ponto de partida a valorização dos sujeitos, saberes e práticas locais e rompe com a ideia de que o semiárido é um território naturalmente inviável.

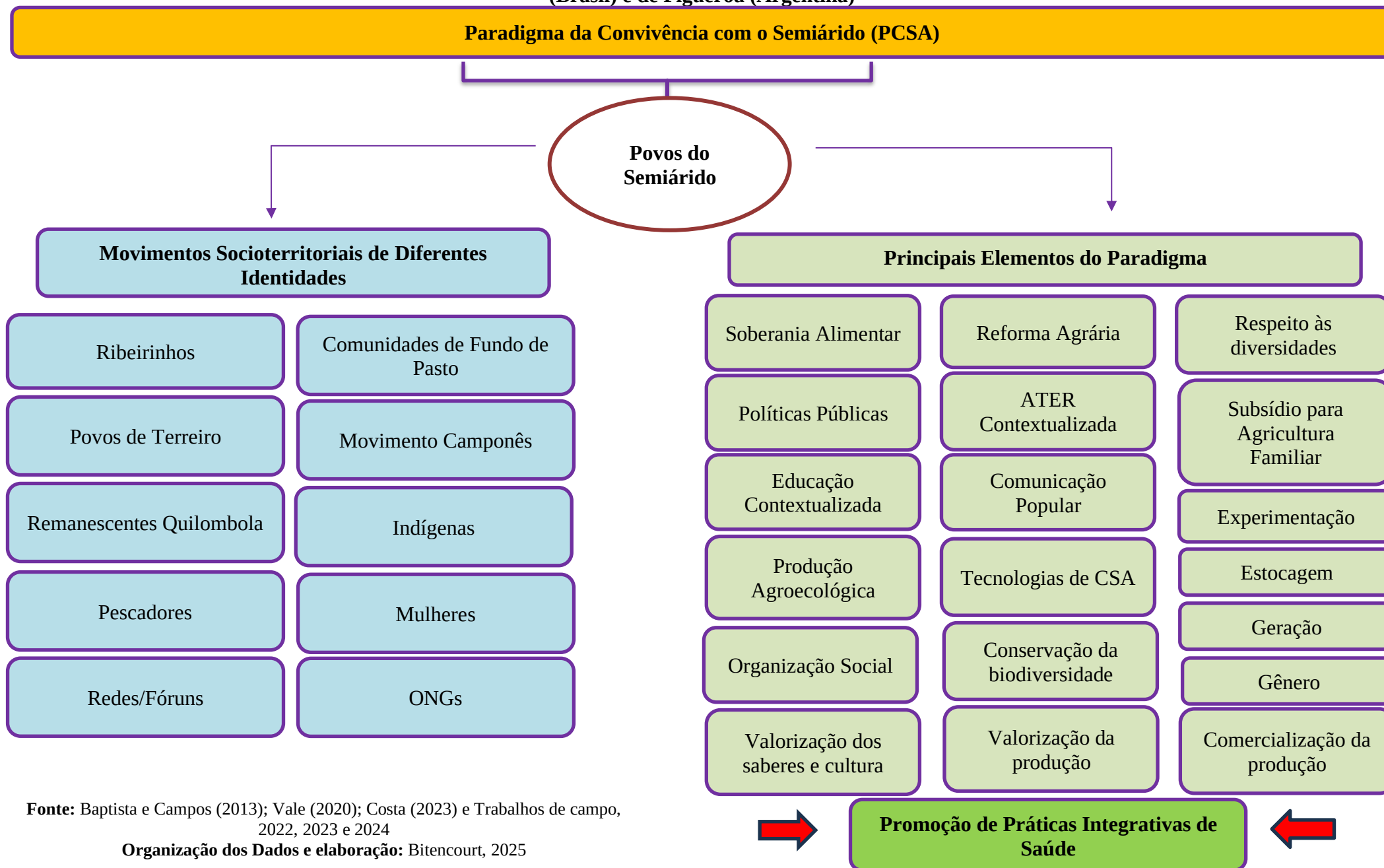
É um paradigma que vem sendo construído a partir das práticas, ou seja, as ações dos diferentes povos que vivem neste e deste território como os diversos povos tradicionais, quilombolas, indígenas, povos de terreiro, comunidades de fundo de pasto, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, pescadores, camponeses dentre tantos outros. Tem em seus princípios e fundamentos como principal direcionamento o reconhecimento do Semiárido como um território de vida, diversidade e potencialidades e se posiciona para o enfrentamento ao determinismo natural e às práticas excludentes do modelo de desenvolvimento do capitalismo (Baptista, Campos, 2013; Conti, Pontel 2013; Schisteki, 2013).

Esse paradigma rompe com a lógica da intervenção estatal emergencial e assistencialista proposta pelo PCS e aposta em processos de autonomia, resistência, solidariedade e convivência ativa com o semiárido, com base na justiça social, sustentabilidade e valorização das identidades locais.

Os principais elementos do PCSA abordados nesta tese, com base nos debates teóricos realizados por autores que tratam da construção deste paradigma são: Experimentação, Reforma Agrária, Assessoria Técnica e Extensão Rural Contextualizada, Subsídios para Agricultura Familiar, Educação Contextualizada, Políticas Públicas, Produção Agroecológica, Comunicação Popular, Respeito às Diversidades, Organização Social, Conservação da Biodiversidade, Gênero, Valorização dos Saberes e Cultura, Valorização e Comercialização da Produção. As ações analisadas nos dois territórios que compõem o recorte empírico desta pesquisa, tanto aquelas similares, quanto aquelas particulares, são elucidativas e representam aspectos da materialidade e da imaterialidade do território e de como tais princípios estão presentes na atuação dos movimentos socioterritoriais.

Além disso, trazem contribuições para pensar e propor outros princípios que até o momento não foram sistematizados dentro do paradigma, mas que estão inseridos na prática dos movimentos. Desse modo, apresentamos enquanto uma contribuição a partir da análise das ações dos movimentos que estudamos nesta pesquisa, a inserção do elemento da *Promoção de Práticas Integrativas de Saúde*, enquanto elemento da PCSA o qual entendemos como fundamento importante nas ações realizadas (Organograma 5). E, porque entendemos a *Promoção de Práticas Integrativas de Saúde* como elemento que faz parte do PCSA? Primeiro porque envolve diferentes ações analisadas nesta tese que implicam na promoção da saúde, não como o tratamento de doenças, mas como a proposição de ações preventivas educativas e de cuidado contínuo considerando o corpo, a mente, o território, a cultura e os vínculos sociais. E, além disso é um elemento que busca articular saberes científicos, tradicionais e populares, com foco no bem-estar integral das pessoas, das comunidades e do ambiente.

Organograma 6: Paradigma da Convivência com o Semiárido (PCSA): Contribuições a partir da análise dos territórios do Sertão do São Francisco (Brasil) e de Figueroa (Argentina)



Fonte: Baptista e Campos (2013); Vale (2020); Costa (2023) e Trabalhos de campo, 2022, 2023 e 2024

Organização dos Dados e elaboração: Bitencourt, 2025

As Práticas Integrativas de Saúde referem-se à ao cuidado integral das pessoas, atentando-se para a tríade corpo-mente-alma, como escreve Fischborn et al (2016) quando defende a abordagem como uma visão ampliada dos processos de saúde e adoecimento da população. Nesse sentido, são diversas as abordagens que podem ser utilizadas dentro das PICs como: Acupuntura, Auriculoterapia, Ayurveda, Aromaterapia, Biodança, Bioenergética, Cromoterapia, Homeopatia, Ioga, Meditação, Massagem terapêutica, Musicoterapia, Quiropraxia, Termalismo, o Uso de Chás ou infusões, dentre outras.

Apesar do termo ser relativamente novo, as Práticas Integrativas de Saúde são práticas utilizadas ao longo da história por diversos povos, inclusive, os povos dos territórios semiáridos e muitas delas foram desenvolvidas a partir de saberes ancestrais que vão sendo ensinados de uma geração para a outra. Nesse sentido, advertimos que algumas dessas práticas vem sendo desenvolvidas por diferentes movimentos estudados nesta tese com o intuito de abordar o tema da saúde a partir de um olhar integrado com o território.

Esse aspecto aparece, por exemplo na fala de uma das representações de movimento entrevistadas quando explicava sobre a formação em psicologia social realizada pelo movimento para os militantes: “el objetivo era poder formar a todos aquellos compañeros y compañeras que les interesaba en cuestiones que tienen que ver con la psicología social desde el aspecto más comunitario” (Margarita Caro, em entrevista à Bitencourt, 2024). O trecho expressa a preocupação dos movimentos em formar a militância para o cuidado integral e o fortalecimento dos vínculos sociais, o que ocorre por meio dos processos formativos de base comunitária que valorizem os conhecimentos e a participação da comunidade.

A proposição da *Promoção de Práticas Integrativas de Saúde*, enquanto elemento da PCSA advém principalmente dos aspectos observados nas visitas e trabalhos de campo, nas vivências junto às representações dos movimentos, nos períodos que passamos nos dois territórios estudados, nos quais escutamos diferentes depoimentos e presenciamos práticas cotidianas que se inserem sobremaneira neste elemento como: as práticas de cuidado das mulheres com os idosos, com as crianças e com a vida em comunidade considerando a integração entre os diferentes aspectos da vida e da saúde; o cultivo de diversas plantas medicinais nos quintais em canteiros improvisados próximos à casa; o preparo de diferentes tipos de xaropes, sabonetes, banhos, infusões a partir das ervas medicinais e/ou de plantas da floresta que são compartilhados em comunidade e fazem parte dos ensinamentos às novas gerações; e a luta dos movimentos na defesa da produção de alimentos de base agroecológica, com sementes crioulas, sem veneno, cuidando da terra, da água, do ar, dos animais e das pessoas (Painel Fotográfico 26).

Painel Fotográfico 26: Elementos representativos das Promoção de Práticas Integrativas de Saúde no Sertão do São Francisco e em Figueroa (Argentina)



Fonte: Trabalhos de campo: 2022, 2023 e 2024

Essas ações se inserem sobremaneira dentro do conceito de soberania alimentar e conforma um elemento do PCSA. Destacamos também com referência a este elemento a atuação dos movimentos em Figueroa, território em que foram expressas verbalmente preocupações dos movimentos com a saúde e também ações específicas como a *Escuela de Psicología Social e Popular* desenvolvida pelo Mocase-VC, temática que analisamos no eixo de Processos Formativos e que debatemos na seção 4.4 desta tese quando tratamos das ações particulares no território.

Ressaltamos que os movimentos apresentaram uma diversidade de ações similares e particulares de cada território estudado conforme discorremos e analisamos nas seções anteriores. No interior de cada ação considerada como similar, ou seja, aquelas que categorizamos dentro de uma mesma tipologia, há aspectos, formas, maneiras de construir e de colocar em prática cada ação que são próprias de cada movimento e das necessidades de cada território onde atua. Por isso, mesmo na similaridade encontramos singularidades, seja na forma de desenvolver a ação ou no objetivo que cada movimento tem ao atuar no território.

Encontramos também, diferenciações na atuação desses movimentos, mesmo dentro de um mesmo território, pois cada movimento se constitui a partir de uma bandeira de luta própria, seja a luta pela terra, água, agroecologia, garantia de direitos, pelo território, contra a violência, o racismo, dentre outras pautas que descrevemos e analisamos anteriormente e que constituem o aspecto da multidimensionalidade da soberania alimentar. A partir desse entendimento consideramos que, mesmo possuindo bandeiras de lutas, objetivos e contextos de formação próprios, ou seja, sendo de tipologias diversas, todos os movimentos socioterritoriais os quais analisamos nesta tese, nas suas particularidades, similaridades, diferenças e singularidades desenvolvem ações em busca da soberania alimentar nos territórios estudados.

Entretanto há aspectos que aparecem mais em um território do que em outro. No aspecto da articulação na escala territorial/departamental, ou seja, entre os movimentos que atuam no mesmo território, por exemplo, observamos que no Sertão do São Francisco essa articulação aparece de forma mais proeminente entre os movimentos estudados. Já em Figueroa, constatamos que, ainda que haja uma articulação entre alguns movimentos, essa é uma característica menos expressiva, havendo também pouca integração entre as tipologias de movimentos estudados. Encontramos por exemplo, associações de comunidades camponesas em Figueroa que não relataram estar articuladas com outros grupos, coletivos ou movimentos.

Esses movimentos referem-se a coletivos, grupos de camponeses que estão atuando no território na escala local com demandas específicas como moradias, ou na execução de projetos

em conjunto com o Estado, ou com outras instituições. Entretanto, não possuem uma articulação com outros movimentos no mesmo nível escalar ou em qualquer nível escalar.

Compreendemos que a escala de atuação, de articulação entre movimentos é um elemento importante na análise da atuação do movimento, porque uma vez que o movimento não busca estar em constante intercâmbio de experiências, de lutas e ações com outros movimentos, coletivos, a tendência é haver um enfraquecimento na sua atuação, devido à redução da sua força e expressividade que fica limitada ao território onde atua. Desse modo, há sim no interior desses movimentos a luta pela soberania alimentar, mas se essa luta não está articulada, ela se torna isolada e, portanto, é também enfraquecida.

Quando um movimento permanece isolado em seu território, ele perde em diferentes âmbitos. Em primeiro lugar, a ausência de articulação limita o compartilhamento de soluções, práticas bem-sucedidas e estratégias de luta, o que dificulta inovações e adaptações necessárias para enfrentar desafios complexos que envolvem os territórios semiáridos. Permanecer isolado significa ter pouca visibilidade e consequentemente diminuir a capacidade de exercer pressão política, pois movimentos que atuam sozinhos têm menor alcance para mobilizar a opinião pública, influenciar políticas públicas ou pressionar instituições em diferentes escalas. Sem apoio de redes e coalizões, a voz do movimento tende a ficar restrita a um pequeno grupo, muitas vezes atinge somente ao seu entorno, ou seus membros. Além disso, quando não se conecta com outras organizações, o movimento deixa de exercer e acessar a solidariedade, um componente central das lutas sociais, fragilizando suas ações e sua capacidade de resistir a pressões contrárias. Por fim, salientamos que o isolamento diminui o potencial de transformação da realidade porque é através da formação de alianças e de frentes unificadas que temas como a soberania alimentar ganham força e legitimidade. Isolado, o movimento perde essa força coletiva, o que afeta tanto a participação de seus membros quanto a capacidade de promover mudanças estruturais.

De acordo com depoimentos obtidos durante trabalho de campo, em Figueroa havia uma maior articulação, principalmente, entre as associações locais no final da década de 1990 e na primeira década dos anos 2000, quando havia uma efervescência dos movimentos na luta pela terra no departamento. Jara, Gutiérrez, Hoffman (2016) escrevem que muitas das organizações de base do departamento nesta época fizeram parte do *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (MOCASE).

Neste momento organizações como *Comisiones Unidas de Productores Agropecuarios de Forestales* (CUPAF), *Comisiones Unidas del Sud Este de Figueroa* (CUSEC), *DUFINOC*, *Productores Campesinos de Figueroa* (PROCAFI) *Unión de Pequeños*

Productores de Figueroa (UNPEPROF), dentre outras, nucleavam diferentes organizações comunitárias e realizavam trabalho de base importante no departamento. Em entrevista a representação de uma dessas organizações relatou: “Nosotros veníamos, como te decía, somos hijos de la lucha del MOCASE. De hecho las centrales que pertenecían al MOCASE después quedamos como por alguna cuestión del proceso también de organizativo, quedamos como más aislados a nivel local (Tico Guitierrez em entrevista à Bitencourt 2024).

Apesar de haver um certo distanciamento entre alguns movimentos, em Figueroa há também diferentes articulações de movimentos, dentre eles, alguns expressivos no contexto argentino que se unem em redes de resistência e de longa trajetória na luta pela terra e pelo território, como os movimentos camponeses, indígenas e os movimentos de mulheres. Em uma entrevista escutamos o seguinte depoimento da representação dos povos indígenas *Yaku Muchuna* referente ao objetivo da parceria com a UTT:

Es necesario saber que esos cinco tienen que estar para decir, bueno, estos son los que integran y con estos son los que contamos para hacer un nuevo relevamiento actualizado de la organización. Pero bueno, eso es trabajar en conjunto. La iniciativa es fortalecer la lucha en la defensa y también formar a otros que desconocen de esto, de la lucha en la defensa del territorio (Nina Gerez em entrevista à Bitencourt, 2024).

Na fala transcrita a pessoa relata a importância do trabalho em conjunto com outros movimentos e ressalta o objetivo de luta do povo *Yaku Muchuna*. Dessa forma, reforça que ao se articular com outro movimento através do qual é possível ter acesso a outros conhecimentos, intercambiar experiências, o povo *Yaku Muchuna* não perde de vista a sua bandeira de luta, que é a defesa do território. Ao contrário, essa articulação fortalece a luta dos povos originários e agrega outros aspectos ao território, como por exemplo, a constituição de redes de solidariedade que não se constroem só internamente, mas também abrindo espaço para dialogar com outros movimentos que partilhem reivindicações ou objetivos comuns.

O depoimento sinaliza também a continuidade de um trabalho já existente de defesa do território e garantia de direitos que se junta ao esforço de outros movimentos para ampliar essa luta, através das articulações, indo além dos sujeitos que estão na escala local de atuação do movimento. Ademais, evidencia como essa articulação pode ser um espaço de difusão de ideias, capacitação de lideranças e formação política para quem ainda não está familiarizado com a luta em defesa do território.

Identificamos tais elementos no Sertão do São Francisco onde observamos a articulação dos movimentos em várias escalas. Associações como a APPR, a Comunidade

Remanescente Quilombola de Lagoinha e diferentes Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, apesar de terem uma atuação local, com ações específicas no seu território, não estão isoladas, pelo contrário, estão articuladas entre si, com outros povos tradicionais, ONGs, Redes, Pastorais Sociais, movimentos que atuam no Sertão do São Francisco e, também com movimentos estaduais, regionais e nacionais. Esse é um padrão de articulação que se repete no território para vários outros tipos de movimentos como pode ser observado no Organograma 6.

Essa articulação tem impactado sobremaneira no avanço dos povos deste território na construção por exemplo de políticas públicas pautadas no Paradigma da Convivência com o Semiárido, como a Política e o Plano de Convivência com o Semiárido do estado da Bahia⁵² aprovados recentemente e que teve como principal propulsor a forte atuação dos movimentos baianos, inclusive aqueles que são ou atuam no Sertão do São Francisco, tanto na proposição, quanto na construção. Em escala nacional, mencionamos o Programa Cisternas, citado em alguns momentos nesta tese, que prevê no orçamento público a implementação dessa tecnologia de Convivência com o Semiárido que tem transformado a vida do povo do Semiárido Brasileiro e que também é uma construção a partir dos movimentos do semiárido.

A partir dessa reflexão, podemos inferir também, que enquanto movimentos de atuação na escala local e/ou territorial, as ações desenvolvidas pelos movimentos do Sertão do São Francisco impactam e nutrem de alguma forma a luta e a atuação de movimentos que possuem articulações para além da escala nacional, como é o caso do MST que se articula pela Via Campesina, por exemplo, com movimentos camponeses em Figueroa como o MOCAFI (MOCASE-VC), a UTT e a Federación Rural para La Producción y el Arraigo.

Também destacamos a ASA, essa rede/fórum de entidades e movimentos que, através do compartilhamento de conhecimentos e tecnologias de Convivência com o Semiárido, alcança o território de Figueroa com a implementação da Cisterna de Placa, uma ação realizada pelo do MOCAFI. Desse modo, ao mesmo tempo, as ações que são desenvolvidas por estes movimentos em Figueroa também nutrem a luta dos diferentes povos do semiárido.

Os movimentos estudados nos dois territórios, através da articulação conformam uma rede de resistência com uma multiescalaridade de atuação, se organizam a partir de escalas que se unem no contexto local, territorial/departamental estadual/provincial, nacional e até mesmo internacional construindo conexões que ligam esses diferentes territórios a partir da constituição

⁵² A lei de Convivência com o Semiárido foi aprovada em 2016 e o Plano Estadual de Convivência com o Semiárido foi lançado em 2020. Para maior aprofundamento consultar: Bahia (2016) e Bahia (2020) na lista de referências.

de movimentos e redes internacionais como a Via Campesina e a RedeLAC, como destacamos no Organograma 6, ou por articulações próprias.

E é neste fluxo de aprendizados, ações e intercâmbios de conhecimentos que vai sendo tecida essa rede de compartilhamento de informações, conhecimentos, ações e lutas que une os povos dos semiáridos em defesa da soberania alimentar na sua multidimensionalidade. São construídas, portanto, através da articulação entre diferentes tipos de movimentos multiescalares, as Redes de Resistência.

Defendemos nesta tese que a partir da atuação dos movimentos socioterritoriais as lutas pela soberania alimentar acontecem simultaneamente em diversas escalas, dependendo do contexto específico onde cada movimento desenvolve suas ações. Essa multiescalaridade está vinculada às identidades e territorialidades de cada povo do semiárido e que compõem seus territórios, conforme pode ser observado na síntese apresentada no Organograma 6.

Através desta análise da multiescalaridade dos movimentos reforçamos que as transformações sociais necessárias para se construir soberania alimentar se dão tanto a partir da base, ou seja, no local onde vivem os povos do semiárido e desenvolvem ações cotidianas, quanto na esfera política macro territorial que pode ser no contexto de uma região, de um país ou no contexto mundial. Por isso, afirmamos a existência de interconexões entre movimentos que alinham seus objetivos comuns e práticas solidárias no Semiárido Argentino e Brasileiro que constroem redes de resistência multiescalares.

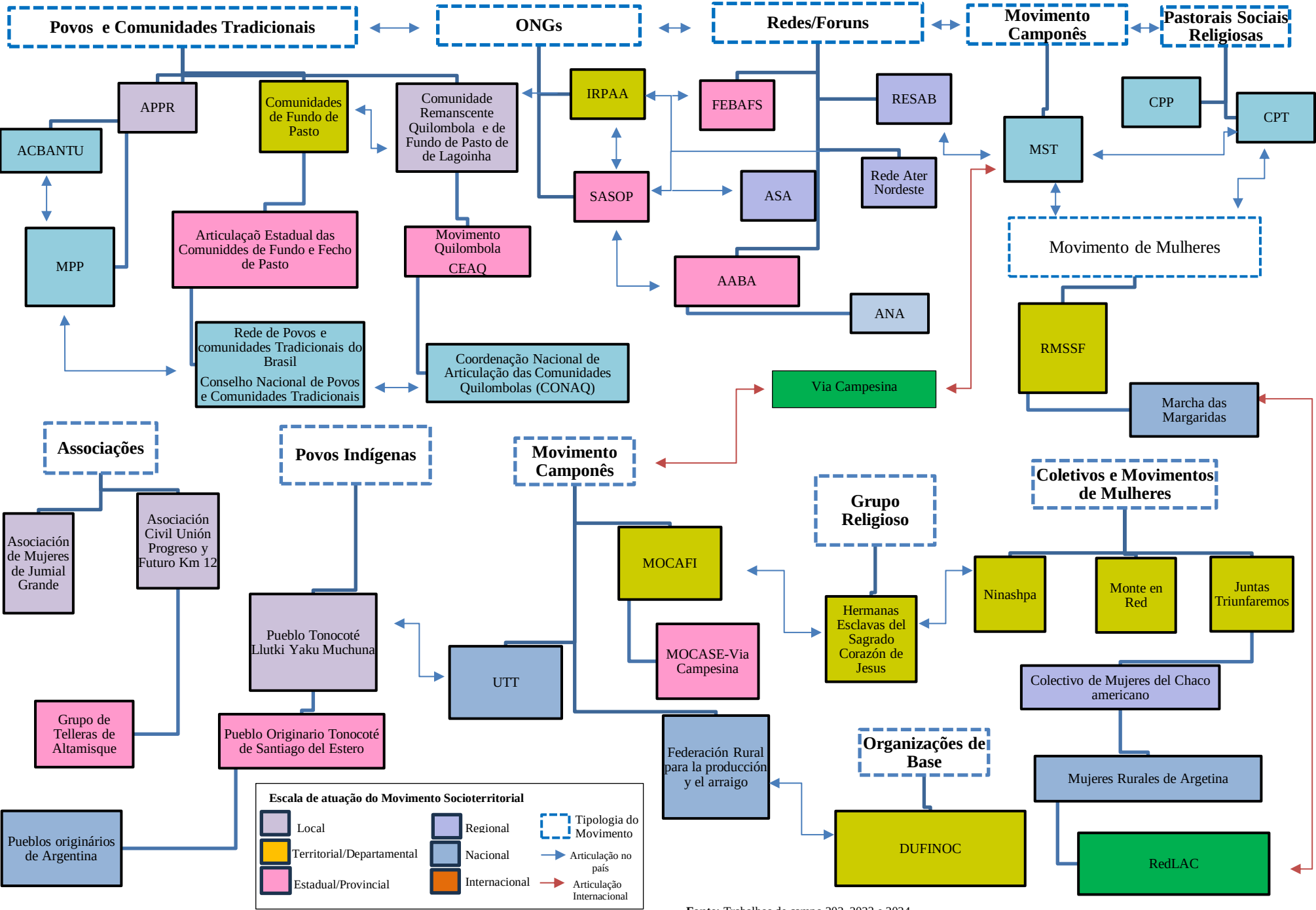
Tais redes se formam, portanto, a partir dos movimentos socioterritoriais que, através de suas ações vão transformar estes espaços em territórios materiais e imateriais os quais estão permeados pelas diferentes intencionalidades, conflitualidades e da multidimensionalidade configurando a totalidade do território conforme escreve Fernandes (2009).

Afim de elucidar sobre o nosso entendimento a respeito do conceito de redes, explicamos com base no que escreve (Sobreiro, 2016) que a discussão sobre essa temática na Geografia nos permite aprofundar as relações, envolver diferentes escalas e também compreender as horizontalidades, verticalidades e temporalidades diversas que atravessam e se desenrolam no espaço. Advertimos também que são diversas as abordagens sobre o conceito tanto na ciência geográfica, quanto em outras áreas do conhecimento.

Organograma 7: Multiescalaridade da atuação do Movimentos Socioterritoriais do Sertão do São Francisco (Brasil) e Figueroa (Argentina)

Sertão do São Francisco (Brasil)

Figueroa (Argentina)



Fonte: Trabalhos de campo 202, 2023 e 2024
Organização dos dados e elaboração: Bitencourt, 2025

Luta pela Soberania Alimentar

Dias (2003) apresenta importante contribuição sobre a leitura das redes e apresenta o esforço de diversos autores para construção deste conceito. A autora escreve que “A primeira propriedade das redes é a conexidade – qualidade de conexo -, que tem ou em que há conexão, ligação” (p.148). Ou seja, essencialmente, a capacidade de estabelecer ligações e conexões é intrínseca às redes. Ou seja, uma rede só existe e cumpre sua função quando seus diferentes pontos ou elementos estão interligados por meio de fluxos ou relações concretas. Assim, a conexidade é o que torna possível a comunicação, a circulação e o intercâmbio dentro da rede, garantindo a sua eficácia como estrutura dinâmica e integrada (Dias, 2003). Ao estabelecer um diálogo com Raffestin Dias (2003) enfatiza que na visão dele “os nós das redes são assim lugares de conexões, de poder e referência” (Dias, 2003, p.148).

Santos (2006) escreve que as redes “se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o seu dado social” (p. 262). O autor argumenta que as redes são formadas por uma combinação inseparável de elementos fixos e fluxos dinâmicos. No entanto, o verdadeiro princípio ativo, aquilo que lhes dá vida, é a dinâmica da realidade social, ou seja, as ações e relações das pessoas e grupos sociais que as utilizam.

Desse modo, as redes são compostas e impulsionadas principalmente pelos fluxos, trânsito de informações, pessoas, mercadorias, ideias, que determinam o seu funcionamento e percepção social. Apesar de serem marcadas pela movimentação, ou seja, os fluxos, as redes dependem de elementos fixos, os pontos estáveis como cidades, infraestruturas, instituições, que servem como suporte técnico ou pontos de apoio. "Assim, as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas" Santos (2006, p.277), enfatiza o autor considerando que há uma dupla característica nas redes: elas possuem elementos fixos que trazem estabilidade, ao mesmo tempo em que são altamente dinâmicas devido aos fluxos constantes que circulam por elas.

Os elementos fixos e os fluxos não existem isoladamente; pelo contrário, são dependentes um do outro. Um não pode ser compreendido sem considerar o outro. Nesse sentido, as redes não são estruturas passivas. Elas são dinâmicas, mas sua dinâmica vem de fora delas, ou seja, da dinâmica social, das ações, interesses e interações humanas que utilizam essas redes. Portanto, é o movimento da realidade que constitui o verdadeiro motor das redes (Santos, 2006).

Nos interessa a abordagem que discute as redes considerando o seu dado social porque consideramos que o dado social implica a constituição da materialidade. Desse modo, optamos por detalhar a contribuição oferecida por Haesbaert (2021) para debater o conceito de redes aliado à um debate territorial, porque no nosso entendimento a abordagem apresentada pelo

autor nos ajuda a fazer uma leitura contemporânea sobre as redes relacionada com a temática fundamental desta tese que é a atuação dos movimentos socioterritoriais.

Destarte, enfatizamos que o autor apresenta uma abordagem em que território e rede se fundem num conceito mais fluido e relacional, destacando a importância da dinâmica da realidade, da mobilidade, da rede e dos fluxos simbólicos e materiais como elementos centrais na construção territorial. Isso é especialmente relevante para analisar e compreender as práticas, estratégias e reivindicações dos movimentos socioterritoriais que se articulam de modo dinâmico no espaço, constituindo territorialidades múltiplas, complexas e interconectadas. Nas palavras do autor:

Talvez seja esta a grande novidade da nossa experiência espaço-temporal dita pós-moderna, onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade – uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com o espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento (Haesbaert, 2021, p.279).

A abordagem apresentada por Haesbaert (2021) rompe com a ideia de território apenas como domínio fixo e estático restrito à delimitação e domínio físico ao propor que a lógica territorial contemporânea extrapola a noção clássica de controle sobre áreas fixas e fronteiras rígidas, mas inclui também relações que se desenvolvem por meio de redes e fluxos. Nesse sentido, o autor destaca que na experiência contemporânea, a mobilidade é parte integrante do território. A partir dessa perspectiva, é possível compreender que a territorialidade não depende exclusivamente do enraizamento fixo e estável em um lugar, mas pode ser construída também através de experiências móveis e transitórias, onde as pessoas, comunidades e movimentos vivenciam suas práticas culturais, sociais e simbólicas em constante transformação e articulação.

Nessa direção, as redes têm significados simbólicos fundamentais para as comunidades e movimentos. As referências espaciais não estão limitadas apenas ao espaço físico, mas se constituem através de redes e fluxos contínuos. Assim, os movimentos socioterritoriais constroem territórios simbólicos que são vivenciados no próprio processo social concreto, ou seja, que não precisam ser rígidos, estáveis ou totalmente delimitados geograficamente para serem legítimos.

Outro ponto central da contribuição de Haesbaert é que o ato de territorializar-se passa também a significar controlar ou influenciar redes, fluxos e interações. Para a leitura dos movimentos socioterritoriais significa dizer que estes sujeitos coletivos conseguem projetar poder e garantir autonomia não apenas fixando-se em áreas delimitadas, mas sobretudo interferindo nos fluxos econômicos, sociais, culturais, criando relações e circuitos de significados que circulam em rede.

No contexto dos movimentos socioterritoriais, essa abordagem é fundamental porque reconhece a importância das dinâmicas móveis que atravessam e articulam diferentes sujeitos sociais, grupos e espaços. A proposta de Haesbaert (2021) nos permite entender como territórios de resistência, luta e afirmação territorial são constituídos por meio de redes articuladas que não estão presas à lógica tradicional de dominação territorial clássica, mas criam espaços vivos, dinâmicos e continuamente ressignificados pelos movimentos.

No Organograma 6 representamos de maneira sistematizada toda a complexidade que permeia o entendimento da atuação dos movimentos via Paradigma de Convivência com o Semiárido no contexto latino-americano, sobretudo, no caso específico no Brasil e na Argentina e a relação que se estabelece entre movimentos socioterritoriais enquanto conformam Redes de Resistência Multiescalares na luta pela Soberania Alimentar, porque o tema da Soberania Alimentar é uma pauta compõe as ações dos movimentos estudados nesta tese.

Nesse sentido, lembramos que a multiescalaridade está sendo compreendida aqui com base no debate que realizamos anteriormente, a partir das proposições de Fernandes (2005, 2009) que busca compreender a multiescalaridade ou pluriescalaridade enquanto um princípio do território diverso referente à ideia de que um mesmo território pode ser compreendido e organizado simultaneamente em diversas escalas, o que pode revelar múltiplos territórios articulados, complementares ou em conflito. Essas diferentes escalas frequentemente se sobrepõem ou coexistem, possuem graus variados de governança e geram dinâmicas próprias, resultando em disputas constantes pelo espaço.

As resistências se constroem, portando no âmbito das ações dos sujeitos coletivos, na medida em que lutam pela pelo território como aponta Fernandes (1999b, 2005) quando analisa a resistência como a luta contínua do campesinato em suas diferentes identidades para conquistar e manter a posse da terra, enfrentando processos históricos de expropriação e violência. O autor evidencia que essa resistência se manifesta de diversas formas na atuação dos movimentos e é apresentada como uma resposta ativa dos camponeses às estruturas de poder que buscam marginalizá-los, sendo essencial para a construção de alternativas ao modelo agrário dominante.

Outra contribuição importante para pensar a resistência é aquela apresentada por Porto-Gonçalves (2006) quando escreve que a resistência se conforma, enquanto, “uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas” (p. 165).

A partir da análise das ações estudadas nesta tese, compreendemos que os movimentos socioterritoriais do Sertão do São Francisco e de Figueroa atuam a partir de um espaço próprio, territorial e simbólico, que é geográfico e epistêmico, que define suas formas de existir e resistir. Tais movimentos operam, ao mesmo tempo, entre duas lógicas distintas: por um lado, a lógica dominante imposta pelas forças externas como o Estado e o Capital, e por outro, a lógica interna, marcada pela identidade, tradição e racionalidade próprias desses grupos. Assim, a resistência desses movimentos pode ser entendida a partir da leitura apresentada por Porto-Gonçalves (2006) como uma atuação que é situada, consciente de seu espaço, cultura e saberes próprios na luta pela preservação e valorização desses elementos diante da imposição de uma ordem dominante externa, a ordem do modo de produção capitalista.

Tal resistência para o recorte dos territórios semiáridos, acontece através das ações dos movimentos via PCSA. Nesse sentido, reafirmamos que a construção dessa pesquisa enquanto uma possibilidade de produção de conhecimento científico também é uma forma de construir resistência já que traz consigo o compromisso de fazer ciência juntamente com os diferentes povos dos territórios semiáridos estudados. Isso se expressa por exemplo na fala da representação de um movimento quando apresentamos o objetivo desta pesquisa durante a entrevista e disse: ***“Então! A gente tem toda essa movimentação que antes não tinha. Essa disputa pelo conceito de Semiárido, de criar ciência para o semiárido, a partir do semiárido, com pessoas do semiárido”*** (Luiz Nunes em entrevista à Bitencourt, 2023, grifo nosso).

O depoimento do entrevistado revela uma ação de resistência no âmbito da construção do conhecimento, que se evidencia na apropriação e disputa do conceito de Semiárido por parte das próprias pessoas que vivem a realidade desse território. A resistência está exatamente na afirmação de uma ciência e de um conhecimento que emergem internamente, rompendo com imposições externas e dominantes. Dessa forma, o ato de "criar ciência para o Semiárido, a partir do Semiárido e com pessoas do Semiárido" configura-se como resistência epistêmica e territorial, já que desafia lógicas dominantes de produção do conhecimento, valorizando saberes locais e fortalecendo a identidade e a autonomia dos povos do semiárido.

Desse modo, compreendemos que a partir da construção teórico-metodológica e analítica apresentada nesta tese oferecemos elementos, argumentação e subsídios para a afirmar

o Paradigma da Convivência com o Semiárido como materialização das lutas dos Movimentos Socioterritoriais na construção de Redes de Resistência pela Soberania Alimentar no Semiárido Latino-americano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



(Foto feita pela autora durante trabalho de campo realizado no X Encontro Nacional da Articulação Semiárido Brasileiro - X ENCONASA).

*É no Semiárido que a Vida Pulsa,
É no Semiárido que o Povo Resiste!*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da construção dessa tese buscamos analisar a produção do espaço agrário latino-americano a partir da atuação dos movimentos socioterritoriais no século XXI e suas lutas pela soberania alimentar, tomando como recortes empíricos o Território do Sertão do São Francisco, na Bahia, Brasil, e o Departamento de Figueroa, em Santiago del Estero, Argentina. Partindo desse objetivo, foi possível compreender como os movimentos constroem práticas territoriais de resistência, articulam saberes, experiências locais e propõem alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento, em contextos marcados por desigualdades históricas, e conflitualidades que envolvem a luta pela terra e pelo território.

Esta pesquisa também se afirmou como um exercício da pesquisa militante. Tal abordagem não apenas orientou o olhar sobre os territórios e os sujeitos envolvidos, como também implicou um engajamento ético-político com os movimentos socioterritoriais estudados. Desse modo, a construção do conhecimento aqui apresentada não se deu de forma distanciada, mas a partir de uma relação direta com os sujeitos coletivos, reconhecendo suas práticas, saberes e estratégias como fundamentais para a produção de um conhecimento geográfico comprometido com a transformação social. Assim, nos ancoramos no materialismo histórico e dialético enquanto método de análise e utilizamos diferentes instrumentos metodológicos para produção, tratamento e análise dos dados, tendo em vista que se trata de uma pesquisa qualitativa.

Verificamos que a produção do espaço agrário latino-americano tem como precedentes históricos diferentes dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais, que ao longo do tempo através das relações de poder foram criando estruturas que configuraram o território até os dias atuais. Ao longo do processo histórico as formas como o território foi apropriado se transformaram e junto com essas transformações surgiram elementos novos que moldaram a questão agrária de países como Brasil e Argentina.

Desde o processo de colonização portuguesa e espanhola, Brasil e Argentina, respectivamente, passaram por violentos processos de expropriação, de desterritorialização, do genocídio dos povos indígenas e de escravização do povo negro. Por meio da exploração econômica dos povos, das terras e dos minérios, do regime de escravidão, os colonizadores construíram estratégias e estruturas legais de subjugação para extrair e exportar riquezas.

A posse da terra, que assumia a centralidade no processo de acumulação no modo de produção capitalista, foi se constituindo como problemática central da questão agrária nestes

países. Através do arcabouço jurídico e institucional, o Estado, representado pelas elites agrárias foi criando ao longo do tempo barreiras legais para impedir que a população empobrecida como o povo negro e indígenas tivessem o acesso à propriedade da terra. Essa realidade perdura até os dias atuais na estrutura fundiária, uma vez que não houve uma reforma agrária que de fato proporcionasse o acesso à terra para a população que vive na e da terra.

A partir do século XX, a agricultura latino-americana passou por profundas transformações impulsionadas pelo avanço do modelo capitalista mecanizado. A introdução do pacote tecnológico da Revolução Verde modificou gradualmente as relações de produção e a própria forma de produzir alimentos. Com a expansão das empresas transnacionais, corporações passaram a dominar diversas etapas: da produção de alimentos até a distribuição e comercialização.

Brasil e Argentina se inseriram na economia mundo enquanto grandes exportadores de *commodities*. Enquanto isso, a questão agrária nesses países continua demarcada pela forte concentração fundiária, e pela conflitualidade entre o modelo de desenvolvimento do agronegócio e o modelo de desenvolvimento do campesinato.

Constatamos que no contexto específico dos territórios Semiáridos investigados, no caso, o Sertão do São Francisco e Figueroa, essa conflitualidade territorial se dá tanto no âmbito do território material, quanto do território imaterial via debate paradigmático. Desse modo, o Paradigma do Combate à Seca é materializado pelas investidas do Capital por meio de empreendimentos do agronegócio, das energias renováveis, mineradoras, dentre outras formas de adentrar ao campo. De maneira concreta, desterritorializa os diferentes povos que vivem nestes territórios, ameaça a permanência e ao mesmo tempo reproduz ideologicamente uma visão determinista na qual prepondera a ideia do combate à seca.

Nossas análises demonstram como os territórios do Semiárido Latino-americano em estudo são, historicamente, construídos na sua materialidade e imaterialidade como "lugares de exclusão", relegados a uma condição de subalternidade interna, ainda que estejam em países que são considerados periféricos. Ou seja, ocupam uma posição de subalternidade dentro da própria periferia global. Esses são elementos que podem, posteriormente, ser aprofundados a partir do que debatem Quijano (2005) e González Casanova (2007) sobre o conceito de colonialismo interno.

Nesse sentido, destacamos que tanto o Sertão do São Francisco, quanto Figueroa, são territórios tratados como colônias internas, explorados por suas riquezas naturais, excluídos das decisões políticas, sofrem com a precarização de direitos, serviços públicos, e sobretudo, servem como reserva de força de trabalho barata ou como "áreas-problema" no imaginário

nacional. São funcionalizados ao capital (por grandes obras, agronegócio, barragens, mineração, energias renováveis, etc.), mas demarcados como sinônimo de atraso, ou seja, socialmente estigmatizados com base em sua identidade étnica e/ou cultural.

Diante disso, os diferentes povos que vivem nesses territórios semiáridos vêm, ao longo do tempo, se organizando de forma multiescalar e desenvolvendo ações de caráter multidimensional em defesa de seus territórios e territorialidades, construindo resistências e pautando a soberania alimentar.

Para evidenciar tais ações nesta tese alcançamos um total de vinte e três movimentos socioterritoriais, sendo doze no Sertão do São Francisco e onze em Figueroa de diferentes topologias: camponeses, camponeses-indígenas, pescadores, movimento de mulheres, associações, redes/fóruns, comunidades tradicionais de fundo de pasto, povos de terreiro, quilombolas, pastorais/grupos religiosos.

A análise das ações desenvolvidas por estes movimentos socioterritoriais demonstram a sua multidimensionalidade de atuação articulando resistência e proposição. Nesse sentido, abrangem diferentes dimensões da vida social, econômica, política, cultural e ambiental, que no nosso entendimento compõem a luta pela soberania alimentar. Desse modo, os movimentos socioterritoriais trazem consigo a luta pelo território e pela manutenção de suas territorialidades.

Categorizamos em dez eixos aglutinadores um total de setenta e oito ações, sendo que a maioria delas são ações similares, ou seja, ações desenvolvidas tanto por movimentos do Sertão do São Francisco, quanto de Figueroa. Apesar de categorizadas dentro de uma mesma tipologia, essas ações carregam singularidades de cada território estudado. Desse modo, afirmamos que essas ações não são iguais, mas carregam aspectos dimensões que se assemelham.

Os processos formativos são estruturantes nas ações dos movimentos socioterritoriais e isso se evidencia a partir da recorrência nos movimentos estudados, bem como, nas análises a partir dos depoimentos que apresentamos no desenvolvimento desta tese. Embora para fins de análise as ações tenham sido organizadas em diferentes eixos, averiguamos que elas não ocorrem de forma isolada. Pelo contrário, estão interligadas, já que uma mesma ação pode integrar simultaneamente mais de um eixo, articulando diferentes dimensões da atuação dos movimentos.

O paradigma da Convivência com o Semiárido nos dois territórios estudados emerge enquanto a materialização da luta dos movimentos socioterritoriais pela soberania alimentar na sua multidimensionalidade. Nesse sentido, refere-se no âmbito do território material e imaterial a um posicionamento político ideológico de enfrentamento ao Paradigma do Combate à Seca.

Esta tese aprofunda a discussão sobre os elementos que compõem o Paradigma da Convivência com os Semiáridos (PCSA), tendo como base os debates teóricos já desenvolvidos por autores da Geografia e de outras áreas das ciências humanas. Nossa análise do PCSA está ancorada na leitura da questão agrária nos territórios semiáridos do Sertão do São Francisco (Brasil) e de Figueroa (Argentina), tendo como principal foco a atuação dos movimentos socioterritoriais. A partir dessa perspectiva, propomos a inclusão de um novo elemento no escopo do PCSA: a Promoção de Práticas Integrativas de Saúde. Assim como os demais elementos que já compõem esse paradigma, essa prática foi identificada nas ações concretas dos povos do semiárido, reforçando a ideia de que o PCSA é construído a partir das experiências e saberes desses sujeitos. No entanto, no campo acadêmico-científico, essa proposta representa uma contribuição inédita, sistematizada a partir das reflexões e resultados desta pesquisa.

Ressaltamos que a Promoção de Práticas Integrativas de Saúde se relaciona de forma orgânica e complementar com os demais elementos do PCSA, pois compartilha a mesma lógica de valorização dos saberes territoriais, da autonomia dos povos e da construção de alternativas ao modelo hegemônico. Portanto, não é um elemento à parte, mas uma expressão viva e interconectada dos princípios do PCSA. Sua inclusão fortalece uma visão integral do ser humano e do território, reconhecendo que a saúde, nos semiáridos, é também uma construção social, ecológica, política e cultural.

Afirmamos como um dos resultados desta investigação a evidente construção de Redes de Resistência na luta pela Soberania Alimentar no Semiárido Latino-americano que se conformam a partir de diferentes escalas, ligam diversos movimentos socioterritoriais do Brasil e da Argentina através de lutas multidimensionais.

Nesse sentido, nossa pesquisa contribui a partir da metodologia adotada, do caminho percorrido para o desenvolvimento da tese, com a produção, tratamento e análise dos dados, para o debate sobre metodologias de pesquisa na Ciência Geográfica, de maneira específica para as pesquisas qualitativas e que tenham uma perspectiva da militância científico-acadêmica.

Em síntese, a contribuição metodológica desta tese está no fato de que apresenta uma estratégia metodológica e analítica que permite compreender as semelhanças, particularidades, singularidades e diferenças na atuação dos movimentos socioterritoriais. Além disso, não apenas analisa os movimentos socioterritoriais, mas também caminha junto com eles, construindo conhecimento com base na escuta, na luta e na solidariedade. Isso reforça o papel da Geografia como ciência comprometida com a transformação social, e fortalece as metodologias qualitativas engajadas no campo científico-acadêmico.

Nossa contribuição também se dá no reconhecimento dos diferentes povos do Semiárido Brasileiro e Argentino que, articulados em movimentos socioterritoriais multiescalares, constroem estratégias coletivas para produzir alimentos, enfrentar a fome e afirmar a soberania alimentar. Ao longo desta tese, evidenciamos que esses movimentos desenvolvem alternativas concretas de enfrentamento ao modelo hegemônico, articulando a produção de alimentos com a defesa dos territórios e a valorização dos modos de vida locais. Nosso objetivo é visibilizar essas práticas e resistências, contribuindo para o reconhecimento dos saberes, estratégias e formas de organização desses povos, e reforçar seu protagonismo na construção de um projeto político e territorial próprio, fundamentado nos princípios do PCSA.

Um dos aspectos observados que possui grande relevância na análise da problemática apresentada, foi o protagonismo das mulheres na luta pela soberania alimentar nos territórios investigados. Conseguimos abordar tal protagonismo através das análises realizadas e entendemos que, a partir dos aspectos apontados nesta tese construímos elementos que contribuirão com pesquisas futuras envolvendo questões de gênero relacionada com a temática estudada.

Consideramos que a partir dessa pesquisa outras possibilidades de investigações acadêmico-científicas podem surgir na Geografia agrária e em outras áreas do conhecimento voltadas para a compreensão da complexidade das lutas dos movimentos socioterritoriais nos territórios semiáridos, bem como, relacionadas à soberania alimentar em tais territórios.

Desse modo, esperamos que essa pesquisa possa servir como instrumento de luta e contribuir nas ações desses movimentos no enfrentamento à lógica do Capital. Também, que possa ser utilizada na proposição de políticas públicas voltadas para a Convivência com o Semiárido e a Soberania Alimentar. Além disso, que possa ser utilizada em espaços formativos, acadêmicos e populares, como ferramenta de reflexão crítica, de fortalecimento das identidades territoriais e valorização das práticas e saberes construídos pelos povos dos semiáridos. Que este trabalho, portanto, siga em diálogo com aqueles e aquelas que lutam cotidianamente pela convivência com o semiárido e pela soberania alimentar.

***É no Semiárido que a Vida Pulsa,
É no Semiárido que o Povo Resiste!***

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, Anpocs, Ed. da Unicamp, 1992.

AGUIAR, Sebastian; PARUELO, José; TEIXEIRA, Marcos. Conflictos por la tenencia de la tierra en la provincia de Santiago del Estero. Su relación con los cambios en el uso de la tierra. Román M, González MC, coordinadores. *In: Transformaciones agrarias argentinas durante las últimas décadas: una visión desde Santiago del Estero y Buenos Aires*. Buenos Aires: Fauba, 2016, p. 199-225.

ALBUQUERQUE JORGE, Aline; DALPERIO BUSCIOLI, Lara; OLIVEIRA MOREIRA BITENCOURT, Silmara; FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA, Janaina; OLIVEIRA DA FONSECA, Roberta; ARAÚJO COUTINHO DE PAULA, Larissa; Carolina Gomes Mesquita DA Silva, Hellen. Movimentos socioterritoriais, mulheres e doação de alimentos no Brasil. **Campo Território**, v. 17, n. 47, p. 179-206, 2022.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019.

AMEGHINO, Eduardo Azcuy. La cuestión agraria en Argentina. Caracterización, problemas y propuestas. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 45. p. 5-50, 2016.

ANCE, María Lorena; VELAZQUEZ, Melisa Erro; FERNÁNDEZ, Zulema Del Valle; JARA, Cristian Emanuel; LUDUEÑA Alexandra Natalia; SÁNCHEZ, Lorena Paola; SÁNCHEZ, Mirian Mabel. Desarrollando los territorios campesinos a partir del trabajo organizativo, la venta conjunta y la defensa del bosque. La experiencia “Monte en Red” en Figueroa. *In: Cuestión agraria y procesos emergentes: experiencias organizativas en los territorios de la agricultura familiar campesina indígena*. Organização: Cristian Emanuel Jara. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Iade, 2024.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a Questão Regional**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Sistema de Informações de Geração da Aneel (Siga)**. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica [2023]. Disponível em: <https://dadosabertos.aneel.gov.br/dataset/siga-sistema-de-informacoes-de-geracao-da-aneel>. Acesso em: 01 out. 2023.

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Sistema de Informações de Geração da Aneel (Siga)**. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica [2024]. Disponível em: <https://dadosabertos.aneel.gov.br/dataset/siga-sistema-de-informacoes-de-geracao-da-aneel>. Acesso em: 01 abril. 2024.

ANELLO, María Cecilia; CANTERO, Fernando González; MOSCA Valeria Ana y SAETTONE Julieta Pase. **Rascar la olla: Informe sobre el desmantelamiento de políticas agroalimentarias en los primeros meses del gobierno de Milei**. Fundación Rosa Luxemburgo - Centro de Estudios Legales y Sociales. Programa de Estudios Regionales y

Territoriales (Igeo-Uba). 2024. Disponível em:
<https://www.cels.org.ar/web/publicaciones/rascar-la-olla/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

ANTONINO, Lucas Zenha; SOUSA, Valdirene Santos Rocha; GERMANI, Inez Germani. Mapeamento dos conflitos da mineração na Bahia no contexto do neoextrativismo. Ambientes: **Revista de Geografia e Ecologia Política**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 201–234, 2022. Doi: 10. 48075/amb. v4i1. 28230. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28230>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ARGENTINA. **Constitución de la Nacion Argentina**. Ordénase la publicación del texto oficial de la Constitución Nacional. 1853. Disponível em:
https://www.infoleg.gob.ar/?page_id=3873. Acesso em: 20 jul. 2022.

ARGENTINA. **Ley N° 340, de 1° de janeiro de 1871**. Dispone sobre el Código Civil. Disponível em: <http://www.infoleg.gov.ar/>. Acesso em: 02 nov. 2024.

ARGENTINA. Congresso Nacional. **Ley de Inmigración y Colonización n. ° 817 de 6 de outubro de 1876**. Crease un departamento general de imigracion bajo la dependencia inmediata del Ministerio del Interior. Disponível em:
<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-817-48862>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ARGENTINA. **Ley N° 23. 056, de 15 de março de 1984**. Faculta al Poder Ejecutivo Nacional la realización de acciones destinadas a enfrentar la crítica situación de deficiencia alimentaria aguda de la población más vulnerable y en situación de pobreza extrema. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-23056-28150>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ARGENTINA. **Ley N° 24. 430, de 15 de dezembro de 1994**. Texto oficial de la Constitución Nacional. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-24430-804/texto>. Acesso em: 08 nov. 2024.

ARGENTINA. **Ley N° 25. 724, de 27 de dezembro de 2002**. Creación del citado Programa, destinado a cubrir los requisitos nutricionales de niños hasta los 14 años, embarazadas, discapacitados y ancianos desde los 70 años en situación de pobreza. Autoridad de aplicación. Coordinación. Comisión Nacional de Nutrición y Alimentación. Comisiones Provinciales y Municipales y/o comunales. Funciones. Ejecución. Fondo Especial de Nutrición y Alimentación Nacional. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-25724-81446/texto>. Acesso em 20 mar. 2025.

ARGENTINA. **Decreto n° 1018, de 28 de abril de 2003**. Aprueba la reglamentación de la Ley N° 25. 724, que crea el Programa Nacional de Nutrición y Alimentación. Disponível em:
 Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-1018-2003-84523/texto>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ARGENTINA. Subsecretaría de Recursos Hídricos de la Nación. **Cuenca del Río Salí-Dulce**. Buenos Aires: Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios, 2003. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/86.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

ARGENTINA. Ministerio de Desarrollo Social. **Resolución nº 8, de 8 de enero de 2020.** Crea el Plan Nacional "Argentina contra el Hambre". Boletín Oficial de la República Argentina, Buenos Aires, 13 ene. 2020. Disponível em: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/224514/20200113>. Acesso em 20 mar. 2025.

ARGENTINA. Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca. Dirección Nacional de agricultura – Dirección de Estimaciones Agrícolas. **Estimaciones agrícolas.** Buenos Aires: MAGyP, [s. d.]. 2025. Disponível em: <https://datosestimaciones.magyp.gob.ar/reportes.php?reporte=Estimaciones>. Acesso em: 15 mar. 2025.

ARÍSTIDE, Pablo. Procesos históricos de cambio en la apropiación del territorio en Figueroa (Santiago del Estero, Argentina, Chaco semiárido). Dezembro de 2009. **Dissertação (Mestrado em Agroecologia)** Universidad Internacional de Andalucía y Universidad de Córdoba, Espanha. 2009. 69p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10334/245>. Acesso em: 10 de jul. 2023.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO Brasileiro - Asa. **Cisternas garantem água para 1, 2 milhão de famílias sertanejas.** 2015. Disponível em: <https://enconasa.asabrazil.org.br/2015/07/14/cisternas-garantem-agua-para-1-2-milhao-de-familias-sertanejas/> Acesso em: 14 de nov. 2024.

ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO Brasileiro - Asa. **“Semiárido”.** Articulação do Semiárido Brasileiro. 2020. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/semiarido>. Acesso em: 13 de jul. 2021.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO CIMI. Liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe é morta por fazendeiros às vistas da PM da Bahia em reintegração ilegal. **Conselho Indigenista Missionário.** 22 jan. 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/2024/01/lideranca-pataxo-ha-ha-hae-e-morta-por-fazendeiros-as-vistas-da-pm-da-bahia-em-reintegracao-ilegal/>. Acesso em: 15 de mar. 2025.

BAHIA (Estado). **Lei Nº 13. 572, de 30 de agosto de 2016.** Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências. Diário Oficial do Estado da Bahia, Salvador, BA, 31 ago. 2016. Disponível em: <http://LEIESTADUAIS.com.br/ba/LEI-ORDINARIA-N-13572-2016-BAHIA-INSTITUI-A-POLITICA-ESTADUAL-DE-CONVIVENCIA-COM-O-SEMIARIDO-E-O-SISTEMA-ESTADUAL-DE-CONVIVENCIA-COM-O-SEMIARIDO>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BAHIA (Estado). **Plano Estadual de Convivência com o Semiárido 2020-2029.** Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2020. Disponível em: https://www.ba.gov.br/casacivil/sites/site-casacivil/files/2024-05/2022PLANOESTADUALDECONVIVENCIACOMOSEMIARIDO_PECSA_Dec21347.pdf. Acesso em: em 13 mar. 2025.

BANZATO, Guillermo; ROSSI, María Cecilia. El mercado de tierras en las fronteras interiores argentinas: La expansión territorial de Buenos Aires y Santiago del Estero en la

segunda mitad del siglo XIX. **América Latina en la historia económica**, n. 34, p. 7-34, 2010.

BAPTISTA, Naidison de Quintella; CAMPOS, Carlos Humberto. A convivência com o Semiárido e suas potencialidades. *In*: Conti, Irio. Luiz.; Schroeder, Edini. Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora Iabs, 2013, p. 63-70.

BITENCOURT, Silmara Oliveira Moreira; BUSCIOLI, Lara Dalpério. Ações de resistências no contexto da produção de alimentos: do debate da soberania alimentar às práticas de comercialização agroecológicas na Bahia e em São Paulo. *In*: José Natan Gonçalves da Silva; Débora Paula de Andrade Oliveira; Sônia de Souza Mendonça Menezes. (Org.). **Territórios alimentares do Brasil - Tecendo o diálogo entre a produção, a circulação e o consumo**. 1ed. Aracajú: Criação Editora, 2024, v. 1, p. 155-179. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/wp-content/uploads/2024/04/Territorios-alimentares-do-brasil.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BITENCOURT, Silmara Oliveira Moreira; BUSCIOLI, Lara Dalpério; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; PERTUZ, Márcia Arteaga. Geografias Feministas, Academia e Militância: reflexões sobre a experiência do Coletivo de Mulheres da Rede Dataluta no Brasil. **Geografia Em Questão (Online)**, v. 16, p. 16-30, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/32554>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BITENCOURT, Silmara Oliveira Moreira; DE PAULA, Larissa Araújo Coutinho. Desmonte de políticas públicas e Pandemia: o Impacto da descontinuidade das políticas de segurança alimentar e nutricional na vida das mulheres. *In*: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO/XVI SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, Rio Claro. **Anais [...]**. Rio Claro: Unesp, 2023. v. 4. p. 1865-1876. Disponível em: <https://cboeunesp.wixsite.com/cboe/certificadoanais>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. **GeoTextos**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2012. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v8i1.5555. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/5555>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Lei no 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 16 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. **Lei Nº 8. 629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII,

da Constituição Federal. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm. Acesso em: 23 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10. 831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2003.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm. Acesso em: 4 abr. 2025. Acesso em 20 mar. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 11. 346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 6. 040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2022. Disponível em:

<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=2>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata Versiani Scott. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, 18 ago. 2016p. 474–489.

BRIONES, Claudia Noemí; DEL RÍO, Walter Mario. La "conquista del desierto": desde perspectivas hegemónicas y subalternas. *Runa*, Buenos Aires, v. 27, n. 1, p. 23-48, dez. 2007. Universidad de Buenos Aires. Facultad de Filosofía y Letras. Instituto de Ciencias Antropológicas. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/82683>. Acesso em: 20 out. 2024.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nanderu. 443 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/0b6b0ab9-8cd3-4947-b976-2c1067f7e736>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BUSCIOLI, Lara Dalperio; BITENCOURT Silmara Oliveira Moreira.; JORGE, Aline Albuquerque; MACHADO, Angela dos Santos. Políticas públicas e Soberania alimentar: Entre o desmonte do Estado e as ações dos Movimentos socioterritoriais. In: V Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas. **Anais [...]** 2022, Natal. 2022. p. 1-14. Disponível em: <https://sinteseeventos.com/site/index.php/acervo/anais/anais-pdpp/143-acervo/encontro-internacional-participacao/edicoes-anteriores/337-anais4pdpp-2>. Acesso em 15 abr. 2023.

BUSCIOLI, Lara Dalpério; Pertuz, Márcia Arteaga; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; BITENCOURT, Silmara Oliveira Moreira. Apresentação: A produção feminista do

conhecimento sobre o campo na Geografia. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 16, n. 03, 2023. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/32553>. Acesso em: 30 jan. 2024. (Online), v. 16, p. 10-15, 2023.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. Paradigmas e estratégias do MST para o desenvolvimento de territórios agroecológicos. 363 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/789e7c3a-79e1-47f5-9960-d5f19e3cbc5c>. Acesso em: 13 mai. 2024.

CALVO, Claudia. Activismo, resistencias y represión. Memorias y Representaciones de las Ligas Agrarias Chaqueñas. In: XI CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL. **Anais [...]** 2014. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-081/369.pdf>. Acesso em 30 de mar. 2025.

CALVO, Claudia. Las mujeres de las Ligas Agrarias y del Movimiento Rural de Acción Católica. **Tierra Viva Agência de Notícias**. 29 set. 2023. Disponível em: <https://agenciaterraviva.com.ar/las-mujeres-de-las-ligas-agrarias-y-del-movimiento-rural-de-accion-catolica/>. Acesso em 30 de mar. 2025.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 389 f. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/105084>. Acesso em 15 de mar. 2021.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. Território (i) material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista Nera**, [S. l.], n. 23, p. 27–42, 2014. DOI: 10.47946/rnera.v0i23.2636. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636>. Acesso em 15 de mar. 2021.

CARVALHO, Luzineide Dourado. **Natureza, território e convivência: novas territorialidades no Semiárido Brasileiro**. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Colonialismo interno (uma redefinição). In: BORÓN, Atilio A.; AMADEO, Daniel; GONZÁLEZ, Sabrina (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CASA ROSADA. **19 de abr. Inauguración obras Dique Figueroa en Santiago del Estero**. **Cristina Fernández** [recurso eletrônico]. YouTube, 19 abr. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=909Su1qZ11c>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CATAÑO Hoyos, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. **Revista Nera**, n. 35, p. 174–198, 2017. Doi: 10.

47946/rnera.v0i35.4855. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4855>. Acesso em: 15 jul. 2024.

CHAYANOV, Alexander. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974 [1925].

CHAYANOV, Alexander. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalista**. [1924]. In: Silva, J. G. da.; Stolcke, V. (orgs.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHIARAMONTE, José. Carlos. **Nacionalismo y liberalismo económicos en la formación del Estado argentino (1810-1860)**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1983.

COCA, Esteván Leopoldo de Freitas; XAVIER, Gabriela Taise Poiati; BERTACHI, Marcos Vinicius. Geografia Agrária Crítica e Pesquisa Militante: apontamentos teórico-metodológicos. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia. **Anais [...]**. João Pessoa: Revista Enanpege, 2021. p. 1-14. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78085>. Acesso em: 10 nov. 2024.

COCA, Esteván Leopoldo de Freitas. A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016. 360 fl. **Tese (Doutorado em Geografia)**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/79830c3b-b104-4e8e-b3fb-b0c26fbfe029>. Acesso em: 01 set. 2021.

Colla, Julia Lucia; Buscioli, Lara Dalperio; Bolanez, Claudia Yesica Fonzo; Herrera, Andrea Geanina Gómez; Gutierrez, Marta Elena; Jara, Cristian Emanuel; Gonza, Editha Lisbet Julca; Bitencourt, Silmara Oliveira Moreira; Saettone, María Julieta; Suarez María Victoria; Villalba, Ana Eliza. Cuestión agraria y acciones de los movimientos socioterritoriales en Argentina en torno a asuntos vinculados al Ods 2 y el Ods 10 durante los años 2021- 2022. In: Cristian Emanuel Jara. (Org.). **Cuestión agraria y acciones de los movimientos socioterritoriales en Argentina en torno a asuntos vinculados al Ods 2 y el Ods 10 durante los años 2021- 2022**. 1ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aire: Instituto Argentino para el Desarrollo Económico (Iade), 2024, v. 1, p. 21-44.

Colla, Julia Lucia; Buscioli, Lara Dalperio; Bolanez, Claudia Yesica Fonzo; Herrera, Andrea Geanina Gómez; Gutierrez, Marta Elena; Jara, Cristian Emanuel; Gonza, Editha Lisbet Julca; Bitencourt, Silmara Oliveira Moreira; Paz, Raúl Gustavo; Saettone, María Julieta; Sanchez, L Lorena Linda Paola; Suarez, María Victoria; Villalba, Ana Eliza; Trejo, María Belén. *Movimientos sociales rurales y Estado: acciones vinculadas a los objetivos de desarrollo sostenible en Argentina*. 1. ed. Sanitago del Estero: Universidad Nacional de Santiago del Estero - Unse. Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales y de, v. 1. 2023, 126p.

COLOGNESE, Silvio Antônio; MELO, José Luíz Bica de. **A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social**. Porto Alegre: Cadernos de Sociologia, 1998. V. 9, p. 143-159.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Mineração**: no sertão da Bahia, municípios chegam a ter 90% da sua área total mapeada para exploração. Assessoria de Comunicação. 26 de maio. 2023a. Disponível em: <https://cptba.org.br/mineracao-no-sertao-da-bahia->

municipios-chegam-a-ter-90-da-sua-area-total-mapeada-para-exploracao/. Acesso em: 10 abr. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **2º dia de Protesto em Sento Sé:** Comunidades reivindicam asfalto em estrada prejudicada por mineração. Assessoria de Comunicação. 31 de janeiro. 2023b. Disponível em < <https://cptba.org.br/2-dia-de-protesto-em-sento-se-comunidades-reivindicam-asfalto-em-estrada-prejudicada-por-mineracao/> > Acesso em: 01 abr. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Areia Grande:** 48 anos de resistências. Assessoria de Comunicação. 20 de setembro. 2023c. Disponível em: <https://cptba.org.br/areia-grande-48-anos-de-re-existencia/> Acesso em: 18 abr. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Quem somos:** histórico. CPT Nacional, 2023d. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 03 abr. 2025.

CONTI, Irio Luiz; PONTEL, Evandro. Transição paradigmática na convivência com o Semiárido. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** autonomia e protagonismo social. 1ed. Brasília: Editora IABS, 2013, p.51-58.

CORDEIRO, Danielle Leite. Reinvenção dos movimentos sociais no Semiárido Brasileiro: O caso do P1MC. In: CONTI, Irio. Luiz.; SCHROEDER, Edini. Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro:** autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, 2013, p. 205-214.

COSTA, Thiago Pereira da. O Irpaa e o “Estalo” da Convivência com o Semiárido como Paradigma e Projeto Político na ótica do Bem Viver. 2023. 392 f. **Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial)** - Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), Juazeiro/BA, 2023. Disponível em: https://portais.univasf.edu.br/ppgadt/pesquisadores/arquivos/corpo-discente-arquivos/egressos/tiago-pereira-da-costa/tese-ppgadt-tiago-pereira_compressed-1.pdf. Acesso em: 8 de mar. 2024.

COSTA, Thiago Pereira da. A convivência com o semiárido como paradigma sustentável na perspectiva do bem viver. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, [S. l.], v. 7, n. 12, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/view/26>. Acesso em: 8 de mar. 2024.

DANTAS, José Carlos. A geografia dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. 287 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente – SP. 2021.

DANTAS, José Carlos. A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro. **Revista Nera**, 23 (51), 2020, p. 157-179. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DANTAS, José Carlos; FELICIANO, Carlos Alberto. Expansão capitalista e conflitos territoriais no semiárido brasileiro no século XXI. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v.

18, n. 49, p. 47–72, 2023. DOI: 10.14393/RCT184967133. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/67133>. Acesso em: 10 abr. 2024.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2016.

DATALUTA - **Banco de Dados das Lutas por Espaços e Territórios**, 2020.

DAVIS, John; H. GOLDBERG, Ray, A. **A concept of agribusiness**. Boston: Harvard University Press, 1957. 143 f.

DE CASTRO, Luís Felipe Perdigão. Terra e colonialismo: Marcos de apropriação privada de terras no Brasil e na Colômbia. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 8, n. 1, 2021, p. 75-122. Disponível em: <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/441>. Acesso em: 14 abr. 2024.

DE DIOS, Rubén de. Movimiento agrario y lucha social: el caso del movimiento campesino en Santiago del Estero. **Realidad Económica**, Buenos Aires, n. 199, out./nov. 2003.

DE DIOS, Ruben, PAZ, Raul Gustavo; ROSSI, Carlos. Censos nacionales agropecuarios, coberturas y procesos de transformación agraria en Santiago del Estero. **Revista Realidad Económica**, 334, 2020, p. 127-162.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: INÁ E. de Castro; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 6ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, v. 1, p. 141-162.

EDELMAN, Marc. Food sovereignty: Forgotten genealogies and future regulatory challenges. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, 2014, p. 959-978. Disponível em: https://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1104&context=gc_pubs. Acesso em: 03 jan. 2025.

EL agronegocio se cobró otra vida campesina en Santiago del Estero. **Tierra Viva**. Santiago del Estero. 9 de abril. 2024. Disponível em: <https://agenciatiterraviva.com.ar/el-agronegocio-se-cobro-otra-vida-campesina-en-santiago-del-estero/>. Acesso em: 03 mai. 2024.

EL dique Figueroa: una promesa de progreso que nunca llegó a las familias campesinas. **Vision Santiago**. Santiago del Estero. 7 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://visionsantiago.com/el-dique-figueroa-una-promesa-de-progreso-que-nunca-llego-a-las-familias-campesinas/>. Acesso em: 03 dez. 2024.

ENEVA. **Complexo Solar Futura I**. Disponível em: <https://eneva.com.br/nossos-negocios/geracao-de-energia/complexo-solar-futura-i/#>. Acesso em: 18 abr. 2024.

ESPINA, Delia Beatriz. Origens e contradições do desenvolvimento industrial argentino (1860-1930). **Tese de Doutorado em Economia**, 204 fl. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

ETCHICHURY, Horacio. La función social de la propiedad en la Constitución Argentina: Tres momentos del Siglo XX. **Historia constitucional: Revista Electrónica de Historia Constitucional**, n. 20, 2019, p.1021-1042.

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA USP. **Combate à fome: 75 anos de políticas públicas.** 2025. Disponível em: <https://geografiadafome.fsp.usp.br/combate-a-fome-75-anos-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 4 abr. 2025.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP AND WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020.** Transforming food systems for affordable healthy diets. Roma, Fao. 2020. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/9a0fca06-5c5b-4bd5-89eb-5dbec0f27274/content>. Acesso em: 10 set. 2021.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP AND WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2021.** Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Rome, Fao, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/1c38676f-f5f7-47cf-81b3-f4c9794eba8a/content>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FAO, FIDA, OPS, PMA Y UNICEF. **América Latina y el Caribe - Panorama regional de la seguridad alimentaria y la nutrición 2023: Estadísticas y tendencias.** Santiago. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/8316173a-d391-4f2b-9350-d3156d97c685>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP AND WHO. **The state of financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms.** Fao, Rome, 2024. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/ebe19244-9611-443c-a2a6-25cec697b361>. Acesso em: 10 out. 2024.

Federik, Marianela; Laguzzi, Mauro. Seguridad alimentaria y derecho a la alimentación en Argentina: un recorrido histórico. **Revista española de nutrición comunitaria**, v. 25, n. 1, 2019. p. 36 – 42. Disponível em: https://www.renc.es/imagenes/auxiliar/files/NUTRICION_COMUNITARIA_1-2019_articulo_6.pdf. Acesso em: 5 jun. 2024.

FELICIO, Jorge Munir. Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. 214 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/215b6814-7bd4-43f4-918b-3c3cb84d2778>. Acesso em: 9 jun. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Revista de Cultura Vozes, v. 93, n. 2, p. 9-17, 1999a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). 1999b. **Tese (Doutorado)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Acesso em: 30 abr. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais.

Revista Nera 8 (6): 2005, 24-34. Disponível em:
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1460>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território. *In*: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Boletim Dataluta**, [S. l.], v. 1, n. 12, 2008b. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/54765>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. Fernandes BM, organizador. **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, p. 45-69, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013a. **(Tese de livre docência)** Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/08ddf575-fd3b-4b1e-aa50-c2e1939ace5b>. Acesso em: 15 ago. 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: Stedile, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013b, p. 173-236.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrews; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2014.

FERNANDES, Bernado Mançano. Territories and food sovereignty. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 2, n. 3, 2017, p. 22-39.

FERNANDES, Bernado Mançano; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga; SODRÉ, Ronaldo Barros. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 145, jan. 2020, p. 2-13. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52801>. Acesso em 25 fev. 2022.

FERNANDES, Bernado Mançano. **Questão Agrária**. Disponível em:
<https://sites.usp.br/prolam/questao-agraria/>. 2021. Acesso em 20 fev. 2022. Usp. Prolam.

FISCHBORN Aline Fernanda; MACHADO Juliane; FAGUNDES Naiiele da Costa; PEREIRA Natália Medeiros. A Política das Práticas Integrativas e Complementares do SUS: o relato de experiência sobre a implementação em uma unidade de ensino e serviço de saúde. **Cinergis**. 2016 [citado 2017 ago. 20];17(4 Supl.1):358-63. Disponível em:
<https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/8149/5358>. Acesso em: 15 de mar. 2025.

FLECK, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONZO Bolañez, Claudia Yesica; PARNAS, Mariano Juan; **La estructura agraria y social de Santiago del Estero en las últimas décadas frente a la expansión de los agronegocios**; Universidad Nacional de Santiago del Estero. Facultad de Humanidades, Ciencias Sociales y de la Salud; Cifra; 2020; 3-2022; 1-30. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/211244>. Acesso em: 02 de ma1. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREITAS, Nacelice Barbosa. O Descoroamento da princesa do sertão: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço. 2014. 415 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE. Disponível em: https://ri.ufs.br/jspui/bitstream/riufs/5470/2/NACELICE_BARBOSA_FREITAS.pdf.tx. Acesso em: 13 jan. 2022.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia das Letras. 5ªed. 2019.

GERMANI, Guiomar Inês. Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, [S. l.], v. 2, 2006. Doi: 10. 9771/1984-5537geo. v2i2. 3040. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040>. Acesso em: 10 jan. 2022.

GIBBS, Grahm. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: www.atlasbrasilagrario.com.br. Acesso em: 1 de dez. 2023.

GIRBAL, Noemi Maria; Diversidad agraria en la Argentina entre la agri-cultura y el agro-negocio (1995-2019); **Acervus**; 2021; 103-134. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/189887>. Acesso em: 7 de nov. 2021.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GUERRERO, Mariángeles. Sangre en el monte de Santiago del Estero. **Tierra Viva**, 11 de setembro. 2023. Disponível em: <https://agenciatierraviva.com.ar/sangre-en-el-monte-de-santiago-del-estero/>. Acesso em: 12 de fev. 2024.

GUIMARÃES FILHO, Clovis; LOPES, Paulo Roberto Coelho; SILVA, Pedro Carlos Gama da. **Elementos para formulação de um programa de convivência com a seca no Semiárido brasileiro**. Embrapa, Petrolina, 2003. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1093481?locale=en>. Acesso em: 27 de jul. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2021.

HALPERÍN Donghi, T. **Revolución y guerra**: formación de una élite dirigente en la Argentina criolla. Buenos Aires: Siglo XXI. 1972.

HALVORSEN, Sam; MANÇANO FERNANDES, Bernardo; TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada. **Revista Nera**, [S. l.], n. 57, p. 24–53, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i57.8639. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8639>. Acesso em: 11 out. 2023.

HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Estrategias territoriales, recampesinización y etnicidad en los Andes argentinos**. Universidad Autónoma Metropolitana, 2012. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/149083>. Acesso em: 15 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 08 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua**. Segurança Alimentar, 2023. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Tabela 6588**: Série histórica da estimativa anual da área plantada, área colhida, produção e rendimento médio dos produtos das lavouras [2025]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6588#resultado>. Acesso em: 15 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS- INDEC. **Censo Nacional Agropecuario 2018**: resultados definitivos. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2021. Libro digital, PDF. Archivo Digital: descarga y online. ISBN 978-950-896-607-0. Disponível em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-8-87>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS - INDEC. **Unidades Geoestadísticas**. Cartografía y códigos geográficos del Sistema Estadístico Nacional. Buenos Aires: INDEC. Disponível em: <http://www.indec.gov.ar/codgeo.asp>. Acesso em: 15 fev.2024.

JARA, Cristián.; GUTIÉRREZ, Marta.; HOFFMAN, Maia N. Resistir produciendo. Las luchas proactivas de las organizaciones de agricultores familiares en el departamento Figueroa (Santiago del Estero). **Espacio Abierto**: cuaderno venezolano de sociología, Vol. 25, N° 3, 2016, p. 291-310. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/122/12249678021.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; MANRIQUE, Luis Felipe Rincón, & HERRERA, Andrea Gómez. Desarrollo rural y agricultura familiar en Argentina: una aproximación a la coyuntura desde las políticas estatales. **Revista de Economía e Sociología Rural**, v. 57, 2019, p. 339-352. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/120389>. Acesso em: 21 out.2023.

JARA, Cristian Emanuel. ¿Acompañar o dirigir? El papel de actores católicos en la conformación de un movimiento campesino en Argentina. **Revista Virtual**. Universidad Católica del Norte, (61), 2020, p. 251-266. Disponível em: <https://www.doi.org/10.35575/rvucn.n61a15>. Acesso em: 25 nov. 2024.

JORGE, Aline Albuquerque.; PACHECO, Andressa Milani; FERNANDES, Bernardo Mançano; SILVA, Bianca Marucci; COSTA, Bruna Gonçalves; MELO Conceição Coutinho; BORGES, Gerson Antonio Barbosa; BUSCIOLI, Lara Dalperio; PAULA Larissa Araújo Coutinho de; ALCANTARA, Luiz Davi Fagundes de; GRECCO, Maria Eduarda; SINDEAUX, Nelson Gabriel da Silva; TRIVINO, Oscar Hernán Rodríguez; BITENCOURT, Silmara Oliveira Moreira; SOUZA, Wilians Ventura Ferreira; LIMA, Wuelliton Felipe Peres. Nota Conceitual Aplicabilidade dos ODS na Pesquisa: Movimentos Socioterritoriais em Perspectiva Comparada. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 1-7, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52720>. Acesso em: 11 abr. 2024.

JORGE, Aline Albuquerque. A produção de territorialidades subalternas e emancipadoras em assentamentos de reforma agrária do MST no Paraná. 323 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - UNESP. Presidente Prudente, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/9306c6d5-9dd9-48ab-8574-0e961eb55125>. Acesso em: 30 nov. 2024.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1899].

KÖPPEN, W. 1936. **Das geographische System der Klimate**. Gebr, Borntraeger, 1-44.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LAPEGNA, Pablo. La economía política del boom agro-exportador bajo los Kirchner: Hegemonía y revolución pasiva en Argentina. In: **La cuestión agraria y los gobiernos de izquierda en América Latina: campesinos, agronegocio y neodesarrollismo**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2018. p. 155-187.

LEÃO, Marília. (organizador). **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH; 2013.

LEBRÃO, Jemeffer Souza. As Mulheres do café em Vitória da Conquista: dinâmica histórico-espacial da mobilidade do trabalho e a (re) produção da periferia urbana. 223f. **Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia)** - UFPB. João Pessoa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11569?locale=pt_BR. Acesso em: 23 fev. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 172-180. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

LÊNIN, Vladimir. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1899].

LENZ, Maria Heloísa. Auge e início do declínio da economia argentina. **Análise econômica**. Porto Alegre. Vol. 18, n. 33, mar. 2000, p. 121-140.

LYNCH, J. **The Spanish American Revolutions, 1808–1826**. 2ª edição. New York: Norton, 1981.

MACHADO, Angela dos Santos; ALBUQUERQUE JORGE, Aline; MANÇANO FERNANDES, Bernardo. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 17, n. 47 out. p. 155–178, 2022. DOI: 10.14393/RCT174708. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/66005>. Acesso em: 07 jan. 2024.

MALUF, Renato S. A política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional. In: **CONAB. Agricultura e abastecimento alimentar**: políticas públicas e mercado agrícola. Brasília (DF), CONAB, 2009, p.109-120.

MALUF, Renato S. **Diretrizes e componentes de uma política nacional de abastecimento alimentar e questões de implementação**. R. Janeiro, UFRRJ/CPDA/OPPA, 2015, 13 p. (Texto de Conjuntura, 8). Disponível em: <https://oppa.net.br/acervo/textos-fao-nead-gpac/Texto%20de%20conjuntura%2008%20-%20Renato%20MALUF.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-Árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

MARCOS, María Florencia. La cuestión alimentaria en la trama de la política estatal: soberanía alimentaria y agroecología como problemas de gobierno. 294fl. **Tese (Doutorado em Antropologia)** Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. 2022.

MARX, Karl. **A origem do capital**. 3ª ed. São Paulo, 1981.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo; 2013 [1867].

MAZUR, Maria; PAZ, Raul; JARA, Cristián. Áreas de concentración de la agricultura familiar, expansión de la frontera agropecuaria y estrategias de resistencia en Figueroa, Santiago del Estero. **Geográfica digital**, [S. l.], v. 20, n. 40, p. 111–124, 2023. DOI: 10.30972/geo.20406995. Disponível em: <https://revistas.unne.edu.ar/index.php/geo/article/view/6995>. Acesso em: 15 fev. 2024.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Trad. MIDORI, S. São Paulo: Porto Alegre: Editora Unesp, Editora da UFRGS, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e Saturação em Pesquisa Qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Qualitativa**, v. 5, n. 7 (abril), 2017, p. 01-12.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Governo Federal lança Plano Safra 24/25 com R\$ 400,59 bilhões para agricultura empresarial**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-lanca-plano-safra-24-25-com-r-400-59-bilhoes-para-agricultura-empresarial>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2025.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo**. Friedrich-Ebert-Stiftung, Brasil, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>. Acesso em: 7 de fev. 2025.

MORAES, Antônio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **A valorização do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA BITENCOURT, Silmara Oliveira. Movimientos socioterritoriales/socioespaciales en el semiárido: la experiencia del territorio Sertão Do São Francisco, Bahía, Brasil. **Mirada Antropológica**, [S. l.], v. 20, n. 28, p. 70–89, 2025. DOI: 10.35494/ffyl.ma.29544297e.2025.20.28.1530. Disponível em: <https://rd.buap.mx/ojs-mirant/index.php/mirant/article/view/1530>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MOREIRA, Silmara Oliveira. Mobilidade e plasticidade do trabalho: a reprodução da vida dos trabalhadores no município de Belo Campo/BA. 2018, 156 f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, 2018. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgeo/wp-content/uploads/2019/01/DISSERTA%C3%87%C3%83O-SILMARA-OLIVEIRA-MOREIRA-2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; CAVALCANTE, Leandro Vieira; JARA, Cristian Emanuel; SAETTON, Julieta; FERNANDES, Bernardo Mançano; VILLALBA, Ana Eliza; BITENCOURT, Silmara Oliveira Moreira; BOLANEZ, Cláudia Yesica Fonzo. A Political Ecology of Resistance: Actions and Reactions of Agrarian Socio-territorial Movements. **Latin America Perspective**. v. XX, 2024, p. 1-23. doi.org/10.1177/0094582X24124241. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0094582X241242418>. Acesso em: 4 dez. 2024.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Mineradoras ameaçam comunidades tradicionais no Sertão baiano**. MST. 25 de outubro. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/10/25/mineradoras-ameacam-comunidades-tradicionais-no-sertao-baiano/#:~:text=Os%20moradores%20de%20Angicos%20denunciam,como%20%E2%80%9Cpol%C3%ADgono%20das%20secas%E2%80%9D>. Acesso em: 17 abr. 2024.

MOSCUZZA, Carlos; PÉREZ CARRERA, A.; FERNÁNDEZ CIRELLI, A. Relación entre las actividades agropecuarias y la escasez de agua en la provincia de Santiago del Estero

(Argentina). **El agua en iberoamérica**. Aspectos de la Problemática de las Tierras Secas, 2003, p. 35-54. Disponível em: https://www.produccion-animal.com.ar/agua_cono_sur_de_america/06-agropecuarias_y_escasez_agua_en_santiago_del_estero.pdf. Acesso em: 12 abr. 2024.

NÓBREGA, Ranyére Silva. Um pensamento crítico sobre classificações climáticas: de Köppen até Strahler. **Revista Brasileira de Geografia Física**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 18–22, 2010. DOI: 10.26848/rbgf.v3i1.232646. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/rbgfe/article/view/232646>. Acesso em: 16 abr. 2024.

OBSERVATORIO DE LA DEUDA SOCIAL DE LA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE ARGENTINA (UCA)- ODSA. **Encuesta de la Deuda Social Argentina (EDSA):** Condiciones de vida. 2019. Disponível em: <https://uca.edu.ar/es/noticias/deudas-sociales-en-la-argentina-del-siglo-xxi-2004-2024-1>. Acesso em 16 fev. 2025.

OBSERVATORIO DE LA DEUDA SOCIAL DE LA UNIVERSIDAD CATÓLICA DE ARGENTINA (UCA)- ODSA. **Encuesta de la Deuda Social Argentina (EDSA):** Condiciones de vida. 2024. Disponível em: www.uca.edu.ar/plataformaODSA. Acesso em 16 fev. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. New York, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS- ONU. **Comentário geral n. 12: o direito humano à alimentação adequada** (art. 11). 1999. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/alimentacao-adequada/Comentario%20Geral%20No%2012.pdf/view>. Acesso em: 02 de out. 2020.

OTRO muerto en conflicto territorial en Santiago del Estero. **Infoterritorial**. Santiago del Estero. 11 de setembro. 2023. Disponível em: <https://infoterritorial.com.ar/otro-muerto-en-conflicto-territorial-en-santiago-de-estero/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OYA, Carlos. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, 2013, p. 503-520. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2013.799465>. Acesso em: 05 jul. 2023.

PAZ, Raúl. **Aproximación cuantitativa del sector campesino para la provincia de Santiago del Estero**. 1994, Santiago del Estero: PSA.

PAZ, Raúl; JARA, Cristián; WALD, Navé. Tensions around Land Tenure in Argentina’s Agrarian Periphery: Scales and Multiple Temporalities of Capitalism in Santiago del Estero, Argentina. **Latin American Research Review**. N:54, V. 3, 2019 p. 694–706. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.483>. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/120383>. Acesso em 28 de nov. 2021.

PAZ, Raúl; JARA, Cristián. Danzando en el tiempo: Transformaciones agrarias y persistencia del campesinado en Argentina. **European Review of Latin American and Caribbean**

Studies, 110, 2020, p. 21–38. Disponível em: <https://www.erlacs.org/articles/abstract/10.32992/erlacs.10520/>. Acesso em 25 de nov. 2021.

PEDON, Nelson Rodrigo. Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - UNESP. Presidente Prudente, 2009. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/nera/nelson_pedon_2009.pdf. Acesso em 10 de mar. 2021.

PEREIRA, Lorena Izá. O processo de estrangeirização da terra na América Latina: o estudo de caso da Argentina. **Boletim Dataluta**, n. 125, p. 01-18, 2018. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2018.pdf. Acesso em: 16 abr. 2024.

PEREIRA, Lorena Izá. As dimensões da estrangeirização do território no Brasil. **Geografia em Questão**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2019. DOI: 10.48075/geoq.v12i1.19745. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/19745>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PEREIRA, Lorena Izá. As contradições da apropriação privada dos ventos: o caso do estado da Bahia. **Boletim Alfenense de Geografia**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 93–123, 2023. DOI: 10.29327/243949.3.5-5. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/2001>. Acesso em: 16 abr. 2024.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. **Revolução verde**. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 685-689. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

PHELPS, Nowell H. et al. Worldwide trends in underweight and obesity from 1990 to 2022: a pooled analysis of 3663 population-representative studies with 222 million children, adolescents, and adults. **The Lancet**, 2024. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2823%2902750-2>. Acesso em 23 de mai. 2024.

PONTEL Evandro; CONTI, Irio Luiz; ARAÚJO, Maria de Lourdes Lopes de. Convivência com o semiárido: aprendizados, desafios e perspectivas. In: CONTI, Irio. Luiz.; SCHROEDER, Edini. Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, p. 217-231, 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 151-197. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf>. Acesso em 10 de mai. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **“O Agro é tudo, mas só conta a metade”**, 2020 (no prelo). Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/371964959_O_Agro_E_Tudo_Mas_So_Conta_a_Metade. Acesso em 23 de mai. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 18 de mar. 2024.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática. 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo. A geografia da questão agrária e reforma agrária de mercado no Nordeste Brasileiro (1998-2006). *In*: CAMPOS, J. F. de S.; COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M. (Orgs.). **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento**. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 167-192.

REBORATTI, Carlos Eduardo. **Plataforma de Semiáridos de América Latina: caracterización y modelos de cambio climático para la región** / Carlos Eduardo Reboratti. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fundapaz, 2017. 40 p.; 29 x 21 cm. ISBN 978-987-46649-0-7. Disponível em: <https://www.semiaridos.org/pt-br/publicaciones/caracterizacion-modelos-cambio-climatico-la-region/>. Acesso em 09 jul. 2022.

RED AGROFORESTAL CHACO ARGENTINA - REDAF. **Conflictos sobre tenencia de tierra y ambientales en la región del Chaco argentino: 3º Informe**. 1a ed. Reconquista: REDAF, 2013. Disponível em: <http://redaf.org.ar/3-informe-conflictos-sobre-la-tenencia-de-la-tierra-y-ambientales-en-la-region-chaquena-argentina/>. Acesso em 15 jan. 2024.

RED AGROFORESTAL CHACO ARGENTINA - REDAF. **Monitoreo de Deforestación en los Bosques Nativos de la Región Chaqueña Argentina: Informe Bosque Nativo en Santiago del Estero**. REDAF, 2021. Disponível em: <https://redaf.org.ar/wp-content/uploads/downloads/2021/08/informe-2021.pdf>. Acesso em 15 jan. 2024.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - REDE PENSSAN. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 01 de out. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - REDE PENSSAN. **VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 01 de out. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - REDE PENSSAN. **Nota pública: dados do IBGE sobre a insegurança alimentar no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/nota-publica-dados-do-ibge-sobre-a-inseguranca-alimentar-no-brasil/>. Acesso em 10 de fev. 2025.

REGISTRO NACIONAL DE TIERRAS RURALES. **Extranjerización por departamento**. Buenos Aires, 2022. Disponível em:

<https://www.argentina.gob.ar/justicia/tierrasrurales/datos/extranjerizacion-departamento>. Acesso em: 19 abr. 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das letras, 2019.

ROCHA, José Camelo da; Soberania e segurança alimentar no semiárido. In: CONTI, Irio. Luiz.; SCHROEDER, Edini. Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro**: autonomia e protagonismo social. Brasília: Editora IABS, p. 125-133, 2013.

ROMERO, José Luis. **Breve historia de la Argentina**. 11ª edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2022.

ROS CANDEIRA, Andrea. Población y recurso hídrico en el Departamento Figueroa, Santiago del Estero (Argentina), análisis mediante Sistemas de Información Geográfica. **Tesis de Grado (Ciencias Ambientales)** 2014. Santiago del Estero: UNSE.
https://figshare.com/articles/preprint/Poblaci_n_y_recurso_h_drico_en_el_departamento_Figueroa_Santiago_del_Estero_Argentina_an_lisis_mediante_Sistemas_de_Informaci_n_Geografica/24302206/1?file=42654877. Acesso em: 14 abr. 2024.

RUBIO, Blanca. **El dominio del hambre**: crisis de hegemonía y alimentos. México: Universidad Autónoma Chapingo/Universidad de Zacatecas: Juan Pablos Editor, 2015, 2 ed.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos**: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. México, D.F.: Plaza y Valdés, 2001.

SAETTONE, María Julieta Pase; BOLANEZ, Claudia Yesica Fonzo; BITENCOURT, Silmara Oliveira Moreira; GONZA, Editha Lisbet Julca. Movimientos socioterritoriales y ODS en el campo argentino durante la pandemia. **Eutopía, Revista de Desarrollo Económico Territorial**. v. 24, p. 118-140, 2023.
<https://doi.org/10.17141/eutopia.24.2023.6001>. Disponível em:
<https://revistas.flacsoandes.edu.ec/eutopia/article/view/6001>. Acesso em 15 jan. 2024.

SANTIAGO DEL ESTERO (Província). **Constitucion de la provincia de Santiago Del Estero**. Santiago Del Estero, 2025. Disponível em:
https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/constitucion_de_la_provincia_de_santiago_de_l_estero.pdf. Acesso em: 10 de fev. de 2024.

SANTOS, Leonardo Pozza dos; COSTA, Mariana Gamino da; SANTOS, Janaína Vieira dos; LINDEMANN, Ivana Loraine; Gigante, Denise PETRUCCI. Comparação entre duas escalas de segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 279-286, 2014.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed., 11. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SCHISTECK, Haroldo. O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida. In: CONTI, Irio. Luiz.; SCHROEDER, Edini. Oscar. **Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, p. 41-53, 2013.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA - SEPLAN. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Sertão do São Francisco/BA**. Bahia: SEPLAN, 2008. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/File/politica-> Acesso em: 13 de jun. de 2021.

SECRETARIAT. **Amazônia**: Novos Caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral. Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/testemunhos-da-amazonia/irma-dorothy.html>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Adelaide Pereira da; DANTAS, Diego Nogueira; BUENO, Rovilson José. Construindo a educação para a convivência com o semiárido. **Revista OKARA-Geografia em debate**, João Pessoa, DGEOC/CCEN/UFPB, v. 3, n. 1, p. 1-222, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/9008>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SILVA, Adilson Alves da et al. A educação do campo em Goiás: contribuições da Comissão Pastoral da Terra. 195 fl. **Dissertação (Mestrado em Educação)** Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiania, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/1071>. Acesso em: 8 de ago. 2024.

SILVA, Egnaldo Rocha da. Campesinato negro: conflito e luta pelo acesso e permanência na terra no Baixo Sul da Bahia (1950-1985). 269 fls. **Tese (Doutorado em História Social)** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2018. Disponível em: <https://docs.repositoriobiocultural.org/2021/08/15/campesinato-negro-conflito-e-luta-pelo-acesso-e-permanencia-na-terra-no-baixo-sul-da-bahia-1950-1985/>. Acesso em: 15 de nov. 2024.

SILVA, Ligia Maria Osorio; SECRETO, María Verónica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 109-141, 1999. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/491/06_ligia.pdf. Acesso em: 17 de nov. 2024.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 298fl. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)**. Universidade de Brasília. Brasília. 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2309>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOBREIRO FILHO, José. Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 440 fls. **Tese (Doutorado em Geografia)** - UNESP. Presidente Prudente, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/entities/publication/7100602a-b123-4513-a634-bf8c6445c7fe>. Acesso em: 15 nov. 2020.

SORDINI, María Victoria. La política del hambre: una emergencia permanente en Argentina. **Revista de sociologia e política**, v. 30, p. e004, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ZNFnZYHknzWzWn7YqjDwh7q/>. Acesso em: 17 jan. 2025.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. In: FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini; CASARES, Marta Delia; SILVA, Madianita Nunes da; CZYTAJLO, Natalia Paola; VOLOCHKO, Danilo (org.). **Estudos urbanos comparados: oportunidades e desafios da pesquisa na América Latina**. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016. p. 25–60. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341913732_Estudos_Urbanos_Comparados_oportunidades_e_desafios_da_pesquisa_na_America_Latina. Acesso em: 30 abr. 2024.

STÉDILE, João Pedro. Reforma agrária. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 657–667. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. 2011. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidadedos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>>. Acesso em: 03 de abr. de 2024.

STROZAKE, Juvelino. Função Social da Propriedade. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 366–371. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 64–68, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13423>. Acesso em: 02 abr. 2023.

TEUBAL, Miguel. Globalización y nueva ruralidad en América Latina. In: GIARRACCA, Norma (org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 45–62. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929011903/4teubal.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

THE NATURE CONSERVANCY – TNC; FUNDACIÓN VIDA SILVESTRE ARGENTINA – FVSA; FUNDACIÓN PARA EL DESARROLLO SUSTENTABLE DEL CHACO – DeSdel Chaco; WILDLIFE. **Ecoregional assessment**. 1. ed. Buenos Aires: Fundación Vida Silvestre Argentina, 2005.

TORRELLA, Sebastián A.; ADÁMOLI, Jorge. Problemas ambientais da agricultura na região chaqueña. In: BROWN, Alejandro; MARTÍNEZ ORTIZ, Ulises; ACERBI, Marcelo; CORCUERA, Javier (org.). **La situación ambiental argentina 2005**. Buenos Aires:

Fundación Vida Silvestre Argentina, 2006. p. 433–435. Disponível em: https://d2qv5f444n933g.cloudfront.net/downloads/situacion_ambiental_argentina_2005.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

TORT, Jacqueline Gisele. El Trabajo en el Ámbito Domestico y Publico: El Caso de las Mujeres de los Movimientos Campesinos de Santiago del Estero (Mocase. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 1, p. 105-113, 2015. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/6383>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Trabalhadores Rurais são assassinados por jagunços em Vitória da Conquista - BA. **Solidariedade**, Vitória da Conquista, nov. 1994. Ano 3. N 06. p. 1. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PSOLISP111994006.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

TRANSPADINI, Roberta. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, p. 1694-1713, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/VM7MtNgmSCq8tMK8zWVyW4j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2022.

TURRA NETO, Nécio. **Pesquisa Qualitativa m Geografia**. In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2012.

UNIVERSIDAD CAMPESINA. **Mocase.Org**. Disponível em: <https://www.mocase.org.ar/secciones/universidad-campesina>. Acesso em 10 fev. 2025.

VALE, Eliane Pereira de Almeida. O Desmonte” das políticas públicas de convivência com o semiárido: Estado e a Articulação Semiárido Brasileiro entre 2014-2019. 176f. 2020. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2020.

VALE, Eliane Pereira de Almeida; SANTOS, Janio. A ASA e a luta contra o discurso do combate à seca. **Revista GeoNordeste**, 2(6) 40-58. 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/13217>. Acesso em: 15 ago. 2021.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. Entre a segurança e a soberania alimentar: por uma abordagem crítica da produção e distribuição de alimentos. **Retratos De Assentamentos**, 22(1), 32-49.2019. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/346>. Acesso em: 7 ago. 2022.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 11, p. 259-277, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/bqShdWywp5qRdTHKQZN8DhG/abstract/?lang=pt>Acesso em: 16 dez. 2024.

VIA CAMPESINA. La voz global de lxs campesinxs que alimentan el mundo. **Via Campesina**. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/> Acesso em mai. 2020.

VIA CAMPESINA. **The right to produce and access to land**. Rome: Via Campesina, 1996.

VILLALBA, Ana Eliza; HERRERA, Andrea Geanina Gómez; PAZ, Raul Gustavo. Comunalidades rurales en reedición: encierros comunitarios y ganaderos en Santiago del Estero (Argentina). **Revista de Economía e Sociología Rural**, v. 58, p. e219343, 2020. Disponível em: <https://revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2020.219343>. Acesso em 27 nov. 2023.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Temas e paradigmas da Geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 34, p. 71-86, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/11623>. Acesso em 13 nov. 2023.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Paradigmas da Geografia Agrária brasileira**: temas, tendências e perspectivas. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2023. v. 1. 116p.

WELCH, Clifford Andrew. Conflitos no campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos de (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 141-151. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

ZARRILLI, Adrián Gustavo. La naturaleza puesta en jaque: la expansión de la frontera agropecuaria en Argentina y su impacto socio-ambiental (1980–2017). **HALAC – Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña**, v. 10, n. 1, p. 125–149, 2020. Disponível em: <https://halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/436>. Acesso em: 15 jul. 2022.

APÊNDICE 1: Descrição da arte da capa

Quando estávamos no processo de finalização da construção desta tese procuramos um artista, alguém que conhecesse o Semiárido, ou possuísse uma vivência com movimentos socioterritoriais e estivesse familiarizado com este território. Tínhamos a intenção de pedir para construir uma capa representando a temática que discutimos, a tese que defendemos, mas, sobretudo, que pudesse representar elementos que ligassem os Territórios do Sertão do São Francisco e de Figueroa em suas múltiplas dimensões: Os povos que vivem nestes territórios, a vegetação, a produção de alimentos, os animais, os elementos místicos que representam a resistência dos movimentos socioterritoriais, as fontes de água, as similaridades e particularidades que os compõem. Sobretudo, queríamos que as pessoas que participaram dessa tese pudessem se reconhecer ao ver a imagem e reconhecer as suas territorialidades.

Por meio de pessoas amigas, que andam por semiáridos afora, conhecemos Cleto Campos, arteterapeuta, designer, ilustrador, artista gráfico, facilitador gráfico e técnico em agroecologia. Cleto atua como designer, ilustrador e facilitador gráfico, trabalha com ONGs e redes como a ASA; participa da Ecovila Sapucaia, contribui na ecovila Pau Brasil (RN) e apoia processos educativos em escolas. Enquanto arteterapeuta atende individualmente e em grupos em processos criativos. Após ouvir a nossa intenção, abraçou a ideia e depois de alguns dias nos emocionou ao apresentar essa capa. Em seguida apresentamos a descrição que ele próprio elaborou:

“Dois territórios, dois lugares que são um em suas características próprias de vidas e encontros em uma rede de relações. Seus rios que banham suas terras e seus sonhos nestas águas que são o feminino pulsante. Nas mãos uma mulher nativa de povos originários e seu filho, sementes para o futuro, sementes da fertilidade no solo/ventre.

Em simetria, árvores, plantas. O umbuzeiro e o Algarrobo são de um mesmo lugar, são de lugares diferentes e distantes, mas tão perto de tão semelhantes. Bode, peixes, Mandacarus, flores, sol, céu e a cisterna que acolhe a água ouro.

Pessoas de todo tipo e cores assim como o semiárido em uma rede que se estabelece. Agroecologia no facão, nas botas e no encontro da rede de raízes de Primavesi que ligam tudo, comunicam, alimentam povos e culturas. E uma mulher no centro em seu protagonismo no cuidado com a segurança alimentar colhe e carrega frutos de sua lida, sua entrega e seu amor. Ela conecta mundos sem ser melhor que ninguém, simplesmente na humildade, húmus” (Cleto Campos).

Agradecemos a Cleto pela disponibilidade, pela sensibilidade, compromisso e por contribuir com esse trabalho.

APÊNDICE 2: Breve histórico das pessoas citadas nas entrevistas como pseudônimos

Como detalhado no Capítulo 1, mantivemos a identidade das pessoas entrevistadas em sigilo. Para isso, utilizamos pseudônimos de pessoas que participaram, contribuíram para a luta dos movimentos estudados, ou para a luta pela soberania alimentar nos territórios estudados, a maioria delas já falecidas. A seguir, apresentamos uma breve descrição da história dessas pessoas, por recorte empírico.

Território do Sertão do São Francisco:

- **Antônio Guilhermino** - Liderança camponesa do município de Sento Sé (BA), paróquia da Diocese de Juazeiro. Assassinado por fazendeiros quando defendia o direito de viver em seu território (Trabalho de campo, 2024).
- **Danduca** - Irani Rodrigues da Silva, conhecida como Danduca é uma das fundadoras da Associação de Pescadores e Pescadoras de Remanso (APPR). Desempenhou um papel fundamental na trajetória da associação, sendo uma das principais responsáveis pelas conquistas alcançadas desde os primeiros momentos da organização. Sua dedicação e iniciativa foram decisivas em diversas frentes de atuação. Sempre atuou com comprometimento em todas as tarefas necessárias, assumindo posições de liderança e representando a associação com excelência nos diferentes espaços em que esteve presente. Também atuou como representante do Movimento de Pescadores no CONSEA/BA. Atualmente encontra-se afastada para tratamento de saúde (Trabalho de campo, 2024).
- **Dona Durú** - Animadora de comunidade de Canudos (BA), filha de sobreviventes do Massacre de Canudos. Animou a luta pela ressignificação da História de Canudos contada a partir dos massacrados. Foi fundamental na animação das Comunidades Eclesiais de Base e fundadora do Instituto Popular de Canudos IPMC. Morreu de causa natural (Trabalho de campo, 2024).
- **Dorothy Stang** – Irmã missionária da Igreja Católica, Dorothy Stang foi assassinada, com sete tiros, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, em uma estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Estado do Pará, Brasil. Participava da CPT e da CNBB. Era defensora da reforma agrária justa, mantinha intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas,

na busca de soluções duradouras para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra na Região Amazônica (Secretariat.va).

- **D. José Rodrigues** – Foi Bispo da Diocese de Juazeiro (BA) durante a ditadura. Intensificou a criação das Comunidades Eclesiais de Base. Contribuiu na defesa das famílias atingidas pela construção da Barragem de Sobradinho. Ficou conhecido como o Bispo dos Excluídos (Trabalho de campo, 2024).
- **Hildette Santos** – Integrante da Pastoral da Criança, atuou no CONSEA/BA, no período de 2007 à 2019. Defensora dos direitos das Crianças e Adolescentes, junto a Pastoral atuou no combate à desnutrição infantil e à fome na Bahia. Falecimento em outubro de 2020 (Trabalho de campo, 2024).
- **Joana Margarida** - Freira do Rio Grande do Sul, da congregação as Irmãs de São José De Chambery. Chegou em Remanso, realizou trabalhos sociais, dentre outros, criou uma escola de música e acolheu as crianças mais pobres (Trabalho de campo, 2024).
- **Luiz Nunes** - Camponês das comunidades de Fundo de Pasto de Casa Nova (BA). Animador das Comunidades Eclesiais de Base, assassinado por grileiros na época da construção da Barragem de Sobradinho (Trabalho de campo, 2024).
- **Mãe Bernadete** - Bernadete Pacífico, Ialorixá, Matriarca do quilombo Pitanga dos Palmares, fez parte da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e do Conselho de Segurança Alimentar do Estado da Bahia (CONSEA/BA). Atenciosa, amorosa e muito comprometida, passou a vida lutando pelos direitos dos quilombolas, principalmente, o reconhecimento e a regulamentação das terras de quilombo na Bahia e no Brasil. Sempre denunciou a violência contra os quilombolas. Foi morta em agosto de 2023 aos 72 anos, assassinada com 12 tiros, em casa, no quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho (BA), quando estava com três netos e uma outra criança. Seu assassinato segue impune (Trabalho de campo, 2024).
- **Mãe Lúcia** – Ekedí Mãe Maria Lúcia Góes Brito - representou a RÊDE KÔDYA no CONSEA-BA, no período de 2012 à 2019. Sempre risonha e amorosa com todos, firme em suas convicções e proposições, defensora incansável do patrimônio afro cultural brasileiro, da religião de matriz africana e contra a intolerância religiosa. Faleceu em março de 2019 (Trabalho de campo, 2024).
- **Maria Zilda** – Camponesa sem-terra, militante do MST assassinada em 1994 aos 51 anos durante um massacre ocorrido no dia 29 de outubro, na Fazenda Mocambo,

localizada a cerca de 17 Km. da cidade de Vitória da Conquista/BA (Solidariedade, 1994).

- **Nega Pataxó** - Maria de Fátima Muniz, Pajé do povo Pataxó Hã Hã Hãe, liderança espiritual e professora, com importante atuação junto aos jovens e mulheres indígenas. Foi assassinada a tiros durante um ataque de fazendeiros na Fazenda Inhumá, na região de Potiraguá, no Sul da Bahia em janeiro de 2024.” Segundo relatos dos indígenas, fotos e vídeos que circulam nos meios de comunicação dão conta de que Nega foi atingida por disparos de arma de fogo e tombou com seu maracá em mãos, cercada por fazendeiros. Os policiais que acompanhavam a ação violenta assistiam sem prestar socorro” (Cimi, 2024).
- **Pe. Alberto** - Filho de camponês, Padre em Uauá (BA) e Canudos (BA), animador das Comunidades Eclesiais de Base, defendeu a cultura sertaneja na mista católica. Grande defensor da História da Canudos contada a partir dos massacres, morreu em consequência de doença autoimune (Trabalho de campo, 2023).
- **Zé de Antero** - Camponês das comunidades tradicionais de Fundo de Pasto de Casa Nova (BA). Foi assassinado por defender o seu território contra a invasão de grileiros. A comunidade ganhou a luta e recebeu o título de reconhecimento público do seu território (Trabalho de campo, 2023).
- **Tânia** – Mulher, assassinada em 1988 aos 35 anos pelo marido, em Remanso. Após sua morte a população organizou uma manifestação com caminhada e término com uma missa presidida pelo então Bispo D. Luiz Nunes. A partir dessa manifestação as mulheres da cidade apoiadas pelo Centro Luís Nunes começaram a se organizar e lutar pelos seus direitos. Foi a partir desse coletivo mobilizado a partir da morte de Tania que nasceu a Rede Mulher do Sertão do São Francisco (Trabalho de campo, 2022).

Departamento de Figueroa:

- **Doña Delfina More** – Mulher, camponesa, da localidade de Jumial Grande estava entre as primeiras mulheres que iniciaram a Asociación de Mujeres de Jumial Grande em 1986. Participou da associação até os seus 86 anos, contribuindo com os projetos e discussões. Morreu aos 96 anos deixando seu legado para o departamento de Figueroa (Trabalho de campo, 2024).

- **Elena Yanda** - Mulher com importante representatividade nas Ligas Agrárias no Chaco. Protagonizou, junto com sua família, em 1972, um dos conflitos mais significativos em torno da luta pela terra, conhecido como “a marcha das vacas”, um conflito de terras, a partir do qual as famílias camponesas organizadas enfrentaram o poder latifundiário, o governo e a polícia provincial. Elena faleceu em junho de 2023 (Calvo, 2014; Calvo, 2023).
- **Ely Sandra Juárez** - Mulher, mãe, camponesa, integrante do MOCASE – Via Campesina, viveu em San Nicolás, localidade na Província de Santiago del Estero. Morreu em 2010, aos 32 anos de uma parada cardíaca, depois de enfrentar uma escavadeira que estava tentando avançar sobre a terra onde ela sempre viveu com sua família (Tort, 2015; Trabalho de campo, 2024).
- **María Juárez** – Mulher, camponesa da localidade de Jumial Grande fazia parte da Asociación de Mujeres de Jumial Grande, uma das matriarcas da associação. Contribuiu com o movimento até os seus 75 anos quando faleceu, no ano de 2012 (Trabalho de campo, 2024).
- **Margarita Salto de Gonzales** – Mulher, mãe, camponesa da localidade de Luján, contribuiu na conscientização da luta pela terra no Departamento de Figueroa, lembrada como “sustentáculo principal da luta camponesa no departamento de Figueroa. Mãe todo-poderosa da comunidade de Luján.” Marga, como era conhecida, foi integrante de Mesa de Tierra de Figueroa e faleceu em 18/09/2023 com 63 anos. (Trabalho de campo, 2024).
- **Margarita Caro** – Mulher, camponesa da localidade de Jumial Grande, integrante da Asociación de Mujeres de Jumial Grande, solidária, companheira e comprometida com o trabalho comunitário (Trabalho de campo, 2024).
- **Mario Acuña** - Camponês da localidade de San Jorge, foi uma das pessoas que trabalhou na conscientização sobre os direitos e a identidade camponesa em Figueroa, ensinando sobre o cuidado com a terra, a flora e a fauna. Também foi um dos Fundadores da DUFINOC (Trabalho de campo, 2024).
- **Nina Gerez** – Mulher da localidade de Lote La Cañada que contribuiu para a conscientização da luta pela terra em Figueroa (Trabalho de campo, 2024).
- **Pichy Juárez** – Camponês da localidade de Invernada Sur, foi uma das pessoas que marcaram a luta camponesa e a luta pela terra no departamento (Trabalho de campo, 2024).

- **Noceti** - Beatriz “Tudy” Nocete é uma das mulheres que colaborou na organização e formação do Movimento Rural e das Ligas Agrárias desde sua juventude, no início dos anos 1960. Participou da Coordenação Nacional do Movimento, foi perseguida durante a ditadura e, após o retorno do regime constitucional, atuou com mulheres na reorganização do campesinato. Nocete é uma das mulheres vivas que guardam e preservam a memória das lutas das Ligas Agrárias (Calvo, 2023).
- **Tico Guitierrez** – Camponês da Localidade de San Felipe, foi um dos fundadores da DUFINOC que contribuiu no processo de conscientização sobre os direitos e a luta pela terra em Figueroa (Trabalho de campo, 2024).